



Obra 'Operários' de Tarsila do Amaral - 1933

Rodrigo Ferreira Nery da Silva

# DISCURSOS E PRÁTICAS DO SINDICALISMO BRASILEIRO E PORTUGUÊS SOBRE A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO SETOR DE SERVIÇOS

Tese de Doutoramento em Sociologia - Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo, orientada pelo Professor Doutor Hermes Augusto Costa e co-orientada pelo Professor Doutor Elísio Estanque apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

2015





FEUC FACULDADE DE ECONOMIA  
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Rodrigo Ferreira Nery da Silva

# DISCURSOS E PRÁTICAS DO SINDICALISMO BRASILEIRO E PORTUGUÊS SOBRE A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO SETOR DE SERVIÇOS

Tese de Doutoramento em Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo,  
apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra para obtenção do grau  
de Doutor.

Orientadores: Prof. Doutor Hermes Augusto Costa e Prof. Doutor Elísio Estanque

Coimbra, 2014



## *Agradecimentos*

Essa tese foi realizada em um período repleto de experiências novas. A primeira foi a de morar fora da minha cidade, do meu país pela primeira vez. Além da cidade, um país novo me adotou por quatro anos. Foi em Portugal, em Coimbra que encontrei o ambiente, a tranquilidade necessária para desenvolver meus estudos.

Queria iniciar os agradecimentos por minha mãe, exemplo de mulher, que sempre acreditou e apoiou minhas escolhas. Quero aqui dar especial atenção a minha amada companheira Júlia, que repartiu comigo o projeto de realização dos nossos doutorados, assim como me deu o maior de todos os presentes, o meu pequeno Leon. Foi Júlia a peça fundamental para a realização dessa tese, pois soube cobrar e sobretudo apoiar nos momentos em que mais precisei. Embora ele ainda não saiba ler, não tem como deixar de lado o meu pequeno Leon. A maior dádiva que um homem pode ter, foi trazida a mim por esse miudinho, que alegra cada dia da minha vida com seus sorrisos e curiosidades. Foi ele que me deu a força necessária para concluir esse caminho. Para a família Benzaquen Figueredo também deixo meu agradecimento por me acolher como parte da família e me apoiar nesse caminho. Um grande obrigado para Sr. Abraham, Dona Lúcia Elena e Guilherme.

Deixo aqui o meu grande agradecimento aos meus orientadores Prof. Hermes Costa e Prof. Elísio Estanque, que me acolheram mesmo antes do início formal do doutoramento em Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo. Prof. Hermes, além de um grande professor, é o exemplo do real papel do que é ser um orientador. Sem suas contribuições e orientações a realização dessa tese não seria possível. Muitíssimo obrigado Prof. Hermes. Ao excelente Prof. Elísio, que através de suas experiências e conhecimentos me fez refletir muito acerca do mundo do trabalho, deixo também o meu muito obrigado. Através dos professores acima citados deixo também o meu obrigado a todos que fazem o CES um centro de referência não apenas português, mas internacional.

Em Portugal construí também novas amizades, que assim como eu e Júlia estavam se aventurando em novos projetos pessoais. Para as boas amizades construídas em Portugal sintam-se muito bem representadas no grande abraço que deixo para o amigo Marcos, Paulinho, Giulio, Thais, Leo, Bruno, Leandrinho, Bruno (carioca), José Soeiro, Hugo, Dora entre tantos outros.

Quando fui para Portugal deixei no Brasil grandes amigos, que mesmo de longe, de alguma forma contribuíram para essa tese. Para Caetano, que acabou indo pra Coimbra nos meus dois últimos anos, deixo um grande abraço e o obrigado pelas intermináveis e importantes conversas sobre a vida, a academia, a política que tivemos, sobretudo no Café Tropical. Aos grandes amigos Zé Gomes e Henrique Monte, que além da grande amizade ainda me fazem, a partir da militância no PSOL, manter o importante elo entre academia e atuação política, deixo também meus agradecimentos. E assim como agradeço a esses amigos relacionados nesse parágrafo, quero deixar um forte abraço para meus amigos irmãos que tive o prazer de conhecer a mais de 15 anos, e que contribuíram de formas diferentes para realização dessa tese. Os meus agradecimentos para Jamerson, Erick, Chico, Gustavo e Glauber.

Quero agradecer também a todos do CESP e CONTRACS pela ajuda e disponibilidade para a realização da pesquisa de campo. Obrigado por acreditarem na importância do desenvolvimentos de estudos que trazem à tona a situação laboral da classe trabalhadora, assim como a atuação sindical para combater essa realidade.

Agradeço a FCT pelo financiamento dessa pesquisa.

Este trabalho é cofinanciado pelo Fundo Social Europeu, através do Programa Operacional Potencial Humano e por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito da Bolsa de Doutoramento com a referência SFRH/BD/44676/2008.





## ***Resumo***

Esta tese tem como objetivo analisar e comparar os discursos e práticas a respeito da precarização do trabalho conduzidos do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritório e Serviços de Portugal (CESP) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços (CONTRACS), localizada no Brasil. O estudo é enquadrado pelo contexto da globalização. Como corte cronológico utilizamos o período entre 2007 e 2014, com a intenção de construir um estudo contemporâneo, onde abordamos questões atuais em que estamos inseridos, tanto como investigadores, como também atores sociais.

Iniciamos a tese com a conceitualização do contexto em que essa pesquisa se deu. Sendo assim, nesse primeiro momento debatemos o conceito de globalização. Através dessa conceitualização trouxemos ao debate o tema da globalização hegemônica. Ao abordarmos esse tema, observamos as transformações políticas, econômicas e culturais trazidas por este modelo de globalização.

No segundo momento elencamos as transformações do mundo do trabalho. Através desse debate compreendemos os conceitos de trabalho, precarização, acumulação flexível entre outros. Nessa parte observamos como as mudanças laborais trouxeram consigo um aumento da precariedade laboral. Analisa-se igualmente o conceito de “serviços” e o modo como este setor cresceu nas últimas décadas. Notamos como a precariedade laboral também se faz presente no setor de serviços. A partir desse instante analisamos, através de dados, como está a situação laboral no Brasil e em Portugal.

Após realizado o enquadramento das transformações e precarizações que perpassam o setor dos serviços, centramos a nossa análise no sindicalismo. Desde logo, fazendo uma breve incursão pela história do sindicalismo no Brasil e em Portugal e sua configuração institucional por forma a situar o contexto em que CESP e CONTRACS atuam. É, afinal, sobre estas organizações que incide a análise dos dados recolhidos, traduzida no modo como ambas as organizações sindicais se organizam e agem para combater a precariedade do trabalho no setor de serviços.

No último momento elaboramos um apanhado do debate realizado durante a tese e são elencadas as principais semelhanças e diferenças entre CESP e CONTRACS sobre o tema da precarização.

Precarização – Serviços – Trabalho – Sindicalismo – Globalização





## ***Abstract***

This thesis aims to analyze and compare the discourses and practices of the Union of Trade Office and Services Workers from Portugal - Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritório e Serviços de Portugal (CESP) and the National Confederation of Workers in Trade and Services -Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços (CONTRACS) located in Brazil about the precariousness of work. The study was framed by the context of globalization. The time frame of the research was the period between 2007 and 2014, with the intention of building a contemporary study, where we discuss current issues in which we operate, both as researchers, as well as social actors.

We started the argument with the conceptualization of the context in which this research was led. Thus, at first we discussed the concept of globalization. Through this conceptualization, we brought to debate the issue of hegemonic globalization. In addressing this issue, we look at the economical, political and cultural transformation brought by this model of globalization.

After that we list the changes in the working world. Through this debate, we understand the concepts of work, precarious, flexible accumulation among others. In this part, we look at how changes at work brought with them an increase insecurity in job. Also we examine the concept of "services" and how this sector has grown in recent decades. We note as job insecurity is also present in the services sector. We analyzed, through data, as is the employment situation in Brazil and Portugal.

After performing the framework of the transformations and precariousness that underlie the services sector, we focus our analysis on trade unionism. First, making a brief excursion into the history of trade unionism in Brazil and Portugal and its institutional setting in order to situate the context in which CESP and CONTRACS act. It is, after all, about these organizations that focuses the analysis of the data collected, translated in the way both trade unions organize and act to combat precarious work in the service sector.

At the last moment, the thesis draws up a summary of the discussions taken and are listed the main similarities and differences between CESP and CONTRACS about the topic of precariousness.

Precariousness - Services - Work – Trade Union - Globalization



# ÍNDICE.

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>1 - SOBRE GLOBALIZAÇÃO HEGEMÔNICA .....</b>	<b>11</b>
1.1 - A CRISE FINANCEIRA .....	27
1.2 - A AGENDA DO TRABALHO DIGNO POR UMA GLOBALIZAÇÃO JUSTA .....	31
<b>2 - O MUNDO DO TRABALHO E O SETOR DE SERVIÇOS: SUAS TRANSFORMAÇÕES E PRECARIZAÇÕES.....</b>	<b>37</b>
2.1 - VISÕES SOBRE TRABALHO.....	37
2.2 - AS MUDANÇAS NOS PROCESSOS PRODUTIVOS.....	40
2.2.1 – O Fordismo .....	41
2.2.2 – A transição do Fordismo para a Acumulação Flexível. ....	45
2.2.3 – Serviços, terceirizações e precarizações.....	53
2.3 – BRASIL-PORTUGAL: REALIDADES DO MERCADO DE TRABALHO, SERVIÇO E PRECARIZAÇÕES. ....	70
2.3.1 - Brasil.....	71
2.3.2 - Portugal .....	80
<b>3 - SINDICATOS E SINDICALISMO .....</b>	<b>87</b>
3.1 – UM BREVE RELATO DO SINDICALISMO NOS SÉCULO XX E XXI.....	87
3.2 – UMA SÍNTESE DOS CAMINHOS DO SINDICALISMO BRASILEIRO NO SÉCULO XX E XXI.....	91
3.2.1- Dos primórdios do século XX até a formação da Central Única dos Trabalhadores .....	91
3.2.2 - A formação da Central Única dos Trabalhadores .....	98
3.2.3 - A CONTRACS.....	103
3.3 – UM BREVE RELATO SOBRE O SINDICALISMO PORTUGUES .....	105
3.3.1 - Do início do século XIX ao 25 de abril de 1974.....	105
3.3.2 - A Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical (CGTP-IN) .....	111
3.3.3 – O CESP. ....	117
<b>4 - CAMINHOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>119</b>
4.1 – A ANÁLISE DO DISCURSO. ....	119
4.2 – HIPÓTESES DE PESQUISA.....	122
4.3 – ROTEIRO DE ENTREVISTA. ....	125
<b>5 - ANÁLISE DOS ESTUDOS DE CASOS.....</b>	<b>129</b>
5.1 - PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO. ....	129
5.1.1 - O entendimento sobre precarização do trabalho.....	130
5.1.2 - Terceirização. ....	133
5.1.3 - Os mais precários. ....	135
5.1.4 - O fator qualificação profissional. ....	138
5.1.5 - A tecnologia e o aumento da precarização do trabalho. ....	139
5.1.6 - Vínculo empregatício. ....	142
5.1.7 - Juventude e precarização.....	144
5.1.8 - A saúde do trabalhador e a precarização laboral.....	146
5.1.9 - O sentimento de insegurança e o medo do trabalhador. ....	148

5.1.10 - A crise financeira e a precarização do trabalho. ....	149
5.2 - FRAGMENTAÇÃO E SUA RELAÇÃO COM A PRECARIIDADE .....	151
5.3 - ESTRUTURAS DE REDE.....	155
5.4 - INSTRUMENTOS E PRÁTICAS DE INTERVENÇÃO. ....	167
5.4.1 - Mobilização de caráter nacional. ....	167
5.4.2 - Mobilização de caráter local. ....	170
5.4.3 - Sindicalização. ....	173
5.4.4 - Formação sindical.....	175
5.4.5 - Comunicação.....	177
5.4.6 - Juventude.....	179
5.4.7 - Diálogo com as empresas.....	180
5.4.8 - A intervenção no público e no privado. ....	183
5.5 - QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL.....	185
5.6 - RELAÇÕES DO CESP E CONTRACS COM SEUS RESPECTIVOS GOVERNOS.....	197
5.7 - POLÍTICAS DE AÇÕES TRANSNACIONAIS.....	214
<b>6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>227</b>
6.1 - PRECARIZAÇÃO: SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS NOS DISCURSOS E PRÁTICAS DA CONTRACS E DO CESP .....	227
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>243</b>
<b>Sites .....</b>	<b>251</b>
<b>Documentos consultados .....</b>	<b>252</b>
<b>Entrevistas.....</b>	<b>253</b>
<b>ANEXO 1 .....</b>	<b>255</b>
ROTEIRO DE ENTREVISTA COM DIRIGENTES SINDICAIS.....	255
ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM TRABALHADORES DO SETOR DE SERVIÇOS.....	256

## INTRODUÇÃO

Ao longo dos últimos dez anos estamos investigando e analisando as relações laborais, suas transformações e o papel do movimento sindical nesse contexto. É notório que nas últimas décadas o mundo do trabalho entrou num quadro de metamorfose, onde as várias esferas que o compõe passaram por profundas mudanças.

Intitulada “Discursos e práticas do sindicalismo brasileiro e português sobre a precarização do trabalho no setor de serviços”, esta tese apoia-se na seguinte pergunta de partida: *Sendo condicionados pelas lógicas da globalização hegemônica, será que os discursos e práticas sindicais sobre a precarização seguem tendências uniformizadoras ou geram respostas diferenciadoras consoante os contextos?* Diante dessa pergunta, temos como intuito trazer o debate sobre a atuação sindical do setor de serviços sobre a precarização do trabalho. Temos a intenção aqui de debatermos não apenas os discursos, mas as práticas dos sindicatos ligados ao setor de serviços do Brasil e de Portugal. Com isso esperamos observar como o movimento sindical brasileiro e português entendem, se organizam e agem com relação ao tema da precarização do trabalho no setor de serviços.

Os estudos sobre sindicalismo, no contexto da globalização têm merecido interesse por parte da comunidade acadêmica. Nos países em questão (Portugal e Brasil) podemos encontrar investigações que retratam a temática desenvolvida nesta tese. Em Portugal podemos encontrar investigações que abordam a matéria, realizando tanto uma análise apenas do contexto português, como também a comparação deste com a realidade brasileira: Costa, 2008; Kovács, 2005; Estanque, 2005. Igualmente no Brasil, encontramos um vasto campo de investigação da temática em questão, onde podemos encontrar os seguintes autores: Antunes, 2004; Holzmann 2006; Pochmann, 2001. O que podemos avaliar é que tanto o quadro científico de Portugal como o do Brasil estão, atualmente, desenvolvendo investigações sobre as transformações do mundo do trabalho, diante do contexto da globalização e de como este contexto e essas mudanças estão afetando e alterando a nossa interpretação sobre o movimento sindical e seu papel perante a sociedade.

No entanto, podemos constatar também que em ambos os países existe uma carência em dois aspectos nos quais essa tese pretende se inserir e dar um contributo adicional. O primeiro diz respeito à investigação sobre o setor de serviços e sobre o movimento sindical ligado a este setor. São poucos estudos realizados, tanto em Portugal, como no Brasil, que

abordam esse aspecto (Kovács, 2005; Casaca, 2005; Guimarães, 2006; Tolfo, Philipi e Picinin, 2006). O segundo aspecto que trataremos aqui é o que diz respeito à análise do movimento sindical do setor de serviços inserido no processo de globalização, onde, cada vez mais, as regras e estruturas das relações laborais assumem um caráter global. Nesse domínio podemos citar entre outros investigadores: Costa (2005), Santos (2005), Webster e Lambert (2005), Estanque (2005) e Waterman (2005).

Acreditamos que no contexto onde as tomadas de decisões e ações, que acabam por desenvolver ainda mais o quadro de precarização do trabalho, são cada vez mais centralizadas e globais, é de grande importância o desenvolvimento de investigações que abordem as realidades e potencialidades do movimento sindical nos seus vários espaços de atuação, desde o local até o global.

Dessa forma, o movimento sindical é exposto a uma nova realidade e a novos desafios. Nesse momento novas demandas são colocadas perante o movimento sindical, e o Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritório e Serviços de Portugal (CESP) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços (CONTRACS) não estão livres desses questionamentos, uma vez que nas suas bases sindicais estão as categorias de trabalhadores que foram brutalmente afetados pela globalização e precarização do trabalho. A devastadora desregulamentação dos direitos do trabalho, o aumento da subproletarização do trabalho, que veio com a implementação do trabalho precário, trabalhos temporários, parciais, juntamente com um grande processo de terceirização do trabalho, são fatores fundamentais que favorecem o processo de precarização do trabalho (Estanque, 2005).

Frente a este problema, o movimento sindical passou a ter grandes interrogações quanto a sua atuação junto a sua base e a própria sociedade. Essa situação passou a ser debatida, mas muitas questões ainda estão em aberto. Alguns problemas foram levantados, entre os principais está a necessidade de se elaborar um programa alternativo, que consiga englobar a grande quantidade de trabalhadores que vivem nas condições desumanas da informalidade. Diante dessa questão, a investigação sobre a temática proposta torna-se cada vez mais necessária para que possamos entender a dinâmica do movimento sindical e as transformações sociais que estão ocorrendo a nossa volta.

Como podemos perceber, o movimento sindical foi duramente atingido pelas diversas transformações que afetaram o mundo do trabalho no final do século XX e que continuam a afetar até os dias atuais (Costa, 2012). Porém acreditamos que o sindicalismo ainda tem uma

grande importância na sociedade, pois a organização sindical é um instrumento dos trabalhadores que expressa as relações sociais existentes. Dessa forma, compreendemos que o movimento sindical ainda possui um papel fundamental, mas não exclusivo, no incentivo à transformação social (Santos e Costa, 2005).

Diante disso, acreditamos que a investigação dos discursos e práticas do CESP e da CONTRACS sobre precarização do trabalho no contexto da globalização, no período de 2007 a 2014 possui diversos fatores que evidenciam a importância da sua realização. Fatores esses que iremos elencar a partir de agora.

Um dos primeiros fatores que iremos expor é o referente à escolha do setor de serviços para a nossa investigação. Essa escolha deve-se ao fato de ser no setor de serviço que encontramos categorias com alto grau de precariedade do trabalho. É nesse setor que podemos evidenciar as principais políticas de flexibilização e precarização imposta pelo processo de globalização. O setor de serviços é um dos setores que mais crescem nessa nova conjuntura de trabalhos precários em que estamos inseridos. Dessa forma, o estudo desse setor é importante para que possamos compreender como o mundo do trabalho está se organizando hoje em dia e como uma importante parcela da sociedade está sendo atingida, não só objetivamente como subjetivamente, por transformações que colocam a classe trabalhadora em condições cada vez mais precárias.

Vale salientar os números que confirmam como o setor de serviços vem crescendo tanto no Brasil, como em Portugal. No Brasil, em 1998, o setor de serviços representava 56,6% dos postos de trabalho, o que significava 39.599.121 de trabalhadores em números absolutos. Em 2005 esse percentual passou para 57,9%, o que representava 50.425.096, Em 2012 esses números chegam a 63,1% dos postos de trabalhos ocupados. (DIEESE, 2007; PNAD, 2012). Já em Portugal, em 1998, o setor de serviços tinha um percentual de 51,3% dos postos de trabalho, o que representava em valores absolutos 2.463.000 trabalhadores. Em Setembro 2008 esse percentual passou para 59%, o que representava 3.069.200 trabalhadores. Em 2013, devido a crise pela qual Portugal passa, os números de trabalhadores no setor de serviços foram reduzidos para aproximadamente 2.800.000 (Banco de Portugal, 2008; INE, 2014). Observando esses números podemos perceber como o setor de serviços é importante para as respectivas economias nacionais. Dessa forma, fica patente a importância da realização de investigações que analisem como as relações laborais estão se desenvolvendo nesse setor que abarca tantos trabalhadores nos países em questão.



Com relação a escolha de Portugal e Brasil e respectivamente a opção pelo CESP e da CONTRACS existem alguns pontos que devem ser abordados. Em primeiro lugar, a análise comparativa entre Portugal e Brasil deve-se ao fato do primeiro representar um país localizado em um bloco de países de economia central (União Européia) porém assume um papel periférico no contexto europeu. Já o Brasil representa um país localizado na “semiperiferia” mundial, mas que assume um papel central no quadro de países de economia emergente. Dessa forma, é interessante observamos como países com papéis inversos às áreas que ocupam foram atingidos pelo processo de globalização. Como segundo ponto está o fato desses países terem saído, quase na mesma época, de regimes autoritários e ditadura militar, sendo Portugal em 1974 e o Brasil em 1985. Esse aspecto deve ser levado em consideração pelo fato de que essas transformações políticas que os países viveram em épocas contemporâneas vão ser de grande importância para a estruturação e posicionamento político das estruturas sindicais em questão (Costa, 2000). Com relação à escolha do CESP e da CONTRACS, esta deve-se ao fato de serem as maiores organizações sindicais do setor de serviços, em seus respectivos países.

Outros aspectos relativos à escolha dessas estruturas sindicais são os seguintes: a) mesmo sendo o CESP um sindicato e a CONTRACS uma confederação, os dois têm um carácter de representação nacional, ambos são estruturas nacionais; b) o outro aspecto é referente à filiação desses sindicatos às centrais sindicais dos seus respectivos países. De um lado o CESP filiado à Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP), e do outro lado a CONTRACS, filiada à Central Única dos Trabalhadores (CUT). Isso deve ser levado em consideração pelo fato dessas centrais sindicais, em seus respectivos países, representarem, historicamente, setores do movimento sindical de oposição e combate às políticas geradoras da precarização e exploração do trabalhador, ao contrário das outras principais centrais sindicais que disputam espaço com a CGTP e a CUT. Como o caso da União Geral dos Trabalhadores (UGT) em Portugal. E da Força Sindical (FS), no Brasil, que foi formada e é dirigida por setores conservadores da sociedade brasileira, que durante anos implementaram a agenda neoliberal do capital internacional.

No que diz respeito à opção de analisarmos o discurso e práticas dessas estruturas sindicais, no que se refere à precarização do trabalho no contexto da globalização, temos que observar os seguintes pontos: 1) para desenvolver o tema proposto, é fundamental entendermos qual a idéia e discursos que as organizações sindicais em questão têm sobre

precarização do trabalho. Pois, são essas compreensões e práticas discursivas que podem determinar os caminhos que as organizações sindicais irão seguir para responder as demandas que lhes são impostas; 2) diante de um contexto “globalizado”, onde cada vez mais as decisões são tomadas num nível global, onde o processo de precarização apresentase em um nível global, e onde as desigualdades se desenvolvem no âmbito global, é importante analisarmos qual o discurso e práticas dessas organizações sindicais com relação a precarização do trabalho, levando em consideração o contexto internacional; 3) a necessidade de compreender como se dão as micro-relações nessas estruturas sindicais. Dessa maneira pretendemos analisar como o CESP e a CONTRACS organizam sua dinâmica interna e estruturam suas relações com seus sindicatos locais e com os trabalhadores sindicalizados. Dessa maneira, compreenderemos como essas estruturas sindicais analisadas estão, ou não, se organizando para combater a lógica da globalização hegemônica e da precarização do trabalho no setor de serviços.

O período a que essa investigação pretende cobrir é de 2007 a 2014, pois temos como intuito a realização de uma investigação que tenha como campo de análise discursos e práticas contemporâneas a nossa pesquisa. Pois além de querermos encontrar uma realidade atual, ainda temos o propósito de construir uma pesquisa num contexto em que estamos inseridos, e onde podemos observar, no transcorrer da investigação, as transformações sociais e discursivas, que irão afetar não só o nosso objeto de análise, como a própria sociedade.

Além da importância científica dessa temática, temos que salientar também sua relevância social. Vivemos em um contexto onde, cada vez mais, as relações e condições de trabalho são abordadas e questionadas em diversos setores da sociedade, seja em Portugal ou no Brasil. Dessa forma, compreendemos a necessidade de se desenvolver mais investigações que contribuam cientificamente para a compreensão das transformações do mundo do trabalho e do movimento sindical. Investigações essas, que através da observação e comparação de diferentes realidades, possam encontrar semelhanças e diferenças, que nos ajudem a entender a dinâmica social em que estamos inseridos.

Diante do exposto anteriormente, sobre o mundo do trabalho e a necessidade de investigá-lo, trazemos aqui nessa tese a importância de analisar os discursos e práticas do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritório e Serviços de Portugal (CESP) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços (CONTRACS), no que

diz respeito a precarização do trabalho, no contexto da globalização, no período de 2007 a 2014.

Para responder o nosso objetivo central nessa tese trazemos também uma série de objetivos específicos, que a partir das suas respostas, contribuiriam para responder a questão central de tese abordada anteriormente. Entre esses objetivos estão: a) A importância de identificar os posicionamentos políticos e possíveis mudanças no discurso do CESP e da CONTRACS durante o período estudado. Para analisarmos os discursos desses sindicatos, se faz necessário analisar o contexto em que esses são produzidos e as posições políticas dos sindicatos, para termos a noção se práticas e discursos estão afinados; b) É de suma importância analisar a documentação produzida pelas estruturas sindicais, para encontrar possíveis orientações sobre a temática precarização. Uma vez que o pano de fundo dessa tese é o tema precarização laboral, é necessário a busca de respostas sobre os discursos e construções desses sindicatos sobre o tema precarização; c) Temos também que observar, a partir da análise dos discursos e documentação, as principais ações práticas das estruturas sindicais em questão. Para o objetivo dessa tese, compreender os discursos e as práticas dos sindicatos sobre o tema em questão são aspectos indissociáveis; d) Outro fato de extrema importância é investigar como é construída a estrutura de rede do CESP e da CONTRACS com seus sindicatos locais. Nesse objetivo, temos que analisar como essa rede é elaborada desde a direção até a base das estruturas sindicais em questão (CESP e CONTRACS), e também qual é a relação dessas com seus sindicatos filiados; e) Uma vez que estamos nos debruçando sobre a temática de precarização do trabalho no setor de serviços, é compreender quais são os “grupos alvo” das políticas de intervenção e mobilização do CESP e da CONTRACS. Temos que ter a dimensão de quais são as parcelas de trabalhadores, que as estruturas sindicais em questão, centralizam suas atuações, assim como saber os motivos dessa centralização; f) Outro objetivo necessário de ser analisado é observar se as práticas e discursos do CESP e da CONTRACS estão se caracterizando como um sindicalismo corporativista, apenas como prestador de serviços, ou como um sindicalismo de contestação e mobilização. As transformações do mundo do trabalho também fez com que o movimento sindical sofresse profundas mudanças. Entre uma dessas transformações está o papel do sindicato. Se este tem um papel apenas de prestador de serviços para sua base sindicalizada. Ou se este tem um papel mais ativo na sociedade, contestando as práticas que levam à precariedade laboral; g) Observar ações para a construção de um sindicalismo

transnacional, em uma lógica de globalização contra-hegemônica. Este último objetivo será melhor tratado na conclusão, uma vez que aponta para uma contestação do quadro de precariedade laboral da contemporaneidade, e construção de uma lógica que vai confrontar a globalização hegemônica.

Diante do exposto faz-se necessário relatar como a tese está dividida e o que debatemos em cada capítulo, para que assim se visualize melhor como os objetivos aqui elencados foram trabalhados. Sendo assim, de maneira sucinta abordamos aqui as principais temáticas que encontramos em cada capítulo.

No primeiro capítulo apresentamos uma análise sobre o modelo hegemônico de globalização. Observamos o contexto social, político e econômico no qual o atual processo de globalização surgiu e ganhou força na sociedade contemporânea. Debatemos nesse capítulo quais as diferenças dessa globalização que vivemos hoje em dia, para momentos históricos anteriores de relações produtivas globais. Como sabemos a globalização é um processo complexo, não apenas de ser compreendido, mas também de ser assimilado nas mais variadas partes do mundo. Tendo isso em mente, analisamos o modelo de globalização hegemônico como sendo algo complexo e heterogêneo que afetou e continua influenciando o nosso cotidiano. Para isso partimos do princípio de que este modelo de globalização trouxe vários benefícios para a sociedade contemporânea, principalmente com o desenvolvimento de novas tecnologias de comunicação e informação. Porém a globalização também foi e é disseminador de várias desigualdades ao longo das últimas décadas.

Para realizar esse debate, utilizamos autores como Castells, Boaventura Sousa Santos e Held, para compreendermos como esse processo de globalização contribui para avanços sociais significativos, mas também possui uma lógica hegemônica, trazida e regulada pelo Consenso de Washington. Lógica esta que foi aplicada, de diferentes formas e em diferentes momentos, pelos mais variados lugares (Castells, 2009; Santos, 2005; Held, 2009). Analisamos como modelos políticos, como o neoliberalismo por exemplo, trouxeram a aplicabilidade da lógica dessa globalização hegemônica, gerando quadros de desigualdades e aumento da exploração social.

Ao debatermos a globalização hegemônica, é importante também trazeremos para o debate a importância das multinacionais nesse quadro. Durante as últimas décadas o poder e influência das multinacionais nas políticas nacionais dos mais variados países se tornou uma realidade. Para observarmos essa relação, analisamos as alterações econômicas e

políticas implementadas pelo processo de globalização hegemônica. Essa análise sobre a globalização hegemônica, também é permeado pelo debate sobre a atual crise econômica pela qual passa o sistema capitalista. É impossível fazer uma análise do processo de globalização, sem se compreender essa crise, como sendo um crise desse próprio modelo de globalização. Essa análise que fizemos é superficial, no momento em que ela aborda apenas o início dessa crise, uma vez que o desfecho desta ainda não vislumbramos.

Seguindo com o objetivo desta tese e com o quadro contextual da globalização hegemônica abordado, partimos, num segundo momento, para uma análise mais aprofundada sobre o mundo do trabalho e suas alterações nas últimas décadas. Após a conceitualização de trabalho, escolhemos fazer esse debate seguindo uma linha históricas das alterações do mundo do trabalho e como a precarização laboral se apresentava em cada momento histórico. Partimos primeiramente pela compreensão do que é o fordismo, assim como o contexto seu histórico de surgimento e desenvolvimento. Apresentamos nesse momento como a precarização do trabalho se enquadra com o modelo fordista de produção. Seguindo a linha histórica, passamos a debater um contexto de grandes alterações no mundo laboral, que diz respeito ao momento de transição entre o fordismo e a acumulação flexível. Mostramos aqui como e por quais motivos os modelos baseados na acumulação flexível ganharam terreno face o fordismo. Apresentamos também toda a gama de precarizações vindas com a aplicação desses modelos estruturados na acumulação flexível.

Após essas análises sobre as evoluções e transformações dos modelos produtivos, iniciamos o debate sobre o setor de serviços e as precarizações laborais oriundas deste. Para isso, iniciamos o debate com a conceitualização de “serviços” e a evolução deste conceito nas últimas décadas. Posteriormente, observamos como se deu o avanço do setor de serviços nos setores produtivos nas últimas décadas. Aliado a essa análise, abordamos as várias formas de precarização presentes no setor de serviços.

Com a dimensão sobre as alterações do mundo do trabalho debatida, traçamos como está a situação do trabalho no Brasil e em Portugal, assim como a precarização nesses dois países também. Traçamos a evolução do trabalho e da precarização deste nesses dois países de 2007 até 2014. Observamos aqui o quadro da precarização do trabalho no setor de serviços tanto no Brasil, como em Portugal.

Depois de debatermos o mundo laboral e as suas mudanças, assim como a evolução desta precarização no setor de serviços notadamente no Brasil e em Portugal, faz-se

necessário um debate sobre sindicalismo. No terceiro momento desta tese, debatemos o movimento sindical e sua evolução histórica no Brasil e em Portugal. Em uma breve apresentação, observamos em que contextos o movimento sindical brasileiro e português surgiram, e como foram suas evoluções ao longo dos séculos XX e XXI. Abordamos aqui a formação de suas principais centrais sindicais (CUT e CGTP) e como estas trabalham e se articulam para combater a precarização laboral. Após essa abordagem, relatamos o surgimento e evoluções dos sindicatos analisados nessa tese (CONTRACS e CESP), e suas análises e ações para combater a precarização do trabalho no setor de serviços.

O quarto capítulo é referente a metodologia que utilizamos para coletar o material e analisá-lo. Nesse capítulo abordamos a forma como essa tese foi construída, bem como a forma como o trabalho de campo foi organizado e efetuado. É nesse capítulo que observamos as nossas hipóteses de pesquisa para a temática em questão.

É no quinto capítulo que trazemos os dados coletados e analisados, que nos ajudaram a responder os objetivos dessa pesquisa elencados anteriormente. Organizamos o quinto capítulo a partir de categorias de análise, que nos ajudaram na sistematização e compreensão do material analisado. A construção dessas categorias de análise é relatada no capítulo quatro, onde, de maneira separada, debatemos sobre como essas categorias podem nos ajudar na compreensão do material, e nas respostas dos nossos objetivos. Essas categorias são as seguintes: 1<sup>a</sup>) Precarização do trabalho; 2<sup>a</sup>) Fragmentação e sua relação com a precariedade; 3<sup>a</sup>) Estruturas de rede; 4<sup>a</sup>) Instrumentos e práticas de intervenção; 5<sup>a</sup>) Qualificação profissional; 6<sup>a</sup>) Relações do CESP e CONTRACS com seus respectivos governos; 7<sup>a</sup>) Políticas de ações transnacionais. Em cada uma dessas categorias analisamos os discursos dos sindicatos em questão sobre estas. Por vezes, dentro de cada categoria precisamos fazer divisões temáticas para melhor compreender as construções discursivas dos sindicatos. Em todas as categorias, paralelamente a compreensão sobre cada temática em cada sindicato, realizamos também uma comparação entre as posições, visões e ações desses sindicatos. Com esta análise e comparação poderemos ter uma melhor compreensão e respostas aos nossos objetivos e hipóteses de pesquisa.

No último capítulo relembramos os principais temas debatidos no transcorrer dessa tese. Realizamos também uma comparação entre os dados analisados do CESP e da CONTRACS. A partir dessa comparação observamos as semelhanças e diferenças entre discursos e práticas dos sindicatos aqui analisados.



## 1 - SOBRE GLOBALIZAÇÃO HEGEMÔNICA

As últimas décadas foram marcadas por transformações que afetaram o mundo em diversas das suas esferas (econômica, política, social e cultural). Mudanças essas que alteraram não só as estruturas da sociedade, como também chegaram no cotidiano dos indivíduos, seja objetivamente, ou mesmo subjetivamente. Esse conjunto de mudanças foi condensado em um processo amplo, complexo e de difícil caracterização que ficou popularmente conhecido como globalização<sup>1</sup>. Amplo, por abranger diferentes setores da estrutura social, e por gerar transformações em nível global, de diferentes formas e em momentos distintos. É complexo e de difícil caracterização pelo fato de que ao mesmo tempo em que ajuda a transformar as estruturas sociais em um nível global, ainda faz com que se desenvolva uma interligação entre essas estruturas e suas transformações. Para Held, a globalização não se trata apenas de relações econômicas, comerciais e políticas, é também um processo cultural, social e ambiental, que afetou e continua afetando a vida dos indivíduos Held (2009). Dessa maneira, para entendermos as mudanças que ocorreram no mundo do trabalho e na própria sociedade, é de grande importância que entendamos como surgiu e como se estabeleceu o processo a que chamamos de globalização. Estamos cientes de que existem vários conceitos e formas de encarar a globalização. Aqui, vamos esclarecer como entendemos esse processo, como acreditamos que ele surgiu e suas principais características e consequências. Com isso, poderemos perceber melhor as alterações no mundo laboral.

Antes de mais nada se faz necessário diferenciarmos nossa visão sobre o surgimento da globalização, com relação a algumas teorias que colocam a globalização como sendo um processo que já tem origem a muitos séculos. Dessa forma, achamos importante expor as diferenças de o que entendemos por globalização, das transformações globais que ocorreram nos séculos anteriores. É conhecido que alguns autores, como Wallerstein (2005), defendem a idéia de que a globalização já existe a muitos séculos, e que as relações globais dos séculos XV e XVI são um ótimo exemplo para demonstrar isso, onde de acordo com o autor, podemos observar o caso das relações globais entre Europa e Américas para notarmos que

---

<sup>1</sup> O termo globalização utilizado nesse capítulo deve ser compreendida dentro de um conceito de globalização hegemônica. O debate sobre globalização contra-hegemônica será realizado no fim dessa tese.



essas trocas econômicas, sociais, políticas e culturais entre regiões globais já existiam a muitos séculos. Com relação a esse aspecto, Castells (2009) defende que existe uma diferença entre economia global e economia mundial. Ele, Braudel (1967) e Wallerstein (1974), já trabalhavam a idéia de que a economia mundial já existia desde o século XVI. Porém, para Castells, existe uma diferença fundamental entre esses dois tipos de economia. A economia mundial existia de fato desde muitos séculos, porém a economia global só passa a existir a partir do século XX, com a chamada “revolução informacional e tecnológica”. A diferença para Castells se baseia no fato da economia mundial nunca ter tido a capacidade de funcionar, de fato, em tempo real e em escala planetária. Só no séc. XX, com o advento da revolução citada acima, a economia vai passar verdadeiramente a funcionar de forma global. Porém o autor admite nem tudo é global nessa nova economia. Para ele, a distribuição de emprego, a produção e as empresas ainda estão distribuídas de forma local e regional (Castells, 2002).

Acreditamos que o processo de globalização pelo qual passamos é impar por uma série de aspectos. A 1ª característica específica da recente globalização é que nos últimos 30 anos acompanhamos uma grande mudança na noção de tempo e espaço. Com as evoluções tecnológicas, tanto no âmbito da informação, como na dos transportes, notamos que podemos estar fisicamente ou virtualmente (com o auxílio da internet) em qualquer parte do mundo em poucas horas ou segundos (OIT, 2005). Utilizando Simões, podemos observar que com o processo de globalização o mundo “encolheu” e as distâncias, sejam reais ou virtuais, diminuíram. Houve, o que Simões chama, uma “conectividade global”, onde surgiu também um sentimento de proximidade entre diversas partes do globo, mesmo se observarmos os países com graves situações sociais (Simões, 2008). O desenvolvimento da internet foi de extrema importância para a estruturação do mercado internacional contemporâneo, cada vez mais baseado na especulação financeira, e onde a comunicação rápida e eficaz são indispensáveis (Dowbor, 2001). O 2º aspecto para entender a particularidade da globalização que acompanhamos hoje em dia ser diferente das relações globais de anos e séculos anteriores é compreender qual o papel do Estado. Nos séculos XV e XVI, por exemplo, podemos observar que os Estados-nação tinham um papel central e regulador nas trocas econômicas e comerciais. Os Estados-nação contemporâneos estão, cada vez mais, sendo impelidos a adotar um papel de “coadjuvantes” nas relações econômicas globais. Com a internacionalização do capital, o papel do Estado como

regulador é substituído por uma lógica de flexibilização e internacionalização das relações econômicas. Com essa mudança, as fronteiras econômicas que separavam os Estados-nação passam a ser, cada vez mais, invisíveis, onde as relações econômicas internacionais passam a ser controladas por grandes estruturas internacionais, criadas pelo grande capital, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM) (Burawoy, 2000).

Após debatermos sobre o que faz da globalização um processo diferente de outras relações globais de tempos anteriores, acreditamos que é importante acompanharmos como se originou o processo globalizacional, quais foram os principais aspectos que deram origem a esta gama de transformações pelas quais o mundo vem passando.

Alguns teóricos, como Castells, defendem a idéia de que a globalização foi algo que ocorreu de forma espontânea, devido ao desenvolvimento das tecnologias da informação. Para ele, a globalização e a nova economia global, advinda desse processo são ao mesmo tempo: informacional, global e em rede. A informação aparece como central nessa teoria de Castells. Dessa maneira, os avanços na tecnologia da informação se tornam fundamentais para entender a nova lógica do capitalismo internacional, e como este se estabelece globalmente através da idéia de rede. O desenvolvimento das tecnologias da informação passa a ser o principal fator para o alcance global dessa nova economia internacional, e das transformações vindas com a globalização. Dessa maneira, o autor credita o surgimento dessa nova economia, e seu estabelecimento internacional às novas tecnologias de informação e conhecimento. Inclusive, relembra a importância dessas novas tecnologias na própria cadeia de produção. Defende que esse modelo informacional caracteriza o modelo econômico emergente, e que irá se manter como sua principal características durante as próximas décadas (Castells, 2009).

Ao observarmos a teoria de Castells para o surgimento da globalização e da nova economia mundial, percebemos a importância e o papel que o desenvolvimento de novas tecnologias de informação tem na globalização e no mundo que nos cerca. Porém, não acreditamos que esse seja o ponto central que deu origem ao processo de globalização. Nesse aspecto, preferimos seguir como referencial teórico aqueles que defendem que a globalização foi iniciada por decisões políticas, feitas pelos Estados de economia central. Dessa forma, podemos observar na citação de Boaventura Sousa Santos que:

A globalização resulta, de fato, de um conjunto de decisões políticas identificadas no tempo e na autoria (...) Não podemos esquecer que em grande medida, e

sobretudo ao nível econômico e político, a globalização hegemônica é um produto de decisões dos Estados nacionais. (Santos, 2005: 56).

Sendo assim, percebemos que a globalização foi derivada de uma gama de mudanças políticas e econômicas, engendradas pelos Estados de economia central, e que estes não foram apanhados de surpresa, por uma onda de tecnologia, de informação e de mercado, mas sim, estavam cientes das decisões que estavam tomando em defesa de um determinado modelo de globalização (Fitoussi e Rosanvallon, 1997; Santos, 2005; Held, 2009).

Para delimitarmos suas origens, podemos utilizar Santos e Held, para quem o Consenso de Washington (CW) se constituiu como o “estopim” do processo de globalização. O CW foi uma reunião dos países de economia central em 1989, onde se tinha como idéia principal criar novas normas e regulações para a economia internacional. E a partir dessas novas regulações delimitar o papel que os Estados teriam diante dessas novas mudanças. Temos que estar cientes que as alterações impostas pelo CW foram sentidas em todo o mundo. Porém, é mais importante ainda compreendermos que tanto essas alterações, como a própria globalização foram realizadas e sentidas de diferentes formas e em diferentes momentos nos diversos cantos do mundo (Burawoy, 2000; Santos, 2005; Held, 2009).

O Consenso de Washington tinha como intuito sugerir aos Estados algumas adequações (econômicas, políticas e sociais), para que estes não ficassem excluídos das transformações do sistema financeiro internacional, implementadas pelo grande capital. Segundo Held, o Consenso de Washington tinha na sua agenda econômica alguns eixos principais entre eles: 1) Comércio livre; 2) Liberalização do mercado de capitais; 3) A desregulamentação dos mercados; 4) A transferência de setores estruturais públicos para o setor privado; 5) O controle rigoroso dos gastos públicos em áreas sociais; 6) O equilíbrio orçamental (Held, 2009). É interessante observarmos cada um desses eixos para notarmos quais foram as premissas em que foi embasado esse modelo de globalização.

Em relação ao comércio livre, podemos observar que o comércio internacional sempre foi importante, no que diz respeito à ligação entre as economias nacionais. Nessa nova economia, o comércio, mesmo sendo menos importante do que o processo de internacionalização de investimentos e produção e do que a integração financeira global, ainda possui um papel importante (Tyson, 1992; Krugman 1995). Com o advento da nova economia global, o comércio internacional cresceu muito nas últimas duas décadas do século

XX. Podemos observar esse crescimento tanto nos países de economia central, como nos países em desenvolvimento. Para Castells, esse crescimento do comércio internacional deve-se a quatro fatores: 1º) a mudança setorial do comércio internacional; 2º) a diversificação do comércio internacional, aumentando um fluxo de transações com países em desenvolvimento; 3º) “a interação entre a liberalização do comércio global e a regionalização da economia mundial”; 4º) a construção de redes de comércio entre empresas de diversas regiões do mundo (Castells, 2009).

Desde 1960, o comércio internacional abarca o comércio de bens manufaturados como grosso dos seus números, diferentemente das primeiras fases do comércio internacional, quando o comércio de matérias-primas assumia o principal posto. Porém no transcorrer da nova economia internacional do final do século XX, podemos acompanhar uma diversificação no comércio internacional, onde aparece com uma crescente importância a comercialização internacional de serviços, favorecida pelas políticas de liberalização econômica.

Com essa crescente importância do comércio internacional de bens e serviços, podemos acompanhar também, o crescimento da desigualdade dentro desse tipo de comércio. O conhecimento e o controle passa a ser importante no processo de desigualdade gerada nesse setor. Desigualdade essa caracterizada na balança comercial entre os países desenvolvidos e os países em via de desenvolvimento. Esses últimos responsáveis pelo comércio de produtos e baixa tecnologia e por serviços de baixo conhecimento. Enquanto os países desenvolvidos são responsáveis pelo comércio de produtos de alta tecnologia, juntamente com serviços que operam com alto conhecimento. É aqui que podemos acompanhar o padrão desigual de distribuição de tecnologia e conhecimento nas diversas partes do mundo, revelando assim o lado desigual do processo de globalização pelo qual passamos nas últimas décadas. Dessa forma, Castells observa que a tecnologia, o conhecimento, os recursos humanos e a infra-estrutura passaram a ter grande importância na nova conjuntura da divisão internacional do trabalho (Castells, 2009; Banco Mundial, 1998).

O que podemos perceber, é que mesmo com a expansão do comércio internacional, com essa economia globalizada não notamos aqui um reequilíbrio no campo desse comércio. Encontramos os países de economia central como dominantes no cenário do comércio internacional, e o surgimento de um pequeno grupo formado pelos países em desenvolvimento, sobretudo na Ásia, responsáveis pela exportação de manufaturas. Convém

salientar que no final do século XX as economias da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) foram responsáveis por 71% de todas as exportações de bens e serviços, mesmo representando apenas 19% da população mundial (Castell, 2002).

Uma das premissas do processo de globalização do final do século XX foi a da crescente liberalização do mercado, através da implementação de diversas políticas, que visavam cada vez mais uma menor intervenção do Estado na economia nacional e internacional. Porém, Castells chama a atenção que ao mesmo tempo em que essa política era construída pelos países de economia central, foram se formando blocos econômicos, com uma forte tendência para a regionalização da economia, como foram os casos da União Européia, NAFTA (Tratado Norte-Americano de Livre Comércio) e Mercosul. E esse processo de regionalização da economia acabava por gerar uma série de medidas protecionistas. Esse aspecto acabou por desenvolver uma idéia de economia global regionalizada, onde essa se dava através de um comércio global entre as regiões comerciais. Esse comércio se caracterizava por uma crescente liberalização comercial dentro das regiões, porém com fortes medidas protecionistas nas relações comerciais fora da determinada região. Contudo, essa contradição não coloca o processo de globalização em oposição à regionalização citada acima. Estudos do final do século passado observaram que na realidade, o processo de globalização e as formações dos blocos econômicos acabaram se complementando. Isso se observa pelo fato de a regionalização do comércio se complementar com o comércio intra-regional. Assim sendo, o comércio dentro das regiões determinadas pelos blocos econômicos cresceu paralelamente ao comércio entre essas regiões (Held, 1999; Anderson e Norheim, 1993).

Podemos notar a partir das formações dos blocos econômicos, desde a Ásia, até as Américas, passando pela Europa, os seguintes aspectos: 1) que a União Européia aparece não mais como um simples bloco econômico, mas como um Estado em rede; 2) que o NAFTA (Tratado Norte-Americano de Livre Comércio) é apenas uma extensão da economia americana, onde o Canadá já fazia há muito tempo parte dessa economia, e que o México, com esse bloco passou a fazer parte, como exemplifica o programa das maquiladoras; 3) se reconhece como interessante o Mercosul, porém ainda embrionário, mas que aponta positivamente para uma independência das economias Latino-americanas em detrimento dos EUA (Castells, 2009).

Com a liberalização do mercado, notamos que a economia e o mercado de bens e

serviços se dão cada vez mais no âmbito global e que os países perderam protagonismo face às empresas e às redes de empresas de caráter globais. Essas empresas buscam vender em todo mundo independente de regiões e blocos econômicos. Porém, Castells chama a atenção para a importância que os países e os blocos econômicos têm perante essa globalização e liberalização do mercado mundial. Para ele as empresas multinacionais são apenas uma parte da história, do outro lado estão os governos e as instituições internacionais, que têm o papel e o dever de adotar e aplicar medidas que fiscalizem o livre comércio (Castells, 2009).

Ainda sobre a liberalização dos mercados de capitais e desregulamentação dos mercados, podemos notar que os mercados financeiros, com o advento da globalização estão cada vez mais internacionalizados, globais e interdependentes. Hoje em dia o capital é gerido 24 horas por dia, realizando movimentações incessantemente, e com o intervalo espaço tempo insignificante, uma vez que com as novas tecnologias da informação, as operações financeiras são feitas, por mais que envolvam mercados distantes geograficamente, em poucos segundos. Com essa interligação global, as transações transfronteiriças aumentaram em um número estupendo, nos últimos 30 anos, nos países de economia central e nos países de economia emergente (Khoury e Ghosh, 1987; Chesnais, 1994; Heavey, 1994; Giddens e Hutton, 2000). O sistema bancário passou a interagir cada vez mais no âmbito internacional, através do investimento em títulos de mercados emergentes e empréstimos financeiros internacionais (Held, 1999).

Outro ponto importante de ser exposto, no que diz respeito ao desenvolvimento da globalização financeira, é o aumento do volume das transações monetárias, que acaba condicionando a taxa de troca entre moedas nacionais. Isso acaba por tirar a autonomia dos governos nacionais, no que se refere a questões monetárias e fiscais.

A interdependência global dos mercados financeiros se deve a cinco desenvolvimentos. 1º) A desregulamentação dos mercados financeiros na maioria dos países, a adoção de políticas de liberalização da economia, e de suas transações internacionais, a partir de políticas neoliberais. Essas medidas acabam tirando qualquer fronteira para o investimento financeiro, podendo assim, o grande capital tirar investimentos de qualquer parte do mundo para colocá-los onde bem entender. 2º) O desenvolvimento tecnológico e de informação, que fez com que fossem possíveis, além da troca de comunicação de qualquer parte do mundo em poucos segundos, transações financeiras que envolvessem grandes quantias de capital. 3º) O desenvolvimento do capital financeiro, onde se passa a investir em

uma nova forma de produto, que é o que Castells chama de “sintéticos”, como ações, títulos, e mercadorias que acabem por envolver várias economias nacionais. 4º) O capital especulativo, onde observamos uma movimentação especulativa, seja para ganhar vantagem numa valorização de títulos ou moedas, seja para evitar um possível prejuízo (Kristoff e Wyatt, 1999). 5º) Com o desenvolvimento desse capital especulativo, ganharam grande importância as agências financeiras, como a *Standard & Poor* ou a *Moody's* responsáveis por medirem o valor dos títulos e mercados e seus respectivos riscos. A importância dessas agências aumentaram tanto, que chegam a ser responsáveis, tanto pela avaliação de economias nacionais, como pelo estopim de graves crises financeiras em economias regionais e nacionais, por exemplo a Coreia do Sul em 1997 (Kim, 1998; Castells, 2009).

Uma vez que os mercados econômicos estão interligados e interdependentes, as economias nacionais também estão, juntamente com suas políticas monetárias e de juros. O fluxo e as operações de capitais se tornam cada vez mais globais e autônomas, já que não encontram fronteiras nas economias nacionais, e as instituições internacionais que deveriam regulá-las apostam cada vez mais na desregulamentação do mercado (Chesnais, 1994).

Durante a década de 1990 houve um processo que contribuiu para a liberalização do mercado, que foi a crescente aceleração da “internacionalização da produção, distribuição e gestão dos bens e serviços”. Para Castells isso se deu devido à três fatores: “1º) o crescimento dos investimentos diretos estrangeiros; 2º) o papel das multinacionais como produtoras na economia mundial; 3º) a formação de redes de produção internacionais” (Castells, 2009).

No que diz respeito ao investimento direto de capital estrangeiro (IDE), Castells salienta que esses investimentos ainda continuam concentrados nos países desenvolvidos, onde os EUA continuam liderando, mas com uma diminuição considerável nas últimas décadas (de 50% do IDE global na década de 1960, para 25% na década de 1990). Observamos que houve uma maior distribuição do IDE, mas os países que continuam responsáveis pela maioria desses investimentos são os desenvolvidos (onde em 1960 eram responsáveis por 2/3, e no final dos anos 90 eram responsáveis por 3/4), assim como ficam com a maioria dos lucros desse IDE. Porém, Castells observa que houve também uma diversificação dos locais onde o IDE era aplicado. Na década de 1990 houve uma crescente diversificação do IDE, onde se buscava aumentar os investimentos nos países em desenvolvimento. Sendo assim podemos observar que essa diversificação do IDE surgiu como consequência da internacionalização da produção (PNUD, 1999).

Castells trabalha com a ideia de que o crescimento do IDE está diretamente ligado a expansão das multinacionais no papel de produtores na nova economia global. Dessa forma consideramos que, o IDE passa a assumir, cada vez mais, a forma de fusões e aquisições de empresas, seja nos países desenvolvidos ou nos em processo de desenvolvimento.

Dessa maneira, observamos que os investimentos diretos estrangeiros são responsáveis por apenas 25% dos investimentos na produção internacional, sendo assim o IDE se caracteriza, principalmente, nas fusões e aquisições das multinacionais. Com isso, abordamos uma questão já trabalhada por Chesnais, que é a ideia de uma crescente oligopolização do grande capital internacional. Onde cada vez mais as multinacionais vão se fundindo ou adquirindo outras empresas, construindo cada vez mais um monopólio no mercado internacional. Com isso, salientamos que boa parte dos investimentos na produção internacional não se dá a partir de IDE, mas sim de diversas fontes de subsídios e investimentos que as empresas que fazem parte da rede das multinacionais vão buscar, seja em forma de empréstimos internacionais, ou seja, como subsídios governamentais (Castells, 2009; Chesnais, 1994).

Outro aspeto que merece ser tratado no eixo referente à liberalização do mercado, é o que diz respeito às multinacionais e seu controle cada vez maior sobre a economia global no que se refere à transformação setorial que ocorreu na composição das multinacionais na última metade do século XX. Para termos ideia, até a década de 50 a maior parte do IDE estava no setor primário. Porém na década de 70 o setor industrial passou a ser responsável, por 45,2% do IDE, enquanto que o setor primário já era responsável por apenas 22,7%, e o setor terciário aparecia já com 31,4%. Em 1994, já podemos ver a maioria do IDE no setor de serviços, com 53,6%, enquanto que o setor industrial subiu para 37,4% e o setor primário despencou para 8,7% (PNUD, 1999). Mesmo com esse quadro, as multinacionais, são responsáveis pela maioria das exportações mundiais de manufaturas. Dessa maneira podemos observar o domínio das multinacionais no mercado global. Com o aumento da indústria e dos serviços, percebemos também a expansão internacional dos bens e serviços, uma vez que as multinacionais e suas subsidiárias precisarão cada vez mais de estrutura de serviços necessária para se estabelecerem e operarem em um patamar mundial (Simões, 2008).

Partindo do princípio de que as multinacionais são uma peça-chave para entender o processo de globalização e de internacionalização da economia mundial, é tão importante



quanto saber como essas empresas se formam e onde estão localizadas. Dessa maneira, observamos que as multinacionais estão, na sua imensa maioria, sediadas em países da OCDE, e que os países em desenvolvimento contavam com cerca de 18% das multinacionais. Outro dado interessante se deve ao fato da empresa-mãe e suas filiais. Com relação a isso podemos notar que para as multinacionais que possuem a matriz em países desenvolvidos, estas possuem uma maior capacidade de atuar em diferentes partes do mundo, enquanto que as multinacionais onde a matriz se localiza nos países em desenvolvimento têm uma grande dificuldade de transnacionalização, principalmente para os países da OCDE (UNCTAD, 1998). Dessa maneira, Castells faz a seguinte pergunta: “Até que ponto são nacionais estas multinacionais?” (Castells, 2009).

Se torna interessante observar que em muitos aspectos as multinacionais possuem características nacionais. Podemos exemplificar essa posição em alguns exemplos, como: as ligações entre a empresa matriz com o seu local de origem seja culturalmente ou pelas ligações com o governo. Com relação às filiais, para os cargos que exigem altas qualificações, estão cada vez mais sendo levado em consideração o fator de ligação e familiarização do trabalhador com o local onde a empresa está localizada. No que diz respeito aos acordos políticos e econômicos com determinados governos, estes são cada vez mais baseados nos contextos nacionais em que a empresa opera. E na medida em que o processo de globalização vai se expandindo e as multinacionais vão ampliando sua rede de atuação, esses acordos vão se tornando cada vez mais particulares a cada realidade regional imposta. Porém salientamos a grande importância que as redes de produção e distribuição que se formam em torno das multinacionais têm. Onde observamos que essa rede passou a ter um peso cada vez maior no processo de condução da produção internacional de bens e serviços.

No que diz respeito ao eixo referente à transferência de setores estruturais públicos para o setor privado, podemos salientar os processos de privatização que ocorreram principalmente na última década do século XX. Com relação às privatizações ocorridas no fim do século passado, notamos que a América Latina serviu como uma espécie de laboratório, para que essas “experiências” econômicas fossem colocadas em prática para atender as novas demandas estruturais do sistema financeiro internacional. A partir dessas privatizações podemos perceber como os Estados, que aderiram a essa prática, passaram a perder o controle de empresas, antes estatais, para a iniciativa privada. Com isso os Estados-

nação passaram a abrir mão de setores fundamentais para o desenvolvimento dos respectivos países. Na última década do século anterior, podemos acompanhar uma corrida desenfreada da iniciativa privada para comprar empresas estatais, nos mais diferentes países do continente latino-americano, e dos mais diferentes setores. Setores fundamentais para um país, como abastecimento de água, eletricidade, telecomunicação, entre outros, foram vendidos por governos para empresas das mais diferentes partes do mundo. Porém, nesse processo de privatizações é interessante observarmos um aspeto. Os discursos feitos pela mídia e pelos governos neoliberais de que é necessário privatizar alguns setores estatais. O discurso do primeiro se baseou no mau atendimento feito por essas empresas estatais, e de seus gastos para o cofre público. Já o discurso feito pelos Estado se baseou na lógica do Estado mínimo, sendo que diante dessa nova realidade era necessário vender algumas empresas estatais para um melhor funcionamento dessas próprias empresas e para um reequilíbrio das contas públicas. Porém o que acabamos acompanhando, no caso do Brasil, por exemplo, foi um abandono sistemático e planejado de diversas empresas estatais, para que assim pudessem passar a imagem na mídia de que a privatização era o melhor recurso para reestruturar essas empresas.

Dessa maneira, no Brasil acompanhamos a venda de uma das maiores mineradoras do mundo (Vale do Rio Doce), por um preço irrisório e feita através de um processo que até hoje levanta suspeitas de irregularidade. Nesse mesmo país, no governo de Fernando Henrique Cardoso, acompanhamos a venda, na mesma lógica da Vale do Rio Doce, de empresas tanto federais, como estaduais.

Com relação ao controle dos gastos públicos em áreas sociais e ao equilíbrio orçamental, observamos que os países que corroboraram e aderiram às indicações do Consenso de Washington tinham que estabelecer metas econômicas e sociais estabelecidas pelo mercado financeiro internacional representado em instituições como o FMI e o Banco Mundial. Aqueles que recorreram a empréstimos ao FMI e ao BM tinham que controlar seus gastos públicos e equilibrar seu orçamentos ou poderia sofrer sanções e desconfianças do mercado internacional.

Como forma política de aplicação desses eixos, observamos a criação de um modelo político que ficou conhecido como “neoliberal”. Com a implementação da política neoliberal, acompanhamos que os Estados começam a abrir mão da sua posição de regulador econômico, e esse papel passa para as mãos do mercado financeiro global, onde através das

suas agências reguladoras internacionais (FMI e BM) passam a trilhar o rumo do grande capital (Dowbor, 2001; Santos, 2005). Com essa conjuntura, os Estados que apostaram no caminho neoliberal, passaram a assumir uma lógica de “Estado mínimo”, lógica essa que aponta para um Estado cada vez menos responsável por setores fundamentais (educação, saúde, transporte, energético, entre outros).

Para se colocar as políticas do CW em prática foram necessárias uma série de mudanças estruturais nos países que passaram a adotar essa agenda. Os países em via de desenvolvimento tiveram suas economias reestruturadas para atender as metas do FMI e do BM. Diante disso, e com o decorrer do tempo podemos agora observar o que resultou dessa agenda neoliberal empregada pelo CW. Para exemplificarmos essa realidade vamos expor os dados trazidos por Branko Milanovic.

1- Com relação à África podemos observar que mesmo com toda a reestruturação das economias nacionais para a agenda neoliberal, o PIB per capita do continente não sofreu alteração relativamente aos números de 20 anos atrás. Podemos constatar isso quando observamos que o PIB per capita de 24 países africanos é inferior aos números de 1975, e que em outros 12 países, do mesmo continente, se mostra inferior os números dos anos 60.

2- Na América Latina observamos violentas crises financeiras em países, notadamente Argentina, que meses antes eram um exemplo a ser seguido segundo o FMI e o BM.

3- No Leste europeu, uma considerável parte dos países que se desgarraram da Rússia em 1991 não tinham qualquer dívida e seguiram atentamente a agenda de reformas aconselhadas pelo FMI e BM. Ainda no final da década de 90 pudemos observar que seus PBIs tinham diminuído pela metade e que já não conseguiam pagar as dívidas que adquiriram no decorrer de 10 anos.

Para a Comissão Mundial sobre a Dimensão Social da Globalização, em um documento de 2005, esse modelo de globalização estabelecido vem trazer benefícios para uma parcela muito diminuta da população mundial, e em detrimento disso a maioria da população não tem voz para influenciar o atual curso da globalização. Para essa comissão, é necessário pensar numa globalização justa para a maioria da população, onde crie oportunidades para todos e não apenas para um seleto grupo social. A comissão acredita que a globalização seja uma oportunidade de se criar mudanças sociais que visem o aumento da liberdade, da democracia e do bem estar social. Existe a necessidade de participação de todos

os atores que integram o cenário da globalização, para que esta realmente represente um projeto coletivo. Os meios necessários para uma melhor distribuição das vantagens da globalização já existem o que falta é a construção de um projeto coletivo que vise isso. Salientam ainda, que para uma melhor distribuição social das vantagens da globalização e que para que esta seja mais justa, é extremamente necessário o respeito aos direitos humanos e que cada ator inserido nesse processo assuma a responsabilidade que lhe cabe nesse contexto. Diante disso, aumenta a importância de uma melhor governação sobre o processo de globalização, uma vez que passa a ser cada vez mais necessário um equilíbrio e uma melhor relação entre os progressos e as políticas econômicas, sociais e ambientais.

É inegável que a globalização trouxe uma gama de avanços para o mundo, avanços nas tecnologias de comunicação, gerando um novo cenário no campo da luta por direitos, no fortalecimento de identidades. Vários movimentos sociais utilizaram esse novo campo de disputa informacional, para atualizar suas bandeiras de luta e suas ações em âmbito internacional. Outra melhoria vinda com o processo de globalização foi a abertura das sociedades, gerando uma troca de conhecimentos e informações entre os mais variados países e culturas. O que queremos salientar aqui é que nem tudo na globalização é ruim e nem todos os males sociais vieram a existir apenas com a globalização. Porém, temos que encarar que o processo de globalização atual ou trouxe consigo, ou ajudou a ampliar um grande número de desigualdades econômicas, sociais, culturais e ambientais em diversas partes do mundo. E a atual direção que essa globalização está tomando sugere um maior aumento dessas desigualdades. Para a comissão, citada anteriormente, o atual modelo de globalização gera vantagens e riquezas, porém esses ganhos estão muito longe de chegar para a maioria da população, ficando limitado à determinados grupos e regiões. Outro aspecto analisado pela comissão é o que a riqueza é gerada pelo processo de globalização. Porém, os problemas sociais como a pobreza e as desigualdades sociais não são combatidos, e sim, em muitos casos são estimulados pela lógica da globalização.

As desigualdades geradas pelo processo de globalização podem ser entendidas também se levarmos em consideração o desequilíbrio entre os campos da economia, da política e do social. A comissão expõe que a economia está cada vez mais assumindo um caráter global, enquanto que as instituições políticas e sociais agem apenas nos campos locais, nacionais ou regionais. Outro aspecto que vem confirmar essa colocação é o do não funcionamento adequado das instituições globais que deveriam funcionar como vigilantes

do mercado global.

Diante disso, o desequilíbrio da economia global acaba impedindo uma globalização justa. Podemos encontrar esse desequilíbrio em vários setores da economia global. Em 1º lugar aumenta-se cada vez mais um desequilíbrio entre a economia global formal e a economia local informal. A maioria dos trabalhadores que laboram em condições de informalidade, que não possuem direitos e são colocados cada vez mais a margem social, não têm capacidade estrutural para ingressar num mercado globalizado. Um 2º ponto a ser analisado é o dos benefícios da globalização que não são distribuídos de forma equivalente entre os países e nem no interior desses da maioria dos países. Dessa maneira, um hiato cada vez maior se coloca entre ricos e pobres. Podemos exemplificar isso com o aumento do número de pessoas que vivem na pobreza, notadamente na África e na América Latina. O 3º aspecto abordado pela comissão é o do desequilíbrio das regras globais. Vivemos em um mundo onde as instituições econômicas controlam as regras globais e as estabelecem ou mudam de acordo com seus interesses. Por exemplo, os setores industrial e de serviços possuem uma atuação liberalizada no comércio internacional, enquanto que a agricultura é um setor fortemente protegido pelas economias nacionais. Outro exemplo de desequilíbrio das regras globais se encontra no fluxo de pessoas entre os países, que não possuem a mesma liberdade que o fluxo de bens e serviços. De acordo com a comissão, as regras globais são estabelecidas, normalmente, para beneficiar mais aos ricos em detrimento dos pobres, sejam esses países, empresas ou pessoas.

Diante desse quadro de desequilíbrio aprofundado pela globalização hegemônica, podemos acompanhar, segundo Held, que o caminho atual da globalização aponta para uma direção negativa, principalmente se analisarmos quatro aspectos: 1º) o colapso das regras de comércio internacional, levando para um ponto em que será cada vez mais difícil criar instrumentos que diminuam as desigualdades sociais; 2º) a incapacidade de avançar com políticas estabelecidas pelas Nações Unidas, que visam estabelecer os níveis humanitários mínimos para a maioria da população global; 3º) a incapacidade de agir, e formular ações diante do aquecimento global e das questões ambientais; 4º) o ataque sistemático aos acordos e ações internacionais, como também as Nações Unidas. Sendo assim, Held observa que o modelo atual de globalização hegemônica passa por quatro crises principais: a) a *crise comercial*, onde se coloca em questão a situação dos países pobres, e sua incapacidade de ingressar no comércio mundial marcado por regras dúbias e voláteis. Lembra ainda as fortes

barreiras comerciais que os países desenvolvidos, notadamente os membros da OCDE, interpõem sobre os países pobres, principalmente na área agrícola, impossibilitando assim um comércio internacional justo; b) a *crise humanitária*, onde observamos a não concretização dos objetivos de desenvolvimento do milênio. Onde foram estabelecidas metas de desenvolvimento em diversas áreas (educação, diminuição da pobreza, saúde e sustentabilidade ambiental) e que não foram cumpridas. Dessa maneira, observamos o não cumprimento dessas metas como uma diminuição da consciência humanitária internacional; c) a *crise ambiental*, que chama a atenção para a quase inércia das ações realizadas para combater o aquecimento global. Mesmo com diversos estudos, realizados em diversas partes do mundo, pelos mais diferenciados órgãos, que apontam para o aquecimento global como uma ameaça eminente, pouco, ou quase nada, foi feito pelos países mais desenvolvidos; d) a *crise da governação internacional*, onde Held observa que a partir dos ataques de 11 de Setembro, e da Guerra do Iraque, a ordem multilateral, construída pós II Guerra Mundial passou a ser substituída pela hegemonia norte-americana. Held passa a idéia de que a primeira década do século XXI foi marcada por um processo de perda de credibilidade das instituições de governação internacionais, como, por exemplo, a Organização das Nações Unidas (ONU), em detrimento da monopolização do poder em torno dos países mais ricos. Dessa maneira, observamos que na medida em que o processo de globalização avança, os destinos sociais, ambientais econômicos e políticos dos países se tornam mais interligados, e que o enfraquecimento das instituições de governação global, acaba sendo problemático para a construção de uma globalização mais justa (Held, 2009).

Para Held, uma das razões que faz com que os países pobres não se desenvolvam é a liberalização de capital. Para o autor, Geoffrey Garret demonstrou que um dos principais entraves para os países em desenvolvimento se desenvolverem não é o livre comércio, mas sim a livre circulação de capitais. Ao observamos alguns exemplos, podemos notar que nos países que controlaram mais os movimentos de capital e concomitantemente reduziram os impostos de fronteira tiveram um crescimento econômico maior do que os países que abriram suas balanças de capital. Porém ao observarmos essa colocação de Held temos que ter a clareza do perfil desses países. Acreditamos que os países em via de desenvolvimento e os que nem nesse nível chegaram são alvos mais fáceis de cederem e sofrerem as consequências das políticas neoliberais empregadas nas últimas décadas, do que os países de economia central, como, por exemplo, os EUA ou países da União Européia (Held, 2009).

O que podemos perceber é que o recuo das ações governamentais em áreas importantes de investimento social em detrimento do aumento das forças do mercado internacional, acaba por representar um aumento nas desigualdades sociais.

Observamos que com o aumento das desigualdades sociais, e de crises no próprio sistema financeiro o modelo de globalização pautado pelo CW começou a ser colocado em questão. Os números, de certa forma decepcionantes, em várias áreas, como: a econômica, a social, a ambiental e a de segurança, foram razões para que esse modelo, que já vem sendo aplicado a pelo menos duas décadas, fosse minimamente colocado em questão. Desde movimentos externos ao CW e seus interesses, como por exemplo, ONG's (Organizações Não Governamentais), movimentos sociais, ambientais e de diversos gêneros, até grupos econômicos que sempre estiveram ligados aos interesses defendidos no CW, como setores agrícolas e têxteis.

Como resposta a esse descontentamento, o FMI, o BM e outras instituições internacionais, passam a tentar dar uma resposta a essas indagações, principalmente àquelas vindas do seu interior. Para isso essas instituições viram a necessidade de abranger mais o CW, a partir da percepção da indispensabilidade da capacidade do Estado, nem mesmo que seja para este aguentar possíveis crises do sistema. Diante disso surge uma nova pauta, porém continuando a colocar como prioridade uma série de reformas estatais, para que dessa forma, as economias nacionais sejam “seguras” para o investimento do capital financeiro internacional. Essas reformas passam por reformas jurídicas, medidas anticorrupção, reformas administrativas, flexibilização do mercado de trabalho.

Para Held, essas reformas se basearam em um modelo anglo-saxônico, de gestão econômica e prática política, principalmente no que tange a flexibilidade do mercado de trabalho e regulamentação financeira. O autor conclui ainda que esse modelo traz na sua lógica uma visão de contemplar apenas a integração econômica externa e as regras da OMC (Organização Mundial do Comércio).

Outro aspecto abordado pela comissão mundial sobre a dimensão social da globalização, diz respeito à crescente tomada de postura de uma parcela da opinião pública contra o caminho de desequilíbrios tomado pela globalização. Ajudados pelo desenvolvimento informacional, parcelas da organizadas da sociedade e movimentos sociais acabaram se articulando e montando uma pauta comum internacional, onde pressionam cada vez mais instituições como a ONU, a Bretton Woods e a OMC para tomarem decisões que

tragam mais equidade e que demonstrem mais transparência para a sociedade. Atrelado a esse aspecto, podemos relatar que a comissão encara com grande preocupação a falta de controle internacional público sobre o mercado financeiro global. Diferentemente de algumas instituições de controle social, onde em um certo número de países, fiscalizam e dão um certo grau de legitimidade aos mercados nacionais, no nível global não existe. Com isso, segundo a comissão acima citada, acaba por ocorrer uma pressão do mercado financeiro global sobre as políticas econômicas nacionais, uma vez que não existe um órgão público, que de fato, fiscalize esse mercado financeiro. E com essa pressão muitos governos nacionais acabam vendo sua soberania nacional sendo ameaçada pelos interesses econômicos das grandes multinacionais e poderosos grupos econômicos.

### 1.1 - A CRISE FINANCEIRA

Ao observarmos os últimos anos, notadamente a partir de 2007, podemos notar que o modelo de globalização está passando por uma grave crise econômica, que acaba abalando outras estruturas sociais, como a ambiental, a social e a cultural. É importante percebermos como essa crise atual do sistema capitalista se deu, e se aprofunda cada vez mais, para entendermos quais são as consequências para o atual modelo de globalização, e consequentemente para a sociedade.

Os meados do ano de 2007 foram marcados pelo início de uma crise do sistema financeiro internacional. Teve início nos EUA e logo passou para a Europa. Na época, o Banco Central Europeu tinha como caracterização de que esta crise começou e se desenvolveu devido à falta de regulação e fiscalização do sistema financeiro. Para a entidade, houve uma melhoria dessa regulação, porém ainda existe muito para se avançar (Farto & Morais, 2008).

O que é certo é que os primeiros sinais dessa crise foram dados nos finais de 2005 e início de 2006 no setor imobiliário dos EUA. Com a descida do valor das habitações e aumento dos juros, acabamos por acompanhar o início de uma crise que está indo muito além dos mercados imobiliários. O que nos foi revelado com essa crise foi um jogo de especulação financeira, realizado por empresas, que buscavam, nas hipotecas dos imóveis financiados, ativos para criar fundos de investimentos. Com a diminuição do valor dos



imóveis, os fundos de investimentos também sentiram essa queda, o que acarretou expressivas perdas para as empresas que apostaram nesse tipo de investimentos (Farto & Morais, 2008).

A partir daí se iniciou uma bola de neve de incertezas e inseguranças do sistema financeiro. O que se pensava ser apenas uma crise de um determinado setor, em um específico país, e com empresas de segunda linha, se mostrou uma crise global do setor financeiro. Assiste-se a uma venda indiscriminada de ativos financeiros e movimentações de grandes grupos financeiros que pairavam o desespero. E, aliás, foi possível acompanhar algumas dessas movimentações nas seguintes empresas: em agosto de 2007 o BNP Paribas anunciou a suspensão de reembolso e valorização de três dos seus fundos de investimentos, o que representou o montante de 1,6 bilhões de euros. Poucos dias depois, o banco alemão *Bundesbank*, viu a necessidade de criar um plano de ação no valor de 3,5 bilhões de euros para evitar a falência do banco IKB. Exemplos como estes foram acontecendo em diversas partes do mundo (Farto & Morais, 2008).

A partir desse momento os Bancos Centrais começaram a ir em auxílio do mercado. O Banco Central Europeu injetou cerca de 94,84 bilhões de euros no mercado financeiro. A Reserva Federal norte-americana também tomou medidas para evitar um colapso do sistema financeiro. A partir desse momento, as economias Estatais estiveram tentando de qualquer forma acalmar o sistema financeiro. Porém o que acompanhamos, nas semanas seguintes a esses acontecimentos foi uma total falta de confiança em investimentos no sistema financeiro. Um aspecto que pudemos observar com essa crise é o da interdependência do sistema financeiro. No momento em que acompanhamos o agravamento de uma crise em um determinado setor, observamos como essa crise se espalhou e acabou se generalizando pelo resto do sistema (Farto & Morais, 2008).

Para compreendermos melhor os dados relacionados acima sobre a atual crise financeira, e a sua ligação com o modelo de globalização hegemônico, vamos recorrer a Mézáros. Para o autor, a atual crise pode ser entendida a partir daquilo que ele chama de “tríade pseudo-hegeliana”, que se baseia em “confiança – falta de confiança – superconfiança”. Tendo em vista essa teoria, podemos entender como o sistema econômico, fortalecido pelo processo de globalização hegemônica, passou por uma fase inicial de confiança. Após a implementação das propostas do Consenso de Washington, que já foi debatida anteriormente no início desse capítulo, observamos uma alta confiança, tanto do

sistema financeiro, como dos Estados, que apostavam nesse caminho globalizacional. Dessa época para os dias atuais acompanhamos que o sistema financeiro passou por algumas crises. Porém nenhuma delas foi tão profunda e tão ameaçadora como essa pela qual estamos passando. Diante disso, ocorreu uma grande falta de confiança no modelo financeiro e de globalização que estamos seguindo. Para encontrar uma saída que salvaguardasse o sistema financeiro e o modelo de globalização, foi criada, segundo Mészáros, uma idéia de superconfiança no sistema financeiro, que passava sobretudo pela intervenção do Estado neste (Mészáros, 2009).

Essa tríade, segundo Mészáros, moveu o debate do sistema capitalista ao tentar encontrar, ou convencer que a saída da crise se encontrava na intervenção estatal no livre-mercado liberal, antes intocável. O autor nos mostra nesse trecho as somas e endividamentos do sistema financeiro ao redor do mundo. É interessante percebermos como o ideário neoliberal é flexível e casuístico. Antes, quando a crise ainda não era tão visível e irreparável, a ideia de que o livre-mercado tinha que permanecer afastado das “garras” estatais o máximo possível era defendida com a máxima força, tanto pelas instituições financeiras, como pelos governos neoliberais. Porém, quando a crise se torna grave demais para o próprio mercado (inchado pelas economias financeiras) encontrar uma saída é necessário, e o Estado é logo visto como o salvador do sistema financeiro, e o único elemento possível para intervir e salvar a integridade dos grandes capitalistas que se encontram em crise devido às suas especulações financeiras (Mészáros, 2009).

É interessante observarmos como a crise atual é retratada pela imprensa que historicamente apresenta e representa a opinião dos grandes conglomerados financeiros. Ao observarmos o *The Economist*, em outubro de 2008, notamos como este definiu que a crise atual passa pelas dificuldades de “salvar o sistema”. Ao analisarmos o trecho abaixo, retirado do *The Economist*, de 11 de outubro de 2008, poderemos compreender o peso dessa crise para o sistema capitalista e para o processo da globalização hegemônica.

O dano para a economia real está se tornando aparente. Nos Estados Unidos, o crédito ao consumidor está se contraindo, e cerca de 150 mil americanos perderam os seus empregos em setembro, o recorde desde 2003. Algumas indústrias estão seriamente prejudicadas: as vendas de carros estão no seu mais baixo patamar em dezesseis anos, pois os potenciais compradores são incapazes de obter crédito. A General Motors fechou temporariamente algumas das suas fábricas na Europa. Por todo o globo indicadores prospectivos, como inquéritos de compras junto a administradores, estão terrivelmente sombrios (The Economist, apud Mészáros, 2009: 20).

Notamos no trecho acima, como crise afetou dois campos fundamentais do sistema capitalista e da globalização hegemônica. Primeiramente o sistema financeiro, através da perda de crédito de um setor da população. E o outro campo é o da economia real, onde houve e ainda há uma retração de algumas indústrias que representam importantes setores do grande capital.

Outro aspecto interessante a ser aprofundado aqui é a saída que o capital achou para a crise. A injeção de dinheiro estatal para tirar o sistema da bancarrota. Podemos observar isso mais uma vez a partir de trechos do *The Economist*:

A economia mundial está claramente com um aspecto fraco, mas poderia ficar bem pior. Esse é o momento de colocar dogma e política de lado e concentrar-se em respostas pragmáticas. Isso significa mais intervenção governamental e cooperação a curto prazo, mais dos que os contribuintes, políticos ou os jornais do livre-mercado normalmente gostariam” (In, Mézszáros, 2009, pp. 20).

É importante notarmos nesse trecho acima citado como a ideia de superconfiança desenvolvida por Mézszáros, a respeito do sistema financeiro é trabalhada. O fato de que numa mesma edição do *The Economist*, o periódico mencionar que essa crise passa por dificuldades de “salvar o sistema”, e ao mesmo tempo relatar que essa crise poderia ser “bem pior”, é no mínimo intrigante. Desde logo pelo fato de se tentar criar um clima de que é necessário confiar no sistema financeiro, e que as saídas para essa crise irão ser descobertas. Saídas essas que o próprio trecho acima faz questão de mencionar. A intervenção e “cooperação” estatal, mesmo a contragosto do próprio sistema, passou a ser a principal saída, e para muitos a única, dessa crise, em que ainda nos encontramos nos dias atuais.

Diante desse quadro de crise e a propósito dele vale a pena recordar o pensamento do próprio Mézszáros, o qual se ajusta bem ao contexto atual:

O autor (Martin Wolf), que é o principal comentarista econômico do Financial Times de Londres, esquece-se de fazer uma pergunta realmente importante: Ela funciona para quem? Se é que funciona. Certamente funciona, por enquanto (mas não tão bem), para os tomadores de decisão do capital transnacional, e não para a esmagadora maioria da humanidade, que tem que sofrer as consequências. E nenhuma integração jurisdicional advoga pelo autor – isto é, em linguagem direta, o maior controle direto sobre um deplorável “grande número de Estados” por parte de umas poucas potências imperialistas, especialmente a maior delas – vai conseguir remediar a situação. Na realidade, a globalização do capital não funciona nem pode funcionar. Pois não consegue superar as contradições irreconciliáveis e os antagonismos que se manifestam na crise estrutural global do sistema. A própria globalização capitalista é uma manifestação contraditória dessa crise, tentando subverter a relação causa/efeito, na vã tentativa de curar alguns efeitos negativos mediante outros efeitos ilusoriamente desejáveis, porque é

estruturalmente incapaz de se dirigir às suas causas (Mészáros, 2002: 75-76).<sup>2</sup>

Ao observar a citação acima, salientamos os seguintes pontos: 1) ao colocarmos o trecho acima, não queremos insinuar que acreditamos que nada na atual globalização seja positivo. Como já colocamos anteriormente nesse mesmo capítulo, acreditamos que existem pontos positivos no processo de globalização, e que não são apenas “efeitos ilusórios”. Aspectos como o desenvolvimento das tecnologias de comunicação são, ao nosso ver, positivos, não só para a população, como também para os movimentos sociais que utilizam esses meios para se organizarem internacionalmente, para combater os lados mais exploratórios e desiguais da globalização, que não são poucos; 2) compreendemos também que existem muitas desigualdades sociais, econômicas, culturais e ambientais que não surgiram com o atual modelo de globalização. Porém esse modelo ajudou, em muitos casos, a aumentá-las, como também já vimos no decorrer desse capítulo. O que queremos abordar aqui, é a necessidade de se repensar o modelo de globalização. A partir da agenda do trabalho digno da OIT refletiremos rapidamente sobre repensar esse modelo, a partir da temática do mundo do trabalho.

## 1.2 - A AGENDA DO TRABALHO DIGNO POR UMA GLOBALIZAÇÃO JUSTA

Acreditamos que para reverter a lógica da precarização do trabalho, tende a se agravar no transcorrer dos anos com esse modelo de globalização hegemônico. Temos que abordar temas e ações que promovam o debate sobre as relações laborais no contexto em que vivemos, e de como podemos pensar e agir para a promoção de um novo parâmetro das relações laborais. Parâmetro esse baseado em relações laborais mais justas e menos exploratórias. Dessa maneira, o programa “Trabalho Digno” desenvolvida pela OIT é um projeto que temos que analisar, para vermos as possibilidades de combater a precariedade laboral, nesse contexto de globalização hegemônica. Observamos que esta pauta da OIT acaba por buscar uma globalização mais justa. Desde 1999 o trabalho digno é um dos principais temas da OIT. Através de relatórios, conferências, diálogos e ações com os diversos parceiros sociais, a instituição tenta promover e aprofundar o debate e as ações que

---

<sup>2</sup> Essa citação foi feita como uma resposta de Mészáros a respeito do título do livro de Martin Wolf, intitulado: “*Por que a globalização funciona*”.

divulguem o tema do trabalho digno (Ferreira, 2008; OIT, 2006; OIT, 2009b).

Como construção do trabalho digno, a OIT elaborou documentos, onde propõe uma série de ações. Porém, acreditamos que com as tendências do mundo do trabalho apontando para uma maior precariedade em todas as regiões globais, juntamente com uma diminuição da proteção e do diálogo social, esta proposta pode ser pensada numa escala geográfica maior, uma escala global. Ações essas que devem pensar na criação de instrumentos que gerem trabalho digno, nas regiões mais críticas, e que mantenham as políticas de segurança laboral nos locais em que essas já existam. Essas ações passam por ações sobre determinados aspectos que, para a OIT, são determinantes para a construção do trabalho digno. Esses eixos temáticos e de ações são: a) uma geração de trabalho digno, produtivo, em condições de igualdade, liberdade, segurança e dignidade; b) uma maior proteção social para os trabalhadores; c) fortalecimento do tripartismo e do diálogo social; d) realizar ações para garantir uma globalização justa; e) igualdade de gênero (OIT, 2006).

Para o desenvolvimento desses eixos basilares do trabalho digno, o Estado passa a ter um papel preponderante. Nos baseando nos textos produzidos pela OIT, observamos que para aplicação de mudanças que possam gerar um menor grau de precarização, a incorporação da agenda do trabalho digno na pauta governamental é de grande importância. O desenvolvimento do trabalho deve estar inserido nas estratégias de desenvolvimento nacional. Porém temos que salientar que essas estratégias, no que se refere ao crescimento econômico, não devem ser estruturadas num crescimento por si só. Esse crescimento deve ser baseado para a resolução de um dos maiores problemas sociais, que é a concentração de renda. Dessa maneira, a geração de trabalho digno deve estar nas estratégias governamentais dos países, para que dessa forma, possa reequilibrar não só a distribuição de renda, como também garantir um crescimento econômico justo (OIT, 2006; OIT, 2009b).

Outro aspecto que temos que levar em consideração para a geração do trabalho digno é a importância do diálogo social entre os intervenientes, os atores sociais do mundo do trabalho. Com as alterações no mundo do trabalho oriundas do processo de globalização e das políticas neoliberais, as práticas do diálogo social e da concertação estão inseridas em um contexto neoliberal, que cada vez mais aposta no enfraquecimento dessas práticas. Na medida em que o sistema financeiro se organiza em nível internacional, as multinacionais acabam por se estruturar também internacionalmente. Dessa forma, as formas de regulação, de diálogo e de negociação, que se estruturam nos espaços nacionais, acabam sendo

enfraquecidas com a internacionalização do sistema financeiro e das relações laborais (Ferreira, 2004; OIT, 2006; OIT, 2009b). Para combater a atual debilidade do diálogo social, alguns autores debatem a idéia de desenvolver e fortalecer a transnacionalização do diálogo social (Costa, 2013; Costa e Costa, 2014). Podemos encontrar casos onde essa internacionalização vem sendo praticada. O primeiro seria a própria OIT com a divulgação da agenda do trabalho digno, onde o diálogo social aparece tendo grande relevância para o desenvolvimento dessa agenda. Outro exemplo que podemos citar é na União Européia, onde através dos Conselhos de Empresa Europeus (CEE's) os atores envolvidos podem dialogar e tentar chegar em um acordo para as questões laborais que podem envolver diferentes países europeus (Costa, 2013; Costa e Costa, 2014). Embora já existam ações com esse intuito, por exemplo na América Latina, acreditamos que o MERCOSUL (no contexto sul-americano) seria um espaço onde o diálogo social transnacional poderia ser desenvolvido e fortalecido, mesmo que esta entidade ainda não conte com a participação de todos os países da América Latina, mas acreditamos que seria um espaço para começar essa prática de diálogo internacional. Podemos observar como este ponto é importante para a OIT a partir da seguinte colocação:

La lucha contra la necesidad debe proseguirse con incesante energía dentro de cada nación y mediante un esfuerzo internacional continuo y concertado, en el cual los representantes de los trabajadores y de los empleadores, colaborando en un pie de igualdad con los representantes de los gobiernos, participen en discusiones libres y en decisiones de carácter democrático, a fin de promover el bienestar común (OIT, 2008: 23).

Outra questão interessante abordada pela OIT, que serve de defesa para a implementação do trabalho digno, prende-se com o fato de ser nos países onde existem um maior grau de desemprego e de precariedade laboral que a população acredita menos no sistema democrático. A partir de pesquisas, a OIT chegou a conclusão de que é nos países mais pobres, onde existem uma grande concentração de renda, uma alta taxa de desemprego e trabalho precário, que a população critica mais os dirigentes políticos e o sistema democrático. Sendo assim, a OIT acredita que, com a geração de trabalhos decentes, o que acarretaria numa melhor distribuição de renda e diminuição da pobreza, a população acabaria por compreender a importância de participação, de legitimidade e de fortalecimento dos sistemas democráticos (OIT, 2006).

Porém, para implementar os eixos fundamentais do trabalho decente é necessário superar alguns desafios que são colocados no caminho do combate a precarização do

trabalho. Entre eles podemos encontrar: a) crescimento econômico desigual; b) o não cumprimento de direitos laborais; c) o enfraquecimento da democracia; d) a constante retirada de mecanismos de proteção social; e) os altos índices de exclusão social (OIT, 2006; OIT, 2008; OIT, 2009b).

Para combater esses obstáculos podemos levantar aqui, apoiando-nos em alguns teóricos e em documentos da OIT, algumas medidas que podem ser tomadas. Tanto para combater essas dificuldades, como também para promover o trabalho digno. Com relação ao crescimento econômico, já falamos anteriormente, mas vale apenas retomarmos rapidamente. Para conseguir um crescimento econômico que não acabe concentrando renda nas mãos de poucos, é necessária uma política de geração de empregos não precarizados, para que estes possam gerar renda, redistribuir riqueza e combater a pobreza (OIT, 2006; OIT, 2008; OIT, 2009b).

Ao longo dessa tese levantamos questões referentes à diminuição, e em alguns casos, o fim de direitos laborais decorrentes da implementação das políticas neoliberais vindas com o processo de globalização hegemônica. Acreditamos que a mobilização pelo cumprimento e alargamento dos direitos laborais é um dos principais desafios encontrados pelos atores sociais que combatem a precariedade do trabalho. Pois a luta pelo cumprimento dos direitos laborais passa por questões que vão mais além do que o combate às políticas neoliberais que tentam cada vez mais encolher os direitos dos trabalhadores. Essa luta passa também em alguns momentos por questões e preconceitos que, às vezes, estão incutidos, inclusive, em alguns setores que combatem a precariedade, como por exemplo o combate à discriminação laboral seja ela de gênero, de raça, ou de qualquer outro tipo. O cumprimento dos direitos laborais, para a fomentação do trabalho digno passa também pelo combate ao trabalho infantil e pelo debate da qualidade e quantidade dos empregos. Vale salientar que o cumprimento dos direitos laborais não abrange apenas os trabalhadores formais e estáveis. Os direitos dos trabalhadores têm que ser alargados para os trabalhadores informais, pois é justamente nesse setor que encontramos um maior número de empregos precarizados (OIT, 2006; OIT, 2009b). É nesse âmbito de defesas dos direitos dos trabalhadores, que entra também a defesa do direito à liberdade sindical. Infelizmente, em algumas regiões o direito de ser representado e de representar os trabalhadores não é respeitado totalmente. Lembramos que para a promoção de um diálogo social coerente e democrático, o respeito à liberdade sindical é fundamental, para que desse modo possam ser negociados acordos que

realmente representem os interesses dos atores sociais envolvidos (OIT, 2006; OIT, 2008; OIT, 2009b).

Outro fator fundamental para o desenvolvimento do trabalho digno é o aumento do sistema de proteção social. Esse sistema não deve se basear apenas em melhorias da segurança e saúde no trabalho, embora estas sejam importantes. Para evoluir com o alargamento do sistema de proteção social, os Estados devem passar por profundas reformas políticas e estruturais. Dizemos isso pelo fato de que a orientação política e as estruturas governamentais da maioria dos Estados de economia central e semi-periféricos ainda estão baseadas no modelo neoliberal. Dessa maneira, para o aumento do sistema de proteção social, assim como para o cumprimento dos direitos laborais acima debatidos, se faz necessário uma mudança de paradigma político, que abandone a lógica financeira especulativa e se volte para políticas de geração de trabalhos decentes, combate a pobreza e distribuição de renda. Da mesma forma que os direitos dos trabalhadores têm que abarcar também os trabalhadores informais, é necessário também que o sistema de proteção social seja garantido para esses trabalhadores, que na sua maioria sofre com empregos precarizados (OIT, 2006; OIT, 2009b). A aplicação do trabalho digno requer um repensar do papel do Estado e das instituições envolvidas nas relações laborais, assim como repensar o próprio modelo de globalização.

Observamos como o processo de globalização hegemônica foi criado, se desenvolveu e transformou radicalmente o nosso dia a dia. Vimos quais são suas principais características, suas estruturas, e como adentrou e mudou diversos patamares da vida social, seja localmente, ou globalmente. Observamos também, como podemos repensar esse modelo através das relações laborais. A partir do capítulo 2, compreenderemos como essa globalização hegemônica ajudou a transformar também o mundo do trabalho em que estamos inseridos. Debateremos quais são, e como se dão as transformação laborais desde o século XX, até o nosso cotidiano.





## 2 - O MUNDO DO TRABALHO E O SETOR DE SERVIÇOS: SUAS TRANSFORMAÇÕES E PRECARIZAÇÕES

É interessante como sempre falamos de trabalho, mas pouco pensamos sobre os vários significados e a importância que essa palavra possui para a sociedade. O que pretendemos neste capítulo é realizar um debate sobre esse mundo do trabalho que nos cerca, analisando suas características e transformações. Também se faz necessário, já que é um dos pontos centrais desta tese, elaborar uma observação sobre o processo de precarização que vem afetando vários países na primeira década do século XXI. Dessa forma, nesse capítulo, explanamos diferentes significados do conceito de *trabalho*, para que possamos embasar e esclarecer melhor a nossa visão sobre o processo de precarização que assolou o mundo do trabalho. Debates aqui como o setor de serviços se estruturou, e vem sendo palco de relações laborais precárias. Analisamos também como está a situação do trabalho em algumas regiões do mundo, notadamente América Latina (Brasil) e Europa (Portugal). Abordamos, no final do capítulo, a pauta do programa “trabalho digno”, desenvolvido pela OIT, para tentar controlar e diminuir a precariedade laboral atual.

### 2.1 - VISÕES SOBRE TRABALHO

Poderíamos conceituar trabalho da seguinte forma: “**Trabalho** *sm.* 1. Aplicação das forças e faculdades humanas para alcançar um determinado fim. 2. Atividade coordenada, de caráter físico e/ou intelectual, necessária à realização de qualquer tarefa, serviço ou empreendimento. 3. Trabalho (2) remunerado ou assalariado; serviço, emprego. 4. Local onde se exerce essa atividade. 5. Qualquer obra realizada. 6. Esforço incomum; luta, lida.”<sup>3</sup> Mas acreditamos que seria muito simplório tratar dessa forma um tema que é de grande importância para a sociedade, e que serve, na nossa visão, como categoria central da organização social. Dessa maneira, acreditamos que se faz necessário, nesse momento, um

---

<sup>3</sup> Definição retirada de: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. 1985. *Dicionário Aurélio*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Nova fronteira.

debate mais aprofundado sobre a categoria *trabalho* e seus muitos significados.

O conceito *Trabalho* sempre foi muito disputado e ganhou, através das décadas, várias significações, que vão desde o seu sentido mais amplo, que defende que o trabalho é o ato do Homem em transformar a natureza utilizando-se de meios e capacidades mentais e físicas, até interpretações que dizem que o *Trabalho* na sociedade capitalista contemporânea é o sinônimo apenas de “emprego” (Outhmaite & Bottomore, 1996; Freire, 1997).

Nas ciências sociais existem inúmeras teorias que tentam analisar as várias características e diferenciações que constituem o *mundo do trabalho*. A grande maioria dessas análises parte da divisão do trabalho para explicar as diferenças existentes no centro das funções e atividades criadas no complexo mundo do trabalho (*idem*, 1996).

Na visão apresentada por Marx, em *O Capital*, o trabalho assume uma forma de consumo de energia, seja física ou mental, para a produção de bens e serviços que serão utilizados para a reprodução da vida humana, individual e social. Para Marx e Engels, na *Ideologia Alemã*, a divisão das classes sociais (burguesia e proletariado) e a base da dominação e da exploração social estão localizadas essencialmente na apropriação privada dos meios de produção, estando também inseridas a divisão entre trabalho intelectual e manual (Marx e Engels, 1977). Marx observou, em *O Capital*, que a única forma de sobrevivência para o trabalhador livre, neste ambiente de acumulação do capital, é a venda da força de trabalho em troca do salário. Neste momento, Marx fez uma separação entre força de trabalho e trabalhador. Para Marx, o capitalista compra no mercado de trabalho a força de trabalho.

Sendo assim, a quantidade de trabalho no mercado vai estar ligada ao modo organizativo do processo de produção que tenta promover uma cooperação do trabalhador com o intuito de anular alguns aspectos de resistência ao trabalho. Esta forma de controle do trabalhador, através da cooperação, onde são criados vínculos de confiança entre a chefia e os subalternos, é implementado pelo fato de ser extremamente útil em um local de trabalho no qual não há condição de controlar todos os trabalhadores diretamente (Rueschemeyer *in* Liedke, 2002; Alves, 1999).

No capitalismo, o trabalho assume uma nova configuração. Segundo Marx e Engels, “a ostentação do trabalho como atividade econômica separada de outras dimensões da vida social e individual como, a organização familiar, a religião, a sexualidade, a política, são implementadas por uma hegemonia da ideologia e cultura burguesa. O trabalho desta forma

é incorporado pela ideologia burguesa como categoria universal e fundadora de toda a vida social de forma independente de seu contexto histórico” (Liedke, 2002; Alves 1999).

O trabalho passa a ter uma função também **na** ou **para** a produção, onde possui uma referência fundamental do processo de socialização e reconhecimento social do indivíduo. Dessa forma, o não trabalho, ou o desemprego, também passa a ter um importante papel, que é o de criar uma tensão social tanto no indivíduo como na sociedade (Liedke, 2002).

Ao longo do século XX, o mundo do trabalho sofreu profundas transformações a partir das reestruturações do sistema capitalista. Essas mudanças ocorreram em todas as instâncias do trabalho, desde os processos de produção, até a flexibilização dos direitos trabalhistas, atingindo a subjetividade do trabalhador. Dessa forma, essas transformações, que serão debatidas mais adiante, acarretaram grandes modificações não só no processo de produção e na classe trabalhadora, mas também na concepção do que seria o verdadeiro papel do trabalho. Novas teorias surgiram questionando o papel social que teria o trabalho, diante de tantas mudanças (Alves, 1999). Muitos teóricos, como Claus Offe, acreditaram que o trabalho perdeu a sua centralidade e importância como organizador da sociedade (Offe, 1989).

Contudo, defendemos que o trabalho ainda mantém a sua centralidade como agente transformador da sociedade, pois embasados em estudos desenvolvidos a respeito da centralidade do trabalho na sociedade, acreditamos que as mutações pelas quais passaram a classe trabalhadora, advinda da precarização do mundo do trabalho no final do século XX e XXI, não alteraram o âmago do trabalho, nem da classe trabalhadora. O que podemos acompanhar é uma metamorfose do trabalho e da classe trabalhadora, criando novas características para ambas, mas sem por um fim no “sentido ativo, central, transformador e de sociabilidade contemporânea do trabalho e da classe trabalhadora” (Antunes, 2003 a).

Levando em consideração os escritos de Lukács, retomados por Antunes (2003. b.), podemos observar que o trabalho possui um elemento fundador do ser social, que podemos ver com mais clareza na seguinte citação:

Somente o trabalho tem na sua natureza ontológica um caráter claramente transitório. Ele é em sua natureza uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto com a natureza inorgânica (...), quanto com a orgânica, inter-relação (...) que se caracteriza acima de tudo pela passagem do homem que trabalha, partindo do ser puramente biológico ao ser social (...). Todas as determinações que, conforme veremos, estão presentes na essência do que é novo no ser social, estão contidas in nuce no trabalho. O trabalho, portanto, pode ser visto como um fenômeno originário, como modelo, protoforma do ser social

(Lukács, 1980: IV – V apud Antunes, 2003 b).

## 2.2 - AS MUDANÇAS NOS PROCESSOS PRODUTIVOS.

Após a análise feita sobre o tema *trabalho*, a partir desse momento esse capítulo dedica-se ao debate sobre a precarização do trabalho. Analisamos como essa transformação do mundo do trabalho, no qual estamos inseridos, ocorreu em um nível global, como e quando este acontecimento “chegou” ao Brasil e Portugal, alterando nossa visão sobre trabalho e relações laborais. Observamos, principalmente, como essas transformações modificaram, sobretudo, o setor de serviços e os trabalhadores nele empregados e acabaram por gerar uma série de desigualdades e precariedades na sociedade contemporânea.<sup>4</sup>

Na última metade de década e 1970, mas principalmente na década de 1980, os países de capitalismo avançado passaram por profundas mudanças no mundo do trabalho, que alteraram não só a forma de produção, como também toda a lógica laboral, que vai desde as relações de trabalho no interior das organizações, até as representações sindicais da classe trabalhadora. Silva relata que esse “a reestruturação produtiva em geral é entendida por uma gama ampla de fenômenos que na verdade não se refere apenas à execução do trabalho direto” (Silva, 2004: 140) Dessa forma, o que podemos perceber e debater, nesse capítulo, é que essas transformações no mundo do trabalho não afetaram o trabalhador apenas no sentido objetivo; essas mudanças alteraram também a subjetividade desse trabalhador (Antunes, 2003 a; Tumolo, 2002).

O que podemos perceber é que na década de 1980, nos países centrais, ocorreram grandes transformações tecnológicas, o que proporcionou um grande avanço nas áreas como robótica, microeletrônica, automação etc. Diante dessas mudanças, os processos de produção se modificaram e novas relações de trabalho foram construídas a partir dessas mudanças. Sendo assim, podemos observar que o fordismo já não era mais o único processo de produção adotado pelas grandes indústrias e organizações. Com o passar do tempo foram surgindo novos processos de produções, entre os quais o que mais se destacou foi o modelo japonês, conhecido também como toyotismo (Estanque, 2005; Harvey, 1989; Silva, 2004).

---

<sup>4</sup> Entendemos como classe operária os trabalhadores envolvidos no setor de produção. Como classe trabalhadora compreendemos o conjunto geral de trabalhadores envolvidos nas diversas áreas de trabalho.

### 2.2.1 – O Fordismo

O fordismo foi um processo de produção criado e desenvolvido pelas indústrias Ford, uma das principais produtoras de automóveis do mundo, ainda no início do século XX e que foi difundido e amplamente adotado no conjunto do setor produtivo. Como principais características do fordismo podemos elencar as seguintes: a) produção em massa, de produtos homogêneos; b) os trabalhadores das organizações, onde se adotou o fordismo, eram desqualificados e tinham apenas uma função dentro da linha de montagem; c) tinha uma produção extremamente centralizada, verticalizada, o que quer dizer que a indústria era responsável por todo o processo de fabricação do produto final; d) era um processo de produção que utilizava o tempo como controlador da produção. Para trabalhar com essa questão de produzir mais no menor tempo possível, o fordismo utilizou-se do Taylorismo, que é um método que tem como base o aumento da produção em um tempo menor, utilizando-se da racionalização do processo produtivo. O Taylorismo aplicava um controle do trabalhador e do seu ritmo de trabalho, com vista em diminuir o “tempo perdido” e os movimentos desnecessários para a produção. A questão da homogeneização dos produtos produzidos no sistema fordista se deve, em muito, a baixa concorrência que as indústrias encontravam no mercado (Antunes, 2003 a; Harvey, 1989; Silva, 2004; Braga, 2012).

Como vimos, esse sistema de produção controlou durante quase todo o século XX os processos de produção das grandes organizações e estruturou uma forma de controle não só da produção, mas também do trabalhador, tanto no “chão de fábrica”, na linha de montagem, quanto na própria sociedade. Segundo Harvey, o que havia de novo no fordismo era a falta da compreensão de que para manter uma produção de massa era necessário um consumo de massa. Com isso, criou-se uma conjuntura onde era preciso não apenas transformar e modernizar o processo de produção, era necessário também garantir uma sociedade com condições sociais mínimas para consumir essa produção e fazer a máquina capitalista girar (Harvey, 1989). Para Gramsci, o fordismo estava forjando, não apenas um novo trabalhador, mais uma nova sociedade. Onde todos os patamares sociais estavam ligados, desde o produtivo até o familiar (Gramsci, 1985). Para comprovarmos isso, basta lembrarmos que na Ford a jornada de trabalho diária era de oito horas, valendo ao trabalhador 5 dólares. Essa jornada e remuneração devem-se ao fato de fazer com que o trabalhador tivesse mais horas

de lazer, para que assim pudesse também consumir os produtos.

Porém o sistema fordista não se estabeleceu facilmente fora dos EUA. Inclusive dentro dos EUA, boa parte dos trabalhadores da Ford eram imigrantes. Harvey elenca alguns fatores para essa resistência inicial ao fordismo: 1ª) o ritmo de trabalho exercido no fordismo não era bem aceito. A realização de atividades laborais, na sua maioria repetitivas, juntamente com técnicas tayloristas de controle de produção encontravam resistência por parte dos trabalhadores e de suas representações sindicais. Na Europa por exemplo, o fordismo só conseguiu se estabelecer e ampliar nos anos de 1950; 2ª) a falta de uma política de intervenção estatal que fosse capaz de equilibrar o desenvolvimento do sistema capitalista, juntamente com o desenvolvimento social e o modelo produtivo empregado. Políticas estatais que não foram formuladas cedo. A crise dos anos 30 foram esclarecedoras, no que diz respeito, à necessidade de se criar regras e controles estatais para que o sistema capitalista sobreviva e para que se criem condições da sociedade alimentar esse sistema. Porém no pós-guerras (1945) foi que observamos a tentativa de se criar essas reformas políticas (Harvey, 1989).

Foi em 1945 que se deu início ao conhecido Estado de bem-estar social, que durou até 1973. Esse período também ficou conhecido pelos “trinta anos gloriosos”. Essa época foi marcada por transformações, que acabaram por levar o fordismo ao topo do seu desenvolvimento. Esse período foi caracterizado por uma profunda intervenção estatal, no sentido de garantir uma evolução do sistema capitalista com segurança. Seguindo a teoria de Keynes, era necessário que o Estado formulasse políticas com o fim de fazer com que o sistema capitalista progredisse de forma segura mesmo que isso significasse um lucro menor (Harvey, 1989).

Para o estabelecimento desse Estado de bem-estar social, foi necessário o comprometimento de uma série de atores sociais envolvidos no sistema produtivo. Primeiramente o grande capital, que teve de aceitar um maior controle estatal do sistema, assim como uma diminuição do seu lucro real. O Estado que criou uma série de normas regulativas, com vista a um aumento do desenvolvimento econômico e social, em detrimento desses garantir um maior consumo de produtos, fazendo com que o sistema lucrasse. E por fim a participação dos trabalhadores organizados, que teriam novas responsabilidades no sistema produtivo e mercado de trabalho. Com relação a esses últimos atores, vale salientar que o movimento sindical foi duramente atacado tanto pelas empresas,

como pelos Estados, através de leis regulatórias, para que aceitassem esse “pacto social”. Diante disso, observamos que o sindicalismo sofreu fortes ataques, que visavam o recuo da mobilização sindical e de suas bandeiras de luta, em detrimentos dos ganhos salariais estabelecimento das políticas sociais desenvolvidas pelo Estado (Harvey, 1989; Braverman, 1974).

Os Estados passaram a garantir que a procura por produtos estivesse sempre disponível para que as empresas pudessem escoar sua produção. Essa garantia era realizada através de políticas econômicas e sociais. As econômicas se davam a partir de políticas fiscais e monetárias. As sociais eram realizadas com o intuito de fazer o salário do trabalhador render o máximo possível, para que esse tivesse poder de compra. Isso era feito através de um maior cobertura oferta pública de saúde, educação e seguridade social. Sendo assim o Estado tinha um papel fundamental no estabelecimento do estado de bem-estar social (Harvey, 1989; Gramsci, 1985). De certo modo, os Estados-nação que aplicaram essa fórmula keynesiana de gerir a economia, independente de orientação política, acabaram tendo uma alta no crescimento econômico e nos padrões sociais.

Diante desse quadro de aumento do crescimento econômico, dos padrões de vida das sociedades (dos países de economia central), e do estabelecimento do fordismo como um modelo de produção que tinha influência, não apenas no interior das empresas, mas na organização social, era necessário também pensar numa reestruturação do consumo. Como já tínhamos citado anteriormente, para o sistema capitalista suportar um modelo de produção em massa, era necessário também um consumo de massa. Dessa forma, os anos pós-guerra foram marcados também pela reestruturação para um modo de vida padronizado e de consumo de massas (Harvey, 1989).

Diante desse contexto de busca de um mercado consumidor cada vez maior, houve uma grande expansão de investimentos internacionais, para criar o ambiente que o fordismo precisava para crescer. Dessa maneira, nos anos pós-guerra houve uma série de investimentos internacionais, primeiramente na Europa e Japão. Com esses investimentos foi-se consolidando um mercado consumidor global, onde além de consumir os produtos industrializados, passaram a necessitar também de novos serviços. Várias outras atividades do setor de serviços foram crescendo e se expandindo geograficamente, à medida que era criada essa massa global de consumidores. Serviços como: saúde privada, seguros, turismo, hotéis, transportes. Vale salientar que todo essa expansão do sistema capitalista se deu sob o



controle dos EUA, através do acordo de Bretton Woods (1944), que fixou o desenvolvimento global ao dólar e políticas monetárias norte-americanas (Harvey, 1989).

Porém esse novo modelo social não chegou para todos. Enquanto o sistema capitalista tentava criar uma sociedade de consumo de massas, os benefícios sociais prometidos pelo Estado de bem-estar social não chegaram para a maioria dos países, ficando restritos aos países de economia central. E mesmo nos países de economia central existia a exclusão que se baseava em etnia e gênero. Dessa forma, percebemos que enquanto a propaganda de uma vida melhor, que abria as portas para o consumo de vários produtos, antes inatingíveis, prosperava, as condições econômicas e sociais para a maioria da população global não evoluía (Harvey, 1989).

Quando acompanhamos a evolução desse modelo de produção e consumo de massas fora do eixo dos países de economia central, notamos a grande disparidade entre as condições laborais existentes. A maioria do mercado de trabalho era caracterizada por baixos salários, fraca regulamentação e discriminação étnica e de gênero (Harvey, 1989; Hirata, 2002; Silva, 2004). Diante dessa realidade, boa parte da população influenciada por esse modelo capitalista estava excluída e não conseguiria ascender ao tão propagandeado consumo de massas.

Com isso as insatisfações com as exclusões sociais foram dando voz a atores conhecidos e novos atores. Com o crescimento da mulher no mercado de trabalho, na sua maioria em relações laborais precárias, movimentos feministas foram ganhando espaço e força no campo do mundo do trabalho (Hirata, 2002). As insatisfações estavam cada vez mais visíveis e o movimento sindical passava por um momento delicado, uma vez que tinha de contestar um modelo que servia aos interesses dos trabalhadores sindicalizados (Braga, 2012).

Com isso, o Estado tinha que atuar para manter tanto a ordem social, como os interesses do modelo capitalista. Para isso, os Estados tinham que investir uma carga maior do seu orçamento em salários sociais, para que os excluídos entrassem no modelo de consumo de massas. Os países periféricos são um exemplo clássico dessa política global, que prometia um desenvolvimento, que nunca chegou de fato, em troca de um mercado consumidor integrado ao modelo fordista (Harvey, 1989).

### **2.2.2 – A transição do Fordismo para a Acumulação Flexível.**

Ainda na década de 1960 o modelo fordista parecia que passava, ou iria passar por uma grave crise. Após Europa e Japão já terem sido reestruturados, para atender a demanda da produção de massa, a sua demanda interna já não dava mais conta de absorver a massa de produtos ofertados. Era necessário então expandir e desenvolver outros mercados consumidores. As multinacionais passaram então a relocar suas estruturas produtivas em países periféricos, que garantissem um menor custo relativo aos encargos fiscais e laborais, sejam salariais ou relativos aos direitos trabalhistas. Com isso, a hegemonia industrial dos EUA passou a ser colocada em cheque, uma vez que, tanto a Europa, como o Japão, também partiram para um processo de industrialização. A concorrência do mercado produtivo internacional aumentou consideravelmente, colocando assim uma data de validade ao acordo de *Bretton Woods* (Harvey, 1989; Alves, 2007).

Harvey salienta que essa crise do fordismo se deve ao fato de ser um modelo que é inflexível, e que a única maneira que esse sistema tem para se adaptar às mudanças produtivas internacionais é a partir da intervenção estatal através de políticas monetárias.

Porém, com um contexto de superprodução, e de acirrada concorrência internacional, as balanças monetárias dos países de economia central entraram em um forte desequilíbrio, aumentando assim a inflação. Concomitantemente, as empresas multinacionais tinham um excesso produtivo, tanto em produtos fabricados, como em equipamentos parados. Juntamente a esse contexto, podemos acrescentar a crise do petróleo de 1973, quando os países da OPEP, aumentaram o preço do petróleo e os países árabes suspenderam a venda do combustível para os países ocidentais. Com isso se gerou um quadro de grande crise do capital e do modelo fordista (Harvey, 1989).

O sistema capitalista viu então a necessidade de se reestruturar novamente. As décadas de 1970 e 1980 foram marcadas por uma série de transformações no mundo do trabalho. Partiu-se então para uma série de inovações, tanto tecnológicas, como de produção e nas relações laborais. O fordismo não era o único processo de produção dentro do sistema capitalista. Foram surgindo e crescendo novas formas e metodologias de organização e de produção, bases para uma nova lógica do capitalismo. Agora uma lógica onde a concorrência entre as organizações passou a ser um ponto crucial dentro do planejamento e estratégia das

empresas. Com essa realidade foi vital para as organizações a implementação de novas tecnologias e formas de controle do trabalho, onde se possa lucrar mais sem a necessidade da contratação de mais trabalhadores (Estanque, 2005; Alves, 2007; Krein, 2013; Standing, 2013, 2014).

Para falarmos desse processo de reestruturação do capitalismo, que acabou gerando todo um quadro de precarização do trabalho, podemos utilizar um termo que é amplamente divulgado pelos estudiosos da temática, que é a acumulação flexível (Casaca, 2010; Standing, 2013). Como aborda Krein, “as profundas mudanças que têm ocorrido nos países centrais desde 1980 têm levado a deterioração dos indicadores do emprego e à maior flexibilidade nas relações laborais” (Krein, 2013: 29)

Para falarmos desse processo de reestruturação do capital, ocorrido na metade do final do século XX, ao qual damos o nome de acumulação flexível, é preciso compreender que essa reestruturação do capital se baseou em três princípios, que são: 1) a utilização cada vez maior da tecnologia; 2) tem como visão o aumento do lucro; 3) este crescimento do lucro se dá através de uma maior exploração do trabalhador no espaço da produção (Antunes, 2003 a; Harvey, 1989; Alves, 2007; Casaca, 2010; Standing, 2013).

A acumulação flexível surge da necessidade imposta pelo capital de tornar o mundo do trabalho mais flexível, desde a produção e sua organização até as relações trabalhistas, como leis e direitos do trabalhador. A acumulação flexível surge como uma forma menos rígida de lucrar e explorar:

A acumulação flexível caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. (Antunes, 2003: 29).

Independente das visões mais ou menos apologistas da flexibilidade de trabalho, teoricamente o conceito procura apreender as alterações relativas às condições de emprego e trabalho, compreendendo a possibilidade de ajustamento e alteração dos modos de recrutamento, de contratação e estatutos de emprego, de mobilidade interna e remuneração. (Casaca, 2010: 264).

A acumulação flexível, atualmente, segue uma mesma lógica quando Harvey analisou o processo em 1989. Este observou que a acumulação flexível aposta num constante desemprego estrutural, para que dessa forma possa sempre contar com um “exército de reserva” elevado e que aceite as formas flexíveis de contratação. Outro aspecto importante de ser analisado aqui é de que a tendência das corporações produtivas é continuar

estruturando seus centros produtivos em países periféricos que ofereçam condições flexíveis e lucrativas para as grandes multinacionais (Harvey, 1989; Standing, 2013).

Para Pochmann, podemos compreender o processo de acumulação flexível como responsável por uma terceira divisão internacional do trabalho, apontando a globalização e o seu processo de financeirização do mercado como importantes catalisadores desse processo. A partir dessa análise, podemos perceber como a globalização hegemônica se utiliza do desenvolvimento informacional, e informatizacional, juntamente com a evolução de técnicas financeiras. Sabendo aliar as inovações desses campos, o grande capital consegue aumentar, cada vez mais, o volume de negociações em um espaço de tempo menor. Dessa maneira, ocorre um aumento na pressão para diminuir a regulamentação e controles fiscais e cambiais sobre os capitais financeiros envolvidos nessas transações (Pochmann, 2001).

Diante desse quadro, a nova divisão internacional do trabalho (a partir da década de 1970), segundo Pochmann, é controlada pelo campo financeiro e possui duas características fundamentais: 1<sup>a</sup>) o importante papel que a reformulação empresarial, juntamente com o desenvolvimento tecnológico tiveram. Isso se deve ao fato de que, segundo Pochmann, com o crescimento da concorrência no mercado internacional, ocorreu uma maior centralização de capital nas mãos de grandes multinacionais (o que Chesnais chamou de oligopolização do capital). Com isso, além dessas grandes empresas ganharem uma importância em âmbito nacional, passam a desenvolver um papel internacional cada vez maior. Com o desencadear do processo de internacionalização e financeirização do capital, esse conjunto de multinacionais passam a ter o controle de transações comerciais em diversas partes do mundo, envolvendo as mais variadas nações; 2<sup>a</sup>) com o aumento do comércio internacional, notamos também um crescimento dos (já falados no capítulo anterior) investimentos diretos no exterior. (IDE). Assim como Castells, Pochmann compreende que mesmo com o aumento desses investimentos e da participação de países semiperiféricos, o IDE ainda está concentrado nos países de economia central (Pochmann, 2001; Harvey, 1989; Chesnais, 1994; Castells, 2002; Alves, 2007).

Com esse processo de nova divisão internacional do trabalho, ocorreu também o que podemos chamar de reterritorialização das multinacionais, principalmente no que tange o campo produtivo. Diferentemente do que ocorreu nos anos entre 1950 e 1970, onde as empresas procuravam estabelecer uma ligação duradoura com as suas filiais e os locais onde essas se estabeleciam, a década de 1990 veio colocar essa relação em cheque. Durante os

anos de 1990, as empresas multinacionais passaram a estabelecer essa relação com as filiais, não mais pelo teor da durabilidade, mas sim pelo fator da lucratividade. Tão rápido quanto uma empresa transnacional montou uma cadeia produtiva em determinada região “A”, ela também pode deixá-la por uma região “B”. Essa reteritorialização vai passar, principalmente, pelo fator de um possível aumento no lucro. Essa maior lucratividade pode surgir desde incentivos fiscais, até uma maior flexibilização das leis trabalhistas por parte do local onde essa empresa for “investir” (Pochmann, 2001).

Juntamente com essa reteritorialização da cadeia produtiva das multinacionais, observamos uma regionalização dessa nova divisão do trabalho, a partir da formação e/ou fortalecimento de blocos comerciais (Mercosul, UE, NAFTA, Ásia). Diante disso, Pochmann chama atenção para a “repartição do trabalho, contendo dinâmicas diferenciadas quanto ao uso e remuneração da mão-de-obra”. Com essas mudanças geográficas, ocorreu também o estabelecimento de regionalizações específicas de mão-de-obra, onde os países periféricos acabam sendo utilizados pelas empresas transnacionais para a obtenção de mão-de-obra barata (Pochmann, 2001: 31).

Com a acumulação flexível e toda essa gama de transformações oriundas da reestruturação do sistema capitalista, podemos acompanhar que, na grande maioria dos países de economia central, houve um processo de diminuição dos trabalhadores locados no setor industrial e um grande aumento do setor de serviços (Harvey, 1989). Braga reforça esse debate relatando que “ao longo da década de 1990, a visível expansão do setor de serviços que acompanhou o ciclo neoliberal das privatizações desenvolveu-se conforme a lógica da mecanização, da padronização, da especialização e da fragmentação” (Braga, 2012: 185).

Juntamente com esse movimento de diminuição dos trabalhadores no setor de produção e aumento do setor de serviços, podemos acompanhar um crescimento fenomenal da flexibilização das relações trabalhistas. Isso se deve também ao sistema político neoliberal, hegemônico a partir dos anos 80, que facilitou a operacionalização dessa reestruturação capitalista e dessa forma tivemos a construção de um cenário que possuía as condições perfeitas para o sistema capitalista desenvolver toda sua teia de flexibilização e precarização do trabalho (Alves, 2007; Casaca, 2013; Krein, 2010; Standing, 2013, 2014).

Com a implementação e fortalecimento do modelo neoliberal, acompanhamos a aplicação de todas as movimentações políticas estatais que tornaram a flexibilidade das relações trabalhistas um sonho bem possível de ser realizado pelo grande capital. A partir da

flexibilização das leis e direitos trabalhistas, realizadas pelos Estados, observaremos o crescimento de relações de trabalho que tem a precarização como seu preceito maior. Com isso vamos acompanhar o crescimento do processo de terceirizações, que tiram por completo a responsabilidade do contratante do serviço com relação à vínculos e encargos trabalhistas. Com a flexibilização das relações de trabalho, podemos também observar o desenvolvimento da prática de contratos temporário, subcontratos. Contratos esses que eximem o empregador de qualquer vínculo e obrigação empregatícia (Alves, 2007, Krein, 2007; Standing, 2013).

Dessa forma, o que podemos notar é que depois de todo esse processo de precarização pelo qual passou o trabalho e a classe trabalhadora, devido as transformações do capitalismo, hoje temos uma classe trabalhadora extremamente precarizada. Uma classe trabalhadora, de acordo com as transformações vistas anteriormente, extremamente heterogênea, diferentemente de tempos anteriores, quando se fazia uma ligação automática de classe trabalhadora e classe operária<sup>5</sup>. Com a expansão do setor de serviços no final do século XX e início do século XXI, temos uma classe ainda trabalhadora, mas extremamente heterogênea. Uma classe trabalhadora que viu, durante a década de 1990 e primeira década do século XXI, seus direitos serem tirados pelo Estado e que foi obrigada a entrar num mundo do trabalho cada vez mais precarizado e incerto. Diante disso, nem sempre o movimento sindical acompanhou a lógica dessas transformações e não conseguiu aglutinar essa nova classe trabalhadora surgida dessas mutações, e nem fechar o enorme fosso criado entre os trabalhadores formais e os trabalhadores informais. Estes últimos cresceram assustadoramente, assumindo novas características durante as duas décadas passadas (Harvey, 1989; Estanque, 2005; Pochmann, 2001; Casaca, 2010; Standing, 2013, 2014).

Temos que ter a clareza de que esse processo de precarização do trabalho, no final do século XX e início do século XXI, afetou tanto os trabalhadores formais dos diversos setores, como também comprometeram os trabalhadores informais, que nunca tiveram a proteção do Estado, através das leis trabalhistas, e nem eram abraçados pelo movimento sindical, que nunca observou a importância de se organizar os trabalhadores informais (Antunes, 2003 a; Braga, 2012, 2014).

---

<sup>5</sup> Utilizamos o conceito classe trabalhadora como referência para designar os trabalhadores que estão inseridos nas diversas áreas e categorias laborais. Entendemos que o conceito classe ainda tem uma grande importância para compreendermos o contexto social, e os fenômenos advindos deste (Wright, 1994).

Para exemplificar como a acumulação flexível funciona na prática, iremos abordar agora como as empresas passaram a utilizar os modos de produção que aplicavam técnicas e métodos flexíveis, ou simplesmente adaptavam a estrutura fordista para essa nova realidade.

Existem vários sistemas de produção que utilizam táticas da acumulação flexível para organizar sua produção, ou otimizar seus serviços. Segundo Coutrot (1998), existe basicamente cinco modelos: o modelo sueco; o italiano; o alemão; o norte-americano e o japonês (Coutrot, 1998; Almeida, 2005).

O *modelo sueco*, utilizado nas décadas de 1960 até 1980, é caracterizado por uma tentativa de quebra com a lógica taylorista de controle da produção sobre determinado tempo. Utilizado na empresa automobilística Volvo, esse modelo dá certa liberdade ao trabalhador, para que este, individualmente, ou em grupo, através de suas capacidades individuais e coletivas, consiga antecipar o processo de elaboração dos produtos (Coutrot, 1998; Almeida, 2005).

O *modelo italiano* funciona basicamente com a ideia de horizontalidade do processo produtivo de bens e serviços. Intensifica a prática de formação de redes entre pequenas e médias empresas, onde estas podem atender demandas específicas, reduzindo assim os custos e tornando o processo produtivo mais rápido (Coutrot, 1998; Almeida, 2005).

O *modelo alemão* aposta na heterogeneidade da produção e na qualificação profissional para gerar mão-de-obra qualificada para o mercado de trabalho. Para isso mantém parcerias entre o sistema educativo e o produtivo (Coutrot, 1998; Almeida, 2005).

O *modelo norte-americano* flexível surge mais como uma crítica a prática organizacional do fordismo, vista como burocrática e inflexível. Esse modelo visa garantir uma maior flexibilidade na estrutura fordista, e flexibilizar as relações laborais desde a distribuição de funções até a remuneração dos trabalhadores (Coutrot, 1998; Almeida, 2005).

Em relação a esses novos sistemas de produção, que foram surgindo durante o século XX e que acabaram por transformar o próprio fordismo, vamos dar uma maior atenção ao *modelo japonês*, também conhecido como toyotismo, e vamos observar como as premissas da acumulação flexível estruturou esse modelo (Alves, 2007; Silva, 2004).

O que precisamos ter em mente é que essas mudanças não estão separadas e dissociadas umas das outras. O toyotismo não surgiu do nada. A aparição de novas formas de organização, controle do trabalho e de produção surgiram devido a uma necessidade do

grande capital, e que o fordismo sozinho não daria conta de atendê-la.

O Toyotismo foi desenvolvido dentro da indústria automobilística japonesa, a Toyota. Esse processo de produção foi criado para atender a realidade do Japão do pós-guerra, que era a de um país completamente arrasado pelos seis anos de guerra. Diante dessa realidade, a Toyota começou a organizar a sua produção para atender a uma demanda reduzida. Sendo assim, dentro da produção da Toyota foi implementado um método utilizado inicialmente nos supermercados dos EUA, que é o *Kanban*. Dentro da lógica dos supermercados, esse método se baseava na reposição do produto nas prateleiras apenas quando estes fossem vendidos e na quantidade do que foi vendido. Na Toyota esse método foi inserido com a mesma lógica. Com isso, ao contrário do fordismo que produzia em massa, o toyotismo vai fabricar apenas para a reposição dos seus produtos. Isso se deve a demanda reduzida que a Toyota encontrou no Japão pós-guerra. Essa demanda também gerou outra diferença entre toyotismo e fordismo. Enquanto no fordismo os produtos eram altamente homogêneos, no toyotismo, devido à demanda reduzida, a produção é heterogênea, para atender os diferentes pedidos da procura (Antunes, 2003 a; Estanque, 2005; Silva, 2004).

Outro fator que também foi inserido pelo toyotismo foi o aumento da produção ao mesmo tempo em que se diminui a quantidade de trabalhadores. A fórmula que a Toyota aplicou para tornar isso possível foi a utilização cada vez maior de tecnologia e a qualificação cada vez mais extensiva dos seus trabalhadores. Dessa forma, no sistema toyota um trabalhador é capaz de operar várias máquinas e estas fazem o trabalho que dezenas de trabalhadores faziam no sistema fordista. Podemos perceber também, nesse ponto, uma outra diferença entre o fordismo e o toyotismo: enquanto no fordismo o trabalhador era desqualificado e tinha apenas uma função na produção, no toyotismo esse trabalhador deve ser qualificado e deve saber realizar várias funções dentro da produção (Antunes, 2003 a; Estanque, 2005; Kovács, 2005; Silva, 2004).

Na questão do tempo dentro da produção, podemos observar o que se chama de *just in time*. O *just in time*, assim como no taylorismo, é um método de produção que utiliza o tempo como controlador, ao contrário do taylorismo que buscava produzir em massa e em menos tempo, numa lógica de produzir apenas o necessário em um tempo reduzido (Antunes, 2003 a; Harvey, 1989; Silva, 2004).

Outro aspeto que foi implementado pela Toyota é a horizontalidade da produção. Em vez de fabricar todo o produto na indústria, como era no fordismo, as empresas, que



adotaram o toyotismo utilizaram a prática de terceirizar<sup>6</sup> a produção. Dessa forma, as peças do produto eram fabricadas em outras empresas, que também aplicavam o toyotismo, e a empresa, que contratava o serviço terceirizado, apenas montava o produto final. Dessa forma, foi mais uma maneira que as empresas encontraram para reduzir funcionários e não ter a mínima responsabilidade com os contratos e condições de trabalho dos trabalhadores das empresas terceirizadas contratadas para realizar o serviço (Silva, 2004).

Com relação aos trabalhadores, dentro dessa nova lógica iniciada pelo toyotismo, já vimos que estes são qualificados e ocupam várias funções dentro da empresa. Porém, os trabalhadores que laboram dentro do sistema toyota são tão explorados quanto os que operam dentro do fordismo. O que podemos perceber é que houve a necessidade desse trabalhador se qualificar para continuar empregado, porém a sua valorização continua a mesma dos trabalhadores do sistema fordista.

No que diz respeito ao movimento sindical, o toyotismo também instituiu novas práticas para tentar combater a organização representativa dos trabalhadores e foi a própria Toyota que mostrou como esse combate pode ser feito. A Toyota formou o que chamamos de sindicato empresa, ou seja, a empresa “oportunizava” aos trabalhadores a possibilidade de se organizarem dentro da própria empresa, sob a justificativa de que os trabalhadores seriam mais facilmente ouvidos e atendidos pela empresa se estes se mantivessem longe dos sindicatos. Para facilitar a implementação desses sindicatos empresa, a Toyota começou a cooptar as lideranças entre os trabalhadores e ofereciam a estes cargos vitalícios dentro da organização. Essas práticas também foram um ponto importante que dificultou muito a mobilização dos trabalhadores que laboravam dentro do modelo japonês de produção (Antunes, 2003 a; Silva, 2004).

O assunto debatido no parágrafo anterior nos remete a outra característica importante dentro do toyotismo e que está muito ligada à transformação subjetiva pela qual passou a classe trabalhadora. Ocorreu no toyotismo a “aparente” junção entre elaboração e execução no processo de trabalho. O toyotismo tentou passar para o trabalhador a imagem de que o saber e o fazer andavam lado a lado e que, com isso, o trabalhador era parte fundamental e decisiva na produção. Dessa forma, as organizações que aplicavam o toyotismo tentavam passar para o trabalhador a idéia de que ele é parte integrante da empresa e que ele deve se

---

<sup>6</sup> O tema terceirização será tratado no próximo ponto.

sentir responsabilizado com aquilo que ele produz. Sendo assim, o trabalhador deixava a sua função de funcionário e passava a ser um “colaborador” dentro da organização. Podemos observar que esta tática, implementada pelas empresas, não deixou de ser mais uma forma de controlar o trabalhador. Ao contrário do fordismo, em que o controle da produção ficava nas mãos da direção da empresa e que criava um desgaste entre organização e funcionários, no toyotismo o trabalhador, uma vez responsável e colaborador daquela organização, passa também a ter o papel de controlador de si mesmo. Dessa maneira o trabalhador passa a ser “vigia” dele mesmo, enquanto a decisão do que e como produzir fica longe das mãos do trabalhador (Antunes, 2003 a; Silva, 2004).

Dessa forma, a acumulação flexível ganhou e vem ganhando grande espaço dentro das organizações. Temos que deixar claro que esse processo não veio substituir o fordismo, apenas é mais um sistema que foi criado para atender a necessidade imposta pelo capital. Outro aspecto que é importante ser mencionado é que as práticas e métodos da acumulação flexível não são aplicados apenas no setor industrial. A partir das décadas duas últimas décadas do século XX, até os dias atuais, esses métodos passaram a ser utilizados por outros setores, principalmente o de serviços, como iremos observar no próximo ponto.

### **2.2.3 – Serviços, terceirizações e precarizações**

A conceitualização do setor de serviços nunca foi uma tarefa fácil de ser realizada. Isso se deve, em grande parte, a dificuldade de delimitação do que vem a ser e quais são as categorias e atividades que podemos utilizar para conceituar e delimitar este setor (Almeida, 2005, 2012).

O debate sobre a delimitação, importância e conceito do setor de serviços é longa, e podemos encontrar teóricos clássicos que abordaram a temática. Ao observarmos a abordagem ao tema feita por autores clássicos, percebemos que o debate era dividido em dois campos distintos. O primeiro via os serviços pela ótica da oferta. E o segundo tentava compreender o setor pela visão da procura (Meirelles, 2006).

Com relação ao primeiro campo de interpretação, Adam Smith, na obra *Riqueza das Nações* (1776), chegou a abordar o tema, mesmo que superficialmente. Compreendia (para a época em que escreveu), que o setor de serviços não produzia valor, sendo assim uma

atividade improdutiva. Para Smith, a relação trabalho-valor dá-se quando o trabalho produtivo gera um bem físico, concreto, armazenável. Sendo assim, considerava que os serviços se caracterizava por ser um trabalho improdutivo, uma vez que, não produzia nada concreto, físico, não estabelecendo assim valor real de troca (Meirelles, 2006; Smith, 1776).

Porém, ainda analisando a partir da ótica da oferta dos serviços, em O Capital Marx avança de certo modo em relação à Smith. Para Marx, o valor produzido por determinada atividade econômica não se estabelece apenas pelo fato se determinado produto é concreto, ou não. O valor de uma atividade produtiva dá-se quando esta participa da constituição de excedente na economia capitalista, independentemente de esta produzir, ou não, um bem material, físico. Dessa forma, na teoria de Marx, para um serviço ser considerado uma atividade produtiva bastava que este gerasse mais-valia, lucro, baseado numa economia capitalista (Meirelles, 2006; Marx, 1867).

Partindo para a análise da conceitualização dos serviços a partir da demanda, Meirelles segue o caminho dos utilitaristas. Para os utilitaristas, o valor do produto se dá pelo atendimento das necessidade da população. Sendo assim, os serviços tomam um importância maior na economia capitalista, uma vez que esta é responsável por atender várias necessidades da sociedade. Para Say, o valor do produto está na sua utilidade, sendo assim qualquer setor produtivo que gerasse objetos ou serviços úteis para a população, eram considerados produtivos (Meirelles, 2006; Say, 1803). Para o teórico utilitarista Walras, o serviço se torna produtivo ou não de acordo com a sua durabilidade. Quanto mais durar o serviço no mercado mais ele é considerado produtivo. Quanto menos tempo durar, e se for absorvido logo pelo consumo, ele é considerado apenas como consumível (Meirelles, 2006; Walras, 1874).

Abordando um debate mais contemporâneo sobre serviços, a história da conceitualização do setor de serviços remonta aos anos 1930, quando Fischer coloca os serviços como fazendo parte da produção terciária. Nesse momento os serviços passaram a ser considerados um elemento do sistema econômico. Dessa maneira, Fischer dividia o sistema econômico mundial da seguinte forma: a) produção primária, que era formada pela produção agrícola; b) produção secundária, constituída pela produção industrial; c) produção terciária, formada pelo restante das atividades, aonde os serviços estavam incluídos (Almeida, 2005, 2012). Porém foi na década de 40, através de Clark, que esta divisão dos setores de produção foi melhor desenvolvida e operacionalizada. Foi Clark que propôs a

troca do nome terciário para serviços, pois para ele isso demonstrava a maior diversificação de atividades que caracterizava este setor (IPEA, 1998).

A partir desse momento surgiram diversas teorias que analisavam tanto os setores de produção acima descritos, como as relações entre eles e as atividades econômicas oriundas de cada setor. Teorias como a de Fourastié, ainda na década de 40, que via no setores de produção uma lógica evolucionista. Para ele, de acordo com cada contexto histórico, e evoluções econômicas, acompanharíamos um decréscimo do setor agrícola, combinado com uma aceleração do setor industrial e dos serviços, para depois observarmos um processo de diminuição das indústrias e uma aceleração do setor terciário. Outros autores como Bell, na década de 70, viram no avanço do setor de serviços, e na retração do setor industrial, nos países de economia central, o fim da sociedade industrial e o aparecimento da sociedade “pós-industrial” (Almeida, 2005, 2012; Bell, 1973).

Notamos que o debate contemporâneo, assim como o clássico, sobre o setor dos serviços, é baseado em duas frentes: 1ª) a da oferta, centrando o foco da análise na produção do serviço; 2ª) na procura, onde são analisadas as relações desempenhadas no consumo final do serviço (Meirelles, 2006).

Seguindo a linha teórica, que analisa os serviços a partir da oferta, segundo Meirelles existem três diferenças entre o setor de serviços e os outros: a) o fluxo, uma vez que a intensidade de uso do serviço vai variar de acordo com a solicitação do usuário; b) a variedade que se estabelece no setor, desde a utilização de diferentes tecnologias, até à dimensão das empresas. Dimensão essa que pode ser tanto no tamanho da empresa, no lucro que obtém e até o seu alcance com o público consumidor. Esse aspecto vem demonstrar a grande variedade e heterogeneidade pela qual é formada o setor de serviços; c) a utilização intensiva de recursos humanos que é feita no setor de serviços. Mesmo com a implementação de técnicas e tecnologias, o recurso humano, em larga escala, se torna indispensável para o estabelecimento e crescimento do setor. Na medida que a maioria das atividades realizadas pelo setor têm uma relação de interação com o consumidor (Meirelles, 2006; Almeida, 2012).

Na ótica teórica do consumo, o setor de serviço é classificado de acordo com a sua utilização. Dessa forma, podem ser classificados como *serviços intermediários*, que são realizados na própria estrutura produtiva das empresas. Ou também podem receber a classificação de *serviços finais*, onde são caracterizados pela utilização individual, ou de

determinada população (Meirelles, 2006:126).

A dificuldade de conceitualização dos serviços não se dá apenas pela pouca quantidade de material produzido sobre o tema. Ela existe também pelo fato das categorizações realizadas por órgãos e instituições mundiais, como ONU e FMI, ainda terem como base metodologias e conceitos baseados, na sua maioria, apenas no setor industrial. Segundo Meirelles, Marshall e Wood, o que acaba por acontecer é que o setor de serviços acaba sendo categorizado apenas como um setor que recebe o que não foi enquadrado nos outros setores (Meirelles, 2006; Marshall & Wood, 1995; Kon, 1999; Almeida, 2012).

Porém, o que podemos observar é que com o processo de reestruturação produtiva, e com o surgimento de novas categorias e funções no mundo do trabalho, a delimitação do setor de serviços se torna cada vez mais complexa e heterogênea. Alguns teóricos como Castells chegaram a afirmar que o setor de serviços não existia. Existia sim uma diversidade de atividades, onde estas serviam para abarcar a mão-de-obra excedente dos setores agrícola e industrial (Almeida, 2005). Contudo, ao observarmos os dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), percebemos que esta teoria apresenta algumas lacunas. Ao analisarmos a percentagem da população ativa nos três setores (agrícola, industrial e de serviços), entre os anos de 2000 e 2013, notamos que no setor agrícola houve uma redução (de 40,0% para 31,8%), enquanto que no setor industrial ocorreu uma pequena elevação (de 20,4% para 23,0%), e nos serviços houve um aumento (de 39,1% para 45,1%) (OIT, 2014). Dessa forma, a teoria defendida por Castells objetiva que com a diminuição da produtividade e da mão-de-obra nos setores agrícolas e industrial, ocorreria também uma diminuição nos serviços, coisa que os dados não demonstram (OIT, 2014). Vejamos a seguinte tabela:

Tabela 1: Taxa de Empregos por Setor Produtivo e Região (%)

REGIÕES	Agricultura				Indústria				Serviços			
	2000	2007	2010	2013	2000	2007	2010	2013	2000	2007	2010	2013
Mundial	40,5	35,5	34,0	31,8	20,4	22,1	22,1	23,0	39,1	42,4	43,9	45,1
Economias desenvolvidas e União Européia	5,5	3,9	3,7	3,6	27,3	25,0	22,4	23,5	67,3	71,1	73,8	73,9
Central e Sudeste da Europa	25,8	19,8	20,6	18,3	24,7	25,6	24,4	27,1	49,6	54,6	55,1	54,6
Leste Asiático	47,7	38,9	34,9	31,2	23,4	27,2	28,6	30,2	29,0	33,9	36,4	38,6
Sudeste Asiático e Pacífico	49,7	44,2	42,5	40,3	16,4	18,3	18,2	19,2	33,9	37,5	39,2	40,5
Sul Asiático	59,5	53,1	51,4	47,2	15,6	19,5	20,7	22,9	24,9	27,4	27,9	29,9
América Latina e Caribe	20,5	17,1	16,2	15,5	21,6	22,5	22,2	20,9	58,0	60,4	61,6	63,5
Centro Leste	22,4	19,1	16,9	14,8	24,4	25,8	25,7	27,4	53,2	55,1	57,4	57,7
Norte da África	30,5	29,2	28,5	30,0	19,4	21,0	21,8	21,1	50,1	49,8	49,7	48,9
África Subsaara	66,3	62,9	62,0	61,3	7,9	8,5	8,5	8,9	25,9	28,6	29,6	29,9

FONTES: ILO, *Trends econometric models*, October 2012; ILO, *Global employment trends*, 2014.

Ao observarmos a tabela anterior, notamos que o maior aumento da taxa de serviços em comparação com os outros dois setores é uma tendência mundial, como já referimos no parágrafo anterior. Se olharmos para os números de duas regiões que são objetos de análise dessa tese (União Europeia e América Latina) também podemos notar esse padrão descrito. No caso da América Latina temos uma diminuição do setor agrícola de 20,5% em 2000, para 15,5% em 2013. Na indústria, houve uma leve queda entre 2000 com 21,6%, e 2013 com 20,9%. Mas é no setor de serviços que observamos um crescimento significativo. De 58,0% em 2000, para 63,5% em 2013. Se o número de empregos já era grande no setor de serviços em 2000, representando mais da metade dos empregos no continente latino-americano, no prazo de 13 anos esse número aumentou ainda mais, passando dos 60%. No caso da União

Europeia os números são mais representativos ainda, no que diz respeito ao aumento do setor de serviços em detrimento dos outros setores: em 2000 o setor agrícola contava com 5,5%, em 2013 esse número caiu para 3,6%; na indústria, semelhante aos dados da América Latina e Caribe, notamos uma queda de 27,3% em 2000, para 23,5% em 2013; mas é o setor de serviços que mais chama a atenção com uma subida de 67,3% em 2000, para elevados 73,9% em 2013. A análise sobre esse deslocamento para o setor de serviços, e as características de diferenciam os trabalhadores desse setor da União Europeia e da América Latina serão feitas ao longo desta tese com a exposição de mais dados.

Porém, o que teorias como a de Castells nos demonstram é que os serviços não estão estáticos e isolados nos limites do seu setor. O que percebemos é que, embora muitas vezes a conceitualização dos serviços acabem por criar uma homogeneização, este setor é extremamente heterogêneo, e que suas fronteiras se tornam cada vez mais invisíveis e fluidas (Almeida, 2005, 2012).

Dessa forma, compreendemos que a relação do setor de serviços com os outros setores (agrícola e industrial) está cada vez mais próximas. O que queremos dizer é que dentro dos próprios setores (agrícola e industrial) podemos encontrar seções dedicadas à prestação de serviços (Almeida, 2005, 2012). Podemos encontrar uma correspondência com essa idéia, ao observarmos a obra de Zarifian, quando este salienta que não podemos mais pensar no setor de serviços dissociado dos demais. Seguindo nessa lógica, levanta a questão de que para pensar o mundo do trabalho contemporâneo é necessário desprender a ideia de serviço enquadrada em algum setor (Gadrey & zarifian, 2002). Para Marshall e Wood só é possível categorizar e analisar o setor de serviços no contexto atual se compreendermos que este setor estabelece uma relação de constante interação com os demais setores. Na medida em que a economia capitalista reforça a individualização do consumo, procurando entender e atender as necessidades individuais, o setor de serviços torna-se cada vez mais importante, uma vez que é de sua responsabilidade o contato direto com o consumidor. Dessa maneira, compreendemos que o setor de serviços, na contemporaneidade, apresenta uma relação próxima e com áreas de intersecção com os outros setores (Marshall & Wood, 1995; Meirelles, 2006; Freire, 1998).

Temos que salientar também que dentro do próprio setor de serviços existem diversas categorias e funções, que vão desde trabalhos extremamente qualificados, até funções com um elevado grau de exploração e precarização. Com relação a esta grande diferença existente

no setor de serviços, e o seu crescimento na economia mundial, podemos observar a obra de Almeida, que trabalha como a idéia de que podemos realizar duas análises distintas. De um lado existem aqueles que acreditam que o setor dos serviços está caminhado para uma lógica onde a qualificação do trabalhador será uma constante, e do outro lado aqueles que acham que o desenvolvimento desse setor está expandindo uma dinâmica de exploração e uma maior precarização do trabalhador. Esta divisão entre trabalhadores qualificados e precarizados no setor de serviços é também trabalhada na obra de Freire, onde este divide o setor de serviços em dois grupos. O primeiro é referente aos trabalhadores pouco qualificados e, na sua maioria, precarizados. Este grupo é caracterizado pelo autor como os trabalhadores do setor de “comércio e serviços”. O segundo grupo é formado por serviços com um certo grau de qualificação, no qual o autor chama de “profissional” (Freire, 2001). Podemos observar melhor essa definição no seguinte trecho onde Freire elenca aquelas categorias que se encaixam em cada grupo:

As organizações de “comércio e serviços” incluem “comércio”, “reparação auto”, hotelaria e restauração”, “transporte”, “turismo”, “financeiras”, “previdência”, “limpezas”, e “outros serviços”; nas organizações de “serviços profissionais” incluem-se as de “imobiliário”, “informática”, “estudos e projectos”, “ensino”, “saúde”, “comunicação social”, e “atividades artísticas, desportivas e recreativas. (Freire, 2001: 6-7).

Com relação a esse dualismo com que o setor de serviço é tratado hoje em dia, podemos compreender que existem várias teorias sobre as mudanças pelas quais o mundo do trabalho, está passando hoje em dia, e pelas que passou nas últimas décadas. Existem as que consideram essas alterações estruturais como positivas. Defendem essa idéia utilizando argumentos de que o aumento do setor de serviços, juntamente com a flexibilização das relações laborais, gerará mais empregos e que a qualidade desses empregos melhorará, visto que a cada dia é necessário uma melhor qualificação (Rebelo, 2002). Outros argumentos vão pelo caminho de uma maior competitividade do mercado, que acaba gerando maior qualidade no serviço oferecido, juntamente com uma melhor estrutura organizacional (Rebelo, 2002). Existem também os que defendem que o crescimento do setor de serviço, juntamente com uma maior flexibilidade da relação trabalhista, acaba gerando mais tempo livre, uma vez que os horários de trabalho são mais flexíveis. Outra linha de pensamento, na qual nos identificamos, desenvolve uma visão mais crítica ao sistema de transformação no mundo laboral. Esse campo teórico vê essas alterações com sendo danosas para os trabalhadores. Defendem a ideia de que essas transformações no mundo laboral, dando



importante ênfase às tecnológicas, estão sendo realizadas com o intuito de separar cada vez mais o trabalhador do processo produtivo, degradando assim a condição do trabalhador. Ainda nesse caminho, declaram que essas relações laborais contemporâneas e flexíveis, principalmente vistas com maior intensidade no setor de serviços, são fortalecidas com a intenção de uma maior exploração e precarização do trabalhador (Casaca, 2006, 2013; Rifkin, 1995; Braverman, 1977; Rebelo, 2002; Braga, 2012).

Dessa maneira, para melhor especificar qual a categoria de trabalhadores do setor de serviços que nos dedicaremos nessa tese, assumimos a divisão realizada por Freire. Com isso compreendemos como sendo o primeiro grupo (Comércio e Serviços) onde iremos encontrar as melhores condições para analisar a precarização do trabalho no setor de serviços. Dessa forma, vamos dar um enfoque maior nessa tese à parcela de serviços tidos como precários.

O setor de serviços se desenvolve rapidamente, assim como a precarização vinda com ele também cresce. É comum, inclusive sob impulso dos governos neoliberais, o incentivo à prática de relações de trabalho flexíveis, onde podemos ver a flexibilização dos contratos de trabalho, como subcontratos, contratos temporários sem a mínima garantia trabalhista. Não podemos deixar de lembrar as péssimas condições de trabalho identificadas no setor de serviços, exemplo clássico do telemarketing<sup>7</sup>, onde os funcionários trabalham em condições precárias (nas baias de atendimento) e sem a mínima chance de questionar tal realidade (Casaca, 2013; Krein 2007; Braga, 2014).

De acordo com Almeida (2005), podemos notar que com o desenvolvimento do setor de serviços, ocorre também uma diminuição da solidariedade e um aumento da individualização nas relações laborais. Para validar essa afirmação podemos voltar a explicação que Antunes (2003) nos faz sobre as transformações subjetivas pela qual a classe trabalhadora vem passando com as mudanças no mundo do trabalho. No setor de serviços constatamos que, com o crescimento da concorrência, o trabalhador passa por um processo de fragmentação das suas tarefas, onde tem que desenvolver cada vez mais suas habilidades de trabalho em grupo. Porém, para o bom andamento dessa equipe, esse trabalhador passa a ser cobrado dentro do próprio grupo, ou seja, o trabalhador se tornar “vigia dele mesmo”, como já foi falado anteriormente. Se por uma lado essas novas formas de controle do

---

<sup>7</sup> Com relação ao *Telemarketing*, voltaremos melhor ao tema no 5º capítulo.

trabalho podem gerar uma certa “autonomia”, acabam gerando também uma maior individualização das relações laborais e um maior controle do trabalhador por ele mesmo, ou seja, uma maior diminuição da solidariedade no ambiente laboral (Antunes, 2003; Almeida, 2005; Alves, 2008; Casaca, 2013; Krein, 2007).

Uma das práticas mais constantes no setor de serviços, e que acabam gerando um alto grau de precarização é a terceirização<sup>8</sup>. A terceirização encontrou no modelo de globalização hegemônica um vasto terreno para se desenvolver como umas das principais práticas empresariais em diversos setores. Com a abertura e o desenvolvimento do mercado internacional, juntamente com o aumento da velocidade entre as transações comerciais e financeiras, fez com que a terceirização também crescesse (Conceição & Lima, 2009). Essa prática veio como um processo rápido e feroz, que foi e continua sendo utilizado por grande parte das empresas, dos mais variados setores e categorias de atividade. Esse processo tornou-se uma estratégia do mercado de trabalho que se pode dizer mundial. Estratégia essa que visa uma maior lucratividade baseada na diminuição de encargos (fiscais e laborais) por parte das empresas. Porém, esse lucro e flexibilização na estrutura das empresas e nas relações laborais acabam gerando uma precariedade laboral, onde os trabalhadores ficam em permanente estado de incerteza e insegurança, além de verem seus direitos e benefícios serem diminuídos, ou simplesmente retirados, dia após dia (Teixeira & Pelatieri, 2009; Valente, 2009; Silva, 2004; Braga, 2012).

As empresas que adotam a terceirização na sua estrutura organizacional vêem isso como uma nova prática de gestão. Que tem um cunho inovador, uma vez que, na visão delas, proporcionam uma maior competitividade do mercado que, por tabela, exige uma maior qualificação de toda a estrutura empresarial, e notadamente dos funcionários. E partem para uma conclusão simplista de que se o serviço é bem prestado e os lucros da empresa contratante aumentam, logicamente tendem a aumentar a terceirização dos seus serviços, e assim aumentarem o número de empregos. Porém, se as empresas contratantes não lucrarem devidamente ocorre uma suspensão de serviços terceirizados, e com isso um aumento do desemprego (Dau, 2009; Silva, 2004, Almeida, 2012).

Complementando o raciocínio explicitado no parágrafo anterior, as empresas

---

<sup>8</sup> Terceirização, ou subcontratação, será tratada nessa tese como o ato de contratar terceiros para realizar atividades no âmbito da produção de bens e serviços (Leitão, 1992).

defendem a ideia de que a terceirização é um prática que acaba gerando emprego nas pequenas e médias empresas. Ao observarmos movimento dos mercados e dos vínculos contratuais, discordamos dessa lógica. Quando uma empresa contrata um terceirizada, primeiramente ela demite os seus funcionários que eram responsáveis pelo serviço contratado à empresa terceirizada. Depois existe o fato de que os contratos trabalhistas estabelecidos pelas empresas contratadas são, na sua maioria flexíveis e precarizados. Com isso, a grande empresa que contrata os serviços à empresas menores, normalmente, não fiscalizam e não se responsabilizam pelas práticas laborais realizadas pelas terceirizadas. Práticas essas que normalmente vão contra as legislações trabalhistas, gerando um alto grau de precariedade laboral (Dau, 2009; Silva, 2004, Casaca, 2013; Braga 2012).

Analisando o processo de *terceirização*, compreendemos como esse tipo de vínculo laboral gera um tipo de precarização diferente das demais formas precarizantes de contratação, como por exemplo: contratos temporários, trabalho informal, trabalho a tempo parcial. Enquanto nesses exemplos citados o tipo de vínculo contratual já estabelece o grau de precarização, na terceirização isso não está explícito. Com o aumento da complexidade e a necessidade de se compreender as fronteiras entre o setor de serviço e os demais, acabou-se gerando também uma dificuldade em perceber até onde vai a terceirização e a precarização gerada por ela. Torna-se inclusive difícil construir estatísticas sobre o mercado de trabalho onde o processo de terceirização apareça mensurado como uma forma de contratação e não apenas estando inserido na prestação de serviços. Isso se deve principalmente a dois fatores: 1) a terceirização é, em boa parte das ocasiões, vista apenas como um tática de horizontalização e descentralização das empresas que contratam empresas terceirizadas; 2) a existência de vários vínculos contratuais na terceirização. Podemos encontrar desde trabalhadores terceirizados com contratos estáveis, até sem nenhum vínculo empregatício com a empresa contratada. Não podemos esquecer de mencionar aqui a diferença entre os trabalhadores terceirizados que possuem um alto grau de qualificação e que prestam serviços de alto grau de complexidade, daqueles menos qualificados que realizam atividades mais tradicionais e com grau de complexidade menos. Os primeiros são bem remunerados e estão fora do quadro de precarização, já com reação aos segundos, que são a maioria, observamos que sofrem com contratos (quando existem) precários, com condições de trabalho insalubres e insegurança na manutenção de emprego (Teixeira & Pelatieri, 2009; Silva, 2004; Kovács, 2005).

Mesmo tendo em conta o processo de *terceirização* sendo atualmente uma prática quase que generalizada que afeta consideravelmente as relações laborais que a cercam, existem poucas regulamentações que controlem as práticas precarizantes realizadas nas empresas que contratam, como também nas que oferecem serviços terceirizados (Conceição & Lima, 2009). Nesse contexto de tentativa de redução de custos de toda forma, qualquer legislação, ou norma que dificultasse a flexibilização das relações laborais era combatida pelas lideranças empresariais. Dessa maneira observamos que nos Estados que aplicaram a política neoliberal, que tinha como intuito atender a lógica do capital financeiro, as legislações laborais foram duramente atacadas, com o intuito de flexibilizar ao máximo as leis trabalhistas. Dessa maneira, as empresas conseguem contratar ou oferecer serviços terceirizados onde estão envolvidas relações laborais precárias e flexíveis, onde o trabalhador não encontra leis referentes ao seu vínculo contratual que possam garantir condições melhores de trabalho e de direitos (Conceição & Lima, 2009; Kovács, 2005).

Notamos como esse contexto de alterações laborais no setor de serviço gera uma onda de precariedade, incerteza e insegurança nos trabalhadores. As práticas de subcontratação, individualização dos contratos, fragmentação dos trabalhadores geraram um quadro preocupante ao se analisar o mundo do trabalho atual (Allen e Henry, 1995, Almeida, 2005, Krein, 2007; Casaca, 2013).

Outro fator importante de ser analisado aqui é que o valor do assalariamento estável no mundo do trabalho vem perdendo espaço para essas novas formas de relações laborais. Formas essas que prezam pela pelo trabalho autônomo e por vínculos laborais informais e flexíveis (Holzmann, 2006).

Seguindo por essa linha, Kovács considera que a crise do modelo de emprego pela qual passamos hoje em dia é caracterizada pelo aumento do desemprego estrutural e pela redução do emprego formal, com um vínculo considerado estável entre patrão e empregado, em detrimento à empregos que se baseiam em vínculos instáveis, temporários, precários e flexíveis. Deixando claro aqui, que para a autora existe uma direferença entre precariedade e flexibilidade. Pois como sabemos, nem todo emprego com vínculos flexíveis é considerado precário. (Kovács, 2006).

O que estamos acompanhado é o que Beck chamou de “brasileirização” do emprego (Beck, 2000). Onde, segundo o autor, as relações laborais, antes caracterizadas e regionalizadas nos países do chamado terceiro mundo, estão se tornando normal no restante

do mundo, inclusive nos países de economia central. Empregos inseguros e precarizados estão se tornando comuns no mercado de trabalho como um todo.

Kovács elenca como uns dos principais fatores para essa crise do emprego a globalização hegemônica e a financeirização do capital. Porém não são menos importantes as políticas neoliberais, a reestruturação produtiva das grandes empresas, que visam uma relação flexível, desde a produção até as relações laborais (Kovács, 2006). A autora vai mais longe e coloca que “a perspectiva neoliberal anuncia o fim do trabalho assalariado e a emergência de um novo modelo de trabalho”. Para Kovács, este atual estado de flexibilização atua de uma forma a tirar as responsabilidades, de custos e riscos, das mãos das grandes empresas e jogá-las nas costas dos trabalhadores e Estado (Kovács, 2006; Kovács e Chagas, 2012).

Kovács defende a idéia de que o contexto em que estamos inseridos é formado por uma gama de diferentes tendências, no que diz respeito ao mundo do trabalho e as suas transformações. Ela aponta para, cada vez mais, uma maior heterogeneidade das relações laborais. Porém não aponta para o fim do trabalho, mas sim para uma constante flexibilização e precariedade deste (Kovács, 2006).

Para ilustrarmos melhor sobre o que tratamos aqui, quando debatemos precariedade e flexibilidade de direitos laborais, juntamente com desemprego estrutural e perda de espaço por parte do emprego formal, vamos observar as seguintes dados. A primeira tabela relata a taxa de desemprego no mundo e em algumas regiões. A segunda tabela traz dados referentes às taxas de empregos considerados vulneráveis no mundo e em determinadas regiões.

Tabela 2: Taxa de Desemprego Global e por Regiões (%)

REGIÕES	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Mundial	5,5	5,6	6,2	6,1	6,0	6,0	6,0
Economias desenvolvidas e União Européia	5,8	6,1	8,3	8,8	8,5	8,5	8,6
Central e Sudeste da Europa	8,4	8,4	10,2	9,5	8,6	8,6	8,2
Leste Asiático	3,8	4,3	4,4	4,2	4,3	4,4	4,5
Sudeste Asiático e Pacífico	5,5	5,2	5,1	4,7	4,4	4,1	4,2
Sul Asiático	3,8	3,7	3,9	3,9	3,8	3,8	4,0
América Latina e Caribe	7	6,6	7,7	7,2	6,7	6,6	6,5
Centro Leste	10,3	10,1	10,3	11,1	10,8	10,9	10,9
Norte da África	11,1	10,5	10,6	10,4	11,8	12,1	12,2
África Subsaara	7,5	7,7	7,7	7,6	7,6	7,6	7,6

Fontes: ILO, *Trends econometric models*, Outubro, 2012; ILO, *Global employment trends*, 2014.

As taxas de desemprego mostram um aumento no desemprego estrutural global. Com relação aos números globais notamos que entre os anos de 2007 e 2013 a taxa de desemprego subiu 0,5%. Em primeira análise podemos achar pouco, principalmente se levarmos em consideração a crise pela qual o mundo capitalista passa desde 2007. Mas ao observarmos a distribuição dos empregos nas regiões apresentadas, e juntarmos com o debate teórico sobre o desemprego estrutural e a diminuição de empregos estáveis, compreendemos que uma análise baseada apenas ao número global pode ser enganosa. Ao analisar os dados das economias desenvolvidas e União Européia (UE), percebemos que o número de desempregados aumentou consideravelmente, passando de 5,8% em 2007, para 8,6% em 2013. Esse aumento de 2,8% representa, segundo a OIT, um número exorbitante de aproximadamente 13 milhões de desempregados (OIT, 2014). Porém ao avaliarmos os números das outras regiões, não encontramos uma variação tão elevada. Em algumas

regiões, principalmente no conjunto da Ásia as taxas de desemprego estão inclusive caindo, se compararmos os dados de 2007 e 2013 (uma retração de aproximadamente 0,5%). No nosso entender isso se deve a duas questões já debatidas aqui. A primeira é a do aumento do desemprego como uma das características da crise do desemprego estrutural pela qual estamos passando. Observamos a diminuição dos empregos estáveis, em detrimento dos empregos flexíveis e precário. Sendo assim, os países com economias desenvolvidas, juntamente com a UE, que eram caracterizados por mercados de trabalho estáveis e relativamente seguros, estão perdendo cada vez mais empregos (Kovács, 2006). Ao contrário das economias periféricas que tem na sua maioria empregos flexíveis e frágeis. Juntando a esse fator, entra em questão o segundo aspecto que diz respeito a crise enfrentada pelo sistema capitalista desde finais de 2006. Essa crise acabou, em nosso entender, acelerando aquilo que já era uma tendência: a demissão de uma mão-de-obra que custa mais caro, tanto salarialmente, como com uma regulamentação laboral menos flexível, em detrimento da manutenção de uma mão-de-obra mais barata, flexível e precária (Kovács, 2006; Beck, 2000; Mészáros, 2008; Kovács e Chagas Lopes, 2012).

Tabela 3: Taxa de Empregos Vulneráveis no mundo e por regiões (%)

REGIÕES	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Mundial	51,1	50,0	49,8	49,6	49,1	48,0	47,8
Economias desenvolvidas e União Europeia	9,9	9,7	9,8	10,0	9,8	10,1	10,0
Central e Sudeste da Europa	20,6	20,4	20,6	20,9	20,6	19,3	19,2
Leste Asiático	54,8	52,4	50,9	49,6	48,7	46,5	45,8
Sudeste Asiático e Pacífico	62,3	62,2	61,4	62,3	61,6	59,7	59,0
Sul Asiático	80,0	78,9	78,2	78,4	77,7	76,4	76,1
América Latina e Caribe	32,3	31,8	32,4	31,9	31,9	31,7	31,6
Centro Leste	31,0	30,1	30,1	29,8	29,5	25,4	25,2
Norte da África	40,5	39,8	39,4	37,7	37,4	35,8	35,6
África Subsaara	77,6	76,7	77,1	76,9	76,6	77,6	77,4

FONTE: ILO, Trends Econometric Models, Outubro 2012; ILO, *Global employment trends, 2014*.

É interessante compreendermos algumas situações encontradas nesses dados: 1ª) a grande distância entre realidade de trabalho precário latino-americana e europeu, da realidade asiática. Como observamos, ainda na análise da tabela relativa ao desemprego, uma baixa taxa de desemprego iria refletir uma alta taxa de trabalho precário na realidade asiática, de acordo com as informações que já debatemos anteriormente, e que isso acaba também refletindo na taxa mundial. Porém, não podemos cair no erro de achar que pelo fato da América Latina apresentar uma taxa de empregos precários abaixo de algumas regiões analisadas, que o continente latino-americano não apresenta um índice muito considerável de trabalhadores precarizados. Esse fator já nos faz entrar na 2ª) situação encontrada nessa tabela, que é a grande diferença entre as taxas da América Latina (31,6%, em 2013) com relação aos números dos países de economia central e a União Europeia (10,0%, em 2013). Além de confirmar as diferenças estruturais entre América Latina e União Europeia e países de economia central, esses números também acabam corroborando a teoria de Mirian de Toni, quando esta coloca que os países das economias centrais realizam mudanças neoliberais que acabam gerando precarização nas relações laborais. Porém, essas alterações



são realizadas depois de serem adotadas algumas proteções sociais que amenizam a precarização. Ao contrário da América Latina e dos outros países “periféricos”, onde as mudanças neoliberais são feitas sem medidas paliativas, para que a precarização do trabalho não fosse sentida tão fortemente. 3ª) Outra situação que esses números confirmam é a tendência do sistema financeiro especulativo e das grandes multinacionais em pressionar os países periféricos de economias frágeis, para que esses tenham que viabilizar as condições necessárias para atrair o grande capital e as multinacionais. Condições essas que acabam gerando uma maior precarização das relações laborais (Toni, 2003).

Um ponto que nos chamou a atenção é que ao observarmos os anos de 2008 e 2009, no que se refere às taxas de desemprego e às taxas de trabalhos precários, notamos um aspecto que consideramos importante para compreender o aumento do trabalho precário na América Latina. Como vimos, a taxa de desemprego entre 2008 e 2009 aumentou não só globalmente como na maioria das regiões analisadas, em alguns poucas diminuiu ou se estabilizou. Com relação aos empregos precários, notamos que numa minoria de regiões essa taxa se estabilizou, mas na maioria das regiões, e globalmente também, a taxa de empregos precários caiu. Essa era uma relação esperada, já que uma vez que o desemprego aumentou é natural que os empregos precarizados também sofram uma queda. Porém, os números da América Latina vão contra essa lógica. Entre 2008 e 2009 a taxa de desemprego variou de 6,6% para 7,7%, já com relação aos números de empregos precários esses variaram de 31,8% em 2008, para 32,4% em 2009. O que podemos concluir, nesse período, é que na América Latina estava ocorrendo uma saída do trabalhador de funções não precarizadas para empregos precarizados. Com o aumento do desemprego no continente latino-americano, não houve uma queda dos empregos precarizados, como ocorreu numa tendência mundial. Dessa maneira, podemos compreender que os trabalhadores não precarizados ou vão para o desemprego ou assumem funções precarizadas. Como causadores dessa realidade podemos tentar apontar alguns fatores: 1) políticas de geração de emprego, mesmo que esses sejam precarizados; 2) implementação de políticas e incentivos que estejam atraindo empresas que praticam trabalhos precarizados; 3) Trabalhadores que caem no desemprego e acabam indo para a informalidade, que é outro exemplo de trabalho precário na maioria das vezes. Este fator torna a condição do emprego na América Latina muito preocupante. Se de um lado as conjunturas econômica e política estão gerando um aumento do desemprego, ao mesmo tempo essas mesmas conjunturas estão tirando os trabalhadores de funções estáveis de

emprego, para colocá-los num ambiente de incertezas e precarização. Nos anos subsequentes acompanhamos uma estabilização do trabalho vulnerável na América Latina, porém com taxas ainda elevadas.

Quando observamos a União Europeia e os países de economia desenvolvida, centrando nossa atenção na relação entre desemprego e trabalho precário, chegamos a seguinte conclusão ao analisarmos os anos de 2007 e 2013: Ocorreu na Europa uma leve alta na taxa de empregos precários (0,1% entre 2007 e 2013). Porém, um aumento mais que significativo na taxa de desemprego de 5,8% em 2007, para 8,6% em 2013 (uma aumento de 2,8%, no espaço de 6 anos). Isso comprova a teoria desenvolvida por Kovács sobre a tendência para o desemprego estrutural, assim como vem ressaltar a análise de Beck ao colocar que a tendência do mercado de trabalho é substituir, cada vez mais, o trabalho formal pelo trabalho precário e flexível (Kovács, 2006; Beck, 2000). Contudo, vale observar que a situação da União Europeia no que se refere a geração de emprego passa por uma situação delicada, pois ao contrário da América Latina, onde os trabalhadores estão passando para empregos precários e vulneráveis, na Europa as pessoas estão caindo simplesmente no desemprego. Na verdade, os números do desemprego de 2013 apontam para um aumento do desemprego. Em compensação, a taxa de empregos vulneráveis ficou praticamente estagnada entre 2007 e 2013. Isso sugere que os trabalhadores dessa região, ao perderem seus empregos não conseguem nem ingressar no mercado precário de trabalho. Identificamos assim, duas tendências: 1ª) que os Estados da União Europeia e economias desenvolvidas ainda suportam arcar, através da segurança social, com um número elevado de desempregados, em detrimento a abrir suas fronteiras para uma maior flexibilidade das relações laborais, e conseqüentemente empregos precários. Porém essa tendência já não é suportada por alguns Estados europeus, como Portugal, Espanha, Grécia e Irlanda por exemplo. Esses países não suportaram os efeitos de suas respectivas crises financeiras e começaram a alterar suas legislações laborais<sup>9</sup>, ou diminuíram os recursos da segurança social; 2ª) essa tendência já foi relatada anteriormente, mas vale apenas só relembra-la aqui. Se trata de uma opção, tomada pelas grandes empresas, em investir e mudarem suas bases para locais que flexibilizem ao máximo, e reduzam os custos de qualquer forma (Kovács, 2006; Beck, 2000; Mészáros, 2008; Costa, 2012).

---

<sup>9</sup> O caso de Portugal e sua relação com a *troyka* será debatido mais adiante.

### 2.3 – BRASIL-PORTUGAL: REALIDADES DO MERCADO DE TRABALHO, SERVIÇO E PRECARIZAÇÕES.

No ponto anterior expusemos o quadro global e de algumas regiões no que diz respeito à situação laboral. Observámos taxas de desemprego, vulnerabilidade do emprego e divisão dos empregos por setor. Analisámos como o processo de acumulação flexível vem ganhado espaço no mundo do trabalho contemporâneo, principalmente no setor de serviços. A partir desse momento observaremos como esse contexto global, relatado na sua base teórica e em números, se estabelece em um país. Para isso escolhemos dois países em questão: Brasil e Portugal.

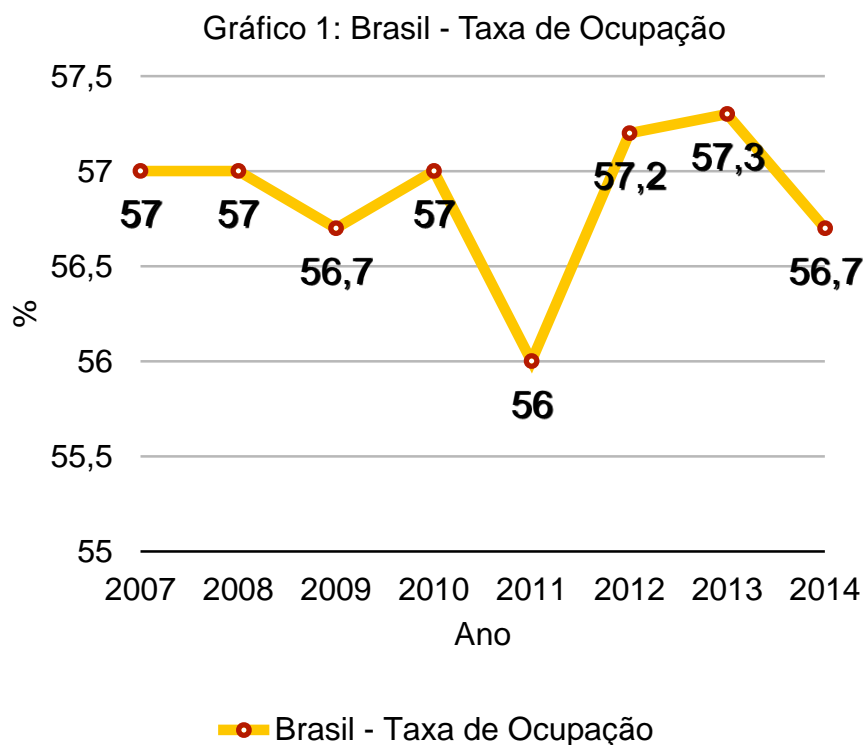
Com relação a escolha de Portugal e Brasil existem um aspecto principal que deve ser abordado. A análise comparativa entre Portugal e Brasil deve-se ao fato do primeiro representar um país localizado em um bloco de países de economia central (União Européia) porém assume um papel periférico no contexto europeu. Portugal é hoje um dos países da União Européia que passa por uma grave crise financeira. Crise essa que assenta numa forte taxa de desemprego e aumento da precariedade do trabalho. Já o Brasil representa um país localizado na “semiperiferia” mundial, mas que assume um papel central no quadro de países de economia emergente. O Brasil é tido hoje como um país estável e que tem melhorado de forma segura alguns sociais como o emprego. Dessa forma, é interessante observamos como países com papéis inversos às áreas que ocupam são atingidos pelas transformações no mundo laboral. Para realizar essa análise levaremos em questão os anos a partir de 2007, o que ao nosso ver se explica por duas razões: 1º) são os anos nos quais o modelo de globalização hegemônico passou, e vem passando, por uma grave crise, gerando uma série de distúrbios econômicos e sociais em diversas partes do mundo. Mudanças essas que também levaram transformações no mundo do trabalho e nas relações que as cercam; 2º) ao analisar essas alterações nesse período, conseguiremos ter um quadro atualizado sobre esse relevante contexto laboral em que estamos inseridos.

Dessa maneira começamos analisando alguns dados de forma separada, para que tenhamos uma realidade nítida de cada país e seus respectivos mercados de trabalho e suas relações laborais. Dedicaremos o capítulo cinco dessa tese para realizar a comparação entre

os dados obtidos nos dois países.

### 2.3.1 - Brasil

Iniciaremos nossa análise através de indicadores como emprego e desemprego. Após esse primeiro momento passaremos para dados mais complexos, para termos uma visão mais aprofundada do quadro laboral brasileiro.

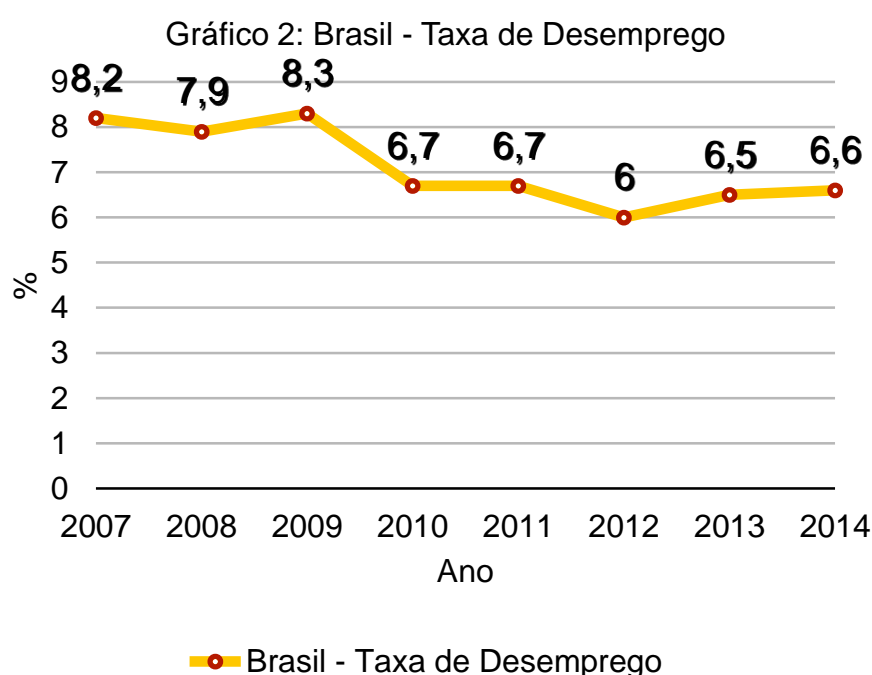


Fontes: PNAD, 2011; PNAD, 2014.

Ao observar a tabela acima podemos notar como o Brasil nos últimos anos vem mantendo sua taxa de ocupação em um intervalo constante de 57% da sua população ocupada. O que para os padrões globais, em um momento de crise, deve ser levado em consideração. Porém, temos que compreender que esses dados podem não revelar a real condição do mercado de trabalho na primeira percepção. Uma análise mais descuidada, ao observar apenas a taxa de emprego e desemprego, pode levar a uma compreensão simplista de o mercado de trabalho de determinada região.

Se quisermos saber, de fato, como está a situação laboral de um país temos que

observar outros fatores que vão além das taxas de emprego e desemprego. Fatores esses que podem revelar um situação de precariedade laboral, flexibilidade contratual e outras realidades impostas aos trabalhadores (Kovács, 2006). Porém temos que deixar claro que para o estabelecimento econômico, social e político de um país, taxas como baixo desemprego e elevado índice de ocupação são primordiais. E lembrando que, manter uma taxa de ocupação estável, num contexto atual de crise econômica pela qual estamos passando, como o Brasil manteve, deve ser levado em consideração. Sendo assim, passaremos para os dados referentes ao desemprego.



Fontes: PNAD, 2007; PNAD, 2011; PNAD

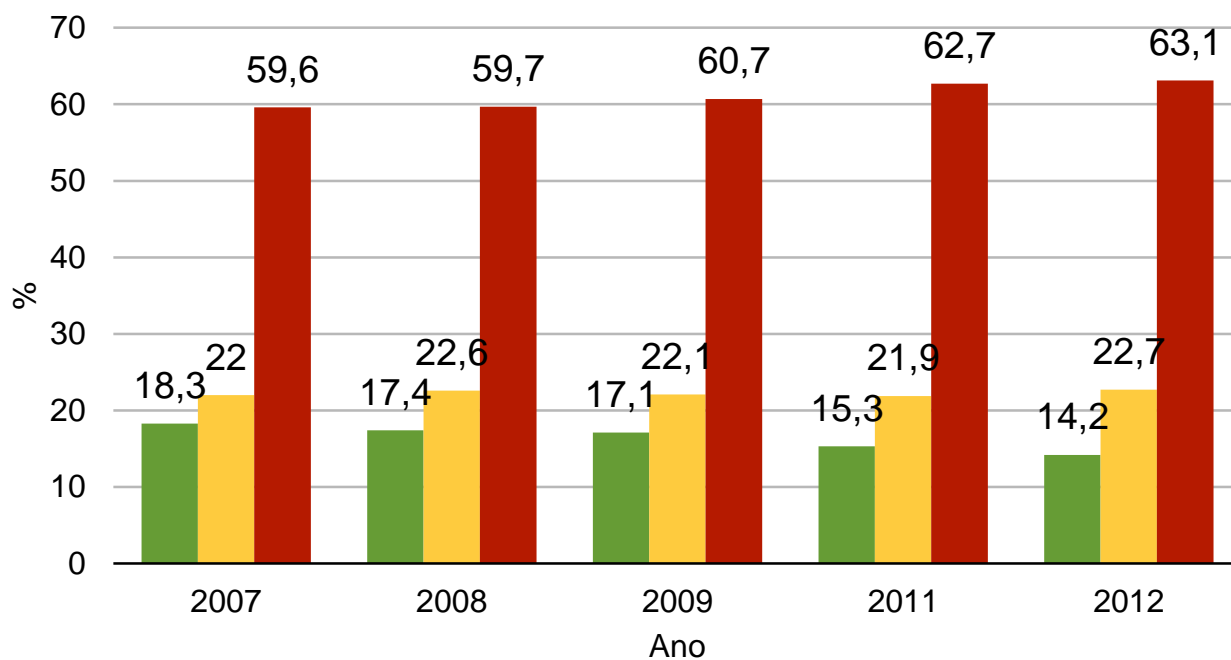
Como foi falado anteriormente, para o desenvolvimento de um país é vital uma taxa de desemprego baixa. No caso brasileiro isso se aplica. Notamos que o índice brasileiro está descendo relativamente nos últimos anos, de 8,2% em 2007 para 6,6% em 2013. Mais uma vez vale lembrar que conseguir esses resultados em uma época de crise global deve ser levado em consideração. Pois se observarmos os números globais, notamos que o Brasil apresenta uma taxa de desemprego mais baixa do que muitas regiões. Ao compararmos o índice de desemprego brasileiro com os números globais notaremos que estes estão cada vez mais próximos. Em 2007 o desemprego global girava em torno de 5,5%, em 2013 esse

número fechou em 6,0%. Ao observarmos o desemprego na União Europeia e economias desenvolvidas, veremos que o caminho do desemprego é inverso com relação ao Brasil. Em 2007 a União Europeia apresentava 5,8% de desempregados, em 2013 esse valor aumentou para 8,6%. Se olharmos para a América Latina, os dados também apresentam um valor semelhante ao desemprego no Brasil. O continente latino-americano apresentou uma taxa de 7,0% em 2007, que passou para 6,5% em 2013 (OIT, 2014). Porém dados como esses nos remetem para algumas questões, que já foram abordadas aqui anteriormente: Onde estão sendo criados esses novos empregos em uma época de crise global? Em que setores esses empregos estão sendo criados? São empregos precários?

Questões como estas tentaremos responder com análise de mais dados. Porém vale lembrar que o Brasil está seguindo uma lógica que boa parte do mercado de trabalho asiático está seguindo. Ou seja, diminuição do desemprego, ao mesmo tempo que esses números aumentam em um nível global e nas economias desenvolvidas. Este aspecto já foi elencado anteriormente quando falamos da diminuição de empregos formais e seguros em detrimento do aumento de empregos precários e flexíveis. Isso é reflexo da reterritorialização do capital, que cada vez mais procura espaços onde possa desenvolver suas atividades de produção de bens e serviços. Seguindo o raciocínio, procura lugares onde possa ao máximo baratear mão-de-obra, flexibilizar direitos trabalhistas e relações laborais. Juntamos a isso a visão de que o mercado de trabalho passa hoje por um processo que Beck, como já antes assinalamos, chamou de brasileirização das relações laborais. Onde o mercado de trabalho global tende a diminuir os trabalhos formais e seguros, e aumentar os empregos flexíveis e vulneráveis. Aliando a isso uma onda de desemprego estrutural que é acelerado pela crise financeira atual (Kovács, 2006; Beck, 2000; Mészáros, 2008).

Para sabermos se essa realidade se aplica ao Brasil, observaremos mais dados referentes ao tema. Vamos começar por saber onde esses empregos estão sendo criados, e qual sua distribuição nos setores produtivos de bens e serviços:

Gráfico 3: Brasil - Divisão do emprego por setor produtivo



■ Setor Agrícola ■ Setor de Indústria e Construção ■ Setor de Comércio e Serviços

Fontes: PNAD, 2007; PNAD, 2009; PNAD, 2011; PNAD, 2012<sup>10</sup>.

A tabela anterior mostra como está distribuído o emprego no Brasil, de acordo com os setores produtivos. Primeiramente notamos que o setor de serviços é responsável por mais da metade dos empregos brasileiros, e que a tendência é aumentar, uma vez que desde 2007 esse número vem aumentando, de 59,6% nesse ano, para 63,1% em 2012. Isso nos leva a outro detalhe que facilitará nossa análise, que é a diminuição dos empregos no setor agrícola, de 18,3% em 2007, para 14,2% em 2012. E o ínfimo aumento no setor industrial, se levarmos em consideração o intervalo entre 2007 e 2012 (de 22% para 22,7%). Isso nos revela que basicamente os empregos criados no Brasil, nos últimos anos, estão localizados no setor de serviços.

Com isso retomamos o debate que fizemos ao longo desse capítulo sobre o setor de serviços e a tendência contemporânea para a o aumento da precarização laboral no seu meio.

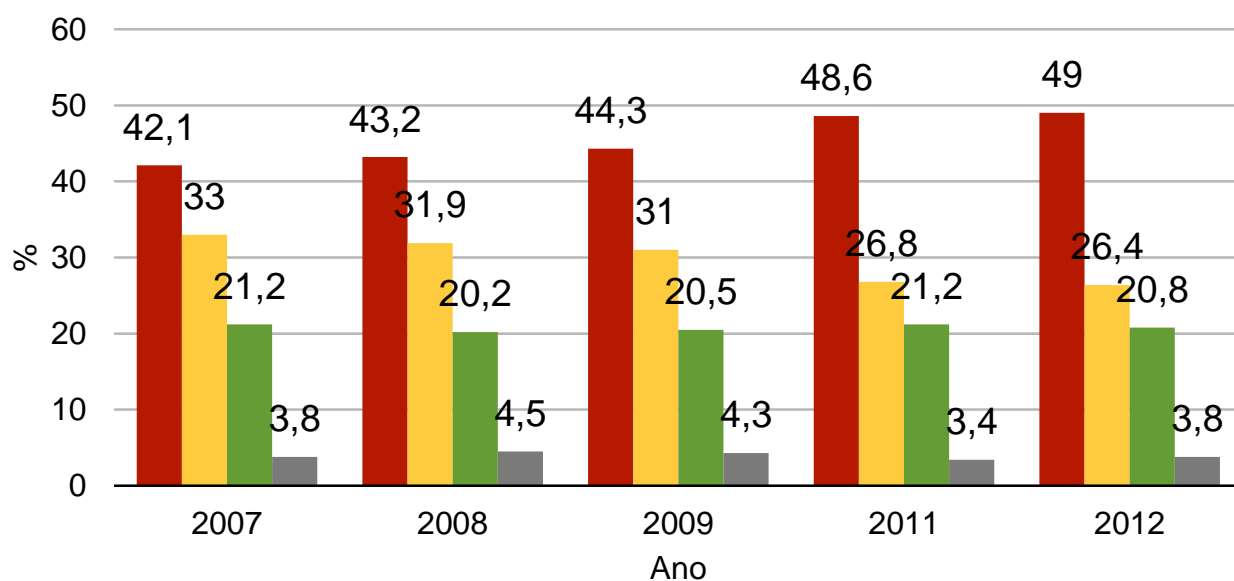
<sup>10</sup> Os resultados de 2013 só serão divulgados pelo PNAD no 2º semestre de 2014.

Com o crescimento do setor de serviços acompanhamos práticas e relações laborais que tendem, cada vez mais, a apostar numa maior flexibilização do trabalho. A prática da terceirização empregada em larga escala no setor de serviços gera um ambiente flexível e instável para o trabalhador (Teixeira & Pelatieri, 2009).

Como já observamos no ponto anterior, os empregos vulneráveis tendem a aumentar no continente latino-americano. Olhando para os dados brasileiros, o setor que realmente cresce é o de serviços. Se partimos do princípio de que está ocorrendo uma diminuição de empregos estáveis, e um aumento do emprego flexível e instável. Podemos chegar à conclusão de que a maioria dos empregos criados no Brasil são no setor de serviços e na sua maioria são vulneráveis, gerando assim um quadro de precariedade laboral. Contudo esse quadro de precariedade, especificamente, no setor de serviço será melhor trabalhado no capítulo 5, onde iremos tratar o setor de serviço brasileiro, e português com maiores detalhes, uma vez que esse é um dos objetivos dessa tese. Porém para embasarmos melhor nossa análise sobre o quadro laboral do Brasil, vamos observar a tabela seguinte, que vai nos mostrar a quantidade de trabalhadores com carteira de trabalho assinada. Partimos do princípio de que este é um dos primeiros aspectos para compreender como se estrutura as relações laborais de um país, uma vez que é uma das formas mais diretas para se perceber se uma relação trabalhista é precária ou não. Na maioria dos casos em que a carteira de trabalho não é assinada pelo empregador, se estabelece uma relação laboral precarizada. Porém, existem casos, na sua grande minoria, em que o trabalhador acha mais vantajoso não assinar a carteira, pois não precisa contribuir para a previdência social. Vejamos os dados:



Gráfico 4: Índice de trabalhadores COM e SEM carteira de trabalho assinada, autônomos e empregadores



■ COM carteira assinada ■ SEM carteira assinada ■ Autônomos ■ Empregadores

Fontes: PNAD, 2007; PNAD, 2009; PNAD 2011; PNAD 2012<sup>11</sup>.

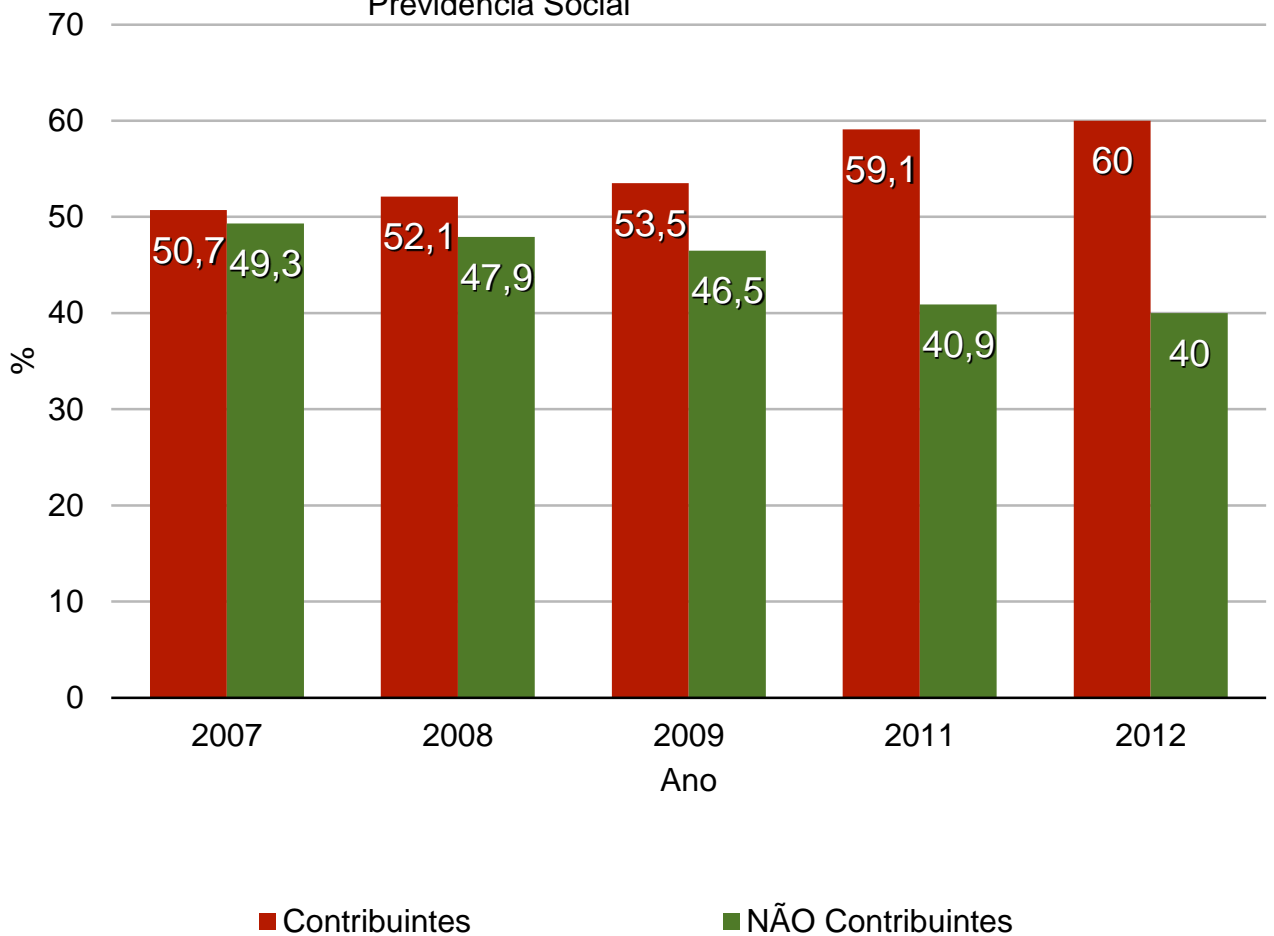
A tabela acima nos mostra importantes dados para compreendermos o mercado de trabalho brasileiro. Em primeiro lugar a grande taxa de pessoas sem carteira de trabalho assinada (26,4% em 2012, mesmo que exista uma diminuição em relação a 2007. Chama a atenção, pois a carteira de trabalho é um dos principais instrumentos para o estabelecimento de um emprego formal estável. É através da carteira de trabalho que o indivíduo tem seus direitos garantidos, como aposentadoria, 13º salário, auxílio-desemprego, auxílio acidente, entre outros. Sem esse direito, o trabalhador está exposto a uma série de situações que podem levar à uma grande precarização e exploração do seu trabalho (Teixeira & Pelatieri, 2009; Antunes, 2003; Dau, 2009). Voltando às informações, é notório um constante aumento dos vínculos com carteira assinada para os demais<sup>12</sup>. Porém temos que chamar atenção para duas questões importantes sobre as informações contidas nessa tabela: 1ª) nem todo emprego com

<sup>11</sup> Os resultados de 2013 só serão divulgados pelo PNAD no 2º semestre de 2014.

<sup>12</sup> Estão inseridos nos trabalhadores com carteira assinada os militares, que não possuem uma carteira laboral propriamente dita, mas têm um estatuto que garante direitos semelhantes aos trabalhadores abrangidos pela carteira profissional

carteira profissional assinada é estável e não precário. O que notamos hoje é que os empregos formais, com carteira assinada estão se precarizando cada vez mais. Com o processo de flexibilização estabelecido pela lógica da acumulação flexível e da globalização hegemônica, passamos por uma série de mudanças nas relações laborais, como vimos no transcórre desse capítulo. Transformações essas que levaram para um contexto laboral cada vez mais precário e instável, mesmo para os trabalhadores formais (Kovács, 2006; Beck, 2000; Antunes, 2003; Mészáros, 2008; Stoleroff, 2013); 2ª) se observarmos na tabela, existe ainda uma importante porcentagem de trabalhadores que estão incluídos nos autônomos, ou seja, trabalham sem carteira assinada, cerca de 20,8% em 2012. Existe uma grande possibilidade de a maioria desses trabalhadores estarem inseridos em empregos precários, flexíveis e inseguros. Como sabemos, existem trabalhadores especializados que prestam serviços de alta complexidade, que preferem não manter vínculos empregatícios. Porém, sabemos também que a tendência do mercado global é apostar cada vez mais em vínculos laborais flexíveis, principalmente no setor de serviços. Vínculos como contratos temporários, subcontratação, que não garantem a mínima proteção para o trabalhador, estão aumentando com o passar do tempo. Dessa forma acreditamos que uma considerável parte (provavelmente a maioria) desses trabalhadores autônomos estão inseridos em vínculos contratuais flexíveis e precários (Stoleroff, 2013). Para clarear melhor essa segunda questão, e sabermos melhor se os vínculos laborais brasileiros estão mais flexíveis ou não, podemos observar os seguintes dados:

Gráfico 5: Taxa de Contribuintes e NÃO Contribuintes para a Previdência Social



Fontes: PNAD, 2007; PNAD, 2009; PNAD 2011; PNAD 2012<sup>13</sup>.

Ao olharmos para a tabela acima, a primeira coisa que nos chama a atenção é a proximidade entre a proporção de trabalhadores contribuintes e os não contribuintes entre os anos de 2007 e 2009. Vamos explicar melhor o que significa ser um trabalhador contribuinte no Brasil. Para uma pessoa ser considerada contribuinte para o INSS (instituto Nacional do Seguro Social), ela tem que destinar uma parcela do seu salário (que varia entre 8% até 11%) para a Previdência Social do Estado brasileiro. Essa contribuição já é retirada automaticamente do salário, antes mesmo do trabalhador recebê-lo. Esse processo se faz quando o vínculo trabalhista é registrado de formalmente na carteira profissional. Ou se o trabalhador é autônomo ele pode fazer essa contribuição de forma independente. Com essa

<sup>13</sup> Os resultados de 2013 só serão divulgados pelo PNAD no 2º semestre de 2014.

contribuição, o trabalhador passa a ter o direito de receber diversos benefícios que assegurem uma condição laboral digna e estável. Benefícios como: auxílio-desemprego, aposentadoria e auxílio acidente.

Sem essa contribuição, o trabalhador não terá uma segurança social garantida pelo Estado, assim como não terá direito a uma aposentadoria condizente com o salário que recebe. Ou seja, o trabalhador que não é um contribuinte social é um indivíduo que não tem parte dos seus direitos laborais e sociais garantidos. Essa não contribuição se efetiva de algumas formas: A) o trabalhador, no caso dos autônomos, opta por não contribuir com o INSS, por diversos motivos de cunho pessoal; B) o trabalhador não possui carteira assinada. Nessa opção podemos lembrar-nos da tabela anterior, que demonstrava que pelo menos 26,4% dos trabalhadores brasileiros estavam nessa situação, no ano de 2012. Se lembrarmos também da análise feita em relação aos autônomos, notamos que além dos trabalhadores que não possuem carteira assinada, a maioria dos trabalhadores autônomos também não contribuem com o INSS. Dessa maneira, percebemos como uma larga parcela dos trabalhadores brasileiros está excluída de direitos laborais básicos.

Não podemos deixar de perceber que o número de contribuintes está aumentando constantemente (50,7% de contribuinte em 2007, para 60,0% em 2012). Mas não podemos apagar o fato de o número de não contribuinte (40,0% em 2012), juntado ao número de trabalhadores sem carteira assinada ser consideravelmente alto, atingindo uma parcela elevada dos trabalhadores brasileiros. Com isso podemos perceber que uma considerável parte da classe trabalhadora brasileira está inserida em um contexto flexível de trabalho, que podem gerar um quadro de precarização e instabilidade laboral.

Outro aspecto que nos chama atenção e que já foi debatida aqui é a questão da informalidade. O trabalho informal é um grande gerador de precarização. Como já dissemos, o fosso que separa o trabalhador informal do formal é grande. Esse distanciamento pode estar diminuindo, com a reestruturação do mercado do trabalho. Porém está diminuindo no sentido de deixar o emprego formal cada vez mais parecido com o informal, ou seja, precarizado e flexível (Antunes, 2003.a; Beck, 2000; Tumolo, 2002; Antunes, 2008). Dessa maneira, para compreendermos o mercado de trabalho do Brasil, se faz necessário observar a taxa de trabalhadores precários existentes.

Diante do quadro de precarização que a informalidade laboral representa, os dados brasileiros são alarmantes. No ano de 2013, uma parte considerável dos trabalhadores do

Brasil eram informais (33,0%). É certo que tal taxa tem descido nos últimos anos, porém ainda consideramos tais números elevados (IPEA, 2014). Se juntarmos a essa informação o dado anterior que o setor que tem maior parte dos empregados, no Brasil, é o de serviços podemos concluir que é no setor de serviços que se encontra boa parte dos trabalhadores informais. Essa realidade revela que o mercado de trabalho brasileiro é composto em boa parte por trabalhadores informais, que possuem, na sua maioria, como já relatámos, condições de trabalho precárias, juntamente com contratos e direitos trabalhistas flexíveis. Mesmo que o número de trabalhadores formais esteja crescendo, em um número ainda muito tímido, em nosso entender, podemos concluir que o Brasil atualmente é um dos países em que as grandes empresas transnacionais estão investindo, pois encontram um mercado com mão-de-obra barata e flexível.

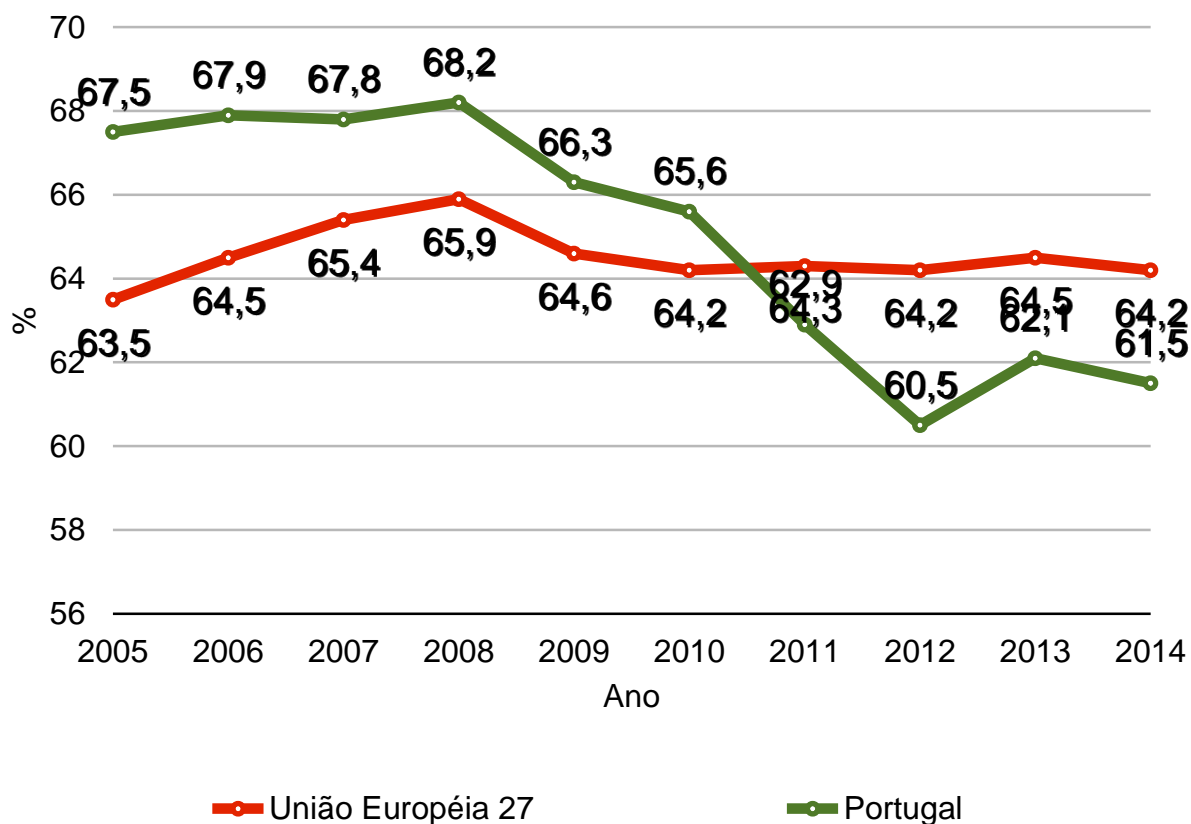
Assim como em algumas regiões asiáticas, o Brasil combina baixa taxa de desemprego, estabilidade do índice do emprego e crescimento focado no setor de serviços, numa época de retração global do emprego estável. Junto a isso, existe ainda a particularidade de ter uma elevada porcentagem de trabalhadores sem carteira profissional assinada, e um índice maior ainda de trabalhadores que não contribuem para a previdência social. Para completar esse propenso quadro de precariedade laboral, ainda tem uma grande parte de sua classe trabalhadora localizada na informalidade, que atualmente é uma “fábrica” de práticas, técnicas e realidades de exploração, flexibilização e precarização laboral.

Voltaremos, no capítulo 5, para observar, com maior profundidade a realidade brasileira, principalmente no setor de serviços.

### **2.3.2 - Portugal**

Para começarmos a analisar o contexto laboral português, iremos observar a como está o índice de emprego do país em comparação à União Europeia (UE). Achamos que se faz importante realizar esse paralelo uma vez que a estrutura do Estado português está muito ligada as regras e políticas econômicas, sociais e culturais da UE.

Gráfico 6: Portugal e UE 27 - Taxa de Emprego

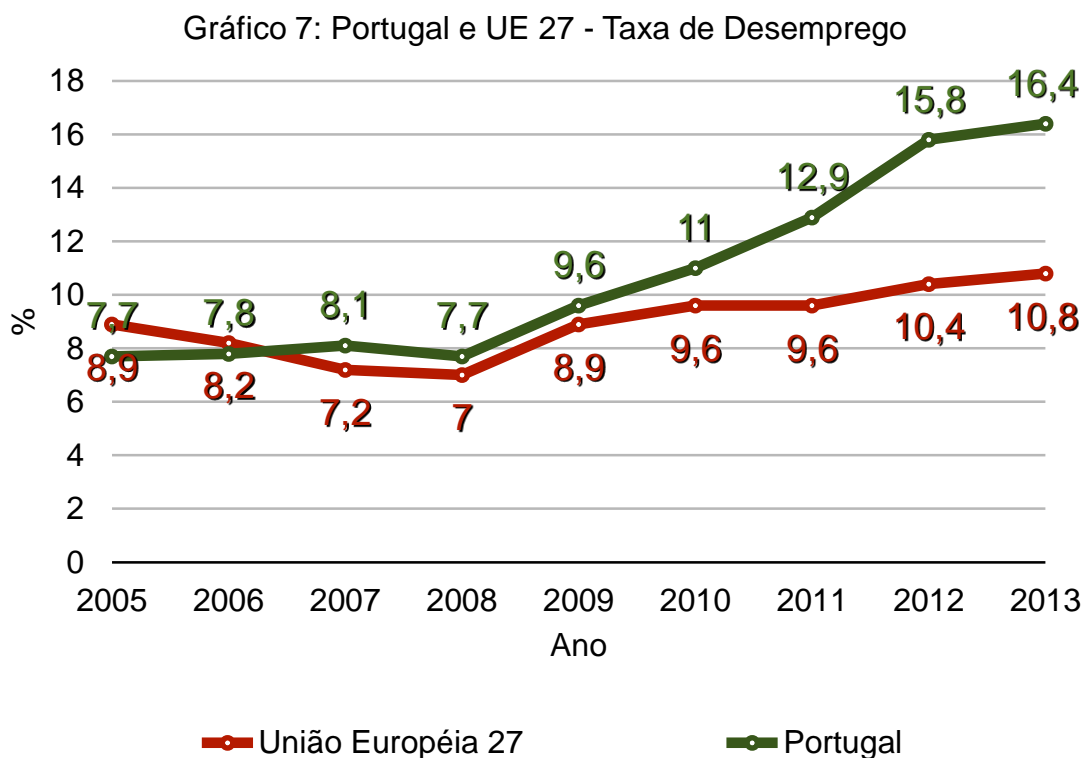


Fonte: INE, 2012; EUROSTAT, 2014.

Ao vermos os dados da tabela acima, logo percebemos como a crise financeira iniciada nos finais de 2006 afetou a UE e conseqüentemente Portugal. Olhando para a década como um todo, Portugal teve altos e baixos na taxa de emprego. Porém, é notória uma tendência decrescente muito grande de 2010 até 2012, ao contrário da Europa, que teve, praticamente, os primeiros 7 anos da década passada de constante subida nos números. Ao darmos mais atenção para os anos a partir do final de 2007 e início de 2008, notamos um queda brusca nos índices de emprego. Isso se deve a, já abordada aqui, crise estrutural do emprego formal, reforçada pela crise financeira global. Tanto Portugal, como a UE tiveram seus índices de emprego diminuídos e se observarmos a próxima tabela, veremos como isso influenciou na taxa de desemprego.

Percebemos como entre os anos de 2010 e 2012 a taxa de emprego de Portugal caiu em larga escala, passando de 65,6% em 2010, para 60,5% em 2012. Podemos lembrar que

foi durante esse período, 2011, para sermos mais exatos, que a *troika*<sup>14</sup> adentrou no território português.



Fontes: *INE, 2012; EUROSTAT, 2014.*

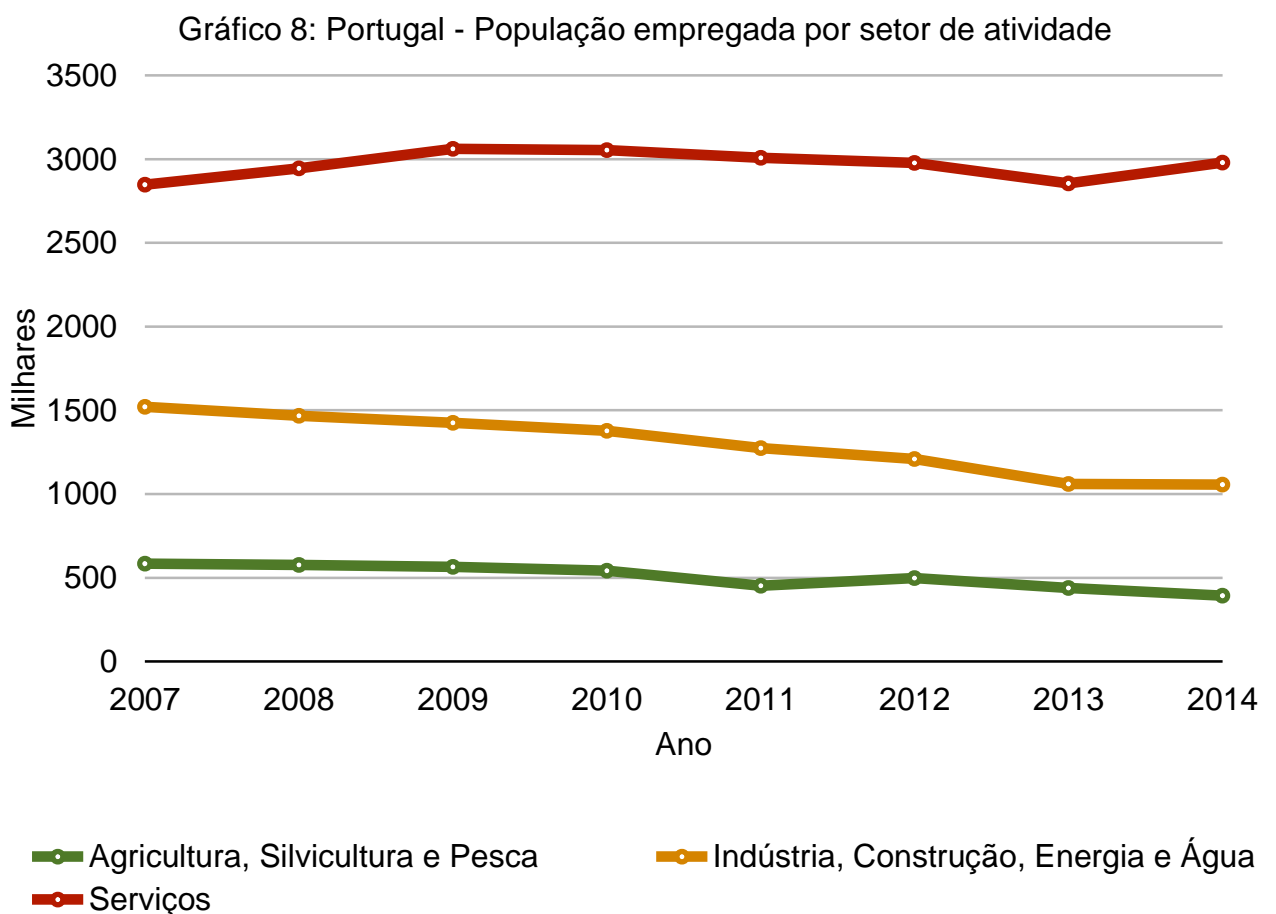
Ao analisarmos as duas tabelas acima compreendemos como a conjuntura laboral no continente é preocupante. Os últimos três anos foram marcados por um alto e constante aumento do desemprego, mais de 1% na UE e quase 4% em Portugal<sup>15</sup>. Podemos observar isso como uma tentativa do sistema econômico em encontrar uma saída para a crise. O

<sup>14</sup> Diante da grave crise econômica de Portugal, o governo português recorreu à instituições internacionais (FMI, Banco Central Europeu, Comissão Europeia) para restabelecer sua economia. Desta forma a *troika* foi formada por integrantes das três instituições citadas aqui. À *troika* foi dado, pelo governo português, o papel de traçar medidas políticas, econômicas e sociais, para que este governo as seguisse. Diante de tais medidas, que visavam, entre outras coisas o “resgate” da economia portuguesa, ao governo português foi incumbido a tarefa colocar em prática os planos que a *troika* tinha traçado para Portugal. A partir daí acompanhamos várias medidas de austeridade, implementadas pelo governo português, que entre outras coisas, retirou direitos laborais e precarizou ainda mais o mercado de trabalho português (Costa, 2014. Leite *et al.* 2013).

<sup>15</sup> Vale salientar que os números de 2014 apontam para fechar o ano com uma redução do desemprego. Porém é necessário levar em consideração que para as estatísticas do desemprego não são levados em consideração as pessoas que deixaram de procurar empregos nem os jovens que deixaram o país em busca de empregos, Acreditasse que se esses dois elementos fossem levados em consideração, a taxa de desemprego portuguesa seria mais elevada,

aumento do desemprego português reflete a fuga das empresas para regiões onde possam usufruir de mão-de-obra mais barata e relações laborais mais flexíveis, para que possam assim aplicar o modelo de acumulação flexível para obter mais lucros e menos gastos.

Relatando esse quadro nos surge uma dúvida, referente à distribuição dos empregos, e sua respectiva diminuição, nos setores produtivos de bens e serviços.

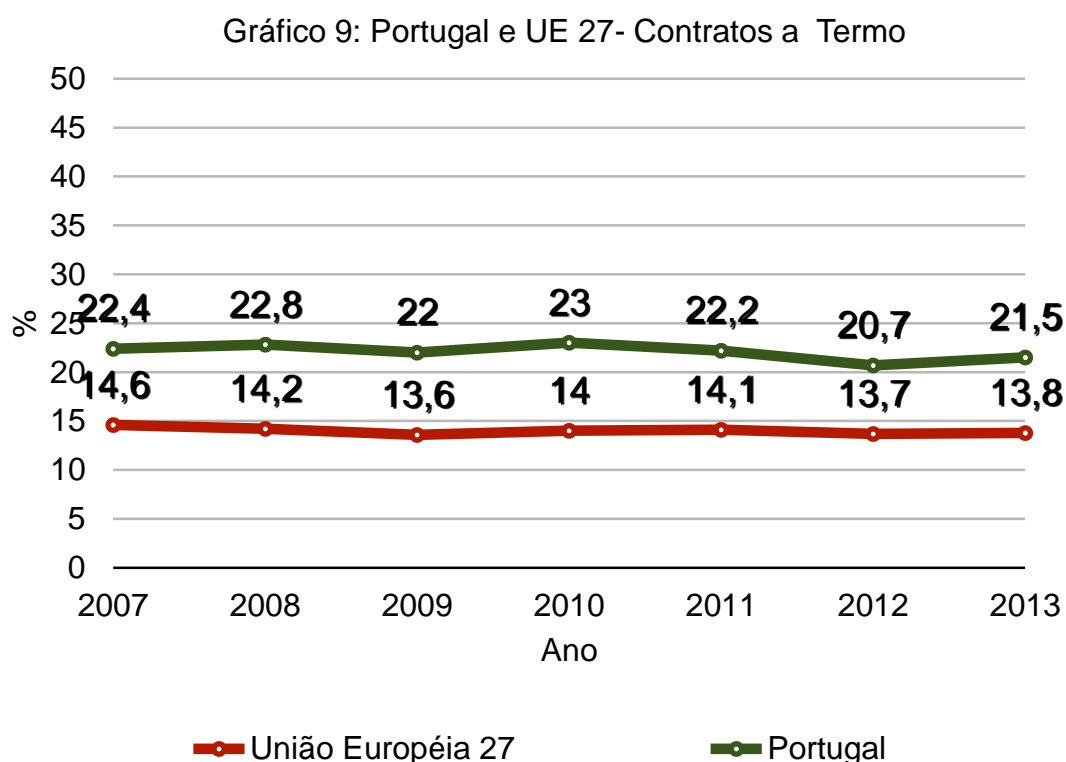


Fontes: INE, 2012; EUROSTAT, 2014.

O quadro acima se faz revelador no momento em que, no alto crise e do aumento de desemprego, apenas observamos uma queda considerável no setor industrial. O setor agrícola já estava tendo uma leve queda desde o início da década de 2000. O setor industrial também já estava em queda no início do milênio, e que acentuou, nos últimos anos da década passada, e aumentou consideravelmente no início da atual década. Porém o setor de serviços,



que é responsável por quase metade dos empregos em Portugal teve uma ligeira queda em 2013<sup>16</sup>. Isso demonstra duas situações: 1ª) que Portugal vive uma grave crise empregatícia, uma vez que o aumento do desemprego foi sentido em todos os setores produtivos, mesmo que em menor contundência em uns do que em outros; 2ª) diante do que estamos defendendo nesse capítulo sobre a diminuição do trabalho estável, e detrimento da manutenção e aumento do emprego flexível e precário, notamos que o caso de Portugal vem corroborar essa teoria. Principalmente se observarmos os seguintes dados:



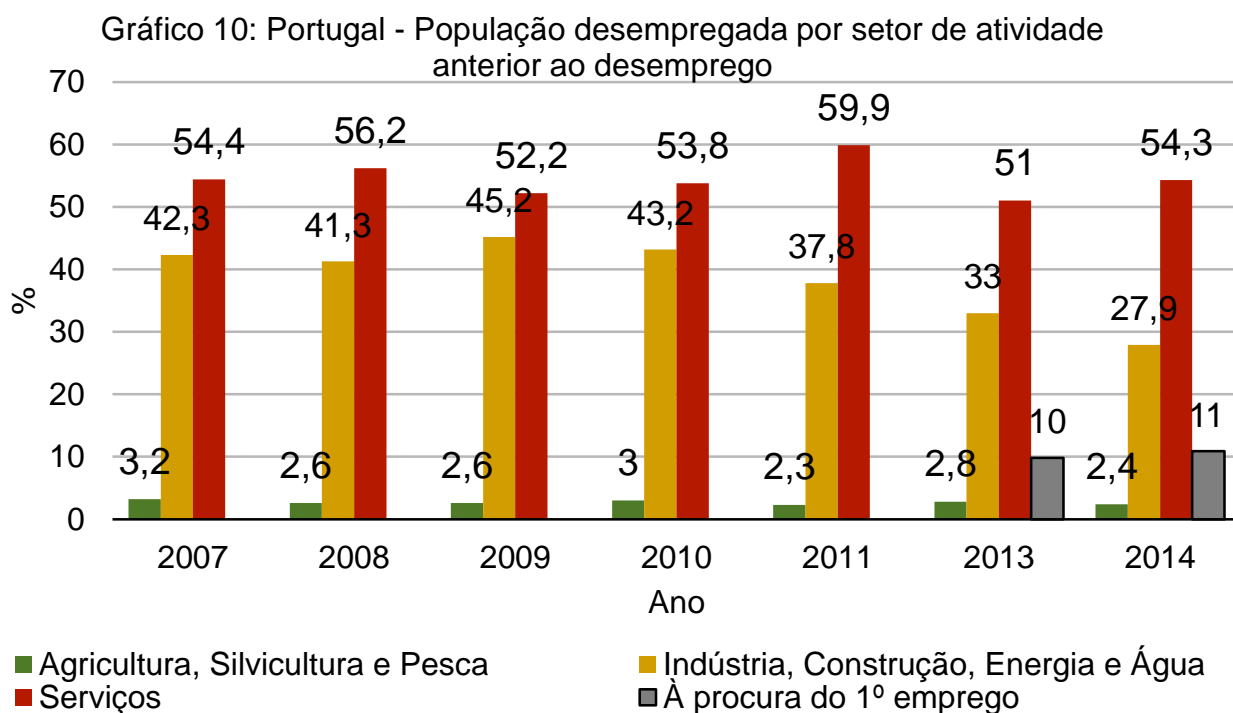
Fonte: EUROSTAT, 2014.

Ao mesmo tempo em que temos um aumento do desemprego em todos os setores, temos também uma variação mínima dos trabalhadores com contrato a termo, de 22,4% em 2007, para 21,5% em 2013. Como relatamos no parágrafo anterior, essa tabela vem confirmar aquilo que defendemos anteriormente. Ao mesmo tempo que existe uma diminuição do trabalho estável em Portugal, há também a manutenção, ou aumento, como

<sup>16</sup> O ano de 2014 aponta para um aumento dos postos de trabalho no setor de serviços. Porém, o ano ainda não terminou para observar se essa tendência se confirma ou não;

demonstra a tabela, do emprego flexível. Dessa maneira, compreendemos também que com o aumento do desemprego, a diminuição da taxa de emprego e o aumento de contratos a termo, existe a tendência de trabalhadores estáveis estarem sofrendo uma mudança contratual para vínculos empregatícios com termo. O vínculo empregatício a termo é uma das táticas da acumulação flexível mais utilizadas, pois contrata os trabalhadores temporariamente sem ter que arcar depois com a contratação definitiva, juntamente com todos o encargos sociais definidos. Mesmo com uma leve queda nesse tipo de contratação, durante o intervalo de tempo apresentado no gráfico, os números ficam longe dos índices de desemprego geral apresentados anteriormente.

Com um mercado de trabalho que está aumentando o vínculo contratual a termo, os trabalhadores em Portugal também começam a sofrer com a grande rotatividade no empregos. Na medida em que o vínculo empregatício tem uma data limite para terminar, observamos uma tendência da rotatividade empregatícia a aumentar. Isso acaba por gerar no trabalhador uma incerteza e insegurança laborais, características encontradas em empregos flexíveis e precários (Stoleroff, 2013). Para vermos o setor que mais gera essa rotatividade e insegurança laboral, analisaremos os seguintes dados:



Fontes: OIT, 2012; INE, 2014.

Ao olharmos para o gráfico anterior notamos logo que é no setor de serviços que está a maior parte dos últimos empregos ocupados pelos desempregados em Portugal. Dessa maneira podemos chegar a algumas conclusões: 1ª) o setor dos serviços ao mesmo tempo que é a área que mais emprega e que manteve relativamente seus números de empregos, é também aquela que mais desemprega trabalhadores. No primeiro semestre de 2014, foi no setor de serviços, que 54,3% dos desempregados tiveram seu último emprego (INE, 2014); 2ª) esses dados demonstram o grande grau de rotatividade laboral existente nesse setor. Isso, em parte, se deve ao nível elevado de contratos a termo existentes nessa área produtiva. Pois, na medida em que existe um setor produtivo, que possui práticas e vínculos laborais flexíveis, como é o caso do contrato a termo no setor de serviços, também vai existir um alto índice de rotatividade dos trabalhadores em questão, juntamente com uma maior insegurança e precarização (Stoleroff, 2013).

No capítulo 5 iremos debruçar-nos mais detalhadamente sobre o mercado de trabalho no Brasil e em Portugal, principalmente no que diz respeito ao setor de serviços, afinal o setor sobre o qual recai nossa atenção.

No transcorrer desse capítulo debatemos as transformações no mundo do trabalho, suas novas formas de organização e controle laboral, juntamente com o desenvolvimento do setor de serviços no contexto da globalização hegemônica e acumulação flexível. Observamos ainda como o mercado de trabalho – sobretudo por via da precariedade laboral – está atualmente a afetar trabalhadores tanto no Brasil como em Portugal.

### 3 - SINDICATOS E SINDICALISMO

#### 3.1 – UM BREVE RELATO DO SINDICALISMO NOS SÉCULO XX E XXI

De forma necessariamente muito breve, abordamos aqui questões sobre a formação, o desenvolvimento da teoria e práticas sindicais durante os séculos XX e XXI. Levantaremos aspectos sobre a crise encarada pelo movimento sindical mundial frente as transformações sofridas no mudo trabalho. Ao falarmos dessa crise, focamos, em particular, o caso do movimento sindical brasileiro e português diante desta nova conjuntura capitalista<sup>17</sup>.

Seguindo essa linha, observamos como o movimento sindical foi visto e pensado por teóricos e, em particular, quais os desafios que esse movimento encontra, segundo estes teóricos, no contexto atual. Este histórico sobre o movimento sindical é importante por duas razões simples. A primeira é o fato dessa pesquisa ser sobre movimento sindical, sendo assim se faz necessário conhecer a história dessa forma de organização social. Outra razão é a necessidade de sabermos como o movimento sindical foi pensado no seu início, para que desta forma possamos ter uma maior clareza do seu caráter e dos seus desafios contemporâneos.

No século XIX, os sindicatos surgem como uma forma de organização social, na qual a classe operária se estruturou para combater, de maneira mais eficaz, a exploração de seu trabalho pela burguesia. Segundo Marx e Engels, o princípio fundamental dos sindicatos é lutar por salários mínimos para a classe trabalhadora. Sendo assim, os sindicatos assumem a função de reivindicar salários que não tenham valores menores do que a força de trabalho e o tempo empregado na fabricação dos produtos. Para Marx e Engels a única forma da classe trabalhadora resistir à exploração da burguesia era unir-se em organizações sindicais com o intuito de lutar em igualdade de condições na hora de realizar o contrato de venda da sua força de trabalho (Marx e Engels, 1980).

---

<sup>17</sup> Nessa primeira parte do capítulo, faremos o debate sobre sindicalismo até a sua crise no final do século XX e início do XXI. Não abordaremos nesse capítulo os caminhos e propostas de reestruturação do movimento sindical, pois deixaremos esse debate para o capítulo 5.

Marx coloca, porém, que a tarefa do sindicato não é apenas a de lutar por salários minimamente justos. Para ele, a sociedade capitalista está dividida em duas classes antagônicas e que essas classes têm como fim alcançar o poder político. Nesta luta política a organização é fundamental. Dessa forma, Marx e Engels acreditavam que o sindicato é uma poderosa organização da classe trabalhadora e que não servia apenas para cobrar salários justos, mas também como organização da classe operária para combater o sistema de trabalho assalariado capitalista. Para esses autores, o sindicato serviria não apenas como um fator organizador da classe operária, mas teria a função de despertar no proletariado a consciência de classe. Os sindicatos, dessa forma, ajudariam a classe operária a compreender que não basta lutar por melhores salários e redução da jornada de trabalho. O sindicato ajudaria a compreender que o proletariado tem que se organizar para acabar com o trabalho assalariado capitalista e que a luta por salários e redução da jornada de trabalho são apenas passos para a abolição da exploração e, com isso, o fim das classes (Marx e Engels, 1980).

No desenvolvimento dessa linha teórica marxista, no momento em que a classe trabalhadora estivesse organizada em sindicatos e que passassem a lutar pelo poder político, o sindicato passaria a agir como um corpo único da classe operária nas disputas do parlamento. Dessa forma, o sindicato passaria a ser um “partido”. Temos que salientar que Marx e Engels desenvolveram essa idéia analisando o contexto inglês da luta de classe, onde observamos que o Partido Trabalhista acabou surgindo do movimento sindical, porém Marx vai reforçar que não necessariamente um sindicato tenha que virar um partido ou que os partidos trabalhistas tenham que ser oriundos do movimento sindical.

No decorrer do final do século XIX e século XX, a teoria Marxista sobre movimento sindical foi absorvida e adotada por diversos movimentos operários que eclodiram em toda a Europa e América. Brotaram várias perspectivas a respeito do verdadeiro papel e táticas que os sindicatos teriam que ter para combater o sistema capitalista e a exploração da classe trabalhadora. Essas visões iam desde as que aceitavam as relações capitalistas como tática para concretizar os objetivos sindicais, como é o caso da *American Federation of Labor* (Federação Americana do Trabalho). Como havia concepções, como as do anarco-sindicalismo, que viam no sindicato militante e consciente de classe algo fundamental para e necessária para a derrubada do capitalismo (Bottomore, 2001). Podemos acompanhar também o debate elaborado por Lênin, que colocava que a função do sindicato era servir de

correia de transmissão do partido comunista. Para Lênin, o sindicato apenas teria que representar e facilitar o discurso do partido comunista diante de sua base.

No início do século XX podemos ver o surgimento dos Conselhos de fábricas por toda a Europa, que acabaram colocando em pauta o debate sobre a relação entre sindicatos e partidos. Diante desse debate surgiram teóricos como Gramsci que viam nos Conselhos de fábrica algo autêntico e com potencial revolucionário, ao contrário do sindicato ligado ao partido, o qual julgava conservador e burocrático. Porém com a Revolução Russa e a ascensão de Stalin, os sindicatos de toda a Europa Oriental, em 1949 passaram a ser apenas um elo de ligação entre o Partido Comunista e as massas. Essa postura tomada por Stalin foi defendida anteriormente por Lênin, onde este colocava que os sindicatos deveriam ser formalmente independentes do Estado. Porém, serviriam como uma escola de comunismo, onde os quadros partidários tentariam desempenhar uma liderança definitiva sobre o sindicato (Bottomore, 2001). Diante desse quadro foi construída, em 1945, uma unidade internacional, a Federação Mundial dos Sindicatos, que logo sofreu a perda da maioria dos sindicatos Ocidentais, que em 1949 fundaram a Confederação Internacional dos Sindicatos Livres.

Durante todo o século XX podemos perceber que os movimentos sindicais acolheram os pensamentos dos teóricos marxistas. No entanto, com o novo quadro social, estabelecido pelo capital na segunda metade do século XX, várias correntes do pensamento social começaram a questionar se o sindicato ainda tinha um papel tão importante na organização e na vida da classe trabalhadora. Essas correntes colocaram em questão se o movimento sindical ainda representava a classe trabalhadora. Foi nesse momento que identificamos o surgimento de novas práticas sindicais, notadamente a do sindicalismo de resultado, praticada principalmente nos EUA, onde as políticas e práticas sindicais eram formuladas com o intuito do resultado imediato, que atendessem apenas as questões pontuais (Estanque, 2005).

O que podemos observar é que essa crise sindical, estabelecida no contexto social já debatido na parte anterior, é reconhecida pela grande maioria dos estudiosos do tema. Porém um ponto que causa polêmica sobre essa crise é se esta é uma crise que representa um declínio da instituição sindical, ou se é uma crise pontual que atinge um tipo de sindicato afetado pela reestruturação capitalista e não conseguiu se “adaptar” ao novo quadro social (Estanque, 2005).

Acreditamos que a atual crise se baseia na dificuldade do movimento sindical em conseguir representar esta nova categoria de trabalhadores que surgiu com a reestruturação capitalista e com a precarização do trabalho, que falaremos mais adiante. Dessa forma, concebemos que o movimento sindical ainda está baseando sua política em conceitos que não podem ser mais levados *ao pé da letra*. O que estamos observando é que a maioria dos sindicatos contemporâneos ainda utiliza o conceito de classe operária como foi trabalhado por Marx, que era uma classe de trabalhadores do setor industrial e principalmente formais. Porém, com a precarização do trabalho do final do século XX, ocorre uma transformação não apenas no mundo do trabalho, mas na própria classe trabalhadora. Com essa metamorfose da classe trabalhadora, notamos que há também uma grande diferenciação funcional da classe trabalhadora e, num outro nível, gerando um fosso entre os trabalhadores formais, que de modo geral compõe a base sindical, e trabalhadores informais, “filhos” da precarização do trabalho, que se agregaram ao trabalho informal tradicional. Estes geralmente não têm lugar nas políticas sindicais, que ainda se mantêm extremamente *corporativista*, atendendo apenas as suas bases formais, deixando de fora da sua representação a grande maioria dos trabalhadores informais e precarizados. Dessa forma, a crise sindical se alarga pelo fato das centrais sindicais não conseguirem incluir, em sua base política, essa gama de trabalhadores informais, como também trabalhadores formais mas que têm um trabalho precarizado. Uma vez não conseguindo abarcar essa “nova” categoria, as centrais sindicais não têm força representativa para combater a precarização do trabalho (Ramalho e Santana, 2003).

Analisando as obras de Ricardo Antunes, que trata da crise pela qual passam os sindicatos diante a precarização do trabalho, evidencia-se sua tese de que essa crise sindical ocorre no que diz respeito ao enorme fosso criado entre trabalhadores “estáveis”, que se encontram no mercado de trabalho formal, e os trabalhadores que estão locados em empregos precarizados, como empregos temporários, subcontratos, trabalhos terceirizados. Com o surgimento deste “fosso”, os sindicatos teriam uma enorme dificuldade para incluir essa nova forma de trabalhador, diferente do trabalhador da época fordista (Antunes, 2004). Podemos acrescentar aos motivos dessa crise o desenvolvimento tecnológico, que trouxe consigo o aumento do desemprego e o surgimento de novas funções e categorias de trabalhadores, diferentes daquelas que faziam parte da base dos sindicatos.

Frente a esse quadro de dificuldades, o movimento sindical precisa incorporar essa nova metamorfose dos trabalhadores, através de um sindicalismo mais horizontalizado e de cunho classista, onde deixe de lado o aspecto categorial (Antunes, 2004; Tumolo, 2002). Aspecto este que acaba gerando um *neocorporativismo*, onde os sindicatos procuram preservar apenas os direitos dos trabalhadores “estáveis”, e acabam por deixar de lado os trabalhadores precarizados, perdendo, desta forma, seu ideário classista.

Como percebemos, o movimento sindical foi duramente atingido pelas diversas transformações que afetaram o mundo do trabalho no final do século XX e início do XXI e que continuam a afetar até os dias atuais. Porém acreditamos que o sindicalismo ainda tem uma grande importância na sociedade, pois a organização sindical é um instrumento dos trabalhadores que expressa as relações sociais existentes. Dessa forma, compreendemos que o movimento sindical ainda possui um papel fundamental, mas não exclusivo, no incentivo à transformação social (Santos e Costa, 2005).

Após explanarmos brevemente sobre a trajetória do movimento sindical, desde o seu surgimento, dos meados do século XIX e seu percurso durante o século XX e início do XXI, a partir desse momento iremos ilustrar os caminhos que o movimento sindical brasileiro e português seguiram até chegarmos ao contexto que nos propusemos a analisar<sup>18</sup>.

### 3.2 – UMA SÍNTESE DOS CAMINHOS DO SINDICALISMO BRASILEIRO NO SÉCULO XX E XXI

#### 3.2.1- Dos primórdios do século XX até a formação da Central Única dos Trabalhadores

Antes de iniciarmos o debate sobre o sindicalismo brasileiro do século XX, torna-se necessário fazer uma breve reflexão do movimento sindical brasileiro no final do século XIX, pois foi nesse período que encontramos os primeiros relatos e testemunhos do início de um movimento sindical, onde já havia disputas políticas entre socialistas e anarquistas.

---

<sup>18</sup> Sobre o sindicalismo brasileiro e português iremos observar sua história até meados do século XXI, assim como os sindicatos do setor de serviços (CONTRACS e CESP) também. A análise mais contemporânea sobre o sindicalismo nesses países e os sindicatos em questão será realizada no capítulo 5, onde juntamente com os dados da pesquisa de campo faremos tal debate.



Percebemos que em relatos, principalmente do movimento no Estado de São Paulo, o sindicalismo já surgiu diante de uma extensiva repressão por parte das instituições governamentais e patronais (Pinheiro e Hall, 1979).

Já no século XX pudemos observar que uma das primeiras fortes tentativas de organizar-se um movimento sindical, em nível nacional, foi em 1906 quando se realizou o primeiro Congresso Operário. Foi a partir desse congresso que se originou a Confederação Operária Brasileira (COB), que foi a primeira organização operária, em nível nacional, que através do seu jornal, *A Voz do trabalhador*, buscou passar ao operariado brasileiro sua pauta de reivindicações e suas bandeiras de luta (Pinheiro e Hall, 1979).

Nesse Congresso Operário de 1906, podemos observar que suas resoluções foram, na sua grande maioria, muito mais de cunho sindicalista-econômico do que de um caráter mais revolucionário, como pregava o sindicalismo revolucionário europeu, pois as reivindicações baseavam-se apenas no ganho salarial e nas condições de trabalho. Nesse mesmo congresso, faz-se claro notar a pouquíssima influência do anarquismo, embora em relação ao movimento sindical brasileiro, como um todo, o anarquismo tivesse tido uma considerável importância. Embora em alguns momentos possamos registrar uma admiração pela ação direta dos sindicatos, são raros, também, os momentos em que se fala de uma greve geral do operariado, greve essa que era um dos marcos fundamentais do preceito sindicalista revolucionário (Pinheiro e Hall, 1979).

Em 1913 ocorreu o segundo Congresso da COB, que manteve a mesma linha debatida no congresso de 1906. Podemos observar que nesse 2º Congresso da COB, além de serem mantidas algumas resoluções do 1º Congresso, são abertas novas pautas, que vão demonstrar novos interesses do movimento operário. Nesse Congresso os temas relativos às condições de trabalho do operariado ainda são constantes e aprofundado. Porém, é muito claro, nas resoluções desse Congresso, a intenção do operariado estruturar uma organização que critique duramente o capitalismo e que pregue o fim deste. O que podemos notar nesse ponto, levantado anteriormente, é que o movimento operário brasileiro começou a desenvolver uma visão além da luta por melhores condições de trabalho. Esse alargamento de visão nos mostra que a classe operária brasileira começa a ligar as melhores condições de trabalho com as questões políticas e econômicas. É também notória, nesse 2º Congresso da COB, a preocupação dos operários das cidades trazerem para Confederação os trabalhadores rurais.

Esse aspecto é interessante ser abordado, pois nos revela um amadurecimento do operariado urbano, que vê a necessidade de ampliar suas reivindicações para o campo.

Nos anos da década de 1920, podemos notar a movimentação do PCB para a formação da Confederação Geral do Trabalho (CGT). Através da prática de construir grupos de apoio à criação da CGT no interior de vários sindicatos, o PCB esperava a adesão de várias associações de operários para a fundação da Confederação, que só veio acontecer em 1929 (Pinheiro e Hall, 1979). O que podemos observar, nessa estratégia do PCB, é que ela está muito próxima da teoria, já debatida, de Lênin e implementada por Stalin, que diz respeito à relação entre o movimento sindical e o partido comunista. O que notamos é que essa estratégia do PCB é perpassada pela idéia de que o sindicato não é nada mais do que uma correia de transmissão entre o partido e as massas. Nessa perspectiva, é interessante ter este sindicato fora da estrutura do partido. Porém, tendo militantes do partido no interior dos sindicatos influenciando e dirigindo as ações sindicais para que estas não destoassem das do PC.

A partir dos anos 1930, marcados pela ascensão da “Era Vargas”, emerge um novo tipo de sindicalismo, que ficou conhecido como *sindicalismo de Estado*, ou comumente chamado também de *sindicalismo pelego*. Essa nova forma de sindicalismo é caracterizada pelo atrelamento do sindicato à estrutura governamental. É a partir dessa década que temos a institucionalização do sindicalismo de Estado, onde os sindicatos passaram a ser ligados oficialmente ao Ministério do Trabalho. Com essa ligação, os sindicatos passam a ter uma estrutura extremamente vertical, a participação dos trabalhadores praticamente desaparece e os sindicatos passam a depender financeiramente do Estado e de ações assistencialistas (Zanetti, 1995; Costa, 2008).

O que podemos concluir, a respeito deste tipo de sindicalismo, que perdurou no Brasil por mais de trinta longos anos, é que esse vínculo entre sindicatos e Estado foi extremamente danoso para o movimento sindical e para a classe trabalhadora. Podemos ratificar essa nossa visão, levando em consideração que ao ser ligado ao Estado, o movimento sindical perdeu completamente sua independência diante do governo e da estrutura estatal. Perdeu não apenas sua independência financeira, mas também sua liberdade de manifestar-se e criar uma pauta de reivindicações que atendessem aos interesses da classe trabalhadora para adequar-se à política governamental. Temos que salientar, ainda, que essa junção dos sindicatos ao Estado foi muito interessante para o governo pelo fato de poder “controlar”

uma parcela da sociedade que estava organizada e que tinha um olhar crítico e transformador da realidade social. Dessa forma o Estado, por um lado, formalizou várias das reivindicações colocadas pelo movimento sindical e, por outro tinha a garantia de que o movimento sindical não se mobilizaria para tentar combater qualquer medida implementada pelo governo (Costa, 2008).

Em 1964, com o golpe militar, houve uma redefinição do modelo sindical, que chamamos de sindicalismo de Estado. O golpe militar veio transformar não só a realidade sindical, mas provocou profundas mudanças na política, na economia e na sociedade. Podemos salientar que durante o governo militar, principalmente no fim da década de 1960 e início da de 1970, o movimento sindical brasileiro sofreu duras sanções e perseguições. Cerca de 761 sindicatos sofreram intervenção do governo, inclusive a CGT acabou sendo proibida de funcionar (Zanetti, 1995, Costa, 2008).

Com as transformações políticas e econômicas, principalmente pela implementação do chamado *milagre brasileiro*, o governo passa a investir em mudanças para transformar o Brasil em um país industrializado e, para tornar isso realidade, passa a abrir as portas para um alto investimento de capital estrangeiro. Com essas novas diretrizes de investimento, entre os anos 1960 e 1970, o Brasil conseguiu expandir seu parque industrial consideravelmente e, como consequência disso, o número de trabalhadores no setor industrial também aumentou. As inovações implementadas pelo avanço tecnológico também modificaram as relações de trabalho no interior das empresas. A nova conjuntura econômica implicou mudanças marcadas pelo surgimento de novas atividades e, conseqüentemente, novas categorias de trabalhadores (Zanetti, 1995, Costa, 2008).

O que podemos perceber, com essas transformações é que ocorreu um aumento da concentração de renda, o que gerou um empobrecimento de amplos setores da classe trabalhadora, devido também ao arrocho salarial promovido pelo governo e necessário para que este promovesse o tão esperado *milagre brasileiro*<sup>19</sup>. No campo, o modelo de desenvolvimento acabou trazendo uma maior concentração de terra, o que acabou gerando

---

<sup>19</sup> Para ver os dados sobre a informação de concentração de renda e arrocho salarial no período mencionado, é interessante observar a obra de Num et al. (1978).

um aumento no êxodo rural <sup>20</sup>, engrossando o contingente da população urbana desempregada e conseqüente aumento do trabalho informal.

Com esse novo quadro econômico, político e social, durante as décadas de 60 e 70, a relação entre Estado e sindicato modificou-se sensivelmente. No que diz respeito à estrutura institucional, esta continuou praticamente a mesma do período de Estado Novo e do *sindicalismo de Estado*, os sindicatos sob a tutela do Estado. Porém, houve uma brusca e fundamental transformação nessa relação, que vai ser uma das causas do surgimento do chamado *novo sindicalismo*. Essa mudança diz respeito à intensa interferência do Estado na prática sindical. Essa interferência pode ser caracterizada pelas inúmeras prisões, denúncias, torturas e cassações de direitos políticos, pelos quais passaram várias lideranças sindicais durante o período mencionado anteriormente (Zanetti, 1995, Costa, 2008).

Diante dessa conjuntura de truculência implementada pelo governo militar, vários movimentos sociais tiveram que reestruturar seus ideais e suas formas de ação e de organização, e o movimento sindical não fugiu a essa regra. Foi nesse momento que se deu início à construção de um outro modelo de sindicalismo, o *novo sindicalismo*.

No final dos anos 1970, é evidente a crise do modelo desenvolvimentista, que contribuiu para o fim do regime militar que se instalou no Brasil em 1964. Podemos observar que a crise pela qual o regime militar passa, nessa época, se deve a pressões externas e internas. Há uma concordância quanto a crise do modelo de desenvolvimento que gerou rupturas dentro do governo militar, já nos anos 1980. E no que se refere às pressões externas, deve-se principalmente a grande diminuição das fontes externas de financiamento, diminuição de investimento que ficou conhecida como a “crise da dívida”. Esta crise foi estabelecida, entre outros fatores, pela política de contenção monetária posta pelos Estados Unidos, política esta que elevou as taxas de juros, juntamente com o valor do dólar. Com estes aumentos, a dívida externa brasileira cresceu sensivelmente e as facilidades de exportações diminuíram com a recessão. Desta forma, o governo brasileiro se viu obrigado a pedir novos empréstimos com o intuito de equilibrar as dívidas. Porém, estes empréstimos foram suspensos devido à moratória mexicana, o que agravou mais ainda a situação do governo militar brasileiro (Sallum, 1996).

---

<sup>20</sup> Para observar os dados sobre a política agrária durante a ditadura militar ver a obra de Weffort (1980).

Com este estrangulamento externo, o governo militar sofreu um grande abalo na sua política econômica, uma vez que, desde os anos 1970, o Brasil reforçou sua dependência aos investimentos internacionais para manter as elevadas taxas de desenvolvimento e para não prejudicar as elites dominantes brasileiras. Porém, com esta crise, tanto o governo como as elites abastadas brasileiras sofreram um duro golpe, que atuou profundamente nas mudanças políticas e sociais do país (Sallum, 1996).

A partir do quadro apresentado no parágrafo anterior, o governo brasileiro abandonou o ideal de crescimento e passou a encarar o problema econômico de duas formas. A primeira foi conservando as linhas de crédito internacional e a segunda se refere à recessão cada vez maior que o governo brasileiro introduziu no país afim de garantir que a economia nacional gerasse saldos positivos no comércio exterior. Com estas duas saídas encontradas pelo governo, podemos perceber que este preferiu optar por preservar sua relação com os setores internacionais, mesmo que isso significasse uma oneração do sistema econômico brasileiro (Sallum, 1996).

Como resultados dessa opção econômica, o país passou a encarar uma grande redução de gastos públicos, falta de investimentos em empresas públicas, acompanhados de uma grande elevação dos juros e conseqüente estagnação dos investimentos privados. Neste período podemos perceber também uma elevação contínua da inflação, que veio acompanhada de uma redução dos salários reais e queda dos empregos industriais (Sallum, 1996). Com estas posturas o governo militar tentava manter sua ligação com o sistema financeiro internacional e com os mais fortes setores do empresariado nacional.

A partir deste instante podemos observar um aumento violento da exclusão socioeconômica da classe trabalhadora. Uma das categorias da classe trabalhadora mais afetadas com essas medidas econômicas foi a dos trabalhadores estatais, que antes eram privilegiadas pelos investimentos do Estado nas empresas estatais e que com esse novo quadro econômico passaram a sofrer grandes cortes de investimento (Sallum, 1996).

Após esta breve retrospectiva sobre a crise que o governo militar passou nos seus últimos anos, destacaremos alguns aspectos que esse quadro instigou e fortaleceu o movimento sindical brasileiro.

No contexto de crise econômica apresentado anteriormente, começam a eclodir em 1977 lutas por uma reparação salarial. Logo essa luta se transformou, em 1978, em uma explosão de greves que se iniciou no ABC paulista e acabou se espalhando pelos estados do

Rio de Janeiro e Minas Gerais. Participaram desse movimento grevista os metalúrgicos, mas logo foram acompanhados por outros setores, como o da construção civil e os funcionários públicos. É a partir desse movimento grevista que podemos observar a visibilidade do *novo sindicalismo*, que se construiu paulatinamente dentro das empresas. É nesse período que percebemos a volta do movimento sindical à cena social (Costa, 2008).

O *novo sindicalismo* recebeu esse nome pelo fato de representar uma nova forma de pensar e praticar a ação sindical; novo pelo fato de ter surgido em um novo momento social; novo pelo motivo de ter brotado em um novo contexto de industrialização e desenvolvimento; novo pelo aspecto de representar uma nova classe trabalhadora, muito diferente da classe trabalhadora pré-ditadura militar. Simplesmente novo porque surgiram novos sujeitos, que assumiram o papel de liderança nesse contexto. Mas a principal característica que marca esse *novo sindicalismo*, como sendo de oposição ao sindicalismo de Estado, é justamente a sua posição crítica ao atrelamento dos sindicatos ao Estado. Essa ligação entre sindicato e Estado passou a ser duramente criticada por vários setores do movimento sindical (Zanetti, 1995; Costa, 2008).

O período entre 1978 e 1979 foi marcado por uma intensificação da vida sindical. Nesse momento podemos perceber uma maior participação dos trabalhadores nos sindicatos, nas assembléias das categorias. Esses anos são caracterizados por profundos debates sobre o papel do movimento sindical, marcados pelo confronto de ideais entre sindicalistas *combativos* e sindicalistas *pelegos*<sup>21</sup>. É de grande importância lembrar que nesse momento é recolocado em pauta a discussão sobre a criação de uma central sindical (Zanetti, 1995; Costa, 2008).

O momento entre 1978 e 1983 foi assinalado pela articulação de diferentes linhas políticas-ideológicas do movimento sindical, que passaram a organizar-se e montar alianças. Podemos dividir esses blocos em dois grandes grupos, os *pelegos* e os *combativos* (essa divisão já foi justificada anteriormente) (Costa, 2008).

O grupo dos sindicalistas considerados *pelegos* pode ser dividido em três subgrupos, que são: 1) os dirigentes que foram empossados durante as intervenções do governo militar;

---

<sup>21</sup> Utilizamos essa nomenclatura baseados na bibliografia analisada para a construção desse estudo. O motivo da utilização dessa terminologia se deve ao fato de querermos diferenciar os sindicalistas ainda ligados à estrutura sindical atrelada ao Estado, no caso os *pelegos*, dos sindicalistas que vão ganhar espaço nessa nova conjuntura nacional e que foram altamente críticos à ligação dos sindicatos ao Estado, no caso os *combativos*.

2) os dirigentes que se mantêm no poder graças as suas ligações com órgãos repressores do governo; 3) e os dirigentes que assumiam um papel de administradores sindicais, devido às suas habilidades com a questão burocrática do sindicato (Zanetti, 1995).

Com relação ao grupo dos sindicalistas, aqui chamados de *combativos*, podemos dividi-los em alguns subgrupos, que são: 1) As chamadas *oposições sindicais*, que começaram a se articular ainda no período em que o movimento sindical estava em um momento de desmobilização. É importante salientar aqui, que as oposições sindicais se articulavam fora da estrutura sindical, se organizavam nas fábricas e eram contrários ao sindicato oficial. Para as oposições sindicais, a construção de uma central sindical como a CUT (Central Única dos Trabalhadores) serviria para derrubar a estrutura vertical que existia na organização dos sindicatos oficiais e ajudaria a fortalecer a organização da base sindical. 2) Os sindicalistas chamados de *autênticos* ou *independentes*, que se encontravam dentro da estrutura oficial dos sindicatos, mas eram extremamente críticos ao controle e à política exercida por alguns sindicatos. Eram também contra o elo de ligação entre os sindicatos e o Estado que se estabelecera desde o Estado Novo. Esse subgrupo acreditava que, para a constituição de uma central sindical, era necessário que os *novos sindicalistas* conseguissem um maior espaço dentro da estrutura sindical oficial. 3) o terceiro subgrupo era composto pelo que mais tarde ficou conhecido pelo nome de *Unidade Sindical*. Essa linha sindical era o que podemos caracterizar como sendo os “herdeiros” da política sindical do PCB, aqui já exposta. Acreditavam que a atuação sindical deveria se dar dentro da estrutura sindical oficial, visando ocupar a direção dos sindicatos (Zanetti, 1995).

### **3.2.2 - A formação da Central Única dos Trabalhadores**

Diante desse debate, que estava ocorrendo no movimento sindical brasileiro, após intensas e longas discussões foi convocado para agosto de 1981 a 1ª CONCLAT (Conferencia Nacional da Classe Trabalhadora). Essa conferência é marcada pela grande heterogeneidade e divergência entre as várias correntes políticas presentes. É característico também, na 1ª CONCLAT, a interferência de ideais partidários, influenciando os debates. Com relação à interferência partidária, podemos dar um maior enfoque no recém-formado Partido dos Trabalhadores (PT), que tinha como campo de influência as *oposições sindicais*,

e ao PCB, que exercia influência sobre o que chamamos de *Unidade Sindical* (Zanetti, 1995; Costa, 2008).

Mesmo com todas as divergências teóricas, políticas e programática a 1ª Conferência Nacional da Classe Trabalhadora conseguiu avançar no debate de uma unidade sindical. Uma das deliberações dessa conferência, além de todos os pontos referentes a situação da classe trabalhadora, foi formada a Comissão *Pró-CUT*, que ficou responsável para elaborar uma proposta de formação da Central Única dos Trabalhadores. Temos que salientar que o campo do movimento sindical, ligado à estrutura oficial e ao Estado (os chamados *pelegos*), não participaram deste debate.

O tempo que vai da 1ª CONCLAT, em 1981, à fundação da CUT, em 1983, foi marcado por um grande racha entre as forças sindicais que tinham em mente buscar a unidade sindical e fazer uma grande reestruturação no sindicalismo nacional. Para explicar essa fissura, devemos considerar as grandes divergências teóricas e práticas, entre diversos grupos político a respeito da estrutura e prática sindical. Outro motivo é o da disputa de espaço no movimento pelos partidos políticos, que através de suas lideranças tentavam ganhar terreno no heterogêneo campo de construção da CUT (Zanetti, 1995).

O que ocorreu com todas essa divisão foi que em 1983 a comissão *Pró-CUT* acabou deliberando pela realização do 1º Congresso das Classes Trabalhadoras; Porém, setores que eram contrários a realização do congresso, como os setores ligados a *Unidade Sindical*, acabaram se retirando da comissão *Pró-CUT* e apostaram na realização de uma Conferência Nacional da Classe Trabalhadora paralelamente ao Congresso das Classes Trabalhadoras (Costa, 2008).

Dessa forma, o Congresso das Classes Trabalhadoras, realizado em agosto de 1983, composto por cerca de 5000 delegados e tendo a participação de várias organizações dos trabalhadores, tanto nacionais quanto internacionais, fundou a Central Única dos trabalhadores. É preciso salientar que os setores sindicais que faziam parte da *Unidade Sindical*, ligados ao PCB e MR8 não participaram desse congresso, optando mais tarde por dar início ao processo de fundação da CGT (Zanetti, 1995).



**QUADRO 1**  
**QUADRO GERAL DE ENTIDADES, DE DELEGADOS E NÚMERO TOTAL DE**  
**TRABALHADORES**  
**REPRESENTADOS POR ESTADO NA CONCLAT - 1983**

Estado	Nº de entidades	Nº de delegados	Nº de trabalhadores representados
Acre	11	28	39.400
Alagoas	8	32	34.000
Amapá	1	11	8.000
Amazonas	8	29	90.017
Bahia	83	573	789.784
Ceará	33	176	439.780
Distrito Federal	26	182	375.767
Espírito Santo	27	185	282.140
Goiás	54	292	365.453
Maranhão	36	211	484.530
Mato Grosso	6	22	67.580
Mato Grosso do Sul	1	3	4.000
Minas Gerais	83	390	632.484
Pará	34	222	528.190
Paraíba	23	94	183.519
Paraná	41	174	266.033
Pernambuco	24	114	370.425
Piauí	26	173	238.650
Rio de Janeiro	52	382	1.897.644
Rio Grande do Norte	26	114	204.931
Rio Grande do Sul	99	419	1.234.149
Rondônia	4	31	31.000
Santa Catarina	64	186	285.026
São Paulo	135	996	3.321.238
Sergipe	7	20	19.106
<b>TOTAIS</b>	<b>912</b>	<b>5.059</b>	<b>12.192.849</b>

Fonte: Resoluções da 1ª CONCLAT.

A CUT formou-se a partir da união de três setores da organização sindical. O primeiro foi o *novo sindicalismo*, nascido dentro da estrutura sindical durante a segunda metade dos anos setenta, que tinha na sua base médicos, professores, bancários, petroleiros, e o seu símbolo maior, que foi o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo. O segundo setor, composto pelo grupo conhecido como *oposições sindicais*, que trazia como proposta a organização de base através das comissões de fábricas, independentes da estrutura sindical. E o terceiro setor, que foi o sindicalismo rural, formado por inúmeros sindicatos ligados aos trabalhadores rurais (Antunes *in* Tumolo, 2002). Não podemos esquecer do setor católico que contribuiu para o desenvolvimento desse movimento sindical.

A CUT vai surgir como uma forte oposição à Central Geral dos Trabalhadores (CGT) e a sua política. Desde o seu surgimento até a década de 1990, a CUT vai manter uma relação de confronto diante da proposta política da CGT. Podemos notar que esta oposição, além de ser política e ideológica, ocorreria pelo fato dessas centrais sindicais disputarem espaço na classe trabalhadora.

Logo no seu início, a Central Única dos Trabalhadores assume uma postura *classista* e *anticapitalista*, que se consolida no II Congresso Nacional da CUT (CONCUT) realizado em 1986, onde confirma esta posição em seu estatuto (Giannotti e Neto, 1991). Postura esta que vai manter por boa parte da década de 1980.

A partir do final da década de 1980, para sermos mais exatos, no III CONCUT, realizado em 1988 em Belo Horizonte, as características cutistas, citadas no parágrafo anterior, começam a sofrer alterações. “Este foi o último congresso de massas da CUT, e o maior de todos” (Rodrigues, 1993).

Naquele momento, a Central Única dos Trabalhadores inicia a mudança no seu rumo, começam a surgir tendências políticas que entendiam que a Central deveria ter uma estratégia que apontasse para a negociação dentro da ordem imposta, ou seja, abandonando o ideário anticapitalista e classista e assumindo uma postura social-democrática (Giannotti e Neto, 1991).

O ano de 1989 é decisivo para os rumos da CUT na década seguinte. Aquele ano é marcado pela queda do Leste Europeu e, principalmente, pela vitória de Fernando Collor de Melo que dá início a implementação de um modelo neoliberal de governo. O governo Collor traz consigo uma gama de mudanças impostas pela reestruturação capitalista, principalmente no que diz respeito a precarização do trabalho e na desestruturação do Estado.

Com esse novo quadro apresentado, os movimentos sociais, e principalmente o sindical, entram em uma grande crise de identidade e de atuação perante a sociedade. E a Central Única dos Trabalhadores não ficou fora dessa crise. Várias dessas mudanças, que ocorreram no mundo do trabalho, afetaram violentamente a classe operária, principalmente no aspecto relativo a precarização do trabalho. A devastadora desregulamentação dos direitos do trabalho, o aumento da subproletarização do trabalho, que veio com a implementação do trabalho precário, trabalhos temporários, parciais, juntamente com um grande processo de terceirização do trabalho, são fatores fundamentais que favoreceram o processo de precarização do trabalho no Brasil no final da década de 1990 (Antunes, 2003.a). E são esses fatores que vão influenciar diretamente a postura da Central Única dos Trabalhadores no período citado.

A década de 90 foi marcada pelo ataque ferrenho do modelo neoliberal ao Estado brasileiro. Principalmente durante os dois governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC), de 1994 à 2002, ocorreram um grande número de privatizações de grandes empresas públicas e tentativas de ataques aos direitos laborais. Foi notório, durante esses 8 anos, a falta de diálogo por parte do governo para com os sindicatos. A CUT, sempre esteve na oposição a estes governos e projetos neoliberais. Durante o governo de FHC foram realizadas mobilizações em diversos setores (educação, saúde, funcionalismo público, industrial). Greves foram realizadas com o intuito de denunciar e combater as reformas neoliberais que estavam sendo aplicadas. As universidades federais chegaram a ficar em greve durante 6 meses para combater as tentativas de privatização das universidades federais (Giannotti, 2007).

Outro fator importante a ser analisado nessa década é que, apesar das greves e manifestações realizadas, seus números passaram a diminuir na metade final da década (Giannotti, 2007). Observando esta informação podemos notar que no decorrer dos anos 90 a direção nacional da CUT passou a mobilizar a sua base sindicalizada cada vez menos. Boa parte das greves passaram a ser feitas e mantidas devido da radicalização da base de sindicatos da CUT, e não pela participação e estímulo da direção nacional cutista. Com o chegar do final dos anos 90, as greves idealizadas pela direção nacional da CUT tinham, cada vez mais, passam a ter um caráter eleitoral. A direção da CUT, na sua maioria filiada ao PT, a cada ano eleitoral radicalizava a sua postura, saindo do caráter institucional, que

passou a ter nos últimos anos, para uma postura radical e mobilizadora, para explorar isso durante os processos eleitorais.

No início do século XXI, essa postura eleitoral e institucional da CUT passa a ser mais latente. Em 2002, o PT chegou ao poder com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva (Lula), e inúmeros dirigentes cutistas passaram a fazer parte da estrutura governamental. Não estamos aqui condenando tal postura. Porém, temos que salientar que o governo Lula não foi um governo de ruptura com o modelo neoliberal de desenvolvimento tão combatido pela CUT no transcorrer de sua história. Inclusive foi um governo que continuou aplicando a pauta do neoliberalismo. Um exemplo claro disso foi a reforma da previdência realizada em 2003, que retirou direitos consagrados dos trabalhadores. Nos anos de governo do PT a CUT claramente diminuiu sua mobilização social passa a apostar na institucionalidade e conselhos consultivos da estrutura governamental (Giannotti, 2007; Costa, 2008; Carvalho, 2013). A direção nacional da CUT passou inclusive a boicotar greves e participar de assembleias de trabalhadores, defendendo proposta a favor do governo e contra os interesses dos trabalhadores, mostrando assim uma ligação nada salutar entre o movimento sindical (CUT) e os governos do PT.

### **3.2.3 - A CONTRACS**

No que diz respeito à Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços (CONTRACS), a sua formação resultou principalmente de dois fatores. O primeiro foi a necessidade de se criar uma estrutura sindical nacional que realmente representasse os trabalhadores do setor de comércio e serviços, uma vez que, a estrutura sindical deste setor ainda estava ligada a normas organizativas e representativas da época da ditadura militar brasileira. O segundo fator foi a motivação por parte da Central Única dos Trabalhadores (CUT) para formar uma estrutura sindical que representasse os trabalhadores do setor de serviços e comércio em nível nacional. Essa motivação por parte da CUT deveu-se, primeiramente, a grande representatividade que a CUT tinha na sociedade na década de 1980, sendo um dos movimentos mais importantes no processo de redemocratização brasileira. Um segundo fator que gerou essa motivação da CUT foi a necessidade dessa

central sindical de se caracterizar como um entidade sindical de caráter e peso nacional. Dessa forma, em 1987 foi iniciado o processo que deu origem à CONTRACS.

Ocorreram várias reuniões que acabaram por deliberar a realização de um congresso em 1990, com a participação de vários sindicatos do setor de serviços e comércio, que tinha como principal objetivo descrever as características e peculiaridades das categorias de trabalhadores que faziam parte desse setor. Dessa forma, o congresso tinha como finalidade conhecer e delinear os trabalhadores que seriam representados por essa estrutura sindical nacional.

Em 1993 foi realizado o segundo congresso da categoria de trabalhadores ligados ao setor de serviços e comércio. Nesse congresso foi fundada oficialmente a Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços. Após a sua constituição como uma entidade de nível nacional, a CONTRACS passou, durante a década de 1990 e no início do século XXI, a elaborar políticas nacionais que atendessem às demandas dos trabalhadores que ela representava.

Ao analisarmos, brevemente, a história da Contracs, podemos observar no 3º e 4º Congressos, realizados em 1995 e 1999, respectivamente, a confederação preocupou-se, principalmente, com a sua estruturação nacional. Foi nessa altura que o foco do debate era a sua organização nacional e formas de aumentar os seus níveis de sindicalização.

No 5º Congresso da Contracs, realizado em 2002, notamos que a confederação aborda e implementa em sua pauta de debate e ações, novas temáticas. A questão de gênero no setor de serviços passou a ser debatida com maior frequência, o que acabou gerando a formação de uma secretaria de mulheres na estrutura da organização sindical em questão. Outro tema que passou a ser discutido na Contracs foi o da juventude ligada ao setor de serviços.

Em relação ao seu 6º Congresso, realizado em 2005, o que nos chamou atenção foi a ênfase dada para as relações laborais nas multinacionais. Foi nesse Congresso, que a confederação dedicou um bom espaço em suas pautas e deliberações sobre questões sobre as relações de trabalho em um contexto internacional.

No que diz respeito ao 7º Congresso, que foi realizado em 2008 na cidade de Nazaré Paulista (São Paulo), contou com a participação de 297 delegados eleitos em suas respectivas localidades. Esse Congresso é visto pela CONTRACS como sendo um congresso histórico, pelo fato de ter sido realizada uma assembléia geral que aprovou a regularização da entidade. Outro aspecto que nos chama a atenção sobre este Congresso foi o fato dele ter se debruçado

sobre as questões que, segundo o sindicato, mais geram os principais problemas para sua base sindical. Essas questões eram centradas em quatro eixos: a) juventude; b) multinacionais; c) igualdade de oportunidades; d) tereceirização. Embasados por esse debate, foram estruturadas nesse Congresso mais duas secretarias. Uma para construir pautas e agenas específicas para a juventude. E a outra para tratar de questões ligadas a promoção para a igualdade racial.

Em 2011 a CONTRACS realizou seu 8º Congresso na cidade de Guarapari (Espírito Santo). O evento contou com a participação de 405 delegados e delegadas eleitos nas suas bases sindicais. Este congresso foi marcado pela oficialização da regularização da Contracs. Assim como em outros Congressos, este contou com o debate sobre questões laborais que afetam os trabalhadores do setor de serviços, Dentre os temas que se destacaram nesse debate estão: a) negociação coletiva; b) gênero; c) juventude; d) a rede dos trabalhadores. Este foi o último Congresso da CONTRACS até o fechamento desta tese, uma vez que o próximo Congresso deve ser realizado no final de 2014.

Podemos referir que os principais eixos de debate e mobilização atuais da Contracs são: a defesa dos direitos trabalhistas; a saúde e a segurança no ambiente de trabalho; uma constante organização dos sindicatos do setor; o combate as práticas exploratórias das multinacionais; uma maior qualificação do trabalhador; juventude; gênero; combate a práticas de terceirização que promovem um aumento da precariedade laboral.

No capítulo cinco realizarem um maior debate sobre o dia a dia da CONTRACS, assim como suas demandas, ações e discurso sobre o tema da precarização do trabalho.

### 3.3 – UM BREVE RELATO SOBRE O SINDICALISMO PORTUGUES

#### **3.3.1 - Do início do século XIX ao 25 de abril de 1974.**

Os primeiros relatos e indícios de um movimento sindical em Portugal remonta a primeira metade do século XIX. A liberdade de organização em Portugal foi reconhecida em 1821, porém apenas em 1838 foi registrada a primeira experiência sindical portuguesa, a “Sociedade dos Artistas Lisbonenses”. Outras Associações e Centros ligados a classe trabalhadora foram sendo criados no transcorrer do século XIX, como o importante “Centro

Promotor de Melhoramentos das Classes Laboriosas” em 1853. O movimento sindical português durante o século XIX, até os anos de 1860, mas principalmente até a Comuna de Paris, em 1871, foi caracterizado por ter um cunho baseado no “socialismo utópico”. Onde a luta de classe não era vista como fundamental na relação capital-trabalho. Sendo a busca da harmonia entre as classes sociais a principal finalidade dessas primeiras experiências sindicais, além, claro, da busca de auxílios para os trabalhadores que representavam (CGTP 1977, 2009; Freire, 1992).

Como citado anteriormente, a partir da Comuna de Paris, ocorreu uma mudança conceitual, estrutural e prática no movimento sindical português. Os acontecimentos de Paris mudaram a percepção e o alcance do movimento sindical em várias partes da Europa e Portugal não fugiu dessas influências. Foi nesse mesmo ano, de 1871, que o movimento sindical português passou a ter ligações com a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT). E em 1872 a recém fundada Associação Fraternidade Operária, participou do Congresso da AIT, em Haia. A partir dessas influências, a luta de classe passa a ter um caráter central no ideário sindical português e o combate ao modelo capitalista passa a ser um dos principais objetivos dos sindicatos e associações laborais de Portugal. Em 1873 surge então a Associação dos Trabalhadores da Região Portuguesa (CGTP, 2009).

Essas associações foram importantes para a formulação e construção de um partido que representasse os anseios da classe trabalhadora e colocasse em prática a pauta aprovada no Congresso da AIT. Sendo assim, em 1875 foi fundado o Partido Socialista, que buscava atender os objetivos citados anteriormente (CGTP, 2009).

No transcorrer do final do século XIX, o processo de urbanização de Portugal foi aumentando a passos largos, novas questões e desigualdades sociais foram surgindo. Juntamente a estas questões, o aumento do número de indústrias acabaram por gerar novos conflitos laborais.

Diante desse novo contexto, o Partido Socialista foi acusado de abandonar a luta sindical em detrimento do caminho eleitoral e parlamentar. Diante disso, e com o aumento dos conflitos laborais, o sindicalismo de cunho anarquista ganhou espaço nas associações e sindicatos, ocupando o terreno anteriormente preenchido pelo Partido Socialista. Vale salientar que a teoria anarquista já tinha espaço entre os pensadores socialistas portugueses desde o início do século XIX. Foi nesse momento (final do século XIX) que surgiu o que ficou conhecido como “o sindicalismo revolucionário” em Portugal. Não só em Portugal,

mas em outros países europeus (notadamente Espanha e França), o “sindicalismo revolucionário” bateu de frente com o modelo de movimento sindical praticado pelos Partidos Socialistas europeus (Pereira & Castro, 1999; Sá, 1981; CGTP, 2009).

É no final do século XIX e início do século XX, que o movimento sindical português apontou para uma tentativa de estruturação nacional, através da realização, em 1909, do Congresso Sindical e Cooperativista. Onde se tinha o desejo de organização do movimento sindical organizado em ao redor de uma estrutura nacional (Sá, 1981; CGTP, 2009).

O movimento sindical português esteve na linha de frente do processo de formação da primeira República em Portugal. Juntamente com os militares republicanos descontentes com a monarquia, o movimento sindical participou das principais mobilizações que acabaram por desencadear o fim da monarquia e início do Governo Provisório da República, liderado por Teófilo Braga (CGTP, 2010; Freire, 1992).

O apoio do movimento sindical ao estabelecimento da República advinha dos anseios de que os problemas sociais, que estavam em uma escala crescente em Portugal, fossem minimamente sanados pelo Governo Provisório. Porém, não foi isso que ocorreu, e acabou por deixar o movimento laboral português em um campo oposto ao do Governo da I República (CGTP, 2010; Freire, 1992).

No transcorrer dos curtos anos de República, as relações entre os governos e o movimento sindical foram sempre conturbadas. Esse período foi marcado por inúmeras greves realizadas por sindicatos de várias regiões de Portugal. Perante esses movimentos grevistas, os governos republicanos responderam, em boa parte dos casos, com truculência e perseguições, seguidas de prisões (CGTP, 2010; Freire, 1992).

Nesse período, embora boa parte dos trabalhadores não pudessem exercer o direito do voto, uma vez que este era só garantido para homens alfabetizados, o que excluía 75% da população portuguesa, os trabalhadores conseguiram importantes vitórias. Ganhos esses relativos à diminuição das horas de trabalho para 8 horas diárias; melhorias salariais; melhorias nas condições de trabalho; proteção nos acidentes laborais; descanso semanal obrigatório (CGTP, 2010; Freire, 1992 Freire, 1992).

Foi no ano de 1911 que o “sindicalismo revolucionário”, citado anteriormente, passou a assumir a direção do sindicalismo português. Como debatido anteriormente, o sindicalismo revolucionário tinha como principal matriz teórica o anarquismo. Sendo assim, apostava que o movimento sindical, independentemente de partidos políticos, poderia organizar e dirigir



a classe trabalhadora, visando o combate e fim do modelo capitalista, e o surgimento de uma sociedade sem classes (CGTP, 2010; Freire, 1992).

Durante o período da I República, ocorreram várias mobilizações e greves. A CGTP calcula que durante esses 16 anos de República ocorreram aproximadamente 518 greves, de diversos setores e espalhadas pela maioria do território português. É nesse período que foram formadas Federações e Uniões, dando, cada vez mais, um caráter nacional ao movimento sindical português.

Foi em março de 1914, que tirando proveito dessa nacionalização do movimento sindical, foi realizado em Tomar o Congresso Operário, onde foi constituída a primeira Central sindical de Portugal, a “União Operária Nacional” (UON) (CGTP, 2010).

Logo após sua fundação, foi deflagrada a 1ª Guerra Mundial. Diante desse fato a UON coloca-se contra o conflito e contra a entrada de Portugal na Guerra, coisa que só aconteceu em 1916. Desde o seu início, a 1ª Guerra Mundial trouxe mudanças para Portugal, gerando um aumento nas desigualdades sociais. Com um continente em guerra, os preços de produtos essenciais sobem constantemente, diminuindo o poder de compra do trabalhador. O governo português aproveita a situação para reprimir, com uma maior truculência, o movimento sindical. Foi nesse período (1916) que se registrou o menor número de greves durante a I República apenas 7 (CGTP, 2010; Freire, 1992).

Já no ano de 1917 Portugal viveu um golpe militar, liderado por Sidónio Pais. Diante do clima hostil que o movimento sindical era tratado pelo governo republicano, e das várias promessas feitas pela “junta revolucionária” de Sidónio, a UON acaba por declarar apoio ao golpe militar. Porém logo após a tomada de poder, Sidónio, que representava setores conservadores de Portugal, acabou por dissolver o parlamento português. Pouco tempo após o golpe, a UON percebeu o erro que tinha cometido, pois nenhuma das promessas feitas, seja a de diminuição da jornada de trabalho, ou a realização de uma reforma agrária foi realizada pelo novo governo (CGTP, 2010).

No momento que a UON se aprechebu de que representava esse novo governo, passa a fazer oposição a este. Em 1918 a UON tentou realizar uma grande greve geral para reivindicar melhorias nas condições laborais. Porém rapidamente o governo de Sidónio inviabilizou, através de prisões, a realização dessa greve que veio a ser um fracasso. O governo passa agora a combater o movimento sindical tentando desacreditá-lo perante a sociedade. Além das prisões e assassinatos cometidos pelo governo golpista contra

sindicalistas, ainda foi tentado realizar a ligação do movimento sindical português com a Revolução Russa (CGTP, 2012; Freire, 1992).

Porém o governo de Sidónio durou pouco, no fim de 1918 foi assassinado em Lisboa, o que causou uma grave crise de sucessão. Seguidores de Sidónio e monarquistas tentaram chegar a um entendimento para a constituição de um novo governo. Porém tal governo não foi aceito por parte do exército, que apoiava um retorno da monarquia. Esses desgostosos chegaram a ocupar Monsanto, em Lisboa, e proclamar no Porto a “Monarquia do Norte” (CGTP, 2012).

Diante de tal impasse, a UON mostrou toda sua força de mobilização e liderança. Ajudou a construir um movimento de resistência pela manutenção da República. Movimento este que acabou por derrotar as partes monarquistas do exército. Com a República restaurada, o movimento sindical português saiu dessa crise com uma grande força social. E foi dessa força social que em 1919 conseguiu pressionar o governo, para que este estabelecesse a jornada laboral em 48 horas semanais (CGTP, 2012; Freire, 1992).

Foi com essa força que a UON reuniu em setembro de 1919 em Coimbra seu II Congresso e decidiu fundar a Confederação Geral do Trabalho (CGT). Nessa época já podemos ver em partes da Europa, e inclusive em Portugal grupos fascistas ganharem espaço. E a CGT que tinha a maioria da sua direção influenciada pelo anarquismo, acaba se afastando da dinâmica política de Portugal, e entrando num embate interno com os grupos comunistas. Diante desse embate os comunistas decidiram criar a Federação Maximalista Portuguesa em 1919. Mais tarde em 1921 foi criado o Partido Comunista Português, que teve e ainda tem um importante papel no sindicalismo português (CGTP, 2012; Freire, 1992).

Diante dessa disputa foi realizado o II Congresso da CGT em 1922, onde um dos principais temas tratados foi a filiação internacional da CGT. Este tema só foi resolvido em 1938 através de um referendo, onde os anarquistas acabaram por ganhar essa disputa e a CGT acabou por se filiar a IV Internacional, ao contrário do que defendia os comunistas que pretendiam que a Confederação apoiasse a Internacional Sindical Vermelha, ligada à III Internacional Comunista, de cunho stalinista (CGTP, 2012).

Com essa disputa de espaço no movimento sindical, a direção da CGT acaba se afastando das lutas sociais e da mobilização social. Dessa forma, verificamos que houve uma

queda nos números de trabalhadores filados à CGT, de 200.000 em 1921, para 40.000 filiados em 1925 (CGTP, 2012).

Na Europa, a década de 20 foi marcada pelo crescimento e fortalecimentos de grupos notadamente fascistas. Em Portugal isso não foi diferente. Em 1926 instauras-se uma ditadura, que mais tarde ficou conhecida como o Salazarismo, período que durou longos 48 anos. Logo no seu início, o Estado Novo português passou a criar um arcabouço de leis, que culminaram na Constituição e no Estatuto do Trabalho Nacional, ambos criados em 1933. Leis estas que tiraram liberdades individuais e coletivas, como no caso da nova Constituição, como leis que também alteraram liberdades sindicais e laborais consagradas na I República (Costa, 2008; Rocha, 2011).

Embasados na “Lei”, o governo salazarista passou a perseguir sindicalistas, reprimindo qualquer tentativa de mobilização social. Através de leis e decretos, o governo passa a controlar cada vez mais a organização sindical portuguesa. O direito a greve foi proibido; as organizações sindicais passam a ser corporativas; as eleições são controladas e a direção dos sindicatos passam a depender da aprovação do governo para tomar posse. É importante salientar que por trás desse cenário de leis e decretos do governo para anular o poder dos sindicatos portugueses, ainda existia, paralelamente, a perseguição e assassinatos de dirigentes sindicais (Costa, 2008; Rocha, 2011).

Temos que observar que o regime fascista português, principalmente após a 2ª Guerra Mundial tinha como projeto, para a sua própria manutenção, o controle econômico e financeiro de Portugal. Diante disso, ajudou, através da intervenção do Estado, o fortalecimento de uma burguesia nacional, que se caracterizou pelo monopólio de estruturas importantes do Estado português nas mãos de um conglomerado de grupos e empresas. Não podemos deixar de citar aqui, que no campo essa estratégia do governo português se formalizou na manutenção e aumento dos latifúndios (Cunhal, 1992; Costa, 2011).

Com ímpeto em viabilizar esse projeto de manutenção, o Estado Novo não vacilou em aumentar, ainda mais, o controle, a exploração e a repressão sobre a sociedade portuguesa. Em nome da manutenção do salazarismo, direitos laborais e sociais foram sumariamente suprimidos (Costa, 2008). Porém não podemos deixar de lembrar que embora toda a repressão promovida pelo governo, o movimento sindical, mesmo na clandestinidade, organizou greves, mesmo estas sendo ilegais, para reivindicar os direitos dos trabalhadores e da sociedade portuguesa (Silva, 2007).

Apenas em 1969, no governo de Marcelo Caetano, se notou uma abertura política, no sentido de garantir uma maior liberdade nas eleições sindicais. Foi também garantida pelo governo uma maior participação dos trabalhadores na dinâmica dos sindicatos oficiais, o que fez com que os trabalhadores, mesmo que não abertamente, pudessem se reunir e organizar chapas de oposição nos sindicatos oficiais (Costa, 2008; Rocha, 2011). Salientamos que essa estratégia de disputar as estruturas dos sindicatos oficiais foram idealizadas pelo PCP, antes mesmo do governo de Marcelo Caetano, com o intuito de organizar trabalhadores contra o governo fascista (Silva, 2007; Rocha 2011).

Com o início da abertura política do Estado Novo, as direções sindicais que faziam oposição ao modelo de sindicalismo corporativo passaram a reunir-se em 1970, o que ficou conhecido como “reuniões intersindicais”. Mesmo sendo reuniões informais, passaram a desenvolver a idéia de funcionamento baseada na estrutura de uma Confederação Sindical. São dessas reuniões que em 1 de outubro de 1970 foi fundada a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical (CGTP-IN) (Silva, 2007; Costa, 2008).

### **3.3.2 - A Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical (CGTP-IN)**

Mesmo com o controle do governo sobre a estrutura e atuação sindical, a CGTP-IN conseguiu mobilizar e realizar ações em defesa dos direitos laborais. As convenções coletivas de trabalho aumentaram a partir de 1969. As negociações dentro das próprias empresas passaram a surtir mais efeito, graças a estrutura organizacional que a CGTP passou a adotar nos seus sindicatos. A partir dos sindicatos que faziam parte da Intersindical, a CGTP passou a formular teses de reformas que garantissem melhores condições de trabalho e direitos laborais como a criação do seguro desemprego (Silva, 2007).

Ainda em 1970 o governo tentou realinhar algumas das liberdades políticas que cedeu um ano antes. Porém, a pressão social, a situação econômica e social em que Portugal se encontrava, alinhado a outros fatores fizeram com que o Movimento das Forças Armadas, em 25 de abril de 1974, coloca-se um fim nos 48 anos de ditadura que assolaram o Estado português.

A partir de 1974, Portugal entrou num ritmo de mudanças e transformações sociais, políticas, econômicas e culturais que colocaram o movimento sindical, notadamente a CGTP-IN, na vanguarda desse processo revolucionário. Já no 1º de maio de 1974 a CGTP mostrou toda sua força e organizou uma das maiores manifestações até hoje realizadas em Portugal (Silva, 2007; Costa, 2008).

Como citado anteriormente, Portugal passava por um momento de instabilidade econômica, acrescida dos efeitos da recessão causada pela crise do petróleo de 1973. Na área social, os portugueses passavam por um contexto de dificuldades em vários aspectos: na saúde, na habitação, na segurança social, diminuição do valor real dos salários. Estes fatores, ligados ao desejo da população de exercer seu direito a cidadania fizeram com que a CGTP-IN tivesse um grande peso na mobilização social e na participação das grandes mudanças ocorridas em Portugal (Silva, 2007; Costa, 2008).

No âmbito laboral, os trabalhadores e estruturas sindicais passaram a fazer diversas reivindicações: 13º salário, aumento salarial, diminuição da carga horária laboral para 40 horas semanais, férias pagas, liberdade sindical, direito a greve, fixação do salário mínimo entre outras. Essas reivindicações permitem-nos observar como eram mínimas as condições e direitos trabalhistas no período salazarista (Silva, 2007; Costa, 2008).

Logo no início do I Governo Provisório, em 1974, a mobilização da CGTP-IN e dos trabalhadores surtiu efeito e boa parte dos trabalhadores tiveram não só um aumento salarial, como a fixação do valor do salário mínimo. O que devemos observar é que nesse primeiro período, logo após o 25 de abril, a participação popular e o alto nível de mobilização social resultou em avanços em várias áreas sociais, e o aspecto laboral foi um deles (Silva, 2007; Costa, 2008). Os anos de 1974 a 1976 foram marcados por um grande volume de transformações, como falado anteriormente. A intervenção do Estado nas várias áreas sociais garantiu um crescimento econômico, estabilização política, e ganhos positivos para os trabalhadores (Silva, 2007; Costa, 2008).

Em 1975 foi organizado o Congresso dos Sindicatos, que tinha como intuito a elaboração de propostas e ações visando o avanço econômico e desenvolvimento de Portugal. Isso demonstra como o movimento sindical, notadamente a CGTP-IN, tinha como objetivo ser um ator participante da conjuntura nacional e ajudar o governo nas transformações que fossem salutares para os trabalhadores (Silva, 2007).

Com a formulação da Constituição de 1976 e a eleição do I Governo Constitucional, neste mesmo ano, Portugal conseguia alcançar sua estabilidade política e democrática. E o movimento sindical português teve um papel fundamental nesse processo. A participação dos sindicatos na formulação da Constituição, no que diz respeito à Legislação do Trabalho, criou o equilíbrio social necessário que o momento precisava. A participação dos sindicatos na gestão das estruturas de Segurança Social, mostrou mais uma vez o grande peso social que os sindicatos tinham nesse contexto. Essa participação nos faz observar também a disposição do movimento sindical (CGTP-IN) para a construção democrática de condições sociais e econômicas que fizessem Portugal se desenvolver de forma justa e equilibrada (Silva, 2007).

Já durante o I Governo Constitucional, os rumos das transformações estruturais em Portugal passam a ser alterados. A partir dos empréstimos realizados pelo FMI em 1978 e 1983, e o início da entrada de Portugal na Comunidade Econômica Europeia (CEE), em 1985 (formalizado em 1 de janeiro de 1986), o programa de desenvolvimento econômico português passou a sofrer um alinhamento com o modelo capitalista colocado em prática na Europa. Partidos políticos e grupos patronais portugueses passaram a pressionar o governo para essa tomada de atitude (Silva, 2007).

A atuação das forças conservadoras e liberais portuguesas passaram a agir também no movimento sindical. Em 1977 foi realizado o “Congresso de Todos os Sindicatos”, onde surgiu a proposta de divisão da estrutura sindical. O movimento chamado “Carta Aberta”, com o apoio de Partido Socialista (PS) e do Partido Social Democrata (PSD) criou a situação para que em 1978 fosse criada a União Geral dos Trabalhadores (UGT) (Costa, 1994). Essa nova central sindical, apoiada por dois importantes partidos (PS e PSD), foi criada com o intuito de minar e dividir a ação da CGTP-IN e do PCP. Como falado anteriormente, o movimento sindical, no pós 25 de abril ganhou uma força social muito grande, e a CGTP-IN estava nessa vanguarda. Dessa maneira, seria interessante, para a implementação da pauta do FMI e da CEE, que o movimento sindical estivesse dividido e enfraquecido (Silva, 2007).

Dessa forma, o final da década de 70 e início dos anos 80 foram marcados pela disputa entre a pauta defendida pelo movimento sindical (CGTP-IN) e os anseios do FMI e da CEE. O palco dessa disputa se deu nas reformas sociais elaboradas pelos sucessivos Governos Constitucionais. Notadamente existiram ganhos por parte dos trabalhadores, como por exemplo: a criação de um programa de proteção social, que englobasse a maioria da

população, como foi o caso da reforma na saúde. Porém, o que podemos observar é que a maioria das reformas aplicadas pelos governos portugueses visavam colocar em prática a pauta do FMI e da CEE. Foram realizadas reformas que aumentavam a precariedade laboral e atentavam contra direitos conquistados logo após o 25 de abril (Silva, 2007).

Quando os governos portugueses passaram a aplicar o modelo econômico defendido pelo FMI, o que se viu foi um aumento da inflação, crescimento dos despedimentos, aumento dos salários atrasados e do desemprego. Diante de quadro de possível recessão, a CGTP-IN não tem dúvidas de se colocar como oposição ao governo e de mobilizar a sociedade portuguesa contra essas reformas. A Central em questão mobilizou no início de 1982 duas grandes greves gerais que contestavam as políticas traçadas pelo governo português, principalmente no que diz respeito as políticas econômica e laboral. No mesmo ano, foi realizada a “Marcha contra o Desemprego”, que colocou em debate com a sociedade as questões da manutenção dos direitos laborais e da manutenção dos empregos. Porém, é importante observar que a CGTP-IN não fazia apenas protestos e mobilizações. Ela também construiu propostas alternativas de desenvolvimento, como o “Estudo alternativo às Grandes Opções do Plano: 1981 - 1984”. Esse estudo foi realizado um ano antes dessas grandes mobilizações, acima descritas, e entregues ao governo, com o intuito de dialogar possíveis alternativas de desenvolvimento, contrárias as implementadas até então. Alternativas que apontavam para a melhoria social de Portugal. Porém esse estudo não foi levado em consideração pelo governo português (Silva, 2007).

Com a entrada de Portugal na CEE observamos que houve uma melhora na situação econômica nacional, devido a grande quantia de fundos da Comunidade destinados para Portugal. Porém, essa melhora econômica não quer dizer que ocorreu uma melhora nas relações laborais. Os partidos que assumiram o governo nos anos finais da década de 80 tentaram colocar em prática reformas que visavam alterar as leis trabalhistas e diminuir direitos dos trabalhadores (Silva, 2007).

Com essa nova conjuntura de crescimento econômico e de ataque aos direitos laborais ao mesmo tempo, a CGTP-IN passou a ocupar todos os espaços institucionais que lhes eram garantidos, seja na estrutura nacional ou na da CEE. Essa nova tática de atuação se deve ao fato da CGTP além de fazer oposição a estas reformas nas ruas, através das mobilizações sociais, passou a fazer oposição também nas estruturas institucionais, para ser uma voz dissonante dentro do ambiente governamental (Silva, 2007).

O ano de 1987 foi marcado eleitoralmente pela vitória do PSD e obtenção da maioria absoluta do parlamento português. Com isso, o governo teve toda a liberdade para colocar em prática, cada vez mais rápido, a pauta do FMI e da CEE. Nesse governo as privatizações aceleraram e o processo de reforma agrária foi continuamente esvaziado. A CGTP-IN manteve sua postura ao novo governo, e fazia oposição tanto nos espaços institucionais, como nas mobilizações sociais. Nos espaços institucionais, a CGTP-IN, que aderiu nesse ano ao Conselho Permanente de Concertação Social, esteve presente no debate do “Acordo de Concertação Social de 1988”, porém não o subscreveu, pois acreditava que este acordo tinha como intenção servir para facilitar ataques à legislação laboral e aos direitos dos trabalhadores. Na rua, a CGTP mobilizava a base sindical para combater tais ajustes. E em 1988, convoca, juntamente com a UGT, uma greve geral contra o “pacote laboral” que atacava importantes direitos laborais (Silva, 2007).

A década de 90 foi iniciada por uma nova maioria absoluta do PSD, ganha nas eleições de 1991, e por uma nova crise econômica gerada da adequação de Portugal as metas estabelecidas pela União Económica Europeia, ainda em 1990, e depois confirmadas com o Tratado de Maastricht em 1992. Com a abertura económica portuguesa para a recém formada União Europeia (UE), as empresas portuguesas não estavam preparadas para concorrência internacional. Dessa forma, muitas empresas foram afetadas por essa abertura económica, gerando assim uma onda de desemprego e todos os males sociais vindos com este.

Diante desse quadro, a CGTP-IN mais uma vez se mostrou firme e denunciou, institucionalmente e socialmente, as causas que levaram Portugal a tal recessão. Porém, como citado anteriormente a CGTP-IN não ficou apenas denunciando e mobilizando sua base sindical contra tais políticas. Em 1994 apresentou, durante o debate sobre o “Acordo económico e social para o desenvolvimento e emprego”, uma proposta “por uma política de desenvolvimento e emprego”. Esta proposta era baseada em uma idéia de fortalecimento das estruturas produtivas nacionais, desde o setor agrícola até o industrial, além de apontar para melhorias da situação laboral em que o país se encontrava. Porém mais uma vez o governo não colocou em prática tal proposta, preferindo assim seguir com a agenda do FMI e da UE. Vale salientar também que nesse ano a CGTP-IN aprofundou um debate internacional que já vinha desde o início da década de 90. Com a política portuguesa sendo, cada vez mais, decidida em instituições internacionais, a CGTP-IN decidiu atuar também nas instituições



internacionais que lhe cabia. E em 1994 filia-se Confederação Europeia de Sindicatos (CES) (Silva, 2007).

A metade final da década de 90 foi marcada por governos do Partido Socialista (PS). Durante esses governos a CGTP encontrou uma maior abertura para o diálogo em torno das questões laborais. Porém, devido aos acordos já estabelecidos com a UE, e ao próprio projeto político do PS, o governo português manteve a agenda de transformações estabelecidas pela UE para Portugal. Diante disso, os direitos individuais e coletivos dos trabalhadores continuaram a sofrer tentativas de ataques por parte do governo. Com isso a CGTP-IN continuou com sua política de mobilização social constante e participação nos espaços institucionais (Silva, 2007). Foi com esta tática que a CGTP-IN denunciou as políticas neoliberais impostas pelos governos portugueses, que visavam, cada vez mais, uma maior precariedade laboral, para garantir um desenvolvimento desigual e explorador, imposto pela globalização hegemônica.

O século XXI além de começar com o contexto político que encontramos no parágrafo anterior, trouxe algo que nos chamou a atenção, no que se refere a atuação da CGTP. Além de toda a sua postura política de defesa dos trabalhadores de Portugal, a CGTP fortalece seus laços internacionais. Além de combater as políticas dos governos do PS, no início do século XXI, e do PSD/PP a partir de 2003, a CGTP-IN aumentou seus canais de articulação internacional. Nesse período a direção da CGTP se fez presente nos mais importantes fóruns (Fórum Social Mundial 2002 e 2003) de diálogo contra-hegemônico e articulou contatos com diferentes movimentos sociais. Com essa postura, a CGTP-IN demonstra um amadurecimento enquanto movimento social. Pois compreende que é fundamental a luta pelos direitos dos trabalhadores em Portugal, combatendo a precariedade laboral, buscando melhores condições de trabalho, indo de embate contra as políticas neoliberais praticadas pelos governos portugueses durante o século XXI. Porém, passou a observar também a importância de se articular contatos e ações internacionais, seja com movimentos sindicais, ou com outros movimentos contra-hegemônicos. Uma vez que o modelo de globalização hegemônica se organiza e se estrutura internacionalmente, é de fundamental importância que os movimentos sociais contra-hegemônicos busquem uma internacionalização de redes de contatos e ações práticas (Silva, 2007; Costa, 2008).

### 3.3.3 – O CESP<sup>22</sup>.

O Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritório e Serviços de Portugal (CESP), filiado à CGTP-IN, passou a ser um sindicato de caráter e atuação nacional em 2004. Porém a sua história e construção remontam à década de 1980. Após a queda do regime ditatorial português em 25 de abril de 1974 se estabelece um período de grandes transformações políticas, económicas, sociais e culturais em Portugal, como foi citado anteriormente. Nesse quadro de mudança o movimento sindical sofreu também profundas alterações. As estruturas sindicais sentiram a necessidade de modificar suas formas de organização e atuação perante a sociedade e o novo quadro social exposto. Além da reestruturação da composição sindical existente, foram criados novos sindicatos para atender a nova demanda de trabalhadores portugueses que ocupavam novas categorias de trabalho ou categorias que ainda não eram atendidas pelas organizações sindicais (CESP, 2006).

Foi nesse contexto que surgiram vários sindicatos na década de 1980 ligados ao setor de comércio, escritórios e serviços. No transcorrer das décadas de 1980 e 1990 foram sendo criadas várias associações entre os sindicatos do setor descrito acima. Já na segunda metade da década de 1990, vários sindicatos do setor de serviços, comércio e escritório, juntamente com a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP) viram a necessidade de se criar uma estrutura que atendesse a demanda dos trabalhadores desse setor a nível nacional. Foi assim que em 1998 foi constituído o CESP, integrando a grande parte dos sindicatos, do setor descrito acima, do território português. Porém ainda faltava ser integrado ao CESP a entidade representativa dos trabalhadores do Comércio, Serviços e Escritórios do Porto e Viana do Castelo, que constituíam o CESNORTE, representando assim uma importante parcela do setor localizada na região Norte. Mas em 2004 o CESNORTE integrou-se no CESP, constituindo nesse momento uma entidade sindical que passou a

---

<sup>22</sup> Buscamos fontes bibliográficas e documentais para relatar o histórico do CESP. No entanto o que encontramos foi um material muito reduzido. Isso indica uma falta de manutenção material do seu acervo histórico. Diante disso, ficamos com um material histórico do CESP reduzido. A partir do capítulo cinco, analisaremos o material recolhido para oferecer mais informações a respeito das demandas e agendas do CESP. Acreditamos que a apresentação dessas demandas e agendas do CESP, juntamente com a análise do material coletado irá proporcionar mais elementos para o debate, do que se analisarmos essas informações separadamente.

desenvolver políticas de organização e atuação no território nacional, exceto na região insular de Portugal (CESP, 2006).

## 4 - CAMINHOS METODOLÓGICOS

### 4.1 – A ANÁLISE DO DISCURSO.

Para estudar o tema proposto, utilizaremos os métodos da pesquisa qualitativa. A nossa análise centrar-se-á no discurso sobre precarização do CESP e da CONTRACS diante do processo de globalização hegemônica, que colaborou para um quadro de precarização do trabalho no século XXI.

Concebemos, assim, a presente pesquisa como um estudo comparativo, cujo objetivo é o de observar o CESP e a CONTRACS no período de 2007 até 2014. Mesmo sendo difícil estabelecer um roteiro metodológico rígido, estabelecemos algumas etapas, o que não quer dizer que essas fases não possam ser modificadas, o que vai depender da dinâmica da própria pesquisa. Essas fases se dividem em: escolha do caso, que já foi mencionado, leituras aprofundadas sobre o caso, coleta de material, organização, análise e interpretação do material, comparação dos resultados entre o CESP e a CONTRACS e redação do relatório.

Um primeiro passo implica ampliar a revisão bibliográfica sobre o trabalho e as formas de sua precarização, em particular no setor de serviços. Revisaremos também bibliografias que abordem a temática a respeito da nova conjuntura dos movimentos sociais e suas formas de atuação internacional. Para completar esse quadro, cabe também retomar o debate sobre a crise do movimento sindical, e sua relação com a emergência de novos agentes sociais identificados como (novos) movimentos sociais, como por exemplo os movimentos feministas, étnicos e ambientais. A revisão bibliográfica é fundamental para a composição inicial de um *corpus* ao qual será agregado o material documental entre os quais: atas de reunião, atas de congressos, teses de congressos, informativos sobre as principais campanhas da época. Além de entrevistas com as principais lideranças das estruturas sindicais propostas, durante o período determinado, com sindicalistas de estruturas locais filiadas ao CES e a CONTRACS e com trabalhadores do setor de serviços.

Definido o *corpus*, procuraremos, num primeiro momento, organizar o material por temas, centrando-nos na forma e intensidade com que os tema sobre precarização aparece nos discursos do CESP e da CONTRACS. Num segundo momento, tendo construído um quadro mais amplo dos temas e discursos construídos pelo CESP e pela CONTRACS,

buscaremos analisar as condições em que tais discursos foram construídos, identificando posições, relações com outros discursos (interdiscurso) e estratégias de ação indicada pelos mesmos na construção de seus discursos sobre a precarização do trabalho no contexto mencionado. Para tanto, escolhemos a análise de discurso (AD), pelo fato dessa metodologia ter como finalidade interpretar as fontes com o objetivo de entender o contexto em que elas foram produzidas. Além disso, a AD é uma metodologia que defende a idéia de que o discurso não existe por si só, ele está ligado a um contexto, onde quem o elabora, e no momento que o pronuncia, está posicionado social e ideologicamente frente à dinâmica social. Este conceito da AD é interessante de ser levado em consideração pelo motivo de que é esse quadro que pretendemos encontrar nos documentos. Pois, ao analisarmos os documentos e entrevistas realizadas no CESP e na CONTRACS no período referido, poderemos encontrar discursos ideológicos contextualizados na época que pretendemos pesquisar.

Outro fator que tem que ser considerado na escolha dessa metodologia é o de que ela tenta desvendar os fatores que influenciaram a produção e como este discurso é construído a partir e em relação a outros discursos, reproduzindo, redefinindo ou negando-os. Isto é, identificar a interdiscursividade e as posições que vão se constituindo nesse processo. Além disso, acreditamos que essa pesquisa se coloca frente a questões da prática social e de suas relações com a estrutura social, definições estas que solicitam uma metodologia como a AD.

Assumimos a perspectiva da AD de Fairclough (2001). Segundo este autor os procedimentos para a análise de discurso estão divididos em três fases: coleta do material, análise e resultados.

Após o contato com o material coletado, partiremos para a seleção dos textos que iremos utilizar na análise, o que constituirá o nosso *corpus*. Essa seleção será realizada a partir da nossa perspectiva a respeito da nossa pesquisa e de quais são os dados colhidos que nos ajudarão a solucionar nossos objetivos. Para isso temos que ter um domínio do que estamos pesquisando tanto da teoria, quanto do material a ser analisado, para que possamos observar os processos de mudança que estão ocorrendo nos discursos selecionados (Fairclough: 2001: 277).

É nessa primeira fase que também realizaremos a codificação da amostra do *corpus*. Esta codificação deve levar em consideração principalmente os momentos críticos do discurso analisado, pois são nesses momentos de crise que poderemos observar que algo está

indo errado ou mudando. Desta forma, quando analisarmos os documentos e entrevistas do CESP e da CONTRACS, teremos que ficar atentos para esses momentos de crise, pois podem revelar os processos de mudança dessas estruturas sindicais no período e contexto mencionados. Assim como também temos que prestar atenção aos momentos de ausências de determinados temas nos documentos e entrevistas analisadas, que podem nos revelar muitas coisas. Porém, temos que saber que tanto as palavras, como a sua ausência, estão carregadas de sentido.

Encerrada a primeira fase, partiremos para a segunda, a análise dos dados coletados e selecionados. Essa fase divide-se em três partes: 1) análise da prática discursiva; 2) análise dos textos; 3) análise da prática social da qual o discurso faz parte. Não existe nenhum sentido ou ordem para essas partes. Na nossa pesquisa vamos iniciar a nossa análise pela prática social, uma vez que é esse contexto que queremos encontrar influenciando o texto. Porém, vamos seguir a lógica de exposição contida neste parágrafo para explicitar cada uma dessas fases.

#### 1) Análise da prática discursiva.

Nessa fase realizaremos uma macro-análise do *corpus* (considerar documentos e entrevistas) onde através da interdiscursividade, observaremos os vários discursos que existem dentro do *corpus*. Vamos analisar também como esses discursos estão distribuídos no texto, para isso vamos observar as cadeias intertextuais. Através das condições da prática discursiva, observaremos como cada tipo de discurso encontrado no texto está associado ao contexto em que foi produzido. Vamos avaliar a intertextualidade manifesta e observaremos aqui quais as influências de outros discursos na construção do que está sendo analisado (Fairclough: 2001, 283 – 285).

#### 2) Análise do texto.

O objetivo desta análise é observar as propriedades sobre as quais o texto se organiza. É nessa parte que vamos analisar a coesão do texto, a gramática, a transitividade. Analisaremos também a importância que o texto dá a determinadas palavras, e em que sentido ele pode criar novas palavras (Fairclough: 2001, 286 – 289).

#### 3) Análise da prática social.

A finalidade desta análise é deixar claro quais as relações entre o contexto social hegemônico e a formulação de um texto. Vamos analisar nesse ponto a qual ordem social de discurso tal texto faz parte. E é claro e de fundamental importância para a nossa pesquisa

destacarmos quais foram os efeitos políticos e ideológicos desse discurso nas estruturas sindicais analisadas.

Em outra fase realizaremos a comparação dos resultados encontrados no que diz respeito do CESP, com os resultados encontrados ao analisarmos a CONTRACS. As categorias que vão embasar essa comparação só vão ser criadas após o aprofundamento e ampliação da leitura sobre o tema proposto, para que não ocorra uma falha metodológica na comparação dos resultados encontrados.

Realizando todas essas etapas analíticas estaremos aptos para construir o texto da dissertação detalhando o processo da pesquisa e seus resultados. Estamos cientes dos perigos metodológicos e atentos para não cometermos erros analíticos ao analisarmos os dados. Sabemos também que a metodologia pouco vai adiantar se não estivermos bem embasados teoricamente. E é lógico, teremos todo o cuidado quando formos juntar a teoria com os dados analisados.

## 4.2 – HIPÓTESES DE PESQUISA

A investigação realizada assentou nas seguintes hipóteses:

4.2.1 - O tema da precarização está inscrito na matriz discursiva das organizações sindicais de ambos os países. As duas estruturas sindicais situam o debate sobre processo de precarização do trabalho no quadro da globalização hegemônica, ainda que consideremo processo da precarização do trabalho no setor de serviços seja anterior ao processo de globalização. Porém observam que com a aplicação das pautas do Consenso de Washington, a precariedade do trabalho aumentou no setor produtivo em especial nos últimos anos.

4.2.1.1 - No caso do CESP, o combate à precarização é simultaneamente um combate às políticas governamentais que não só a toleram como a promovem. Boa parte desse discurso contra o governo deve-se à estreita ligação do CESP e da CGTP com o PCP, partido de oposição ao governo;

4.2.1.2 No caso da CONTRACS, algo como no CESP, condenar a precarização é palavra de ordem. Porém, trata-se de um discurso mais moderado em resultado da maior proximidade e identificação ideológica da CONTRACS e da CUT com o governo federal do Partido dos Trabalhadores.

4.2.2 - O tema fragmentação, tal como é percebido pelo CESP e pela CONTRACS consideram que a mesma passa por dois caminhos que se encontram. O primeiro é que a própria fragmentação da classe trabalhadora ao longo dos séculos XX e XXI contribuiu para um aumento da precarização do trabalho, uma vez que, os trabalhadores passam a não observar o movimento sindical e a coletividade que ele representa como uma possibilidade de intervenção na realidade precária que está inserido. O segundo caminho é o de que a precarização do trabalho ajuda a agravar o quadro de fragmentação. Através de relações laborais precárias observamos como estas contribuem para um aumento da fragmentação.

4.2.3 - CESP e CONTRACS buscam construir uma estrutura de rede que aproxime mais as respectivas direções com suas bases sindicalizadas. As estruturas sindicais devem buscar uma maior proximidade como o trabalhador do setor de serviços, para que este veja no seu sindicato uma possibilidade de combater a precariedade laboral em que está inserido. Diante disso CESP e CONTRACS buscam soluções para diminuir a distância entre direção sindical e trabalhadores. Logicamente temos que levar em consideração as diferenças geográficas entre Portugal e Brasil, pois estas contribuem para ações diferentes de CESP e CONTRACS, mesmo que visem os mesmos objetivos. Com essa diferença geográfica em mente, o CESP adota uma postura mais horizontalizada nas relações entre direção e base sindical, visto que a proximidade física entre regiões de Portugal podem garantir mais momentos de encontros reuniões e deliberações em conjunto. Já na CONTRACS, devido as dimensões continentais do Brasil, a busca dessa proximidade entre direção e trabalhadores é realizada utilizando as estruturas sindicais verticais da CONTRACS, partindo da direção nacional, passando pelas estruturas regionais e estaduais, até chegar nas estruturas locais.

4.2.4 – Como corolário lógico dos discursos sobre a precariedade, CESP e CONTRACS desenvolvem vários instrumentos de intervenção, que visam combater a precariedade laboral. Instrumentos esses que passam por uma constante campanha de sindicalização, uma vez que o aumento das bases sindicalizadas é uma necessidade para o movimento sindical combater a crise de representatividade pela qual passa. Outro instrumento de intervenção é a formação sindical, visando à formação política de novos quadros sindicais, para que assim os respectivos sindicatos possam aumentar seus quadros de dirigentes sindicais, fazendo assim com que a proximidade entre direção e base sindical



seja mais dinâmica. Também é necessário compreender que alguns instrumentos de intervenção são mais característicos e mais usados em determinados sindicatos de acordo com seu contexto político, econômico e social. Mas tais instrumentos de combate à precariedade conhecem dificuldades ao mesmo tempo que permitem evidenciar relações políticas.

4.2.4.1 – No caso do CESP, as ações e mobilizações contra a precariedade conhecem dificuldades como: a) a crise de representatividade (pois havendo menos filiados há menos adeptos para uma determinada causa); b) as dificuldades financeiras; c) falta de articulação com outros movimentos sociais; d) vinculação à agenda de ações da CGTP, onde a pauta do setor de serviços acaba sendo secundarizada face a setores mais representativos da CGTP; e) falta de uma articulação transnacional; f) campanhas contra a sindicalização que acabam por exercer pressão sobre os trabalhadores sindicalizados nas empresas do setor dos serviços;

4.2.4.2 - No caso da CONTRACS, as suas práticas de combate à precarização estão dependentes da relação desta estrutura sindical face à CUT (e conseqüentemente face ao governo). Mesmo que se encontrem ações contra empresas que mantêm relações de trabalho precárias, não se identificam ações de oposição à política neoliberal do governo federal. Conseqüentemente, não existe uma diversidade tão grande de obstáculos à implementação do combate à precariedade como no caso português, a não ser porventura no que diz respeito a dificuldades de articulação com entidades locais e trabalhadores filiados e a dificuldades de ordem orçamental em face da amplitude territorial brasileira.

4.2.5 - A qualificação profissional é um tema cada vez mais constante no mundo do trabalho. E no setor de serviços não seria diferente. CESP e CONTRACS defendem a necessidade do trabalhador se qualificar profissionalmente. Mas são contrários à ideia de que essa qualificação é uma responsabilidade apenas do trabalhador. O dono da empresa também é responsável por tornar possível a qualificação desse trabalhador, uma vez que vai lucrar com esta. Sendo assim, CESP e CONTRACS acreditam na qualificação profissional como sendo importante para o trabalhador do setor de serviços, mas não como uma salvação para diminuir a precariedade laboral, uma vez que encontramos pessoas qualificadas no setor de serviços que ocupam empregos precarizados.

4.2.6 - É nas relações entre CESP e CONTRACS com seus respectivos governos onde existe uma maior diferença entre os sindicatos em questão. O CESP tem uma postura de oposição ao governo português nas últimas gestões, lideradas ora pelo PS (Partido Socialista), ora pelo PSD (Partido Social Democrata). Segue assim a postura da sua central sindical (CGTP), e pratica um discurso que condena as políticas aplicadas pelo governo, e realiza ações que vão denunciar e cobrar do governo medidas que revertam as políticas governamentais que geraram um quadro de precariedade laboral. Já com relação a CONTRACS, existe uma ligação entre o sindicato e o governo federal. A CONTRACS ligada ao PT (Partido dos Trabalhadores), segue sua central sindical (CUT), também ligada ao PT, numa relação de apoio ao governo federal, liderado pelo PT desde 2003. Ao longo desses anos a CONTRACS vem apostando num maior diálogo com governo, em detrimento da mobilização de sua base sindical contra medidas governamentais que visam uma maior precariedade laboral.

4.2.7 - CESP e CONTRACS, compreendem como importante a organização de políticas internacionais que visem uma maior aproximação entre estruturas sindicais dos mais variados países. Com isso, acreditam que essa aproximação trará possibilidades de trocas de informações e realidades laborais, assim como a possibilidade de ações de caráter transnacionais. Contudo, mesmo com a importância dessas relações sendo descritas por CESP e CONTRACS, não são suficientemente colocadas em práticas ações que tornem essas relações internacionais possíveis. Existem vários fatores que podem servir de freio para o desenvolvimento dessas políticas de relações internacionais, que passam desde questões financeiras dos próprios sindicatos, até as conjunturas políticas, econômicas e sociais pelas quais os sindicatos passam, e que desta forma tenham que fazer uma opção de prioridades de ação.

#### 4.3 – ROTEIRO DE ENTREVISTA.

Destinamos esse ponto para ajudar a compreender como estruturaremos nosso roteiro de entrevista. Acreditamos que ainda é cedo para construirmos perguntas já fechadas, pois ainda temos um semestre para aprofundarmos nossa visão sobre o assunto e para debatermos

qual será a melhor forma de abordagem como os entrevistados. Porém compreendemos que já se faz necessário uma estruturação das categorias que servirão de base para a construção do referido roteiro. Dessa forma, as principais categorias que iremos utilizar são:

1ª) Precarização.

Nessa categoria realizaremos perguntas sobre o tema da precarização, tanto no mundo do trabalho como um todo, como no próprio setor de serviços. Dessa forma, tentaremos observar como os sindicatos em questão entendem o tema e como esse processo de precarização afeta tanto os trabalhadores do setor de serviços como a própria atuação dos sindicatos, segundo a visão dos entrevistados.

2ª) Fragmentação.

Construiremos aqui questões que tratem da fragmentação da classe trabalhadora e de como esta foi sentida pelos entrevistados. Tentaremos aqui perceber qual a importância, para os entrevistados, da fragmentação da classe trabalhadora e de como esta foi sentida pelos trabalhadores do setor de serviços. Entendemos que essa categoria se faz necessária devido ao processo de fragmentação pelo qual a classe trabalhadora passou nas décadas finais do século XX, e que o setor de serviços é um exemplo desse processo.

3ª) Qualificação profissional.

É importante que nas entrevistas tentemos perceber como as lideranças sindicais nacionais, locais e a base sindicalizada lidam com o tema da qualificação no setor de serviços. Como já foi citado anteriormente, esse tema está sendo cada vez mais abordado nesse setor e nos seus respectivos sindicatos. Cada vez mais existe uma maior diferença entre os trabalhadores qualificados e desqualificados dentro do próprio setor de serviços. Sendo assim, essa diferença de qualificação acaba, em muitas vezes, refletindo em diferentes níveis de precarização do trabalho.

4ª) Relação com o Estado

É importante percebermos quais as relações entre o movimento sindical e o Estado. Nos casos que pretendemos estudar essa relação é bem diferenciada nos respectivos países, como já foi referenciada nas nossas hipóteses. Dessa forma, é interessante notarmos como a articulação e mobilização do movimento sindical em questão pode ser influenciada pelas suas filiações ideológicas e políticas a determinados governos.

5ª) Estrutura de rede do CESP e da CONTRACS com as suas entidades locais.

A partir das informações coletadas pretendemos perceber qual é a cultura de rede do CESP e da CONTRACS e o modo como essa se forma. Dessa maneira, pretendemos analisar, como já foi falado anteriormente, como se dão as dinâmicas internas nessas estruturas sindicais e na relação dessas com suas entidades locais e base sindicalizada. É nessa categoria que pretendemos observar quais são os principais públicos que os sindicatos querem articular.

6<sup>a</sup>) Instrumentos e práticas de intervenção.

Diante de um contexto de precarização e transformações nas relações laborais, queremos perceber quais são os instrumentos e práticas de intervenção que os respectivos sindicatos utilizam para tentar dar uma resposta para as questões que estão colocadas no mundo do trabalho, no setor de serviços e no movimento sindical. Dessa forma, buscamos compreender como os sindicatos buscam saídas ou adaptações a realidade laboral em que estão inseridos.

7<sup>a</sup>) Políticas de ações transnacionais.

Visto que cada vez mais as grandes organizações e empresas se estruturam e agem em caráter global, entendemos como necessário levantarmos, nas entrevistas, questões sobre possíveis ações transnacionais dos respectivos sindicatos. Dessa forma, buscaremos compreender como os entrevistados e os sindicatos observam a importância das ações transnacionais que vão contra a lógica da globalização hegemônica e da precarização do trabalho. Tentaremos ainda observar se existe, ou se há, uma predisposição dessas organizações sindicais (CESP e CONTRACS) em participar ou organizar ações de caráter transnacional. Por não ser o foco principal da pesquisa, mas pelo fato de considerarmos esse tema importante de ser debatido, esse eixo é tratado nas considerações finais, no intuito de apontar para a necessidade de se aprofundar nessa temática.

As entrevistas<sup>23</sup> foram realizadas com dirigentes do CESP e da CONTRACS. No total foram nove dirigentes entrevistados. Sendo quatro dirigentes da direção nacional da CONTRACS, e cinco dirigentes da direção nacional do CESP. Em média cada entrevista durou cerca de 2 horas. Entrevistamos também trabalhadores do setor de serviços. Sendo

---

<sup>23</sup> O roteiro das entrevistas está em anexo. Assim como as datas de realização das mesmas. Mesmo as entrevistas sendo realizadas a alguns anos atrás, suas informações foram analisadas com o auxílio de documentos atuais dos respectivos sindicatos, para que assim as informações dadas pelos entrevistados sejam as mais contemporâneas possíveis.

cinco trabalhadores portugueses e oito trabalhadores brasileiros. As entrevistas com os trabalhadores duraram cerca de 20 minutos cada. É importante salientar que as entrevistas com os trabalhadores têm apenas um caráter exploratório para esta tese. Também participamos e gravamos o seminário de formação das trabalhadoras domésticas do estado de São Paulo.

## **5 - ANÁLISE DOS ESTUDOS DE CASOS**

### **5.1 - PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO.**

Iniciando nosso debate sobre os materiais coletados durante nossa investigação, começaremos nossa análise pelo principal tema dessa tese: a precarização do trabalho. No transcorrer deste ponto, analisaremos vários aspectos geradores de relações laborais precárias. E diante desses aspectos observaremos a postura do CESP e da CONTRACS sobre esses processos. Analisaremos quais são as interpretações dos sindicatos em questão sobre as variadas formas de precarização existentes no mundo do trabalho atual. Para realizarmos essa análise dividimos esse ponto em vários fragmentos para que possamos, de forma distinta, analisar as respectivas análises que CESP e CONTRACS têm desses aspectos pontuais, que geram e aprofundam a precariedade laboral. Esses fragmentos são: 1) O entendimento que o CESP e a CONTRACS possuem sobre precarização do trabalho; 2) Qual a relação entre precarização e terceirização; 3) Quais são os setores mais precários representados respectivamente por CESP e CONTRACS; 4) A falta de formação profissional como fator de precarização; 5) O avanço tecnológico como gerador de precarização; 6) Os vínculos laborais precários; 7) A relação entre juventude e uma maior precariedade laboral; 8) A saúde do trabalhador em ambientes precários; 9) O medo dos trabalhadores num ambiente laboral precário; 10) A relação da crise financeira atual e a precarização do trabalho contemporânea.

No transcorrer da exposição dos fragmentos acima descritos usaremos os relatos coletados nas entrevistas, como forma de representarem aquilo que encontramos na análise do material coletado durante a investigação de campo. Acreditamos assim, que ao analisarmos esses pontos em separado, iremos ter uma melhor visão sobre os vários aspectos em que a precarização do trabalho está presente no mundo do trabalho atual.

### 5.1.1 - O entendimento sobre precarização do trabalho.

Antes analisarmos as formas com que a precarização do trabalho é observada e sentida, se faz necessário que abordemos a visão do CESP e da CONTRACS sobre este tema. Temos que compreender como os sindicatos em questão veem e interpretam a precarização do trabalho nos seus respectivos contextos. Para que assim possamos caminhar para a análise das várias facetas da precarização do trabalho nos dias atuais. Para isso utilizaremos os seguintes relatos:

1 - Nós não estamos longe, nem nada daquilo que se parece que é a realidade do nosso país né?! Os trabalhadores do nosso setor, sofrem acá à beça todas as violências das políticas de nosso país. Existe. Primeiro somos um setor de trabalhadores com escolaridade baixa, sem formação específica, com salários muito baixos. Onde a maioria está colado ao salário mínimo nacional e que sofrem todos estes grandes impactos. (Entrevista realizada com o dirigente E - CESP, em 09 de Junho de 2011).

2 - Nestes setores do comércio e dos serviços, há uma grande precariedade laboral. Uma gigantesca precariedade laboral. Ela hoje em dia é transversal a todas as faixas etárias, mas tem uma incidência maior na juventude. Porque é quem entra agora no mercado de trabalho. Mais, e temos sofrido muito o impacto do, porque a precariedade tende a empurrar os nossos trabalhadores do sindicato, a instalarem o med. O medo de perder o trabalho. O medo de perder a sua sobrevivência faz com que os trabalhadores não venham ao sindicato (Entrevista realizada com o dirigente E - CESP, em 09 de Junho de 2011).

3 - O que que a precariedade faz? Faz com que as pessoas não tenham evolução profissional. Não saiam daqui. Se é um caixeiro de ajudante de primeiro ano, segundo ano... O contrato não é renovado. Vão pra outras empresas. Voltam a ser caixeiros de primeiro e segundo ano, mas não, já tem lá ao mínimo 5 anos de experiência que as empresas tão a tentar reverter (Entrevista realizada com o dirigente F – CESP, em 18 de Maio de 2011).

4 - A crise é um resultado do próprio neoliberalismo que implanta no mundo e que, causou toda essa questão lá. A precarização, ela vem causada justamente por conta disso, a crise (Entrevista realizada com o dirigente A – CONTRACS, em 17 de Maio de 2010).

5 - Uma outra questão de combate a precarização que parece não ter a ver mas tem: é uma luta que a gente faz também em relação à instalação dos grandes grupos, das grandes multinacionais no país. E a gente solicita que o governo tenha uma legislação. Nós estamos reivindicando. Estamos fazendo pressão. Inclusive tá na plataforma, que faça um estudo do impacto econômico, social e ambiental da instalação dessas empresas. E inclusive também na questão de trabalho. Porque vem a promessa de geração de X novos postos de trabalho. Essa promessa, ela é tentadora pro poder público local. Então acaba dando incentivos fiscais pra empresa vim se instalar. Mas não faz um estudo desse impacto. E aí muitas vezes eles chegam, e além de causar um grande impacto ambiental pelas grandes construções, por esses processos todos, elas ainda detonam com o desenvolvimento local. Com a economia local. Porque aqueles supermercados pequenininhos, que tem uma maior relação, não suportam com os preços e a correlação de forças e acabam fechando. A gente sabe que infelizmente a

instalação dessas grandes multinacionais, ela preza por essa precarização. Porque ela vem com força. Ela vem discutindo a legislação nacional, descumprindo, tem dinheiro pra pagar custas de ações processuais (Entrevista realizada com o dirigente D – CONTRACS, em 20 de Setembro de 2011).

6 - A nossa ótica é diferenciada da ótica de quem visa o lucro. Pra essa coisa de contratar e vestir a camisa de que a empresa é minha também. Sem perceber que nesse processo, de todos os anos da luta do capital e trabalho, os trabalhadores são excluídos da produção do seu próprio esforço (Entrevista realizada com o dirigente D – CONTRACS, em 20 de Setembro de 2011).

Ao observamos os relatos acima (1 ao 6), notamos que o processo de precarização do trabalho, fortalecido pela lógica da globalização hegemônica, é abordado no dia a dia do CESP e da CONTRACS. Os sindicatos, nos seus respectivos espaços de atuação, demonstram conhecerem e dominarem essa temática. Ao serem indagados sobre a precarização do trabalho, os dirigentes sindicais mostraram que conhecem o tema, desde os aspectos políticos e econômicos internacionais, que abrem terreno para o aumento dessa precarização, passando pela aplicação desse processo nos seus países, e como ele chega no dia a dia do trabalhador.

Embora sejam contextos e realidades distintas, os discursos do CESP e da CONTRACS se assemelham quando o assunto é referente ao entendimento sobre o processo de precarização do trabalho. Desde os aspectos internacionais, até como o processo de precarização chega no cotidiano do trabalhador.

A precarização do trabalho contemporânea é vista pelos sindicatos como um processo amplo, com explicações que partem do contexto internacional chegando até o trabalhador. No âmbito internacional, podemos observar que CESP e CONTRACS refletem sobre o modelo neoliberal como um dos fatores de dinamização do processo de precarização (trecho 4). Como podemos recordar o debate feito anteriormente nessa tese, foi através de visões políticas como a neoliberal que a pauta econômica, política e social, trazida com o processo de globalização hegemônica que foi colocada em prática processos de precarização em diversos países pelo mundo. Foi com uma lógica de abertura dos mercados, controle dos investimentos públicos em áreas sociais e flexibilização dos mercados e leis trabalhistas que tal política abriu terreno para a implementação do quadro de aumento da precariedade laboral. Seguindo uma linha política de Estado mínimo, e para a atração de grandes multinacionais, tais políticas acabaram avançando na flexibilização das leis laborais, visando um mercado de trabalho mais atrativo para as empresas multinacionais. Esse quadro internacional de criação de ambientes propícios para o aumento da precariedade do trabalho



é abordado por CESP e CONTRACS em vários momentos em seus discursos, como representa o fragmento 5. O papel das multinacionais nesse contexto de globalização hegemônica, de pressionar os Estado para que esses flexibilizem ao máximo seu mercado de trabalho e leis laborais, é identificado pelos sindicatos como uma das causas do processo de precarização atual.

Após essa caracterização internacional feita pelos sindicatos, podemos acompanhar, observando o trecho 1, que o caminho político que a precarização do trabalho segue para ser aplicada também é traçado pelos sindicatos. Depois do debate internacional, é abordado pelas lideranças sindicais o papel dos governos nacionais em aplicarem políticas que seguem a pauta trazida pelo processo de globalização hegemônica. Políticas essas, segundo o entrevistado, que tem como intuito uma maior flexibilização das leis e condições laborais, para gerarem mais lucros para as empresas e uma maior precarização para os trabalhadores. Diante disso, CESP e CONTRACS associam as transformações no mundo do trabalho, advindas com a globalização hegemônica, com as políticas neoliberais implementadas nos países. Políticas essas que visam atrair investimentos internacionais às custas da flexibilização e precarização do ambiente laboral.

Após essa ligação entre os cenários internacional e nacional, no que diz respeito à precariedade laboral, as entidades sindicais relatam como tal precarização é sentida pelos trabalhadores, no seu dia a dia. Percebemos, a partir dos trechos 1 e 3, como os sindicatos compreendem que a precarização do trabalho afeta os trabalhadores nos mais variados aspectos. Desde o vínculo laboral, passando pelas condições de trabalho precárias, pela falta de formação, principalmente no setor de serviços, até chegar na falta de perspectiva pela qual os trabalhadores em condições precárias passam. Aspectos esses que serão debatidos no transcórre desse ponto. Porém, algo que nos chamou a atenção, no discurso do CESP e da CONTRACS é que ambos também abordaram as questões subjetivas vindas com a precarização laboral (relato 6). Além de todas as alterações objetivas do mundo do trabalho contemporâneo, fazendo com que a precarização aumente, também encontramos nos discursos dos sindicatos a preocupação com as transformações subjetivas pelas quais a classe trabalhadora está passando. Transformações estas que visam fazer com que o trabalhador acredite que tais condições laborais precárias são imutáveis, e que é uma realidade posta nos dias atuais. CESP e CONTRACS observam que tais alterações subjetivas têm como intenção fazer com que o trabalhador perca a perspectiva de mudança para algo melhor do que aquela

situação laboral precária, em que ele está inserido e que a melhor opção seria este trabalhador se sentir parte integrante da empresa que o explora cada vez mais.

Diante do que vimos em capítulos anteriores e nesse presente ponto, compreendemos que CESP e CONTRACS possuem uma leitura clara sobre o processo de precarização do trabalho. Ambos os sindicatos abordaram as dimensões dessa precarização nos seus mais variados ambientes. Desde como a conjuntura internacional influencia nas políticas que geram precariedade, passando pelos governos que aplicam tais políticas, e chegando por fim a como essa precarização chega ao trabalhador, e de como este é afetado tanto objetivamente, quanto subjetivamente pela precarização laboral dos dias atuais.

### **5.1.2 - Terceirização.**

Como acompanhamos nos capítulos anteriores a terceirização foi uma estratégia empresarial aplicada por várias multinacionais, que cresceu durante as transformações do mundo do trabalho das últimas décadas. Com o crescimento da flexibilização produtiva, a terceirização passou a ser uma realidade no mundo do trabalho, principalmente no setor de serviços. Como debatemos anteriormente, junto com a terceirização veio também um aumento da precarização nas empresas terceirizadas. No setor de serviços contemporâneo, é impensável debatermos serviços e precarização, sem abordarmos a terceirização como fator de precariedade. E o CESP e a CONTRACS não deixam de trazer o tema à tona. No material analisado percebemos que os sindicatos fazem uma ligação direta entre terceirização e precarização. Para observarmos isso vamos acompanhar os seguintes relatos:

7 - Depois temos os *call centers* que, definitivamente, utilizam o trabalho temporário como forma de desresponsabilizar. Ou seja, as empresas até necessitariam de ter telefonistas, de ter técnicos de informação, seja o que for. Mas correm nas outras de trabalho temporário pra não ter vínculo com qualquer tipo de trabalhadores nessa área né?! As empresas trabalham a tempo temporário e aproveitam-se disto. E da precariedade de cá fora. Porque quem corre esses tipos de trabalhos são dois tipos de trabalhadores: os estudantes querem simplesmente fazer um dinheiro pra ajudar nos seus estudos ou aquelas pessoas que estão mesmo aflitas em ter trabalho pra amanhã (Entrevista realizada com o dirigente F – CESP, em 18 de Maio de 2011).

8 - Do que nós pensamos da terceirização, por exemplo, pra nós a precarização, a terceirização é uma das precarizações né?! Que eu até falei antes, que a gente luta pra reduzir a terceirização e melhorar as condições dos trabalhadores. Para nós,

terceirização ela é um sinônimo de precarização (Entrevista realizada com o dirigente B – CONTRACS, em 04 de Maio de 2010).

9 - E a terceirização ela acaba sendo uma forma de precarização. Porque ela vai distanciando os trabalhadores. Porque, de uma hora pra outra, a empresa some. Do dia pra noite deixa quatrocentos, quinhentos, mil, dois mil trabalhadores sem nada. Sem nenhuma garantia. Aí o sindicato tem que ir atrás pra bloquear conta, pra bloquear recurso, pra poder garantir o direito desses trabalhadores. (Entrevista realizada com o dirigente D – CONTRACS, em 20 de Setembro de 2011).

Diante do exposto nos relatos (7 ao 9), compreendemos como a realidade da terceirização, como geradora de precariedade laboral, é semelhante em Portugal e no Brasil. Semelhante também são os discursos de CESP e CONTRACS sobre o tema. Antes de mais nada, temos que lembrar que não são todos os tipos de terceirização que geram precarização, assim como o setor de serviços não é na sua totalidade precário. Encontramos situações onde a terceirização emprega trabalhadores extremamente qualificados, não precários e valorizados, assim como no setor de serviços. Porém é notório, e já debatemos isso anteriormente, a maioria das empresas terceirizadas praticam condições precárias, seja no vínculo laboral, ou na própria condição dada ao trabalhador para exercer sua função. Assim como também é precário uma parte considerável do mercado de trabalho do setor de serviços. Diante disso, é comum os discursos de CESP e CONTRACS associarem terceirização e precarização. Como podemos acompanhar no relato (7), a terceirização é vista como uma forma da empresa contratante se desresponsabilizar com os tipos de vínculos e condições laborais dos funcionários que trabalham na empresa contratada. Mesmo sendo serviços que uma empresa deveria ter, esta prefere terceirizar o serviço, para não ter nenhuma responsabilidade trabalhista com aquele funcionário.

Outro aspecto encontrado nas terceirizações, relatado pelos entrevistados, é que a empresa contratada, para prestar determinado serviço e conseguir ter uma maior concorrência no mercado, aplica todas as flexibilizações laborais possíveis para reduzir o custo com a mão de obra. Sendo assim encontramos desde vínculos laborais precários, até condições de trabalho alarmantes. A partir da análise do material compreendemos que CESP e CONTRACS possuem a mesma opinião ao colocarem a terceirização como sinônimo de precarização. Para os sindicatos, as condições laborais aplicadas pelas empresas terceirizadas são na sua grande maioria precárias, como o trecho 8 nos revela.

Existe também o fator da insegurança de manutenção do trabalho, por parte dos funcionários terceirizados. Como o fragmento 9 expõe, as empresas terceirizadas podem, do nada, fechar deixando milhares de trabalhadores sem empregos e sem os direitos laborais que

têm direito. E diante desse quadro, a empresa contratante não teria nenhuma responsabilidade de arcar com os encargos laborais da empresa contratada. Por entenderem que são as relações, precárias e exploratórias, que sobressaem nas empresas terceirizadas, CESP e CONTRACS comungam do mesmo discurso de relacionar, diretamente, terceirização e precarização laboral.

### **5.1.3 - Os mais precários.**

Como já foi falado em capítulos anteriores, o setor de serviços é extremamente heterogêneo. Encontramos neste setor desde trabalhadores qualificados até os não qualificados, desde trabalhos extremamente valorizados até os trabalhos extremamente precarizados (Campos, 2011). Porém, é sabido também que o setor de serviços é, notoriamente, um ambiente no qual o número de trabalhos precários é consideravelmente elevados. Essa precarização vai desde o vínculo laboral até as condições de trabalho. Diante disso, nos capítulos iniciais declaramos que a intenção dessa tese seria debater a precarização no setor de serviços. Deste modo, nos focamos em analisar o lado precarizado do setor de serviços. Sendo assim trataremos nesse ponto as categorias de trabalhadores, segundo CESP e CONTRACS, que sofrem mais com a precarização do trabalho. Para isso observaremos os seguintes trechos que resumem o material analisado sobre a temática:

10 - São os trabalhadores dos call centers basicamente. São aqueles operacionais de call centers que estão a dar informações. E são os postos de trabalho mais precários. Chegamos a ver contratos de trabalho que às vezes são contratos semanais ou de dias (Entrevista realizada com o dirigente E – CESP, em 09 de Junho de 2011).

11 - São definitivamente os call centers, o pior tipo de trabalho temporário, dos mais agressivos (Entrevista realizada com o dirigente F – CESP, em 18 de Maio de 2011).

12 - Trabalhadores de telemarketing, que a gente até costuma brincar que é uma máquina de fazer maluco né. De fazer doido por conta das baias, do ritmo de trabalho, da pressão, do que os trabalhadores ouvem do cliente quando eles ligam. Ninguém tem paciência pra ficar ouvindo venda de planos né?...” (Entrevista realizada com o dirigente D – CONTRACS, em 20 de Setembro de 2011).

13 - A precarização ela tá em vários espaços. Não poderia te dizer essa tá mais essa tá menos. Ela tá presente. Agora em relação questão de filiação não tenho dúvida em dizer de que a maior precarização está com os trabalhadores domésticos. Que é muito forte a precarização, a exploração, a violência. Dentro da casa, tanto

assédio moral, como sexual. Cárcere privado, humilhação, uma série de questões né! Falta de condição de trabalho (Entrevista realizada com o dirigente D – CONTRACS, em 20 de Setembro de 2011).

14 - E o trabalho doméstico, é parte do setor de serviços também. O trabalho doméstico também é uma outra realidade. É um espaço privado, não tem processo de organização, de visitar num local de trabalho. Não tem como entregar um boletim. Não tem posto sindical. Não tem o desconto em folha, então é um outro processo organizativo. [...] Infelizmente hoje no Brasil as trabalhadoras tem uma diferenciação na questão dos direitos. Então a nossa luta é pela equiparação, pelos direitos dessas companheiras. Que são em torno de 8 milhões e na sua grande maioria mulheres e negras. Então é uma luta que além de tudo, que além de ser uma luta pela igualdade de direitos, é uma luta de gênero, é uma luta de raça. (Entrevista realizada com o dirigente D – CONTRACS, em 20 de Setembro de 2011).

Ao observarmos os fragmentos acima (10 ao 12), percebemos como no mercado de trabalho precário, no setor de serviços, existe uma semelhança entre Portugal e Brasil. Ao serem indagados sobre quais eram as categorias mais precarizadas de trabalhadores no setor de serviço, que eram representados pelos sindicatos, os dirigentes do CESP e CONTRACS foram diretos, enfáticos e unânimes: os trabalhadores de *call center* e *telemarketing*. Tanto em Portugal, como no Brasil esta categoria de trabalhadores figuram entre as mais precárias. Pelos relatos acima, assim como nos materiais coletados, é nesta categoria de trabalhadores que encontramos as condições mais precárias de trabalho. Que vão desde os vínculos empregatícios, que podem chegar a ter contratos temporários de dias (como relata o trecho 10), até condições físicas de trabalho que atentam contra a saúde do trabalhador. Condições estas que o entrevistado do trecho 12 relata que vão desde a intensidade do ritmo de trabalho, onde os trabalhadores têm que cumprir metas diárias, muitas vezes impraticáveis, até os locais onde ficam, praticamente durante todo o expediente, que são conhecidas como as “bairros” de atendimento. Segundo as entrevistas, esta é uma categoria que não tem a mínima estabilidade, uma vez que a maioria dos contratos são temporários. Dentre o perfil do trabalhador dessa categoria, encontramos mais jovens, em ambos os países. Jovens que buscam o primeiro emprego para complementar a renda ou pagar os estudos, e que não possuem experiência profissional. Com este perfil, e pela dificuldade em arrumar emprego por falta de experiência, segundo as lideranças do CESP e da CONTRACS, esses jovens se submetem a vínculos empregatícios extremamente precários e a condições de trabalho exploratórias. Mais adiante iremos debater melhor sobre os vínculos empregatícios precários, e a condição da juventude nesse mercado de trabalho precário (Braga, 2014).

Porém os relatos 13 e 14 apontam também para uma outra categoria de trabalhadores

extremamente precários: as trabalhadoras domésticas. Essa função, representada sindicalmente pela CONTRACS, é uma categoria de trabalhadora bem específica do Brasil. A categoria das trabalhadoras domésticas<sup>24</sup> no Brasil, remonta à época do Brasil colonial, onde as famílias mais abastadas tinham nas suas casas trabalhadoras, na época escravas, responsáveis pelos afazeres domésticos. Com o passar dos anos essa cultura da trabalhadora doméstica continuou. Porém durante séculos, nunca se pensou em tratar essas trabalhadoras como trabalhadoras de fato, detentoras de direitos laborais. Sempre estiveram a margem da legislação laboral brasileira, sem registro em carteira, sem direito ao salário mínimo, a férias, a 13º salário, ou seja, sem o mínimo direito laboral.

Essa situação vem mudando, e em 2013 foi aprovada na câmara a Proposta de Emenda Constitucional nº 66, conhecida por “PEC das domésticas”. Essa PEC busca a equiparação dos direitos trabalhistas das domésticas com o restante dos trabalhadores (pauta defendida pela CONTRACS, como demonstra o relato 14). A PEC foi aprovada, porém alguns pontos ainda estão tramitando até os dias de hoje. Dessa forma, mesmo com a legislação laboral brasileira avançando, no sentido de reconhecer as trabalhadoras domésticas como detentoras dos direitos trabalhistas comuns aos outros trabalhadores, estas ainda se encontram num quadro de precarização laboral. E isso se deve a diversos fatores: a) ainda não possuem todos os direitos trabalhistas, que a legislação laboral brasileira garante para os outros trabalhadores; b) como os próprios relatos 13 e 14 expõem, é uma categoria extremamente difícil de se organizar, uma vez que trabalham em ambientes particulares, e na maioria das vezes, ela é a única trabalhadora daquele ambiente; c) uma vez que é difícil o contato do sindicato com as trabalhadoras domésticas, estas ficam expostas a mais tipos de exploração e assédios do que outros trabalhadores que trabalham em lugares mais públicos.

Por tudo isso, as trabalhadoras domésticas são, sem dúvida, a categoria mais precarizada não apenas do setor de serviços. Ela se encontra entre as categorias mais precarizadas do mercado de trabalho brasileiro, como retrata os materiais analisados e os relatos coletados.

Porém, não existe parâmetro de comparação entre Portugal e Brasil, no que diz respeito à categoria das trabalhadoras domésticas. Por isso utilizamos uma categoria, também

---

<sup>24</sup> Utilizamos o gcolocar a data das entcrever essa categoria devido ao fato desta ser composta, na sua imensa maioria, por mulheres.

bastante precária, comum aos dois países e sindicatos, para que pudéssemos fazer a comparação, como foi o caso dos trabalhadores de *callcenter* e *telemarketing*, que como foi visto, estão entre as categorias mais precárias do setor de serviços, e que são representados, respectivamente por CESP e CONTRACS.

#### **5.1.4 - O fator qualificação profissional.**

O tema qualificação profissional vem se tornando uma constante no mercado de trabalho durante as últimas décadas. O que abordaremos aqui é o discurso de CESP e CONTRACS sobre o tema qualificação profissional. Debatermos se, para os sindicatos, a qualificação profissional, ou a falta dela, está ligada à precarização do trabalho. Iremos observar os seguinte relatos para iniciarmos nossa interpretação:

15 - A precariedade influencia, no fundo, limita a evolução profissional de qualquer pessoa. Nós já tivemos caso de pessoas, de trabalhadora, que recebe o salário mínimo há nove anos, sem qualquer profissão na categoria, contudo a empresa se beneficiou da sua experiência. [...] Se já não dão a formação, quanto mais, para mim a par de precariedade, a falta de formação são um dos fatores. Aliás, tem de igual importância a precariedade e a falta de formação e estabilidade de horário, ou seja, falta de conciliação entre a vida pessoal e social é que faz com que as pessoas não tenham perspectivas, que potencializam o seu querer fazer mais, evoluir numa carreira (Entrevista realizada com o dirigente F – CESP, em 18 de Maio de 2011).

16 - No setor de comércio e serviços as pessoas têm, em média, nove anos de escolaridade, há ainda analfabetismo no campo, os cursos profissionais, para quem vai trabalhar na indústria, quando são privados, custam em média de R\$ 1.200. São proibitivos (Retirado do site da CONTRACS: <http://www.contracs.org.br/destaques/111/trabalhadores-pressionarao-governo-por-conferencias-do-setor-financeiro-e-de-qualificacao-profissional>).

Pelos relatos de CESP e CONTRACS (15 e 16), as duas entidades sindicais têm a clareza de que a falta de qualificação profissional tem uma ligação direta com a precarização laboral dos trabalhadores. Nos materiais analisados, e que veremos com maior profundidade mais adiante, CESP e CONTRACS se assemelham no discurso sobre a importância da qualificação profissional para o trabalhador, e de como a falta desta formação pode influenciar numa realidade laboral precária. Outra semelhança entre os sindicatos, na compreensão sobre o tema, é no que diz respeito à culpabilização do trabalhador, feita pelo mercado de trabalho, pela não qualificação profissional. CESP e CONTRACS acreditam que

a falta de qualificação profissional não seja uma responsabilidade única do trabalhador. As próprias empresas também são culpadas por essa não qualificação e até mesmo, em alguns momentos, induzem o trabalhador para a não realização de uma qualificação profissional.

No relato 15 notamos como um trabalhador pode passar anos sem uma qualificação profissional, e mesmo assim as empresas acabam se beneficiando das experiências adquiridas por este funcionário ao longo dos anos de serviço. No mesmo fragmento, podemos acompanhar como a realização de uma qualificação profissional vai muito mais além do que a simples vontade do trabalhador. As empresas têm um papel fundamental para que este trabalhador possa ou não realizar tal qualificação, uma vez que, se tal empresa não flexibilizar os horários do trabalhador, dificilmente este conseguirá organizar sua vida profissional e pessoal para a realização de uma qualificação profissional.

A partir do trecho 16, podemos confirmar aquilo que encontramos no material coletado, no que diz respeito à formação dos trabalhadores do setor de serviços, pelo menos no Brasil. O setor de serviços é um setor onde os trabalhadores brasileiros possuem pouca escolaridade e qualificação e também devido a isso estes trabalhadores acabam por aceitar empregos com vínculos precários e instáveis. Soma-se a isso o elevado custo de alguns cursos de qualificação (como o relato 16 aborda), que acabam se tornando impossíveis de serem realizados por trabalhadores que já não são bem remunerados e ainda estão trabalhando em empregos instáveis e precarizados. No caso de Portugal a questão da escolaridade não se aplica como no caso do Brasil. Porém, a falta de experiência e qualificação profissional, assim como no caso brasileiro, acabam levando os trabalhadores de Portugal para empregos de baixa remuneração, precários e instáveis.

Lembramos que uma observação mais aprofundada sobre a questão da qualificação profissional será realizada no transcorrer desse capítulo.

### **5.1.5 - A tecnologia e o aumento da precarização do trabalho.**

Esta relação entre implementação de tecnologias e aumento do desemprego ou da precariedade não são atuais. Remontam, desde o tempo da Revolução Industrial, uma ideia de que a tecnologia vai acabar por substituir o homem no processo produtivo. Também não



é um debate exclusivo do setor de serviços. Esse tema é transversal nos mais variados setores produtivos.

Nos dias atuais, com a velocidade de criação de novas tecnologias, presentes em várias áreas sociais, esse debate também se faz presente nos ambientes laborais. No setor de serviços isso não seria diferente. E CESP e CONTRACS compactuam de opiniões bem semelhantes sobre a relação entre a implementação de novas tecnologias no setor de serviços e o aumento da precarização do trabalho. Para observarmos essas opiniões, observaremos os seguintes trechos de entrevistas:

17 - Para nós tem sido a questão da precarização mais a diminuição dos postos de trabalho. Por exemplo, dou um exemplo da empresa de serviço Brisa, nós também abrangemos a Brisa Auto-estradas, tem havido agora uma grande substituição dos trabalhadores por máquinas. [...] Tudo isso faz diminuir os postos de trabalho e relativamente aumentar ou não a precarização do trabalho. Quer dizer, quanto mais vais diminuir os postos de trabalho novamente mais desemprego se cria (Entrevista realizada com o dirigente E – CESP, em 09 de Junho de 2011).

18 - E em que tá cada vez mais a ser substituído por máquinas. Se essas máquinas surgissem para melhorar a situação dos trabalhadores e aumentar a eficiência do trabalho seriam bem vindas. Se um trabalhador que estaria numa caixa, supostamente, as máquinas surgissem, e ele fosse potenciado a redução do seu horário, por exemplo, não afetando, criando um benefício, porque as máquinas ajudariam. Digamos, se servisse pra esse trabalhador sair desse posto e poder estudar e a empresa investir numa área melhor para eles. Não, tem servido único e exclusivamente para reestruturações (Entrevista realizada com o dirigente F – CESP, em 18 de Maio de 2011).

19 - Somos a favor do avanço tecnológico mas acompanhado pela garantia de emprego. Que eu acho que você ter a tecnologia não significa você desempregar, você precisa melhorar a condição desses trabalhadores (Entrevista realizada com o dirigente B – CONTRACS, em 04 de Maio de 2010).

20 - Nós temos que acompanhar essa tecnologia mas não podemos ter essa tecnologia pra desempregar, pra precarizar. Essa é uma avaliação que nós temos de ter um avanço tecnológico mas que tenha a garantia dos trabalhadores pra melhorar a posição desse trabalhador, não precisa necessariamente a tecnologia tirar o emprego dos trabalhadores. Os empresários pensam o contrário né, o contrário nosso, que pra eles é lucro redução de postos de trabalho, precarização da condição (Entrevista realizada com o dirigente A – CONTRACS, em 17 de Maio de 2010).

21 - Em grande parte é ela contribui pra precarização pelo fato de que você retira postos de trabalho e trabalhar multifuncionalidade com os trabalhadores, esse é um processo inegável e que tá posto, não só no setor de serviços, no industrial e em todos os outros. [...] A automação nos outros setores acaba jogando as responsabilidades pra nosso setor e precarizando a nossa relação de trabalho. Porque antes quando era correspondente bancário, quando era casa lotérica, fazia os jogos, então tinha uma responsabilidade e hoje infelizmente está sendo transferido pros outros setores, as contas de pagamento de água, de luz e de telefone já estão sendo feitas em supermercados e não é o papel do trabalhador de supermercado receber conta. Estão sendo feitas nas farmácias que não é o papel de um trabalhador de farmácia receber conta (Entrevista realizada com o dirigente D – CONTRACS, em 20 de Setembro de 2011)

Os discursos de CESP e CONTRACS sobre tecnologia, coletados nos materiais e representados aqui, nos mostram que os dois sindicatos comungam da mesma visão. Não são contra o avanço tecnológico, contanto que não seja empregado para precarizar ainda mais a situação do trabalhador. Nos relatos (18, 19 e 20) observamos como os dirigentes de CESP e CONTRACS não possuem um discurso contra o avanço tecnológico; inclusive apontam para a importância dos trabalhadores seguirem tais avanços, uma vez que, tais tecnologias poderiam ser benéficas para os trabalhadores no dia a dia laboral. Porém, o que é colocado em questão pelas estruturas sindicais é que o avanço tecnológico implementado no setor de serviços vem contribuindo para um aumento da precarização. E essa contribuição é feita em diferentes aspectos: 1º) a relação simples entre implementação de novas tecnologias e o despedimento de trabalhadores, como retrata o trecho 17; 2º) A automação de alguns serviços que acabam fazendo com que os trabalhadores do setor de serviços assumam funções que não eram, originalmente as suas, como expõe o entrevistado do fragmento 21. Um dos exemplos expostos é que, a partir do processo de automação, no caso do Brasil, se tornou possível se realizar serviços, antes destinados só aos bancos, em supermercados, como pagar contas dos mais variados serviços. Isso fez com que os atendentes dos supermercados tivessem que assumir funções antes destinadas ao bancários. Porém, mesmo assumindo estas funções, os atendentes continuam com sua remuneração antiga. Ou seja, em vez da tecnologia, nesse exemplo, trazer algo positivo para este atendente, na verdade essa automação acabou acarretando num aumento do volume de trabalho, sem nenhum ganho salarial por parte do trabalhador. Dessa maneira o emprego desse trabalhador acabou se tornando mais precário do que já era; 3º) Esse aspecto aborda também o que debatemos no ponto anterior, quando abordamos o tema qualificação profissional. Com a implementação cada vez mais constante de novas tecnologias, o trabalhador necessita se qualificar, numa velocidade também maior para acompanhar os avanços tecnológicos no setor onde labora. Porém, lembrando o ponto anterior, se o trabalhador não conseguir conciliar sua vida profissional e sua vida social, para realizar tais qualificações, a tendência é esse trabalhador ir caindo mais no ostracismo do mercado de trabalho, ocupando empregos cada vez mais precários.

Todos esses fatores fazem com que CESP e CONTRACS tenham um discurso de não rejeição das novas tecnologias. Porém, a implementação destas só são consideradas positivas quando não tornam a condição do trabalhador mais precária. E nos dias contemporâneos, o

que os sindicatos estão acompanhando é que as empresas estão constantemente utilizando de novas tecnologias de automação para tornar o vínculo e as condições laborais dos trabalhadores mais precarizadas e inseguras.

### **5.1.6 - Vínculo empregatício.**

Como já debatemos anteriormente, nas últimas décadas o mundo do trabalho vem sofrendo inúmeras mudanças. Entre essas mudanças encontramos a flexibilização produtiva, que entre outras alterações, transformou também os tipos de vínculos empregatícios.

Com o processo de globalização hegemônica e os governos neoliberais aplicando a agenda do Consenso de Washington, ocorreu uma violenta flexibilização das leis trabalhistas. Tal flexibilização tinha como intuito, além de seguir a pauta econômica e política dos países de economia central, fazer com que as multinacionais investissem nesses países governados por uma política neoliberal. Diante disso o que acompanhamos nas últimas três décadas foi um ataque violento aos direitos laborais. Uma parte desse ataque foi justamente a flexibilização dos contratos de trabalho. No transcorrer desse período, na medida em que os contratos de trabalho foram se tornando flexíveis, foram também se tornando precários. Vínculos empregatícios que, como vimos anteriormente, não garantem estabilidade e acabam por gerar uma insegurança e falta perspectiva do trabalhador. Diante desse quadro, analisaremos quais são as posturas de CESP e CONTRACS sobre os vínculos laborais no setor de serviços nos dias atuais. Para isso seguiremos os seguintes trechos:

22 - As empresas gostam de utilizar isso para impor regras injustas. Ou seja, regras que não estão contempladas na lei. Querem impor aos trabalhadores. Impõem com muito mais facilidades. Não é coisas que as pessoas tendo vínculo laboral estável nunca aceitariam. [...] Causa um elevado índice de rotatividade. Porque não há ninguém que vá trabalhar em determinadas condições, e é uma questão de tempo pras pessoas querer ir pra outro sitio (Entrevista realizada com o dirigente F – CESP, em 18 de Maio de 2011).

23 - A nível salarial a pessoa começa, pois, a trabalhar com ordenados bases muito baixos. E o que começa a tentar compensar. Começa com os esquemas de comissões ou de prêmios que são facilmente retiráveis. Então aí a pessoa não tem pra onde se virar. A pessoa tem das duas uma, ou manter seu vínculo precário e se obrigar a aceitar um série de condições, então a pessoa já aceita, entre aspas psicologicamente, depois tem que aceitar essas regras (Entrevista realizada com o dirigente F – CESP, em 18 de Maio de 2011).

24 - Então são várias, inúmeros setores, falando de CONTRACS que a gente tem

muita demanda né. O comércio com o trabalho aos domingos. A categoria que mais trabalha nesse processo. Pesquisa do próprio Dieese informam de 56 horas da jornada semanal. Os comerciários, tem precarização, tem contrato temporário. (Entrevista realizada com o dirigente D – CONTRACS, em 20 de Setembro de 2011).

25 - Nós ainda estamos longe de chegar naquilo que nós precisamos ter. Que nós, que o setor de comércio ainda é um setor precarizado. Que tem trabalhador que ganha um salário mínimo. Você tem doméstica que ainda não tem registro de carteira e que não tem fundo de garantia. Nós temos o trabalho ao domingo, que não conseguimos ainda combater. Na luta ao combate, mas nós não conseguimos ainda. Esse é um contexto que precisamos acabar com a precarização. Reduzir, que é uma proposta nossa, da redução da terceirização. Estes são os conceitos negativos, que ainda com toda a melhora de condição salarial dos trabalhadores. Ainda precisamos reduzir a terceirização, precisamos acabar com o trabalho aos domingos e precisamos reduzir a precarização que existe no Brasil (Entrevista realizada com o dirigente A – CONTRACS, em 17 de Maio de 2010).

Percebemos que os discursos de CESP e CONTRACS se assemelham ao analisar os vínculos empregatícios. Abordam esses vínculos, vindos com o processo de flexibilização laboral, como práticas que acabam gerando uma maior precariedade laboral. Através dos relatos acima (22 ao 25) identificamos como, tanto em Portugal, como no Brasil, tais vínculos flexíveis causam um aumento da precariedade laboral, principalmente o contrato temporário. Os dirigentes do CESP e CONTRACS partilham da ideia de que tais contratos, sobretudo o contrato temporário, acabam aumentando a precariedade laboral. Isso se deve a alguns fatores, que os próprios relatos revelam: a) aumenta a precariedade pelo fato do próprio contrato já ser precário, pois coloca, como no caso do contrato temporário, um data para o trabalhador ficar desempregado, sem nenhum benefício, pois está à margem dos direitos laborais; b) quando o trabalhador é empregado com esses tipos de contrato, ele acaba se submetendo a condições laborais mais precárias. Como podemos perceber, são os trabalhadores de contratos flexíveis que têm um ritmo de trabalho mais intenso, onde não é respeitada a carga horária (trecho 24), onde horas extras não são pagas, pelo simples fato de tais vínculos estarem ao arrepio da legislação laboral, seja de Portugal ou do Brasil.

Diante de tais aspectos, CESP e CONTRACS se colocam terminantemente contrários a tais tipos de vínculos. No material analisado, identificamos que os sindicatos mantêm um discurso e práticas extremamente contrários a tais contratos. Além das entrevistas realizadas apontarem para tal afirmação, os espaços de comunicação dos respectivos sindicatos têm um amplo conjunto de material que explica o motivo desses vínculos flexíveis serem precários. Os materiais visam desde a explicação ao trabalhador sobre a precariedade que esses tipos de vínculo possuem, até a denúncia das empresas que utilizam tais contratos. Essa denúncia

vai desde a utilização dos espaços de comunicação para divulgar tais fatos, até atos públicos de denúncia de tais práticas.

Sendo assim, os dirigentes de CESP e CONTRACS chegam à conclusão que para a precarização do trabalho ser combatida e reduzida é necessário também combater a prática de tais vínculos empregatícios. Pois para os sindicatos a precariedade laboral se inicia no tipo de vínculo que o trabalhador tem com sua empresa.

### **5.1.7 - Juventude e precarização.**

O mercado de trabalho global passou durante os últimos anos por um grave abalo, devido à crise financeira de 2007 até os dias atuais. Os níveis de desemprego em várias áreas do mundo aumentaram, como acompanhamos em capítulos anteriores. Com isso, uma parcela específica da população sofreu com o aumento em larga escala do desemprego: a juventude. Em Portugal o desemprego entre os jovens até 25 anos está em alarmantes 35,4% (Eurostat, 2014). No Brasil esse número entre os jovens de até 29 anos chega nos 18,4% (OIT, 2014). Números esses bem acima do que a média de desemprego geral desses países, como acompanhamos no capítulo 2. Diante disso CESP e CONTRACS tem uma percepção de que a juventude dos seus respectivos países passa por uma crise laboral temerária. Para acompanharmos tais posições iremos representá-las pelos seguintes trechos:

26 - Nos preocupa grandemente a precariedade, não só dos mais jovens, como consta nessa introdução, mas a nível geral. (...) A precariedade nos jovens causa muita instabilidade de trabalho, baixos salários, chamados recibos verdes. Ou entram em callcenter a meia noite e saem às 8 da manhã. Pra estudarem às vezes durante o dia e quando chegam ao terceiro ano das suas faculdades, perdem suas faculdades psíquicas e essenciais pra continuar os seus estudos (Entrevista realizada com o dirigente F – CESP, em 18 de Maio de 2011).

27 - São aqueles que acabam de entrar na carreira. Não há, nós não podemos dizer que são os licenciados ou são os que não tem informação. São todos aqueles que estão a entrar na carreira. Sinto que o grande problema do desemprego jovem é uma realidade do nosso país. Uma realidade cada vez maior. E começa a vir muitos licenciados que vem trabalhar para o setor, não pra área na qual estão licenciados, mas pra trabalhar pra outras áreas quaisquer com muito menor formação exigida. E que mesmo assim vai em situação de completa precariedade. São aqueles que estão em início de carreira (Entrevista realizada com o dirigente G – CESP, em 21 de Julho de 2011).

28 - Diante de um cenário onde a taxa de desemprego juvenil é crescente e a previsão, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), é de que em

2019, 12,8% dos jovens estejam desempregados. O relatório divulgado recentemente pela entidade prevê que mais de 73 milhões de jovens estarão desempregados em 2013, o que representa um aumento de 3,5 milhões em relação a 2007. No Brasil, os índices atingem 18%, taxa maior que a média da América Latina e Caribe, que é de 14%. (Retirado do site da CONTRACS: <http://www.contracs.org.br/destaques/178/contracs-realiza-reuniao-do-coletivo-de-juventude>).

29 - Em perspectiva está a busca do trabalho decente que é imprescindível no mundo do trabalho e que muito afeta os jovens trabalhadores; principalmente aqueles que buscam o primeiro emprego e/ou tentam conciliar os estudos com o trabalho. Dados recentes confirmam os entraves que enfrentam os jovens para permanecer no emprego com a precarização no trabalho e baixos salários, principalmente no ramo do comércio e serviços onde a rotatividade é alta...” (Retirado do site da CONTRACS: <http://www.contracs.org.br/ponto-de-vista/artigos/34/juventude-em-luta-por-mais-direitos>).

Todos os indícios que coletamos apontam para uma grave crise laboral que atinge os jovens em Portugal e no Brasil. E CESP e CONTRACS não estão alheios a isso. Nos seus respectivos espaços de atuação, os sindicatos abordam a temática e levantam a questão da crise e precariedade laboral pela qual a juventude está passando no mercado de trabalho. Diante do exposto nos relatos acima (26 ao 29) observamos como os dirigentes dos sindicatos têm consciência desta situação e como encaram que essa parcela da sociedade é uma das mais precárias do mercado de trabalho.

Ao analisarmos os dados e os relatos podemos compreender que a juventude é uma das parcelas da sociedade que mais preocupa, no que diz respeito a sua condição no mercado laboral, tanto em Portugal, como no Brasil. Ao analisar os materiais, existem alguns aspectos que temos que abordar sobre a condição precária da juventude no ambiente laboral: a) A condição precária da juventude já se inicia ao observarmos os altos índices de desemprego. Além da crise financeira que reduziu o número de empregos, de forma geral, a falta de experiência e formação profissional são condições que acabam por levar a uma aumento do desemprego na juventude, para números muito além do desemprego geral. Isso se torna uma situação precária na medida que, diante de uma elevada taxa de desemprego, os jovens acabam buscando e aceitando contratos e condições laborais precárias, como foi exposto nos trechos 26 e 29; b) Um outro fator se deve ao ponto de que sem experiência profissional e sem qualificação acadêmica adequada, muitos jovens acabam também procurando empregos fora da sua área de formação, como demonstra o relato 27. Com isso, na busca do ingresso no mercado de trabalho, os jovens, como foi falado anteriormente, acabam adentrando por empregos precarizados; c) Outro aspecto a ser levado em consideração é que, no momento que aceitam contratos precários, o próprio dia a dia laboral é precarizado. Os jovens, como

relatado no trecho 26, ao ingressarem em empregos precários, são colocados numa lógica laboral, onde a junção entre vida profissional, vida pessoal e formação acadêmica pode ser tornar difícil de ser concretizada. Como foi relatado, muitas vezes os jovens são expostos a uma carga e intensidade de trabalho elevadas, fazendo com que estes trabalhadores, com o passar de tempo, e sem a evolução laboral, acabem por sofrer desgastes físicos e psicológicos, que podem fazer com que estes jovens percam a perspectiva de crescimento profissional e laboral.

Diante desse quadro de precarização que abala sobremaneira a juventude de Portugal e do Brasil, CESP e CONTRACS buscam criar formas para atender tal demanda. Como veremos no ponto referente aos instrumentos de intervenção dos sindicatos, ainda neste capítulo, perceberemos que CESP e CONTRACS possuem uma atenção especial de suas políticas de intervenção para atender essa discrepância, que é a condição precária da juventude no mercado de trabalho contemporâneo.

#### **5.1.8 - A saúde do trabalhador e a precarização laboral.**

Ao analisarmos o material coletado, outro assunto que foi colocado em pauta, durante as entrevistas, tanto pelos dirigentes do CESP, como pelos dirigentes da CONTRACS foi a questão da saúde do trabalhador nesse contexto de precariedade do trabalho no setor de serviços.

Com as transformações do mundo do trabalho, e com a implementação da flexibilização laboral, os trabalhadores foram levados para um contexto onde a estabilidade do emprego foi colocado em cheque. Diante disso, o trabalhador, principalmente os precarizados, são colocados em situações, que para não correrem o risco de ficarem desempregados, acabam aceitando. Situações essas que vão desde o aumento do ritmo de trabalho, passando pelo não respeito aos horários de descanso e de labor, chegando às condições insalubres para a realização das funções profissionais (Rosso, 2008). Diante de tais situação, que atentam contra a saúde do trabalhador, observaremos agora os seguintes relatos:

30 - As pessoas cada vez mais têm problemas psicológicos e começam, desatam a

chorar, desintegram-se quase quando falam conosco quando já tem um problema. Mas muitas vezes as pessoas corre pros trabalhos com vínculos precários, quando fixa no local às vezes, não é porque seja regime local. É porque tem uma necessidade de fixação, porque sei lá teve um filho ou casou, ou comprou casa, tenta se fixar ali. Depois como o vínculo é precário, aceita regras, aceita imposições (Entrevista realizada com o dirigente F – CESP, em 18 de Maio de 2011).

31 - Precisam investir muito em dar informação aos trabalhadores, em relação a segurança. Porque ainda hoje é constatado muito acidentes. Muitos acidentes nos locais de trabalho e a gente entende que talvez numa parceria. Mas a gente precisa tanto da classe empresarial como dos sindicatos dos trabalhadores. Tá elaborando alguma coisa mais específica em relação a saúde do trabalhador. Tendo em vista que nós temos uma diretora aqui no sindicato que ela dá assistência aos trabalhadores acidentados, afastados, em estabilidade de pré-aposentadoria. Então assim ela tem uma demanda também muito grande que conhece bem essa realidade, porque tá assim, diretamente nessa relação de dia a dia dentro do sindicato. (Entrevista realizada com o dirigente C – CONTRACS, em 18 de Maio de 2010).

Observando o material coletado, identificamos que CESP e CONTRACS partem dos mesmos princípios e análises quando se referem à questão da saúde do trabalhador, nesse contexto de precarização. Os sindicatos partem de dois aspetos distintos para identificar como essa precarização do trabalho contemporânea afeta a saúde do trabalhador do setor de serviços: 1º) Os problemas físicos e psicológicos que podem surgir nos trabalhadores, devido às condições de trabalho precárias. No relato 30, observamos como a condição de trabalho precária pode afetar o trabalhador do setor de serviços. Com vínculos e realidades laborais precárias, os funcionários acabam sendo submetidos a práticas, que com o passar do tempo, podem gerar problemas de saúde. O ritmo de trabalho intenso, o não respeito às horas de descanso, o não cumprimento do horário legal de trabalho, e condições insalubres para a realização das funções, são algumas realidades as quais os trabalhadores de Portugal e do Brasil estão submetidos. Com o passar do tempo, essas realidades podem levar os trabalhadores a desenvolverem problemas de saúde, tanto físicos, como psicológicos; 2º) Este segundo aspecto se refere ao assunto abordado no fragmento 31. Além dos trabalhadores serem colocados em situações precárias de trabalho, que podem fazer com que apareçam problemas de saúde a curto, médio e longo prazo, esses trabalhadores ainda correm o risco de sofrerem acidentes de trabalho na realização de suas funções.

Identificamos, assim, uma atenção do CESP e da CONTRACS com relação à saúde do trabalhador do setor de serviços, diante desse contexto de precarização laboral. Essa análise feita pelos sindicatos, visa observar desde os possíveis problemas de saúde, que esses trabalhadores possam ter ao longo da sua vida profissional, até a preocupação com os



acidentes de trabalho que acontecem no dia a dia do trabalhador. Lembrando que ambos os sindicatos também realizam cobranças constantes das empresas, para que as normas de segurança do trabalho sejam cumpridas. Assim como realizam também denúncias quando determinada empresa descumpra as normas de segurança e coloca os trabalhadores em uma situação de risco.

### **5.1.9 - O sentimento de insegurança e o medo do trabalhador.**

Esse é um tema que aparece transversalmente em diversos pontos ao longo desse capítulo. Porém achamos interessante trazer a temática para um ponto específico, para observarmos como CESP e CONTRACS observam essa questão subjetiva do trabalhador, com relação à insegurança que este sente no mercado de trabalho atual. Analisaremos brevemente alguns relatos dos sindicatos sobre esta insegurança e medo do trabalhador do setor de serviços, com relação a manutenção do seu emprego, numa realidade laboral precária:

32 - A pessoa está a trabalhar, sente que se ela reivindicar algo vão fazer de tudo pra que ela se despeça. Isso é uma outra forma precária que não tá formalizada, de precarização que não tá formalizada, mas que é uma realidade. [...] Essas pessoas passam por assédio moral, com olhares, constantemente a dizer que o trabalho tá mal, começa a lhe dar tarefas menor vivência não é, de menor nível, começam a lhe dar tarefas básicas que não são delas, a pessoa quase que atrofia mentalmente (Entrevista realizada com o dirigente F – CESP, em 18 de Maio de 2011).

33 - Começa a notar que estes medos se impõe nas pessoas por questões sociais, psíquico. Não estais bem aqui, faz com a pessoa esteja constantemente presa a algo precário. Mas acha que é normal, do mal menos. Pelo menos vou ter um trabalho. As pessoas tem uma forma de pensar, um pouco, como vou a dizer, às vezes limitada. As pessoas começam a pensar “apesar das condições serem más, as condições são más”, as pessoas começam a pensar “há quem esteja pior”. E nesse quem esteja pior, faz com elas aceitem isso com mais naturalidade. Faz com que quem pratica, quem impõe a precariedade sintam que no fundo estão a fazer um favor (Entrevista realizada com o dirigente F – CESP, em 18 de Maio de 2011).

34 - O assédio moral que é muito, muito assédio moral no setor de comércio, no setor de serviço, na própria doméstica. Na doméstica é muito mais difícil de organizar (Entrevista realizada com o dirigente B – CONTRACS, em 04 de Maio de 2010).

Os fragmentos acima (32 ao 34), nos revelam como o trabalhador do setor de serviços está cercado por um ambiente laboral precário, inseguro e instável. Diante dos relatos das lideranças sindicais do CESP e da CONTRACS, notamos como o clima de insegurança e

medo sobre a manutenção do emprego pode assolar os trabalhadores. Essa insegurança pode surgir a partir da tentativa de reivindicar algum direito, gerando assim um ambiente de perseguição por parte do empregador, ou simplesmente pode surgir do medo de perder o emprego num contexto de crise econômica como passa Portugal por exemplo (Silva, 2012).

Pelos relatos acima, podemos notar que o assédio no ambiente laboral está presente tanto em Portugal como no Brasil. Os dirigentes sindicais têm consciência disso e ligam esse fenómeno as condições precárias pelas quais esses trabalhadores passam. Afirmam que existe uma ligação direta entre essa insegurança e medo do trabalhador em perder o emprego, com o quadro de precariedade laboral contemporâneo. Pois, segundo os dirigentes sindicais, nesse contexto de empregos precários, os trabalhadores preferem passar por essas condições de incertezas, inseguranças e perseguições, do que passar novamente pela fila do desemprego. Com isso mais uma vez identificamos as transformações subjetivas pelas quais os trabalhadores passaram, com esse processo de reestruturação produtiva. Transformações estas que fazem os trabalhadores se adaptarem à lógica do mercado, não contestando a precariedade em que estão inseridos. Preferindo assim se “acostumarem” com tais condições precárias, para não correrem o risco de serem despedidos (Silva, 2012).

#### **5.1.10 - A crise financeira e a precarização do trabalho.**

Entre 2007 e os dias atuais, como já foi debatido anteriormente, estamos acompanhado uma crise do sistema capitalista. Essa crise financeira afetou e ainda afeta diversas partes do globo, gerando entre outras coisas, uma grave crise no mercado de trabalho. Esta crise, como vimos, provocou um aumento drástico do desemprego no globo e Portugal foi afetado vigorosamente. Como vimos, as taxas de desemprego aumentam consideravelmente em Portugal até os dias atuais. Com relação ao Brasil tal crise não teve o efeito, pelo menos por enquanto, que teve em Portugal. Não se teve um aumento violento do desemprego como no caso português. Diante disso, iremos observar como essa crise vem afetando o mercado de trabalho, na visão dos dirigentes sindicais do CESP e da CONTRACS. Para isso, acompanharemos os seguintes relatos:

35 - As gasolinhas ou empresas de petróleo, não temos que aumentar a gasolina

porque o petróleo aumentou. Ou seja o que for, diversas outras. Temos que diminuir o número de trabalhadores porque o nível, não é que tenha prejuízo, porque o nível do lucro baixou. Mas imaginemos como era bom. Muito bom e elas tinham um milhão virou três, mas quando voltaram ao 1,1 (um milhão virgula um), tão é a perder. Supostamente né, porque ainda continuam a ganhar muito. Então tentam importar do estrangeiro desculpas pra uma crise que é no fundo estrutural. Em que as empresas deveriam estar adaptadas aos mercados não é. Agora possivelmente existem empresas que nunca teriam essa possibilidade, mais pequenas. Aquela média e grande empresa, que ao grosso fala tanto da crise que está mal, continua a ter lucros e agora aproveitam esta suposta crise para impor fatores negativos. Acredito que elas tenham, mas elas tem a obrigação de saber lidar com eles, de estar preparados para isso mas elas não querem esse objetivo e o próprio estado. Por exemplo a Brisa, a Brisa e tantas outras mais, ter lucros, uns bons lucros na comunicação social. No entanto anuncia o despedimento de trabalhadores. Então é o fator estrutural, se não é, desculpa se não é da crise. É da reestruturação, se não é da reestruturação é inventar alguma coisa para impor um maior lucro econômico (Entrevista realizada com o dirigente F – CESP, em 18 de Maio de 2011).

36 - Contribui com esta perspectiva. A verdadeira generalidade que existe crise, todos os padrões se aproveitam da situação. Quer estejam em situação de crise ou não aproveitam para despedir, já as empresas dizem 'não é que nós estamos mal, mas para prevenir para não ficarmos mal, vamos despedir já' e isto é um problema muito grande, há um aproveitamento de crise (Entrevista realizada com o dirigente G – CESP, em 21 de Julho de 2011).

37 - É um impacto realmente de uma estratégia de mercado e não necessariamente da crise, pelo menos eu visualizo dessa forma. [...] O reflexo maior que a gente sentiu aqui no processo da crise foi a oportunidade de que os empregadores encontraram de justificando a crise trabalhar com demissões. Então nesse sentido ela precarizou porque ela eliminou postos de trabalhos no nosso setor. [...] E se teve um impacto sim no processo da produção, no processo de demissão de trabalhadores, isso não tenha dúvida que ela impactou. (Entrevista realizada com o dirigente D – CONTRACS, em 20 de Setembro de 2011)

É interessante observarmos que mesmo com contextos diferentes, os discursos de CESP e CONTRACS se assemelham ao abordarem o tema da crise financeira. Mesmo Portugal passando por uma grave crise de emprego, diferentemente do Brasil (se comparado com Portugal), as análises das lideranças sindicais dos respectivos sindicatos são semelhantes. Ao analisarmos os trechos acima (35 ao 37) percebemos que CESP e CONTRACS não consideram a crise como uma mera crise financeira. Na verdade, enquadram-na como uma crise estrutural do capitalismo. Porém, não concordam que apenas por causa desta crise o mercado de trabalho se torne precário. O que encontramos nos discursos de CESP e CONTRACS sobre a relação entre precarização do trabalho e a recente crise é o facto de muitas empresas utilizarem a crise para flexibilizarem e precarizarem ainda mais os mercados de trabalho português e brasileiro.

Os entrevistados relataram que a crise foi na verdade utilizada para que as empresas, dos seus respectivos países, tentassem pressionar os seus governos, para que ocorressem alterações nas legislações laborais visando uma maior precariedade. Outra prática também

utilizada pelas empresas, segundo os dirigentes, é o de aproveitar o tema crise para, além de aprofundar a precarização das relações laborais, criar um ambiente de demissões, utilizando a crise como pano de fundo.

## 5.2 - FRAGMENTAÇÃO E SUA RELAÇÃO COM A PRECARIIDADE

Como debatemos em capítulos anteriores, o processo de reestruturação capitalista, implementado nas últimas décadas, trouxe consigo profundas transformações no mundo do trabalho. Entre elas encontramos um maior aumento da precarização laboral, a flexibilização produtiva e uma aceleração da fragmentação da classe trabalhadora. Fragmentação esta que podemos encontrar nos mais variados âmbitos do dia a dia da classe trabalhadora. Encontramos esse processo de fragmentação desde o discurso subjetivo de individualismo produzido pela sociedade de consumo, até em questões mais objetivas que se passam nos ambientes laborais dos trabalhadores.

Consideramos que o tema fragmentação é transversal às outras temáticas trazidas nesse capítulo. Sendo assim esse ponto foi criado com o intuito de, brevemente, observarmos as visões do CESP e da CONTRACS sobre o tema, designadamente: a maneira pela qual a fragmentação contribui ou não para o aumento da precariedade laboral; e quais, segundo os sindicatos, as formas de combater esse processo. Vejamos os seguintes relatos de entrevistas:

1 - Esta é uma das grandes ofensivas dos patrões e até mesmo do capital. Foi uma aposta a longo prazo e que agora começa a render aos patrões de uma forma muito ampla (Entrevista realizada com o dirigente E – CESP, em 09 de Junho de 2011).

2 - O fato das pessoas hoje serem muito individualistas não é proveniente de uma vontade social. É proveniente de um estado. De uma doença causada na sociedade por um determinado conjunto de fatores que são bem conhecidos e são bem agressivos. Antigamente, uma pessoa nascia, vivia e morria em segurança, em família. E as vezes passava-se um bocado de fome, mas hoje em dia há pessoas que não sabem como será o seu final, a própria questão da insegurança está no estado (Entrevista realizada com o dirigente F – CESP, em 18 de Maio de 2011).

3 - Então pra mim, ela vem os dois contrapontos. Um que ela vem com o objetivo específico de dividir trabalhadores, forçando de uma certa forma que os trabalhadores se organizem em mais instituições, em mais entidades. Em contrapartida deixando eles frágeis no processo de organização e de reivindicação dos seus direitos no processo negocial. E por outro lado, o processo quando ele vem por fora, mesmo estando unificado, ele deixa o movimento sindical amarrado pra algumas questões. Então pra mim é uma via de mão dupla. É uma questão dos dois lados que vem esse processo aí (Entrevista realizada com o dirigente D –

CONTRACS, em 20 de Setembro de 2011).

4 - A própria condição de trabalho ela tá fragmentada. Mesmo que no processo organizativo esteja todo mundo junto, tem a dificuldade, por conta da fragmentação, de fazer o processo organizativo. E acaba sem dúvida nenhuma fragilizando o processo da luta pelos direitos (Entrevista realizada com o dirigente D – CONTRACS, em 20 de Setembro de 2011).

Ao observarmos os materiais coletados, representados pelos relatos acima (1 ao 4), podemos observar que os discursos de CESP e CONTRACS se assemelham quanto ao entendimento sobre fragmentação da classe trabalhadora. Para os dois sindicatos, o processo de fragmentação é implementado pelo sistema capitalista e empresas, com o intuito de fragilizar a classe trabalhadora, para que com isso possam implementar políticas laborais que visem uma maior flexibilização e precariedade.

A partir dos relatos podemos compreender que os discursos de CESP e CONTRACS apontam para uma fragmentação em diversos setores da vida do trabalhador. Primeiramente na vida pessoal, onde o trabalhador sofre influência da lógica individualista pregada pela sociedade contemporânea. Fazendo assim, com que o trabalhador passe a desenvolver em si conceitos de valorização do individual em detrimento do coletivo. Em segundo lugar, a fragmentação também age no ambiente laboral. Nesse ambiente laboral, a fragmentação possui duas características distintas: a) a subjetiva, fazendo com que o trabalhador veja o outro trabalhador não como um companheiro de trabalho, mas como um concorrente a ser vencido, para a obtenção de melhores condições de trabalho; b) e a objetiva, onde, principalmente no setor de serviços, temos trabalhadores de uma mesma empresa, que muitas vezes não se conhecem, pois trabalham em lugares diferentes. Tal medida ajuda a fazer com que esse trabalhador, aos poucos vá perdendo a noção de coletivo.

Um terceiro setor em que a fragmentação influencia a vida do trabalhador é o sindical. Nesse setor inclusive, CESP e CONTRACS observam que na medida em que o lado individual do trabalhador é estimulado em detrimento do coletivo, este trabalhador passa a não enxergar no sindicato uma opção de organização para a obtenção de melhores condições laborais. Sendo assim, com essa perda de representatividade dos sindicatos, passa a se tornar difícil a organização de trabalhadores extremamente fragmentados.

Diante desse entendimento sobre fragmentação apresentado por CESP e CONTRACS, analisaremos agora como os sindicatos observam essa fragmentação no dia a dia do trabalhador e como esta pode influenciar numa maior precariedade laboral. Vamos então observar os seguintes relatos:

5 –Se for falar com vários jovens, com 20 anos, eles não tem conhecimento mais nada daquilo que é, aquela é a realidade deles.É o vínculo precário.Os serem forçados a passar trabalho precário.A trabalho precário ou rotatividade de empregos de trabalho precário.Porque normalmente é assim.A precariedade termina também no desemprego, porque terminou o contrato vai pro desemprego. Vai a procura de outro contrato.Terminou o contrato e vai pro desemprego.E vivem, podem chegar a viver anos neste círculo vicioso.E não tendo conhecimento de outra realidade, dificilmente conseguem combater.Portanto ajuda muito quando temos colegas de trabalho, no nosso local de trabalho que tem um vínculo que é diferente do nosso, que é efetivo.Nos podem ajudar e mostrar que aquele é o caminho a fazer.Até porque os trabalhadores precários e que vivem neste tipo de precariedade tem alguma dificuldade, que é de criar relações pessoais (Entrevista realizada com o dirigente E - CESP, em 09 de Junho de 2011).

6 - São setores com extrema rotatividade.Você vai visitar um trabalhador hoje e amanhã ele já não tá mais.É uma rotatividade muito grande.São trabalhadores que na sua maioria não tem uma elevação de escolaridade muito alta (Entrevista realizada com o dirigente D – CONTRACS, em 20 de Setembro de 2011).

7 - Uma categoria que era toda coesa, que tinha todos esses setores em um único sindicato passou a ter 5 sindicatos e fragmentou.Fragmentando você fica mais frágil pro processo de negociação.Não conseguindo negociar você fragmenta também o direito dos trabalhadores.Acaba ocorrendo a flexibilização, precarização nos locais de trabalho.Então esse é um fator (Entrevista realizada com o dirigente D – CONTRACS, em 20 de Setembro de 2011).

Nos trechos anteriores (5 ao 7) os discursos de CESP e CONTRACS culminam num denominador comum: a fragmentação ajuda o desenvolvimento de relações laborais precárias. A entrevista do trecho 5 revela como um jovem, no mercado de trabalho português, pode passar anos sem um vínculo laboral estável, passando de emprego para emprego, e pelo desemprego também. A fragmentação, diante deste caso, contribui para que este trabalhador não se sinta parte de um coletivo, que sofre com as relações precárias de trabalho. Esse trabalhador, segundo o dirigente, pode passar anos sem essa noção de coletivo devido ao vínculo laboral precário e fragmentado.

Outro aspecto abordado pelo relato 7 é a perda de poder de negociação vinda com a fragmentação da classe trabalhadora. O dirigente entrevistado relatou que o processo de fragmentação da classe trabalhadora, juntamente com o processo de flexibilização produtiva e terceirização, contribuíram para uma maior precariedade laboral e para a perda de poder de negociação dos sindicatos para com as empresas. E no momento em que os trabalhadores perdem força no processo de negociação, a tendência é serem implementadas relações laborais ainda mais precárias por parte das empresas.

Sendo assim, qual seria o papel dos sindicatos diante desse processo de fragmentação da classe trabalhadora? O que poderia ser feito pelo CESP e CONTRACS para tentar estancar essa fragmentação e combater a precariedade laboral, que ganhou espaço para

crescer nesse ambiente fragmentado? Para compreendermos esses desafios de CESP e CONTRACS observaremos os seguintes relatos:

8 - A precariedade tem esse grande objetivo que é o dividir pra reinar. Porque uma das grandes armas que o movimento sindical tem pra combater a precariedade é de dar solidariedade aos trabalhadores. É isso que nós tentamos fomentar muito também (Entrevista realizada com o dirigente E – CESP, em 09 de Junho de 2011).

9 - O papel do movimento sindical é o oposto. É ganhar os trabalhadores para o inverso. É preciso unir esses trabalhadores todos, porque se conseguirmos defender os que estão no desemprego e os que estão em precariedade vamos defender o direito de todos. Porque as empresas terão como deixar de atacar os direitos, porque deixam de ter ali um grupo de trabalhadores disponíveis (Entrevista realizada com o dirigente G – CESP, em 21 de Julho de 2011).

10 - É muito diferente você ter uma concepção de organizar uma planta, uma empresa que tem 4, ou 5 mil trabalhadores, onde as pessoas têm a estabilidade de emprego. Ao contrário de você organizar e pensar ações estratégicas pra uma categoria extremamente fragmentada, que tem um ou dois trabalhadores às vezes no local do trabalho, ou então em outras, às vezes um pouquinho mais, mais de 20. Mas não concentra em uma única empresa um mil trabalhadores, por exemplo (Entrevista realizada com o dirigente D – CONTRACS, em 20 de Setembro de 2011).

11 - Então se a gente for olhar, os setores que a CONTRACS engloba eles são setores extremamente difíceis de organizar. Pela fragmentação, pela realidade, né? Pela dificuldade de mobilização. Porque são categorias que na sua grande maioria não tem uma qualificação específica para aquela questão (Entrevista realizada com o dirigente D – CONTRACS, em 20 de Setembro de 2011).

Ao analisar o material coletado, percebemos que CESP e CONTRACS partem do mesmo princípio para combater o processo de fragmentação: organizar os trabalhadores e mostrar a importância do movimento sindical para que coletivamente os trabalhadores lutem, conquistem mais direitos e combatam a precariedade laboral. Sabemos que a frase acima é curta, porém a tarefa é gigantesca para CESP e CONTRACS. Através dos relatos 8 e 9 acompanhamos a intenção dos sindicatos em combater a fragmentação com uma maior organização sindical dos trabalhadores, não somente dos empregados, mas dos desempregados também. Para que assim se desenvolva uma maior solidariedade coletiva para combater este contexto de precariedade laboral.

Contudo, como citámos, não será um caminho fácil para CESP e CONTRACS. E as dificuldades desse caminho também são abordadas pelos sindicatos nos relatos 10 e 11. CESP e CONTRACS contam com uma base de trabalhadores extremamente fragmentada e precária. É uma realidade na qual a mobilização dessa base é difícil de concretizar, uma vez que são trabalhadores inseridos em um contexto de grande rotatividade. Onde trabalhadores que eram representados por uma categoria, rapidamente podem, ou perder o emprego, ou

passar para outra categoria de trabalhadores, representada por outro sindicato.

Diante desse quadro, CESP e CONTRACS têm como grande desafio representar uma categoria de trabalhador fragmentada, precarizada e de difícil mobilização. Para transpor esses desafios e conseguir traçar políticas e ações que visem uma maior participação dos trabalhadores no ambiente sindical, e um maior combate às práticas laborais precárias, se faz necessário um conjunto de instrumentos e práticas de intervenção. São esses instrumentos e práticas de intervenção desenvolvidos pelo CESP e pela CONTRACS que iremos analisar a partir de agora.

### 5.3 - ESTRUTURAS DE REDE

Após o que foi exposto nos pontos anteriores, temos um quadro de como a precarização do trabalho vem crescendo no setor de serviços e a fragmentação da classe trabalhadora tem avançado nas últimas décadas. Nesse momento abordaremos um tema que está diretamente ligado ao modo como o movimento sindical está tentando se organizar e combater esse quadro de precarização e fragmentação. Vamos analisar como CESP e CONTRACS organizam e avaliam suas respectivas estruturas de rede. Iremos debater como esses sindicatos pensam sua organização, como as avaliam e quais medidas tomam para fortalecê-las.

Esse ponto sobre estrutura de rede está diretamente relacionado com o nosso próximo ponto a ser debatido que é sobre os “instrumentos e práticas de intervenção”. Estão ligados pelo fato de que não dá para organizar um dissociado do outro. Perceberemos nesse ponto como a forma do CESP e da CONTRACS se organizarem em rede está diretamente ligado às suas convicções sobre quais instrumentos e práticas de intervenção devem adotar para que, da melhor forma, possam mobilizar sua base sindicalizada e estendê-la.

Dessa forma, organizaremos nossa análise partindo do discurso sobre o entendimento do CESP e da CONTRACS sobre suas estruturas de rede. Observaremos como tais estruturas estão organizadas. Iremos expor quais são os pontos positivos e o que poderia ser melhorado, segundo os sindicatos, sobre tais estruturas. E por fim analisaremos quais as práticas que os sindicatos em questão estão utilizando para fortalecer essa estrutura de rede. Para tal análise,



mais uma vez, iremos expô-la a partir de relatos das entrevistas que coletamos, pois acreditamos que representam da melhor forma o discurso das entidades sindicais analisadas. Sendo assim, podemos iniciar nossa análise a partir dos seguintes relatos:

1 - Nós temos uma comissão executiva nacional onde estão representadas todas as regiões. Reunimos regularmente e fazemos esta articulação através desta comissão executiva. A comissão executiva vai normalmente aos coordenadores, desde as coordenações regionais, fazer esse ponto de ligação..." (Entrevista com o dirigente E – CESP, em 09 de Junho de 2011).

2 - Nós funcionamos assim: nós somos um sindicato nacional, mas as nossas direções regionais têm autonomia nas mais diversas matérias. São elas que tratam localmente os seus sócios, o acompanhamento a seus sócios. São elas que definem o seu plano de trabalho para o acompanhamento aos seus locais de trabalho prioritário, nós temos, digamos assim, muita autonomia [...]. Reunimos, reunimos mensalmente a comissão executiva do CESP, que tem no mínimo um representante de cada direção regional, tem também o representante de 4 empresas que são para nós estratégicas (Entrevista com o dirigente G – CESP, em 21 de Julho de 2011).

3 - Na direção nacional, todos nós, todos os membros das direções regionais somos membros da direção nacional. Depois a direção, a executiva da direção nacional que é um representante de cada região e há um bom funcionamento. Funciona bem (Entrevista com o dirigente H – CESP, em 25 de Maio de 2011).

4 - Nossa representação hoje com torno de mais de 200 sindicatos filiados, mais as federações gira em torno de aproximadamente 2 milhões de trabalhadores. Nós temos muito pra avançar. Temos muitos locais em que trabalhadores não estão representados. Não se decidiram ainda pela filiação por uma central ou confederação. Muitas vezes tem uma relação mais com a federação que é do estado. Então tem esse processo todo de que a gente precisa avançar. Nós temos interesse. Nós temos intenção em trabalhar com os grandes grupos, então tem algumas áreas que destacamos um pouco mais de atuação (Entrevista com o dirigente D – CONTRACS, em 20 de Setembro de 2011).

5 - Então um pouco nesse processo, junto às federações e aos sindicatos e temos muito claro também os processos de papéis. O que é papel da confederação, o que é papel da federação, e o que é papel do sindicato. Mesmo nesse processo da rede, também de trabalhadores das multinacionais ou de outros processos. A gente deixa muito claro qual é o papel de cada um (Entrevista com o dirigente D – CONTRACS, em 20 de Setembro de 2011).

Tanto o CESP quanto a CONTRACS são estruturas nacionais, verticalizadas, onde existem suas respectivas direções nacionais. Dentro dessas estruturas nacionais encontramos as representações regionais. No caso de Portugal, essa divisão regional se dá pela organização dos sindicatos nas maiores cidades portuguesas. No caso da CONTRACS esta organização se dá pelos estados brasileiros, onde são constituídas as estruturas estaduais da CONTRACS. Os dois sindicatos em questão possuem, como já dissemos, sua estrutura nacional e a partir dessa estrutura nacional organizam-se nas suas respectivas regiões. Porém, nosso intuito nessa parte da tese não é a de centrarmos nossa atenção em como o CESP e a CONTRACS se organizam oficialmente, em direções nacional e regionais. Nossa

intenção aqui é perceber como esta estrutura de rede está sendo pensada pelos sindicatos para atender as demandas dos seus filiados, designadamente no que diz respeito à precarização laboral no setor de serviços. Atentaremos aqui na forma com que os sindicatos em questão estão se organizando para chegar mais perto dos trabalhadores que representam. Dessa maneira, sairemos aqui do debate sobre a organização oficial desses sindicatos, para nos atermos mais na forma como CESP e CONTRACS pensam e agem para atender da melhor forma seus sindicalizados. Logicamente que os debates sobre as estruturas nacionais e regionais será utilizado aqui, mas com uma perspectiva de observar como os sindicatos buscam se organizar, no contexto atual, para se aproximarem de sua base.

Diante disso, percebemos que nos trechos acima (1, 2, 3, 4 e 5) os entrevistados nos deram uma visão de como seus respectivos sindicatos estão organizados e de como realizam esse diálogo entre as estruturas sindicais. É necessário aqui, antes de nos aprofundarmos na análise dos discursos acima, salientarmos que temos que levar em consideração as diferenças geográficas entre Portugal e Brasil. As dimensões geográficas desses países acabam por influenciar também tipos de organização diferentes entre o CESP e a CONTRACS. No CESP, percebemos, a partir dos relatos (1, 2 e 3), o reforço da importância e atuação da estrutura nacional do sindicato. Os entrevistados fazem questão de salientar que a direção nacional está diretamente ligada às estruturas regionais do sindicato. Na grande maioria dos dirigentes entrevistados do CESP esta ligação entre direção nacional e as estruturas regionais do CESP foi citada. Nos seus discursos fazem questão de reforçar que a direção nacional, em vários momentos, está diretamente ligada com as regionais, e que existem constantes reuniões sempre com a participação das regionais e de representantes de trabalhadores de determinadas empresas (trecho 3). Este discurso representa aquilo que encontramos nos materiais analisados, onde observamos a importância que a direção nacional dá à relação com as estruturas regionais do CESP. Embora seja uma organização oficialmente verticalizada, existe a tentativa de fazer com que sempre exista a maior participação das regionais nos momentos de decisão do CESP. O relato 2 nos chama a atenção, com relação a tentativa de autonomia que é dada pela direção do CESP para com as suas regionais. Ao analisarmos o material coletado percebemos que muitas vezes a direção nacional serve como um dinamizador de pautas criadas a partir de suas estruturas regionais. Notamos uma direção nacional muito próxima de suas regionais, tanto para repassar para estas pautas nacionais, seja do CESP ou da CONTRACS, assim como para estar próxima para ajudar a desenvolver

políticas e ações a partir de demandas locais. Além da própria disposição da direção nacional em buscar uma horizontalização dessa relação, notamos também que a realidade geográfica de Portugal contribui para esta relação entre estrutura nacional e regional serem tão próximas, pois em poucas horas de viagem é possível reunir a direção nacional com a maioria das suas regionais. Porém, é lógico que acreditamos que a disposição da direção nessa perspectiva de horizontalização tem um peso maior do que o aspecto geográfico.

O aspecto geográfico tem um peso maior quando vamos analisar a CONTRACS. Ao observarmos os relatos (4 e 5), notamos uma separação maior entre as estruturas nacionais, estaduais e os sindicatos locais. Diferentemente do CESP, a CONTRACS adota uma postura discursiva de respeito a verticalidade da estrutura da entidade. No relato 3 isso é bem claro ao ser exposto o respeito ao papel de cada um na escala estrutural da CONTRACS. A necessidade de se respeitar a estrutura nacional, as estruturas estaduais e a local. O respeito a essa estrutura não vale apenas para as estruturas citadas anteriormente, vale também para a organização dos trabalhadores nas empresas. Ao analisarmos o material coletado, ficou bem explícito para nós os motivos que leva a CONTRACS a adotar esse estrutura mais verticalizada: a) O tamanho do Brasil, que acaba refletindo também no tamanho da própria CONTRACS. Temos um sindicato que tem que se organizar em um país com dimensões continentais. Isso faz com que existam várias estruturas estaduais e centenas de sindicatos locais, que atendem milhões de trabalhadores; b) Diante dessa geografia fica também difícil a direção nacional estar tão presente no dia a dia das estruturas regionais, se pegarmos o modelo adotado pelo CESP como exemplo. Porém, vale salientar que hoje em dia existem meios de comunicação que possibilitam reuniões virtuais, independente das condições geográficas; c) Outro fator que leva com que a CONTRACS tenha esse perfil mais verticalizado, com relação ao CESP, se dá pela disputa interna que existe na CONTRACS. Mesmo sendo controlada pelo Partido dos Trabalhadores (PT), existem várias correntes políticas, do próprio PT, que disputam a direção da CONTRACS. Dessa maneira, a direção nacional da CONTRACS, que é dirigida por uma corrente hegemônica do PT, tende também a manter essa relação organizacional da CONTRACS com um caráter mais vertical. Esses são os motivos que, na nossa visão, levam a CONTRACS a tomar como organização uma estrutura mais vertical.

Diante do exposto nos parágrafos anteriores, iremos agora abordar a análise que os dirigentes do CEPS e da CONTRACS fazem desse tipo de estrutura adotada por seus

respectivos sindicatos. Observaremos os pontos considerados positivos e o que poderia ser melhorado nessas estruturas de rede, segundo os dirigentes sindicais. Para avaliar os pontos positivos utilizaremos os seguintes trechos:

6 - Pra uma máquina deste tamanho funcionar tem que ter uma coordenação muito afinada. É preciso haver muita discussão, é preciso haver muita troca de informação até porque uma coisa que começa a acontecer numa região do país acaba a se espalhar imagina, um problema qualquer numa empresa, basta sabermos que começa a acontecer aqui onde está a nossa estrutura sindical do país e mais fácil. Nós podemos estancar o problema, portanto um dos grandes pontos positivos é esta articulação que tem que fazer (Entrevista com o dirigente E – CESP, em 09 de Junho de 2011).

7 - O nosso ponto forte é sem dúvida a nossa capacidade de podermos responder a problemas nacionais de forma nacional organizada (Entrevista com o dirigente G – CESP, em 21 de Julho de 2011).

8 - Penso que pra já, quer dizer também não tenho experiência de muitos anos, até penso que estar a funcionar bem. E que assim, que consegue passar a mensagem de baixo pra cima e de cima pra baixo. E há um bom inter-relacionamento entre o nacional e o local (Entrevista com o dirigente H – CESP, em 25 de Maio de 2011).

9 - Nos últimos dois anos ela tem tido uma atuação no Brasil. Não só no Brasil, como fora também. Com uma representação consolidada. Ela vem consolidando uma política de representação forte organizativa, com crescimento. Representando a diversidade, não só de comércio. Representando asseio e conservação, assessoria e pesquisa, domésticas, hotelaria. Então ela tem uma diversidade de representação que criou um contexto de crescimento. De crescimento também de números de filiados, que representa 2 milhões de trabalhadores no Brasil, então assim, a gente é o crescimento a cada passo. Hoje nós estamos fundando mais sindicatos. Estão vindo mais sindicatos filiados. A cada dia você vê mais sindicatos vindo. Então ela teve um contexto de crescimento e de representação política (Entrevista com o dirigente A – CONTRACS, em 17 de Maio de 2010).

10 - Volto a te falar, em relação a dois dirigente que nos temos aqui, a X que tá na secretaria da juventude e o Y que tá lá na CONTRACS. Então assim o que se pega lá, o que se absorve lá, é trazido pra cá (Entrevista com o dirigente C – CONTRACS, em 18 de Maio de 2010).

11 - A CONTRACS se verbaliza muito nas políticas da CUT nacional, nós temos nossos congressos, tiramos nossas resoluções, a partir da nossa realidade. Mas a maior parte das políticas vem acompanhadas e juntas com a CUT (Entrevista com o dirigente D – CONTRACS, em 20 de Setembro de 2011).

Ao observarmos os relatos acima (6, 7, 8, 9, 10, e 11), percebemos que a interpretação dos aspectos positivos de suas estruturas de rede, por parte dos dirigentes do CESP e da CONTRACS, vão em sentidos contrários. No CESP percebemos uma avaliação positiva partindo da organização local, em direção a uma organização nacional. Na CONTRACS, notamos uma avaliação positiva que parte da estrutura nacional para a local.

No relato 6 podemos confirmar como o discurso do CESP, com relação à estrutura de rede parte da valorização da organização regional do CESP. Segundo o dirigente do sindicato o equilíbrio do CESP, enquanto um sindicato nacional, passa por organizar o sindicato

localmente. Outro fator que deve ser levado em consideração nesse ponto é a possibilidade do CESP atender demandas locais relativas ao ataque a direitos laborais, ou condições de trabalho precárias, com uma velocidade maior, quando se tem uma estrutura local bem organizada e em constante contato com a direção nacional do sindicato. Esse fator de responder rapidamente às demandas exigidas pela dinâmica social de precarização laboral, também foi abordado pelo entrevistado do relato 7, que considera esse fator como sendo o ponto forte da estrutura de rede do CESP. Essa opção da direção nacional do CESP em buscar uma maior horizontalidade com suas estruturas regionais também foi lembrada no trecho 8, onde percebemos que essa horizontalização é interpretada como uma forma de construir políticas e ações sindicais a partir da base sindicalizada. De acordo com o material coletado compreendemos que tais atitudes de horizontalização visam uma maior participação da sua base sindicalizada no dia a dia do sindicato, assim como uma busca por uma maior democratização das tomadas de decisões políticas e da construção de ações que requerem uma maior mobilização da sua base.

Na CONTRACS encontramos outro ponto de vista com relação ao que se considera positivo na estrutura de rede desse sindicato. Ao analisarmos o material coletado, aquilo que nos passou, como sendo o fator mais positivo nessa estrutura de rede, foi o fortalecimento da direção nacional, através de sua estrutura verticalizada, como o principal dinamizador das políticas e ações da CONTRACS. O crescimento da CONTRACS, baseado nessa estrutura vertical, é visto como um dos pontos positivos dessa estrutura de rede implementada pela direção nacional. O trecho 9 representa bem essa visão sobre esse aspecto positivo. É notório no material analisado da CONTRACS a importância dada no crescimento quantitativo de sua estrutura nacional. Temos que lembrar aqui que essa visão sobre a valorização do crescimento quantitativo da CONTRACS se deve também à disputa existente entre as principais centrais sindicais do Brasil (CUT e Força Sindical). Era perceptível, nos debates que acompanhámos, a preocupação dos dirigentes sindicais com o crescimento da CONTRACS no cenário nacional. Essa disputa entre as centrais descritas acima é trazida também para as estruturas sindicais de base. Sendo assim, esse crescimento da estrutura da CONTRACS, partindo da sua estrutura vertical, é vista como positiva pela direção do sindicato. Essa ênfase da importância dada às estruturas nacionais é trazida também no relato 10. Nesse trecho percebemos um aspecto que encontramos no material analisado, que se refere ao sentido em que as políticas e ações são construídas pela CONTRACS. As políticas

e ações são construídas a partir da estrutura nacional, para as estruturas estaduais para então chegar nas estruturas locais. O relato 10 esclarece que são os dirigentes nacionais que levam as políticas a serem adotadas pelas estruturas estaduais e locais. Isso nos revela que as políticas e ações da CONTRACS são pensadas pela direção nacional e repassadas para a base, assumindo assim uma caminho inverso ao que vimos no CESP. O trecho 11 deixa evidente essa dinâmica de estrutura de rede realizada pela CONTRACS. Esse relato inclusive nos mostra como as próprias políticas e ações realizadas pela CONTRACS são muitas vezes construídas pela CUT.

Depois de observarmos os aspectos positivos das estruturas de rede dos sindicatos em questão, segundo seus respectivos dirigentes, analisaremos aquilo que estes dirigentes acreditam que pode ser melhorado nessas estruturas. Para isso utilizaremos os seguintes trechos:

12 - É claro que se pode sempre melhorar e quanto mais nós fortalecemos a nossa estrutura sindical de base, quanto mais nós conseguimos colocar nossos delegados sindicais nos locais de trabalho mais impacto nós conseguimos ter. Isto é uma coisa que sempre temos isto na cabeça (Entrevista com o dirigente E – CESP, em 09 de Junho de 2011).

13 - Há muita coisa que pode ser melhorada, que nós estamos a dar passo, mas que podemos dar mais passos que é, acima de tudo, na nossa organização nos locais de trabalho. Na responsabilização dos nossos delegados sindicais pelo seu plano de trabalho, pelo seu objetivo, na organização sindical. Ali estamos a dar passos com resultados muito positivos, e aí podemos melhorar sem dúvida (Entrevista com o dirigente G – CESP, em 21 de Julho de 2011).

14 - Onde podemos melhorar? É a nível dos locais de trabalho. Responsabilizando cada vez mais os delegados sindicais. Transformando-os em dirigentes do local de trabalho. Em dirigentes sindical do local de trabalho. São eles os responsáveis por tudo que ali acontece de relacionamento entre o sindicato e o trabalhador (Entrevista com o dirigente G – CESP, em 21 de Julho de 2011).

15 - Eu acho que a gente precisa melhorar, por exemplo, a organização por local de trabalho. Que ainda não tem muito essa parte muito concreta. Então organização no local de trabalho (Entrevista com o dirigente A – CONTRACS, em 17 de Maio de 2010).

16 - Quando você vem pro movimento sindical com uma liberação, o que ocorre é que há um distanciamento da realidade do local de trabalho. Você faz e você conseguiu a experiência. Daquele momento em que você viveu, daquele momento em que você está, mas é como dirigente nacional tem que trabalhar o macro. Por exemplo, eu sou comerciária, mas eu tenho que me apropriar das condições da doméstica, do setor de hotelaria e turismo, do setor de conservação e limpeza e mesmo eu me apropriando não é a mesma coisa que eu estar vivenciando, por mais que eu me dedique, por mais que eu tenha carinho, por mais que eu queira contribuir. Eu não tô sentindo na minha pele o que aquele trabalhador tá, então muitas vezes eu não posso falar por ele, então é importante essa organização no local de trabalho, pra que ele traga o que ele quer que a gente faça (Entrevista com o dirigente D – CONTRACS, em 20 de Setembro de 2011).

17 - Uma das demandas que a gente acha que é fundamental e que não tá tendo esse retorno e não tá tendo essa prioridade é a formação. A formação é específica política, é orgânica, organizativa. Na minha avaliação a gente tá aquém. Nós precisamos melhorar nesse processo, apesar da gente tá fazendo seminários. Mas precisa num processo de formação mais específico, mais forte (Entrevista com o dirigente D – CONTRACS, em 20 de Setembro de 2011).

Como podemos constatar, não é fácil para um dirigente sindical assumir que algo, na sua gestão do sindicato, não está indo bem. Durante a maioria das entrevistas percebemos que os entrevistados tentavam se esquivar dessa pergunta, ou tratá-la de forma superficial. Diante daquilo que acompanhamos durante as entrevistas, os principais aspectos que poderiam ser melhorados, na visão dos dirigentes do CESP e da CONTRACS, com relação às suas estruturas de rede são abordados nos trechos acima (12, 13, 14, 15, 16 e 17).

Com relação ao CESP consideramos que o ponto que seus dirigentes consideram que poderia ser ainda melhor é o crescimento do CESP nos locais de trabalho. Nos três relatos do CESP acima (12, 13 e 14) a questão de fortalecer o sindicato no local de trabalho é abordada. Partindo do pensamento do CESP, em tornar essa estrutura de rede cada vez mais horizontal, seus dirigentes apontaram como sendo de grande importância o fortalecimento do sindicato nos locais de trabalho, através do que eles chamam de “delegados sindicais”.

Durante as entrevistas com os dirigentes do CESP ficou claro que esta dificuldade em fortalecer os delegados sindicais, abordada no parágrafo anterior, dá-se no momento em que essa estrutura de rede sai da esfera e instâncias oficiais do sindicato e parte para o diálogo direto com os trabalhadores. É nessa instância que percebemos um dos principais problemas do sindicalismo contemporâneo como um todo: o problema da representatividade, já debatido anteriormente nessa tese. Como já vimos, nas últimas décadas o movimento sindical passou por um contexto político, social e econômico que acabou por abalar também o movimento sindical. A identificação entre os trabalhadores e sindicato foi abalada com essas transformações, causando assim um momento de refluxo do movimento sindical nas últimas décadas. Encontramos várias explicações para essa crise, que vão desde fatores externos, como a globalização hegemônica e o combate do sistema capitalista às formas de organização da classe trabalhadora. Até fatores internos que apontam para a falta de uma reestruturação do próprio movimento sindical para atender as novas demandas da classe trabalhadora nos dias atuais (Antunes, 2004; Santana & Ramalho, 2003; Tumolo, 2002; Kloosterboer, 2008; Costa, 2011).

De acordo com os relatos dos dirigentes do CESP, o que precisa ser melhorado nessa

estrutura de rede é justamente o fortalecimento da aproximação do sindicato com os trabalhadores no sentido de fazer com que esse trabalhador não apenas se filie, mas que se identifique com o sindicato e participe do seu dia a dia. O intuito principal é fazer com que esses trabalhadores, além de se filiarem, se tornem delegados sindicais e futuramente dirigentes do CESP. Sendo assim, podemos notar a preocupação do CESP em trabalhar a sua base sindicalizada, com a intenção não apenas de crescer numericamente, mas de se fortalecer qualitativamente, com a formação e surgimento de novos dirigentes a partir dessa base.

Como podemos perceber essa crise de representatividade do movimento sindical, não é uma exclusividade de Portugal. Como relatamos, grande parte do movimento sindical foi impactado pelas mudanças ocorridas no mundo do trabalho. A CONTRACS não fugiu a essa realidade. Ao analisarmos os relatos (15, 16 e 17), identificamos que o principal aspecto a ser melhorado na estrutura de rede, segundo os dirigentes da CONTRACS, é a relação das instâncias oficiais do sindicato com a organização dos trabalhadores no local de trabalho. Acreditamos que no caso da CONTRACS, esse distanciamento entre a estrutura de rede do sindicato e suas organizações nos locais de trabalho é maior do que no caso do CESP. No momento em que a CONTRACS opta por priorizar uma estrutura de rede mais verticalizada, acaba por se ocorrer esse distanciamento entre direção e base, principalmente numa estrutura sindical do tamanho da CONTRACS. Podemos perceber esse distanciamento entre direção e base no relato 16, onde o entrevistado acaba por expor que a própria estrutura sindical acaba afastando os dirigentes nacionais da base do sindicato. Dessa forma, essa organização sindical no local de trabalho passa a ser encarada como o principal problema dessa estrutura de rede da CONTRACS, como observamos no trecho 15. Na medida em que não se tem um fortalecimento com a base, bem como a existência de uma estrutura verticalizada é comum também surgirem problemas relativos a formação de novas lideranças sindicais. No relato 17 percebemos como a formação da CONTRACS é vista como um problema a ser resolvido. Devido ao distanciamento da direção nacional da base sindicalizada, é comum que a direção sinta dificuldades com relação aos processos de formação sindical, uma vez que a base observa de longe as estruturas sindicais, sem o sentimento de pertencimento a este sindicato.

Diante destes problemas analisados iremos agora observar como CESP e CONTRACS estão pensando ações e práticas que visem a melhoria dessa estrutura de rede apresentada, visto que, segundo os próprios dirigentes, existem problemas que precisam ser corrigidos.



Para isso partiremos dos seguintes relatos para iniciarmos nossa análise:

18 - Mas onde temos organização sindical, onde temos trabalhadores e estrutura sindical nos locais de trabalho, conseguimos ter um controle muito maior naquilo que são a entrada dos trabalhadores e até a sua rotatividade dentro do local de trabalho. E a nossa estrutura tem conseguido com que suas reivindicações, façam com que seus trabalhadores permaneçam nos seus locais de trabalho. Para além destes contratos eternos (Entrevista com o dirigente E – CESP, em 09 de Junho de 2011).

19 - Nós como sindicato, trabalhamos muito em estarmos coordenados, em estarmos sintonizados em que existam objetivos mas que sejam discutidos por todos. Então nós regionalmente estamos organizados, regionalmente, discutimos nossos objetivos e nossa ação a nível nacional que depois passa por um plano nacional em que os coordenadores de diferentes regiões (...). Ou seja, nós dirigentes recolhemos os trabalhadores, fazemos entre nós um relato da situação e tentamos, pois, nos organizar e passamos isso depois uma organização nacional que também se reúne e funcionamos a quase que fosse um círculo de pessoas interligadas. Não é uma estrutura vertical, é uma estrutura em que o trabalho que é feito na base reflete no nosso trabalho de dirigente o tempo inteiro, que por sua vez vai se refletir naturalmente em quem, pois, leva o resultado do nosso trabalho para a coordenação de dirigente nacional (Entrevista com o dirigente F – CESP, em 18 de Maio de 2011).

20 - Num plano nacional estamos, obviamente, em sintonia com a própria CGTP e no plano regional com as uniões sindicais que são o reflexo da CGTP nos vários distritos e participamos em todos eles. Emitimos opinião, transmitimos opinião e estamos em sintonia normalmente (Entrevista com o dirigente G – CESP, em 21 de Julho de 2011).

21 - Nós temos uma organização por secretaria. Nós temos a secretaria da mulher, nós temos a secretaria de questão racial, nós temos a secretaria de gênero. Então assim hoje a CONTRACS também defende 50% em tudo, dentro das composições. Hoje é 30%, é 30% mas nós defendemos 50% em todos os setores, e, mas assim... As mulheres são muito organizadas dentro da CONTRACS. Não só dentro da CONTRACS, mas dentro da CUT como um todo. Dentro das suas secretarias, tanto é que hoje no Brasil nós trabalhamos isso nos partidos de esquerda. E também no movimento sindical que calha de ter mulheres em várias frentes, por exemplo, no nosso sindicato aqui a presidente é uma mulher. Nós somos 70% hoje, as mulheres são 70% (Entrevista com o dirigente B – CONTRACS, em 04 de Maio de 2010).

22 - Eu vejo assim, eu acho que uma das organizações que nós estamos hoje trabalhando é a organização por local de trabalho também. Que é organizar os trabalhadores dentro dos seus locais de trabalho e através dos comitês (Entrevista com o dirigente B – CONTRACS, em 04 de Maio de 2010).

23 - Tem assim “N” questões extremamente importantes com relação a juventude. Política de organização e a política sindical que trabalham muito próximo. Que é no sentido de criar nossos sindicatos, de criar filiação. Trabalhar com os sindicatos porque tem campanhas de sindicalização permanente. Porque só com o sindicato com o trabalhador participando é que você tem um retorno maior. E tem algumas coisas que a gente insiste porque, não basta só sindicalizar, você tem que formar esse trabalhador também. Você tem que capacitar ele pra que ele entenda, se não você faz um trabalho todo de sindicalização e de convencimento e na primeira informação contrária que venha, o trabalhador já está fora. Ele não tem a compreensão dessa disputa da relação capital-trabalho. Então ele não pode ter dúvida nenhuma. É um trabalho extremamente necessário, nessas duas linhas que o trabalho direto com a base, na parte da sindicalização e da

proximidade do diálogo e o processo formativo (Entrevista com o dirigente D - CONTRACS, em 20 de Setembro de 2011).

24 - Então esse processo aqui de construção. Claro que você não consegue atender todo mundo, mas nós buscamos priorizar. Isso nos garante uma capilaridade nas regiões e os nossos contatos fortes são, sem dúvida nenhuma, nossos diretores nas regiões (Entrevista com o dirigente D – CONTRACS, em 20 de Setembro de 2011).

Diante dos problemas apresentados, é normal que o CESP e a CONTRACS apresentem como solução uma maior aproximação com a sua base. Nos vários relatos acima, observamos como os sindicatos tentam construir, através de várias ferramentas, um fortalecimento da estrutura sindical com os trabalhadores no local de trabalho. No trecho 18 percebemos como, com a organização sindical fortalecida no local de trabalho, o combate à precarização do trabalho se torna mais eficiente. Ou seja, como através da organização sindical local se pode combater práticas laborais precárias, tornando um pauta local em uma pauta nacional.

O relato 19 esclarece como o CESP busca uma maior horizontalidade de sua estrutura, para que assim possa aproximar cada vez mais as demandas e pautas locais das bandeiras nacionais. Nessa entrevista, o dirigente nos relatou como as pautas são construídas desde a base, até ser apoiada pela direção nacional. E como através de horizontalização da estrutura de rede do CESP, se busca uma construção mais democrática das políticas a serem levadas pelo sindicato. Isso faz com que, além de se criar uma maior ligação entre o local e o nacional, se desenvolva também um sentimento maior de pertencimento e identidade dos trabalhadores de base com o sindicato e sua direção nacional. Dessa forma, através dessa estrutura de rede mais horizontal, o CESP busca uma maior participação dos trabalhadores no seu dia a dia, para que com isso, além de aumentarem seus números de filiados, consigam também formar quadros e futuros dirigentes.

Porém, a busca pelo CESP de uma estrutura de rede mais fortalecida a partir da base não faz necessariamente que esse sindicato enfraqueça suas estruturas nacionais. Através do relato 20, podemos compreender que mesmo com o discurso de valorização da base, a partir de uma estrutura de rede mais horizontal, não necessariamente quer dizer um abandono, ou enfraquecimento dessa estrutura de rede no âmbito nacional. O trabalho em sintonia com a CGTP está presente no discurso do CESP, mesmo quando o assunto é referente a uma estrutura de rede mais horizontal. Isso nos passa a noção de como o CESP constrói essa estrutura mais horizontalizada sem perder de vista o debate e contextualização deste num

parâmetro nacional.

Com relação à CONTRACS podemos observar que, assim como o CESP, esta busca um maior fortalecimento das relações entre as estruturas do sindicato com os trabalhadores nos locais de trabalho. Porém, antes de entrarmos nesse mérito, temos que salientar aqui algo que encontramos nas práticas que buscam dinamizar as estruturas de rede da CONTRACS (trecho 21) . O debate de gênero está bem presente nas estruturas sindicais da CONTRACS (algo que não encontramos no CESP). A direção nacional busca, através das cotas de gênero, garantir uma maior participação da mulher nos espaços de direção e de tomada de decisões das estruturas da CONTRACS. Entendemos como positiva tal medida, no instante que requer que as estruturas sindicais que durante a maioria de sua história foi controlada por homens abram espaço para a participação da mulher, não apenas como base que vota numa direção composta por homens, mas como integrantes de uma direção nacional, regional, ou local. Tal política acaba por garantir um alargamento do debate sindical, que mesmo sendo realizado numa estrutura verticalizada, passa a ter obrigação de buscar e formar mais lideranças sindicais para atender tal política de gênero.

Nos demais trechos (22, 23 e 24) percebemos que mesmo mantendo uma estrutura de rede verticalizada, a CONTRACS busca uma maior relação com os trabalhadores nos locais de trabalho. Para tal fim, a CONTRACS se utiliza da construção de secretarias, para diminuir as distâncias entre as estruturas, e para criar no trabalhador uma identidade para além da sindical. Uma identidade a partir de demandas emergidas com os novos movimentos sociais da contemporaneidade, como juventude, etnia, gênero e ambiental (Touraine, 1998). Sendo assim, a CONTRACS constrói secretárias para dinamizar tais demandas e fazer com que o trabalhador possa se identificar com outras dinâmicas além da sindical. Encaramos isso como uma estratégia para atrair os trabalhadores para o ambiente sindical. Com isso a CONTRACS além de buscar aumentar sua base de sindicatos e sindicalizados, busca também um maior fortalecimento sindical nos locais de trabalho, para que deste forma possam surgir, além de um crescimento quantitativo do sindicato, um crescimento qualitativo a partir da formação desses trabalhadores. Pois é a partir desses trabalhadores de várias regiões do Brasil que pode se dar uma maior dinamização nas estruturas de rede da CONTRACS, uma vez que se espera que esses trabalhadores se tornem futuras lideranças sindicais.

O aprofundamento do debate sobre essas estratégias e práticas de intervenção do CESP

e da CONTRACS faremos a partir do próximo ponto.

#### 5.4 - INSTRUMENTOS E PRÁTICAS DE INTERVENÇÃO.

Após observarmos os discursos e práticas do CESP e da CONTRACS, com relação às várias formas de precarização e fragmentação que afetam os trabalhadores do setor de serviços, bem como analisarmos as suas estruturas de rede para atenderem as demandas do contexto atual, iremos agora analisar os instrumentos de intervenção que são pensados pelos sindicatos, para atuar diante desse contexto de precariedade laboral. A partir de agora analisaremos quais são os instrumentos e práticas de intervenção que CESP e CONTRACS utilizam para atuar perante a precarização do trabalho. Para isso essa parte estará dividida entre os vários instrumentos de intervenção que encontramos na coleta de materiais das duas estruturas sindicais. A partir de cada ponto analisaremos as posições e ações dos sindicatos sobre o referido instrumento.

##### **5.4.1 - Mobilização de caráter nacional.**

Durante a análise do material ficou bem claro que tanto CESP, quanto CONTRACS, têm dois tipos de instrumentos de mobilização e de atuação bem distintos. Um de caráter nacional, onde busca uma atuação em conjunto com as suas respectivas centrais sindicais. E outro tipo de mobilização de caráter mais local, buscando uma maior atuação nos locais de trabalho, nos moldes que debatemos no ponto referente à estrutura de rede. Sendo assim, consideramos que para termos uma visualização mais específica sobre cada instrumento de mobilização foi importante fazermos essa separação. Mas é lógico, e vamos debater isso, que a mobilização nacional e a mobilização local acabam por se complementar. Para observarmos em que plano está esse instrumento nos respectivos sindicatos, iremos observar os seguintes relatos:

1 - Ações desenvolvidas no âmbito das uniões de sindicatos em que nós, os vários sindicatos em solidariedade, se juntam e se manifestam sempre no 1 de maio. No 25 de abril também. Mas não só, também congressos, por vezes dirigidos a determinada empresa do setor (Entrevista com o dirigente F – CESP, em 18 de

Maio de 2011).

2 - Todas as lutas que são marcadas pela CGTP e logicamente nós somos um sindicato filiado e participamos ativamente em todas as lutas (Entrevista com o dirigente E – CESP, em 09 de Junho de 2011).

3 - Uma greve de 24 de novembro, tivemos alguns resultados interessantes em sítios que ninguém imaginaria. Seria impensável, mas realmente a inteligência dos trabalhadores e o seu crer de dar algo melhor pra eles fez com que se tomasse aquela atitude de fazer greve. Ou de fazer outro esquema de protesto naquele dia (Entrevista com o dirigente F – CESP, em 18 de Maio de 2011).

4 - É a gente tem tido mobilizações, por exemplo, a gente saiu de uma greve de 15 mil trabalhadores em Brasília. Então assim mobilizar, esse é o nosso papel como CONTRACS e enquanto CUT (Entrevista com o dirigente A – CONTRACS, em 17 de Maio de 2010).

5 - Dentro do combate de terceirização, nós fazemos parte de um GT de terceirização da CUT. É nós já temos um projeto de lei de regulamentação da terceirização. Nós estamos com um projeto de regulamentação da categoria comerciária que tá dentro da nossa bandeira, e a luta pelo fim do trabalho ao domingo (Entrevista com o dirigente B – CONTRACS, em 04 de Maio de 2010).

Ao observarmos os trechos acima (1 ao 5), notamos que tanto CESP, quanto CONTRACS contam, como instrumento de intervenção, a mobilização nacional. Porém iremos perceber aqui, que a intensidade da utilização desse instrumento de intervenção é diferente nos dois sindicatos. Ao analisarmos o material sobre o CESP (representados nos relatos 1, 2 e 3), percebemos que a mobilização nacional é utilizada constantemente pelo sindicato. Como o próprio trecho 2 retrata, boa parte dessas mobilizações sociais de cunho nacional são organizadas pela CGTP e pelo CESP. Este, enquanto sindicato filiado e identificado com as pautas da sua central, participa da maioria dessas manifestações. Nos meios de comunicação do CESP (site e redes sociais), a informação sobre as mobilizações organizadas pelo CESP e pela CGTP tem grande destaque. Outro aspecto a ser levado em consideração nesse ponto é a participação do CESP na organização de mobilizações nacionais em conjunto com outros sindicatos, como retrata o trecho 1. E essa relação não fica apenas na mobilização, avança também na construção de seminários e congressos entre o CESP e outras instituições sindicais, para se debater e traçar ações que combatam a precarização laboral.

Esse tipo de mobilização realizada pelo CESP tem uma avaliação por parte do sindicato. Como o fragmento 3 revela, a partir dessas mobilizações é possível divulgar e ampliar o poder de mobilização do sindicato, para suas respectivas pautas. Como o próprio relato expõe, através dessas mobilizações é possível ampliar a pauta e fazê-la chegar a lugares e trabalhadores, que sem tal mobilização estes não teriam acesso a tal pauta. Sendo

assim essas mobilizações além de ganharem um papel de combate às relações precárias de trabalho, ainda conseguem disseminar a importância de se estar organizado em um sindicato.

No atual contexto português, de crise econômica, social e política, notamos que esse tipo de mobilização vem ganhando cada vez mais espaço, como instrumento de intervenção do CESP. Devido ao aumento da crise, as elevadas taxas de desemprego, e os ataques aos direitos laborais (como já debatemos em capítulos anteriores), no decorrer dos últimos anos foi notório o aumento das mobilizações sociais em Portugal. E na medida em que a crise aumenta, mais setores organizados da sociedade, para além do movimento sindical, vêm cada vez mais utilizando essas manifestações para protestar contra as políticas de autoridade elaboradas pela *troika* e implementadas pelo governo português. Diante disso, acompanhamos até o fechamento da escrita dessa tese, um aumento constante dessas mobilizações. E o CESP, pelo que pudemos averiguar está presente na maioria destas manifestações, sejam elas organizadas pela CGTP, ou não (Costa et al., 2014; Lima e Artiles, 2014).

Com relação à CONTRACS, notamos que esta também se utiliza da mobilização nacional para debater e combater a precarização laboral atual. O trecho 4 relata sobre uma greve ocorrida em Brasília, que mobilizou cerca de 15 mil trabalhadores. Isso demonstra um grau de mobilização social grande por parte da CONTRACS. Outro fator que temos que analisar é que, assim como o CESP, a CONTRACS, no que diz respeito à mobilização nacional, está muito ligada a agenda e pauta de mobilizações da sua central sindical, a CUT. Porém, como elencamos na página anterior, percebemos que a intensidade de mobilização social da CONTRACS não é tão elevada como a do CESP. Temos aqui que salientar que a greve a que se referiu o entrevistado do trecho 4 foi realizada em Brasília, quando o governador do Distrito Federal era de um partido de oposição ao governo federal, administrado pelo PT. No caso o governo de Brasília estava sob controle do Democratas (DEM). Isso é importante de ser abordado pelo fato de observarmos que a mobilização social, e muitas vezes as greves, construídas pela CUT e pelos seus sindicatos são, na sua maioria, realizadas em cidades, ou Estados de partidos de oposição ao governo federal. Nas cidades ou Estados controlados por partidos da base do governo federal, a mobilização da CUT e dos seus sindicatos vem diminuindo com o passar dos anos. Porém, iremos aprofundar essa relação entre a CONTRACS e o Estado brasileiro no ponto 5.6. Só abordamos este fato aqui para fazermos essa diferenciação, pois o que acompanhamos no

Brasil na última década é a diminuição da mobilização, em escala nacional, por parte da CUT e seus respectivos sindicatos, principalmente em questões que envolvem o governo federal, ou aliados políticos. Contudo, nos Estados e cidades que não possuem essa relação política com o governo federal. A CUT e seus sindicatos filiados continuam utilizando esses instrumento de intervenção, como foi no caso de Brasília acima citado, ou como é o caso do Estado de São Paulo que, no momento em que finalizamos este trabalho (setembro de 2014), é governado pelo Partido da Social Democracia Brasileiro (PSDB).

#### **5.4.2 - Mobilização de caráter local.**

Nesse ponto faremos muitas referências ao debate que realizamos quando abordamos o assunto sobre as estruturas de rede do CESP e da CONTRACS. Faremos isso pelo fato de que, quando abordamos sobre o que poderia ser melhorado na estrutura de rede dos respectivos sindicatos, ambos elencaram o fortalecimento do sindicato nos locais de trabalho como sendo peça chave para o bom desenvolvimento dessa estrutura de rede. Diante disso é necessário que abordemos esse ponto em separado do anterior (mobilização nacional), para observarmos se CESP e CONTRACS estão realmente utilizando a mobilização nos locais de trabalho como um instrumento de intervenção que conteste a lógica da precarização do trabalho. Para isso acompanharemos os seguintes trechos que representam aquilo que encontramos nos materiais analisados:

6 - Nós temos tido uma linha de ação nos centros comerciais, que é um dia fixo ou dois dias fixos por mês nós vamos lá. Isto permite-nos criar um laço, porque estes trabalhadores precisam criar laços de confiança. Tudo na vida deles é temporário não é? E quando aparece um sindicato a dizer 'pois quero te ajudar e quero ajudar a melhorar a sua vida', há sempre alguma dose de desconfiança (Entrevista com o dirigente E – CESP, em 09 de Junho de 2011).

7 - O contato direto com o trabalhador e ir as empresas, nesse caso no setor, em todos os setores né, tanto no de serviços como no do comércio. E irmos às misericórdias e esclarecer e tentar sindicalizar as pessoas, e as pessoas lutarem por seus direitos (Entrevista com o dirigente H – CESP, em 25 de Maio de 2011).

8 - Um grande impedimento que nós encontramos para agir é o próprio trabalhador e o próprio receio que o trabalhador tem de querer fazer vingar os seus direitos. E esta é a grande arma da precariedade e dos patrões no uso da precariedade: é ter o trabalhador na mão (Entrevista com o dirigente E – CESP, em 09 de Junho de 2011).

9 - Esse conceito nosso da organização, a CUT e nós defendemos muito a questão

da OLT: a Organização no Local de Trabalho. Um grande diferencial no nosso setor é justamente essa fragmentação e a dificuldade de você fazer uma OLT, porque você tem muito pouco trabalhador. E um dos instrumentos de OLT que nós desenvolvemos é a CIPA: a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes. Que você tem muitos sindicatos que ainda não aproveitam a efetividade e o poder que a CIPA pode ter dentro da empresa. Não só no fato de prevenir acidentes, mas na condição de organizar esses trabalhadores também (Entrevista com o dirigente D – CONTRACS, em 20 de Setembro de 2011).

10 - Tem se desenvolvido algumas atividades, algumas conversações com os trabalhadores para que se ouça as propostas que vem deles. Perguntamos: 'o que podemos fazer para melhorar aqui? o que podemos fazer pra melhorar ali?'. E assim a gente tá trabalhando. Tá elaborando, tá tentando elaborar um estudo pra que a gente tenha isso a nível maior (Entrevista com o dirigente C – CONTRACS, em 18 de Maio de 2010).

11 - O trabalho com a base é constante. Não é fácil, pois por exemplo em Brasília são 45 mil terceirizados e a gente trazer 15 mil pra uma greve é trabalho. Um trabalho de anos pra que esses trabalhadores se politizem, e dizer que eles tem direitos de não cruzar os braços, que não vão perder o emprego (Entrevista com o dirigente B – CONTRACS, em 04 de Maio de 2010).

Como relatamos anteriormente, tanto CESP como CONTRACS acreditam que para fortalecer suas respectivas estruturas de rede, se faz necessário a aproximação dos sindicatos com os trabalhadores em seus locais de trabalho. Diante disso os relatos acima representam aquilo que encontramos sobre os discursos de CESP e CONTRACS, com relação à temática em questão.

Sobre o CESP, podemos lembrar o que analisamos no ponto referente à estrutura de rede, quando observamos que a direção do CESP procurar trabalhar de forma horizontalizada com suas regionais e organizações nos locais de trabalho. Ao analisar os trechos acima (6 a 8) notamos que o CESP busca uma intensificação desse instrumento de intervenção. No relato 6, o dirigente do CESP nos explica que a direção do sindicato trabalha constantemente para criar e aprofundar essa relação com os trabalhadores nos locais de trabalho. Lembrando que tal postura tem como intuito se aproximar do trabalhador para que este possa ver no CESP uma instituição que lhe representa e luta por seus direitos, combatendo assim a já debatida crise de representatividade do movimento sindical. Com isso, o CESP busca tornar sua estrutura o mais horizontal possível, onde as pautas e demandas começam a ser criadas, em boa parte, a partir da base, dos trabalhadores nos seus locais de trabalho e regiões.

Mesmo não tendo uma proposta de horizontalização da sua estrutura como vimos anteriormente, a CONTRACS também busca uma maior proximidade e fortalecimento do sindicato com os trabalhadores nos seus locais de trabalho. Como o relato 9 ressalta, tal postura além de uma política da CONTRACS, também é uma prática da CUT. Através do



relato 10 percebemos como a CONTRACS procura também, a partir desses instrumento de intervenção construir, assim como no CESP, projetos e propostas a partir de sua base. Buscando assim uma maior autonomia das organizações locais de trabalhadores, fazendo com que estes trabalhadores passem a se sentirem responsáveis por parte da construção das políticas da CONTRACS.

Porém, a prática desse instrumento de intervenção não é de fácil aplicação. Nos próprios relatos acima, tanto do CESP quanto da CONTRACS, tais dificuldades são expostas e são semelhantes. Dificuldades essas que partem do problema de convencer os trabalhadores de que se se organizarem em sindicato é positivo para sua condição laboral. Problema que demonstra a crise de representatividade pela qual o movimento sindical vem passando nas últimas décadas. Ambos os sindicatos revelam o quanto é difícil conseguir convencer e fazer com que este trabalhador se sinta representado e integrado no seu sindicato. Esse problema também nos mostra como a precarização e a fragmentação da classe trabalhadora podem prejudicar o trabalho de mobilização dos sindicatos, uma vez que temos, principalmente no setor de serviços, trabalhadores com contratos temporários. Isso faz com que o trabalhador não tenha nenhum vínculo com o seu trabalho, muito menos com o sindicato, já que não possui garantia de que trabalhará no setor novamente. Outro aspecto é que o nível de precarização em alguns locais de trabalho é tão elevado que simplesmente o trabalhador fica com medo de se sindicalizar e futuramente sofrer algum tipo de perseguição, ou demissão (Costa, 2011; Silva, 2012)

Outro aspecto interessante de analisarmos aqui, que já abordamos anteriormente, é a relação existente entre a mobilização nacional e a mobilização local. O relato 11 esclarece tal relação de dependência. Pois possivelmente, se um sindicato não possui um trabalho de base feito com os trabalhadores nos seus locais de trabalho ou regiões, dificilmente determinado sindicato conseguirá mobilizar, satisfatoriamente, sua base para ações de grande porte. Dessa maneira para que mobilizações de maior porte ocorram, dentro de uma avaliação positiva, é necessário que o sindicato trabalhe e fortaleça suas relações com sua base mais localmente, regionalmente.

### 5.4.3 - Sindicalização.

Como relatamos no ponto anterior, o problema da hesitação do trabalhador em se sindicalizar acaba criando uma dificuldade para os sindicatos quando estes precisam mobilizar sua base. Sendo assim, um dos mais importantes instrumentos de intervenção que os sindicatos precisam se colocar em prática é o da sindicalização. É necessário, que os sindicatos pensem quais as melhores alternativas para fazer com que o trabalhador veja algo de positivo em se filiar a um sindicato. Para abordarmos tal temática, observaremos os seguintes fragmentos:

12 - Só sindicalizando os trabalhadores que estão nesta situação é que poderemos ajudar e podemos proteger. Normalmente muitos deles são despedidos ao fim de seis meses de trabalho e se não estiverem protegidos, a maior parte deles, acabam por aceitar como inevitável o despedimento. Já tem muito a ideia enraizada nos jovens trabalhadores que ninguém entra no mercado de trabalho se não for contratado a prazo, se não for contrato de trabalho precário, e essa não é a verdade porque, a precariedade no emprego é uma exceção, não pode ser uma regra. E como é uma exceção a lei tem que ser cumprida e não está sendo cumprida, e nós intervimos exatamente a partir daí, pela avaliação dos contratos a prazo, ganhando os trabalhadores para a sindicalização e acompanhando o seu próprio contrato (Entrevista com o dirigente G – CESP, em 21 de Julho de 2011).

13 - No comércio e retalho, nos centros comerciais, por exemplo, que são uma dimensão muito grande é para nós mais difícil, sendo que começamos aos poucos com a partilha de experiência que existe em umas direções em relação a uma direção com a outra. Conseguimos ter muito mais sindicalizados nos centros comerciais. Mas é sem dúvida, um local mais difícil porque é onde tem uma rotação maior de trabalhadores, os trabalhadores estão sempre a rodar, não há, chega a haver lojas que tem 80% dos seus trabalhadores em situação de precariedade e os trabalhadores rodam constantemente. É uma preocupação, aqueles que saem dão formação àqueles que vão substituir, é uma coisa completamente, um atropelo à lei que é impressionante e que, pois, não há capacidades dos órgãos de fiscalização para fazer cumprir o valor não é, e o próprio sindicato não chega a todo lado. Há sempre alguns que chegam a ser afastados mas sem dúvida o comércio e retalho na área dos centros comerciais é o mais afetado (Entrevista com o dirigente G – CESP, em 21 de Julho de 2011).

14 . Tem que contextualizar, tem que explicar onde ele se insere nesse processo pra que você tenha eles como parceiros, porque também é um público que é muito fácil de ser levado pro outro lado né? Tipo patrão vem e faz uma fala bonita e tal e tal, é muito prático eles cederem; a gente tem avançado, tem conseguido avançar na consciência crítica desses trabalhadores né? A partir de greves, de mobilizações, de muitas assembleias, que vem sendo feito. Então é um desafio constante e permanente (Entrevista com o dirigente D – CONTRACS, em 20 de Setembro de 2011).

15 - Dentro dessa perspectiva de combate à precarização a gente tem trabalhado o processo organizativo desses trabalhadores buscando trabalhar a sindicalização (Entrevista com o dirigente D – CONTRACS, em 20 de Setembro de 2011).

16 - Os funcionários do sindicato que estão sempre acompanhados do dirigente

sindical que está indo durante todos os dias, fazer a visita, fazer a filiação, mostrar a importância do sindicato em relação aos trabalhadores estarem filiados ao seu sindicato. Então assim, cresceu muito o número de sindicalização né, depois que a gente resolveu manter esse projeto aí, deu certo, nós vamos continuar, com o passar do tempo nós vamos ter que ir aperfeiçoando algumas coisas mas aí eu acho que a gente consegue resolver isso durante o tempo, ao longo do tempo que vai passando (Entrevista com o dirigente C – CONTRACS, em 18 de Maio de 2010).

Tanto para o CESP como para a CONTRACS a sindicalização é de fundamental importância para aumentar seu lastro de intervenção. Nos fragmentos acima percebemos como esse instrumento de intervenção é difícil de ser colocado em prática. Contudo, os sindicatos reconhecem a dificuldade de sindicalizar os trabalhadores hoje em dia, e constroem ações para que este instrumento de intervenção tenha um saldo positivo.

Os relatos acima (12 ao 16) nos mostram como a precarização do trabalho e a fragmentação da classe trabalhadora afetam a o processo de sindicalização do CESP e da CONTRACS. Como já debatemos anteriormente, em alguns casos o grau de precariedade chegou em níveis tão elevados que os trabalhadores preferem não se sindicalizar para não correrem o risco de perderem seus empregos. O fato de no setor de serviços a contratação temporária ser uma realidade, principalmente em Portugal, leva tal setor a ter trabalhadores “itinerantes”, que acabam por possuir vínculos empregatícios temporários, sem se identificarem, nem com o emprego e nem com o sindicato que os representa. Para combater tal problema, referente aos trabalhadores temporários, os sindicatos buscaram ações para chegar mais rapidamente a este trabalhador antes que mudem de emprego. Tanto CESP como CONTRACS tentam manter grupos de dirigentes responsáveis por passar, constantemente, em locais de trabalho com a intenção de conversar com os trabalhadores e sindicalizá-los antes que seus contratos acabem.

Outro aspecto a ser abordado nesse ponto é referente ao nível de convencimento que os sindicatos em questão têm que ter para trazer este trabalhador para as suas bases sindicais. O trecho 14 retrata bem esta questão. Estamos inseridos num contexto onde o debate anti-sindicato é propagado em diversas esferas. Desde os meios de comunicação de massa, passando por debates políticos, até chegar no ambiente de trabalho. Debates esses que estimulam a não filiação e a tratam como sendo um problema para o trabalhador no mercado de trabalho atual. É esse o discurso que CESP e CONTRACS têm que combater. Para isso é necessário convencer o trabalhador, como o relato 12 aborda, de que este quadro laboral em que ele está inserido, submetido a condições de trabalho precárias, não pode ser tratado como

uma realidade dada e inalterável. Segundo CESP e CONTRACS, é necessário passar para este trabalhador que uma das formas para combater as suas condições precárias de trabalho e vislumbrar uma melhor condição laboral é se sindicalizando. É a partir do debate de mudança da condição das realidades precárias dos trabalhadores, que partem os discursos de CESP e CONTRACS para convencer os trabalhadores a se sindicalizarem.

#### **5.4.4 - Formação sindical.**

Outro instrumento de intervenção que encontramos nos discursos e práticas do CESP e da CONTRACS é o da formação sindical. Lembrando que esta formação não quer dizer qualificação profissional. Ponto este que será debatido posteriormente. Esta formação sindical está voltada para a formação política de quadros sindicais e novas lideranças (Costa, 2005). Para que os sindicatos em análise consigam combater uma realidade de precariedade laboral, é imprescindível que os mesmos desenvolvem espaços de formação sindical. É através desses processos de formação que as estruturas de rede, debatidas anteriormente, tendem a crescer e se alastrar, na medida que se tem mais lideranças sindicais formadas e com capacidade de dinamizar o debate sobre precariedade laboral e a importância do movimento sindical nesse contexto. Para observarmos como CESP e CONTRACS dinamizam tal instrumento de intervenção, traremos os seguintes relatos:

17 - Nós fazemos muita formação sindical pra nossos delegados e dirigentes, técnicos sindicais Para trabalhadores não, não fazemos isso. Fazemos uma formação sindical interna pros nossos quadros, fazemos muita formação para advogados sindicais, que fazem formação que tão numa fase inicial pra os delegados sindicais que saem eleitos, legislação básica, funcionamento básico, orientações básicas (Entrevista com o dirigente E – CESP, em 09 de Junho de 2011).

18 - Temos a formação que existe a cada ano para delegados e para dirigentes, formação essa dirigida por temas, por exemplo, pode ser contratação coletiva um tema e combinam uma, duas, três fases, para aquela formação em que as pessoas vão à primeira formação, depois vão ao local de trabalho digerir e tentar conjugar aquilo que ouviram com sua experiência e prática e na necessidade dos seus colegas e trabalhadores. Que no fundo que é pra isso que nós temos. Depois trazem, vem uma experiência. Segunda fase onde é mais avançado e mexe mais com temas judiciais e mexe com diferentes formas de se encarar a legislação, os vários problemas que surgem. E depois também pra uma terceira fase mais dedicada pra organização (Entrevista com o dirigente F – CESP, em 18 de Maio de 2011).

19 - Assim, estamos um pouco tímidos na formação sindical, até, nós participamos

muito da formação da CUT hoje, nós temos as escolas sindicais espalhadas no Brasil. Então nós participamos juntamente; nós também temos as formações sindicais através de formativos. Precisamos avançar um pouco na questão da formação sindical dos trabalhadores (Entrevista com o dirigente A – CONTRACS, em 17 de Maio de 2010).

20 - Vamos ter um encontro aqui na CUT de capacitação com o DIEESE num projeto de decisões para a vida de capacitar trabalhadoras mulheres para as mesas de negociação. Pra que elas avancem no espaço do sindicato, contribuam e tenham mais inserção e que sejam mais valorizadas no meio sindical, também na vida. A luta pela creche, a luta pelo trabalho de equiparação de direitos, de igualdade, de oportunidades, se eu tô fazendo o mesmo serviço, trabalho igual, salário igual para trabalho igual; essa questão pela não discriminação por raça, próprio sexo, pela orientação sexual (Entrevista com o dirigente D – CONTRACS, em 20 de Setembro de 2011).

Podemos notar, ao lermos os fragmentos acima (17 a 20), que CESP e CONTRACS estão em momentos distintos, no que diz respeito à formação sindical. Temos que salientar que, através dos dados analisados, notamos que as duas estruturas sindicais consideram de extrema importância a formação sindical tanto dos seus dirigentes sindicais já constituídos, como também para a formação de novos dirigentes. Porém a fase de formação sindical do CESP está mais avançada do que a da CONTRACS.

A formação sindical do CESP já está constituída. Através dos materiais coletados, representados pelos relatos 17 e 18, constatamos que o CESP tem um curso de formação já estruturado, periódico e metodologicamente aplicado. Através dos relatos percebemos como o CESP valoriza esse instrumento, não apenas para formar antigos dirigentes, como novos e futuros quadros sindicais, o que é importante. Esse curso tem como intuito formar esses trabalhadores, para que estes retornem e façam o debate adquirido nos locais de trabalho e nas regiões de cada um. Isso demonstra a intenção do CESP de horizontalizar, cada vez mais, suas estruturas e democratizar os conhecimentos de dinâmica do movimento sindical, política, economia e sociedade com sua base sindicalizada. Para que desta maneira os trabalhadores em suas próprias regiões e locais de trabalho possam repassar esse conhecimento e fortalecer a estrutura de rede do CESP.

Quanto à CONTRACS, notamos pelos materiais analisados que o curso de formação do sindicato está atrelado aos cursos de formação da CUT. Inclusive participamos de um referente ao seminário de formação das trabalhadoras domésticas do estado de São Paulo. Isso não quer dizer que seja negativo tal relação. O que estamos salientando é que o CESP conseguiu atingir uma maturidade, quanto a elaboração e aplicação de formação sindical, independente da sua central.

Voltando para a formação sindical da CONTRACS, esta é atrelada a formação dinamizada pela CUT nas mais variadas escolas de formação que a CUT tem pelo Brasil. Dois fatores que podem explicar essa dependência da CONTRACS, são: 1º) O Brasil é um país de proporções continentais, o que pode dificultar a realização de cursos de formação de maior escala. Embora hoje já existam meios de comunicação que facilitem a realização de tais cursos; 2º) A questão financeira também pesa no momento em que uma instituição tem que realizar momentos de formação em um país do tamanho do Brasil. Diante de tais fatores a formação sindical do CESP ainda está atrelada à formação dada pela CUT. Porém voltamos a salientar, que não é por isso que tal formação não seja importante ou valorizada. Tais formações, como descrita no relato 20, visam dar um embasamento para os trabalhadores e dirigentes sindicais sobre o mundo do trabalho que os cercam e as formas de combater o precarização laboral que está presente no dia a dia do trabalhador.

#### **5.4.5 - Comunicação.**

Se existe algo que é imprescindível na estrutura de um sindicato, para que esta funcione, levando para seus filiados, materiais, informações e convocando-os para mobilizações, esta coisa é a comunicação do sindicato. Sendo assim, a comunicação é um instrumento de intervenção importante no que diz respeito à dinamização e divulgação das políticas e ações do CESP e CONTRACS para com sua base sindicalizada e a própria sociedade. Diante disso vamos analisar os seguintes fragmentos:

21 - Temos tentado evoluir muito e estamos ainda um bocado aquém daquilo que queremos mas temos uma página no facebook, temos um email onde respondemos a muitas perguntas, respondemos até sobre sindicalização. Estamos a tentar, temos twitter, estamos a tentar a utilizar e aproveitar as novas formas de informação, de troca de informação, principalmente através da internet não é, mas estamos acá ainda daquilo que queremos estar (Entrevista com o dirigente E – CESP, em 09 de Junho de 2011).

22 - Temos uma publicação que vamos atualizar ela, porque a legislação muda também, atualiza, que é o “Seus direitos em revista”. Que é uma publicação que explica todos os direitos dos trabalhadores, que a gente procura orientar nossos sindicatos que reproduza pra colocar lá no seu sindicato. Colocando a logo deles também, o endereço e tal, e que distribuam pro trabalhador ler, saber sobre suas férias, como se calcula o seu 13º, se é proporcional ou não, comissão, a questão da assinatura da carteira, do pagamento do INSS, enfim, licença maternidade, todos esses processos (Entrevista com o dirigente D – CONTRACS, em 20 de

Setembro de 2011).

23 - É obvio que a gente tem esse problema assim que nossos dirigentes não gostam muito de ler, não se prendem muito a internet, se prende mais pra ver um resultado de futebol ou uma notícia do que pra ler emails (Entrevista com o dirigente D – CONTRACS, em 20 de Setembro de 2011).

Os relatos acima (21 ao 23) mostram a preocupação do CESP e da CONTRACS com a comunicação dos sindicatos com suas estruturas regionais, locais e com a base sindicalizada. Preocupação essa que está presente nos dois sindicatos. Percebemos ao entrevistar os dirigentes de ambos os sindicatos que é dado grande valor na questão da comunicação do sindicato. É interessante observarmos a cobrança que também existe entre as próprias lideranças sindicais sobre a comunicação, como mostra o relato 23. Vale salientar que esta observação foi encontrada nos dois sindicatos. Onde encontramos dirigentes que não possuem o hábito de utilizar os meios de comunicação virtuais, ou telemóveis.

Ao observarmos os materiais, constatamos que CESP e CONTRACS buscam constantemente aprimorar os meios de comunicação dos sindicatos nas suas mais variadas esferas e estruturas. Desde a comunicação entre os próprios diretores, até com as estruturas regionais, locais e com as suas respectivas bases. Seus sites e perfis nas redes sociais (Facebook e Twitter) sempre estão atualizados com as mais recentes e variadas notícias sobre o mundo do trabalho. Nos dois sindicatos encontramos perfis de comunicação semelhantes. Onde buscam informar, não só os sindicalizados mas a sociedade em geral, sobre as alterações do mundo do trabalho, direitos do trabalhador, oportunidades de qualificação profissional, ações do sindicato e sobre as mobilizações que estão inseridos. É uma comunicação mais ampla possível, para atender às informações que o trabalhador busca. E é interessante que a comunicação dos sindicatos não ficam apenas no ambiente virtual. Tanto o CESP como a CONTRACS possuem publicações impressas (que são disponibilizados na internet) e regulares sobre as alterações no mundo do trabalho. Podemos perceber este fato no trecho 22, onde a comunicação impressa ainda é utilizada para fazer essa ponte entre o sindicato e os trabalhadores de sua base. Diminuindo assim a distância e a indiferença da base do sindicato para com a sua direção. Salientamos que tal postura se faz importante na medida que também faz com que os trabalhadores se sintam parte, se identifiquem com algo, sabendo que existe uma instituição que não só os informa sobre os seus direitos, mas que busca a manutenção e ampliação destes (Rego et al., 2013).

#### 5.4.6 - Juventude.

Algo que nos chamou a atenção durante o trabalho de campo foi a importância dada, por ambos os sindicatos, a questão da juventude e de sua atuação nos sindicatos. Durante minhas visitas ao CESP e a CONTRACS, a presença de jovens era uma constante no dia a dia dos sindicatos. E no material coletado o debate sobre juventude e precariedade laboral se fez presente nos dois sindicatos. A juventude, de fato, é uma das parcelas da sociedade que mais sofre com o contexto de precarização do trabalho. Temos tanto em Portugal, como no Brasil, uma massa de jovens, que não possuem experiência profissional e acabam por adentrar num mercado de trabalho precarizante. E no setor de serviços esse fato é latente. Temos jovens que se submetem a condições de trabalho precárias por várias razões. Seja para complementar os estudos, complementar a renda familiar. O fato é que no setor de serviços os jovens sem experiência profissional acabam ocupando empregos, cada vez mais precários. Diante desse quadro CESP e CONTRACS buscam criar políticas e ações que visem se aproximar dessa juventude precária e apresentar políticas e ações que vislumbrem a melhoria das condições de trabalho desses jovens (Kovács e Lopes, 2012). Para debatermos essa relação entre os sindicatos em questão com a juventude vamos observar os seguintes trechos:

24 - Nós temos sempre uma linha de trabalho direcionada pra juventude e muito ligada a questão da precariedade não é. E temos um trabalho muito próximo com a interjovem, organização de jovens trabalhadores da CGTP e temos uma comissão de jovens no nosso sindicato o que nos permite fazer um trabalho de muito agrado, sempre que estamos a mobilizar para uma luta, como por exemplo, para a greve geral começamos a ter uma linha de trabalho específica seja através de um documento específico sobre a precarização (Entrevista com o dirigente E – CESP, em 09 de Junho de 2011).

25 - Pois tem sido ações pontuais e no tema precariedade a interjovem tem feito muitas ações. Não são ações de grande dimensão, mas são ações contínuas, junto aos locais de trabalho que sofrem com aquelas ações (Entrevista com o dirigente F – CESP, em 18 de Maio de 2011).

26 - Outra questão que a gente aposta muito é na questão da organização da juventude porque o nosso ramo ele tem muitos jovens. Se a gente pegar nos shoppings, nos supermercados, na parte de caixas, de reposição, de empacotamentos, se a gente for ver a questão do trabalho doméstico, tem muitas adolescentes, jovens que estão no trabalho doméstico, no call center. A grande maioria é jovem porque tem uma ligação direta com a internet, com essas coisas que gostam de mexer com a internet. Mas acabam não tendo noção do que é, se é um operador de telemarketing, e tem esse processo que a gente fez com a juventude, já fizemos dois encontros, criamos no congresso de 2008 a secretaria de juventude pra pensar as políticas de juventude a partir de uma fala específica.



Já temos um jornalzinho da juventude, e não é assim constante mas procuramos colocar algumas informações, montamos um coletivo de juventude da CONTRACS, que a gente pretende reunir esse coletivo pra pensar as ações (Entrevista com o dirigente D – CONTRACS, em 20 de Setembro de 2011).

A partir dos relatos acima (24, 25 e 26), fica notório a importância que é dada pelo CESP e CONTRACS à organização e fortalecimento da juventude no interior dos sindicatos. Importância esta que encontramos em vários materiais coletados. O trecho 26 retrata a consciência dos sindicatos que a juventude, empregada no setor de serviços, vive constantemente com condições e situações precárias de trabalho. Como foi falado anteriormente, sem experiência profissional e num contexto de crise do mercado de trabalho, como é o caso de Portugal, além de ser a parcela da sociedade que mais sofre com o desemprego, ainda tem que se submeter a práticas precárias de trabalho. Práticas estas, que vão desde o vínculo empregatício flexível, que acaba por negar direitos trabalhistas, até condições precárias no dia a dia da função.

Diante disso CESP e CONTRACS traçam uma série de ações específicas, para atender essa parcela de sua base sindicalizada. Salientamos que tais ações, principalmente por parte do CESP, buscam a organização da juventude através dos locais de trabalho, para que estes jovens possam dinamizar a ação sindical nas suas regiões e locais de trabalho. Na CONTRACS observamos a construção de uma secretaria específica para atender e pensar as demandas e ações específicas da juventude no mercado de trabalho.

Compreendemos também que esse instrumento de intervenção dos sindicatos, além de pautar uma importante parcela da sociedade que vive em condições precárias de trabalho, tem também como intuito aumentar suas bases de sindicalizados, e formar, a partir dos locais de trabalho, mais dirigentes sindicais capazes de dinamizar e aumentar os campos de atuação dos seus respectivos sindicatos.

#### **5.4.7 - Diálogo com as empresas.**

Este ponto aborda outro instrumento de intervenção, que não tem a ver com a mobilização do CESP e da CONTRACS com sua base sindicalizada. Este ponto debaterá como os sindicatos em questão pensam e agem nos espaços de diálogo com as empresas. Pois além da mobilização social, seja a partir do local de trabalho, seja em um caráter mais

nacional, existem os espaços de negociação direta com as empresas do setor, que os sindicatos necessitam traçar um plano de ação para esses momentos. Como uma representação do material analisado, observaremos os seguintes trechos sobre o assunto:

27 - As nossas grandes conquistas são de impedir que isto (precarização) avance. Com o apoio dos trabalhadores temos conseguido negociar aumentos salariais e conseguido negociar por via das medidas da condições de trabalho e não passar num processo tão grande que vai dar esta adaptabilidade e esta flexibilidade que há tempos chamam de flexisegurança no nosso país e isso não é segurança nenhuma (Entrevista com o dirigente G – CESP, em 21 de Julho de 2011).

28 - A atuação dos nossos sindicatos hoje contra a precarização no seu local de trabalho é a gente sempre procurar ter um acordos coletivo que melhore a condição de vida desses trabalhadores, mesmo sendo no setor de terceirizados (Entrevista com o dirigente A – CONTRACS, em 17 de Maio de 2010).

29 - Tem outra experiência agora que ela tá mais fortalecida no setor de terceirizados do asseio e conservação que é a organização das comissões de negociação, que eles negociam muito algumas questões por empresa, tem a negociação geral mas tem algumas coisas que são particulares como as participações do grupo por resultado, alguma outra com relação ao café da manhã ao trabalhador que inicia muito cedo, então algumas negociações mais específicas são negociadas com o próprio empregador (Entrevista com o dirigente D – CONTRACS, em 20 de Setembro de 2011).

30 - E nesse processo tem um envolvimento dos trabalhadores que o sindicato mapeia nas visitas, vai vendo quem se interessa, quem vem dialogar, quem vem fazer perguntas né, ou até contribui nos debates, então organiza uma comissão de negociação, aí junta lá um 5, 6 trabalhadores que sentam na mesa junto com a empresa pra negociar; isso tem mostrado um resultado positivo que os trabalhadores vem desenvolvendo e eles também conseguem perceber que muitas vezes não é falta de vontade do sindicato que não se avança nas conquistas (Entrevista com o dirigente D – CONTRACS, em 20 de Setembro de 2011).

Nesse aspecto de negociação como um instrumento de intervenção, o CESP e a CONTRACS possuem discursos e práticas distintos. Ambos acreditam que devem preencher o espaço, que é necessário participar dos processos de negociação, juntamente com as empresas. Porém a diferença entre CESP e CONTRACS está na intensidade e perspectiva com que participam desses espaços.

No CESP percebemos, como relatamos anteriormente, que seus dirigentes dão importância para esses espaços, mas não acreditam que são nesses espaços que as condições de trabalho serão melhoradas e a precarização será diminuída. Pelo que percebemos, o CESP participa desses espaços de negociação, com a intenção primeiramente de ocupar o espaço para pressionar as empresas sobre a pauta em questão. Pelo que analisamos, o CESP acredita que as mudanças laborais, que possam beneficiar o trabalhador, virão, principalmente, da pressão popular sobre o governo, a partir das mobilizações sociais.

Para o CESP tais espaços de negociação são importantes, para debater questões locais,

referentes aos trabalhadores de determinada empresa, como questões salariais e melhores condições de trabalho, como expõe o trecho 27. Sendo assim, o CESP considera importante sua participação nesses espaços, uma vez que são direitos dos trabalhadores que serão colocados em negociação. Contudo, pelo que podemos perceber, o CESP participa desses espaços, mas não diminui sua intensidade no que diz respeito às mobilizações sociais. Mesmo ocupando os espaços de negociação, o CESP reforça cada vez mais o discurso de que é necessário mobilizar os trabalhadores do setor de serviço contra a realidade precária na qual estão inseridos a maioria dos trabalhadores do setor de serviços.

Em relação à CONTRACS, podemos perceber um discurso e práticas diferentes dos do CESP. Em primeiro lugar é necessário lembrarmos a ligação muito próxima da CONTRACS com a CUT. Boa parte das posturas políticas e ações da CUT são seguidas pela CONTRACS, assim como ocorre o mesmo com relação ao CESP e a CGTP. Posto isso, relembremos aqui o argumento de Tumolo, quando este afirma que nas últimas décadas a CUT passou de um caráter de contestação da ordem social e de um mundo do trabalho exploratório, para assumir um perfil de conformação perante o contexto político, econômico e social vigentes (Tumolo, 2002). Observando essa obra e dados coletados, compreendemos que a CUT nas últimas décadas, principalmente de 2003 para os dias atuais, quando o Partido dos Trabalhadores (PT) assumiu o governo federal, a CUT vem preenchendo mais os espaços de negociação e abandonando a mobilização social como instrumento de intervenção (Carvalho, 2013). Utilizamos a CUT para descrever tal prática por ser a mesma adotada pela CONTRACS.

Percebemos nos materiais analisados que cada vez mais a CONTRACS se utiliza desse instrumento de intervenção de negociação, em detrimento à mobilização de caráter mais nacional. Acompanhamos, pelo material analisado e pelos meios de comunicação da CONTRACS, um grande volume de intervenções feitas junto às empresas do setor de serviços. A direção da CONTRACS ocupa muito bem os espaços de negociação, seja com as empresas, seja com os órgãos governamentais nas mais variadas escalas, nacional, estaduais ou municipais.

Através dos relatos acima (28, 29 e 30), podemos perceber como a CONTRACS apoia o fortalecimento das negociações, principalmente nos locais de trabalho. Isso nos revela outro aspecto importante, que tem que ser levado em consideração. No momento em que a direção nacional busca fortalecer a formação de comissões locais de trabalhadores, essa ação

também busca uma maior participação da base no dia a dia do sindicato. Uma vez que a direção dá autonomia para as comissões locais negociarem com as empresas, se dá aí um processo importante de apoderamento da base com relação as estruturas sindicais. A partir do momento em que a direção da CONTRACS dá essa autonomia para os trabalhadores no local de trabalho, se inicia também um processo de formação com esse trabalhador, para que no futuro este possa se tornar uma liderança sindical, para além do seu local de trabalho.

#### **5.4.8 - A intervenção no público e no privado.**

Nesta parte iremos tratar o espaço dado em suas pautas e ações, por parte de CESP e CONTRACS, com relação ao Estado e às empresas privadas. Não trataremos aqui do tipo de relação dos sindicatos com os seus respectivos Estados e governos, uma vez que teremos no seguimento dessa tese uma parte destinada apenas para analisar essa relação. O que trataremos aqui é do espaço dado em sua pautas e ações de intervenção com relação ao Estado e as empresas privadas.

Durante nossa investigação ficou notório que, tanto CESP como CONTRACS, destinam suas pautas e ações, centrando-as ora no Estado, ora nas empresas. Diante disso, observamos que a atuação desses sindicatos destinam um espaço considerável para questões ligadas ao Estado, ou questões ligadas às empresas privadas do setor de serviços. Para acompanharmos essa análise, iremos expor os seguintes fragmentos:

31 - Em termos de ação sindical, lutas mais emblemáticas, tivemos uma, por exemplo, no Grupo Jerônimo Martins que foi uma empresa que sempre se negou ao diálogo com os sindicatos por estes serem extremistas. Às vezes, não queriam o diálogo, o não dialogar por muito tempo fez com que nós fôssemos para as portas de lojas denunciar os problemas dos trabalhadores (Entrevista com o dirigente F – CESP, em 18 de Maio de 2011).

32 - A gente procura organizar os trabalhadores dessas redes fazendo os comitês dos trabalhadores dessas redes. Então é difícil de avançar. A gente gostaria de tá muito mais avançado nesse processo, mas tem a empresa que barra muito. Tem a prática anti-sindical de demissão do dirigente: 'eu pago todos os direitos mas quero ele fora daqui', porque o foco é o processo organizativo interno (Entrevista com o dirigente D – CONTRACS, em 20 de Setembro de 2011).

33 - Por outro lado, não só podemos denunciar, não só cobrar, mas também propor. Que é o projeto de lei, é pensar, dar estratégias de como tirar a precarização. Então nossa inserção tem sido mais nessas duas linhas: uma de denúncia e de conscientização dos trabalhadores e a outra na propositiva de participar, de

mobilizar. Tá na mobilização e tal pra passar o projeto de lei que garanta os direitos mínimos e que combata a precarização (Entrevista com o dirigente D – CONTRACS, em 20 de Setembro de 2011).

Ao observarmos o material coletado percebemos, como foi dito acima, que CESP e CONTRACS dividem parte de suas atuações e ações em duas frentes: o Estado e as empresas privadas. Porém a forma e a intensidade com que isso é feito é diferente no CESP e na CONTRACS.

O CESP tem uma postura que praticamente destina o mesmo espaço para ações voltadas para o Estado, e para ações destinadas a empresas privada. No que diz respeito às ações do CESP que têm o Estado como alvo, essas buscam cobrar do governo português medidas que combatam a precariedade laboral, assim como também denunciam o Estado português quando este tenta aprovar políticas e leis que têm como intuito atacar os direitos laborais. É proporcional também o espaço das ações do CESP quando se têm como alvo as empresas privadas. Tanto as negociações, como as denúncias e mobilizações contra medidas precarizantes adotadas pelas empresas do setor de serviços, são trabalhadas nas pautas e ações do CESP. Dessa maneira podemos acompanhar um equilíbrio das ações do CESP com relação ao Estado e as empresas privadas. Temos que salientar que em ambos os espaços, a denúncia e o combate, por parte do CESP, de medidas que visam um alargamento da precarização do trabalho, seja implementada pelo Estado ou por empresas privadas, são realizados e divulgados nos seus meios de comunicação.

Com relação à CONTRACS, notamos que esta adota uma perspectiva diferente da do CESP. Quando as empresas privadas estão em pauta, a CONTRACS assume um discurso, assim como o CESP de negociação (como podemos observar no trecho 31), mas também de denúncia, quando alguma dessas empresas tentam aplicar condições precárias de trabalho. Observamos nos materiais recolhidos, e nos meios de comunicação da CONTRACS, uma constante denúncia de condições de trabalho precárias aplicadas pelas mais variadas empresas do setor de serviços.

Porém, quando a pauta ou quando o assunto exige uma política do sindicato com relação ao Estado, a CONTRACS assume o discurso propagado pela CUT de que o governo federal, dirigido pelo PT, é um parceiro e que é necessário paciência e negociação para que a pauta do movimento seja atendida. Contudo, quando se trata de governos estaduais e municípios, que são dirigidos por partidos de oposição ao PT, a CUT e seus sindicatos assumem posturas mais radicais, de cobranças e denúncias, quando tais governos tentam

implementar políticas que aumentariam a precarização laboral.

Diante disso é perceptível que a CONTRACS destina um discurso muito mais radical, de contestação e mobilização, quando as práticas laborais precárias são implementadas por empresas privadas, ou governos de oposição ao PT. Porém, quando essas políticas que visam um aumento das relações precárias são implementadas pelo governo federal, a CONTRACS abrandava seu discurso, e parte para a negociação, deixando a denúncia e a mobilização à parte. Como foi o caso da reforma da previdência em 2003, quando tal confederação retirou diversos direitos dos trabalhadores e a CUT, com seu conjunto de sindicatos preferiram apenas negociar e deixaram a mobilização social de lado. Porém tal relação entre CONTRACS e Estado será aprofundada mais adiante.

## 5.5 - QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL.

O tema qualificação profissional tem se tornado, constantemente, uma realidade no mundo laboral. Essa necessidade de formação profissional do trabalhador não é algo novo. Se observarmos, na metade do século XX esse debate sobre qualificação profissional já era abordado no ambiente industrial. Com o crescimento no Ocidente das técnicas e práticas desenvolvidas pelo Toyotismo, esse debate sobre formação e qualificação profissional passou a ser tratado mais constantemente. Como já abordamos anteriormente, ao contrário do Fordismo, onde o trabalhador assumia apenas uma função e não necessitava de qualificação profissional, no Toyotismo o trabalhador já era mais qualificado e capaz de assumir variadas funções na linha na produção (Antunes, 2003a).

Como vimos então, esse tema não se trata de uma novidade no mundo laboral. No setor de serviços, a qualificação profissional é debatida nos mais variados aspectos, como vimos anteriormente (Almeida, 2005; Freire, 2001). Lembramos que no setor de serviços podemos encontrar desde trabalhadores extremamente qualificados, bem remunerados e ocupando empregos cujas relações não se encontram num quadro de precariedade laboral até trabalhadores ocupando empregos precários, onde suas qualificações não são levadas em consideração, e acaba por se estabelecer uma relação laboral precária. E existem aqueles trabalhadores que não possuem qualificação profissional e acabam por ocupar as funções

mais precarizadas dentro do setor de serviços (Almeida, 2005).

Diante desse quadro observaremos quais são os discursos do CESP e da CONTRACS sobre a importância da qualificação profissional para o trabalhador do setor de serviços. Debateremos a visão dessas estruturas sindicais sobre a relação entre qualificação profissional e precarização do trabalho no setor que atuam. E abordaremos aqui quais são as práticas desses sindicatos sobre esse tema. Analisaremos se CESP e CONTRACS possuem ações que visem trabalhar, junto à sua base, a importância da qualificação profissional nos dias atuais, assim como ações que cobrem das empresas a possibilidade de facilitarem e promoverem ações de qualificação profissional com seus funcionários.

É notório que tanto CESP quanto CONTRACS consideram importante a qualificação profissional dos trabalhadores. A partir de alguns relatos, que representam também o que encontramos em materiais divulgados pelas estruturas sindicais em questão, percebemos a importância dada:

1 - A qualificação profissional é sempre positiva. Não há pontos negativos na qualificação profissional. Até porque, muito se diz de que a indústria portuguesa não é produtiva, que o trabalho em Portugal não é produtivo, que tem uma baixa taxa de produtividade. Tem essencialmente porque as empresas não cumprem com os direitos de formação. Não dão formação contínua a seus trabalhadores e muito menos os motivam para isso mesmo. Para poderem avançar com seu trabalho, para serem produtivos no seu local de trabalho (Entrevista com o dirigente G – CESP, em 21 de Julho de 2011).

2 - Eu acho que hoje há uma necessidade de qualificação até pela mudança que teve. Que o mundo vai tendo, que os postos de trabalho vão tendo. As máquinas vão chegando, então a gente vê que tem que ter a qualificação dos trabalhadores, senão[...] (Entrevista com o dirigente A – CONTRACS, em 17 de Maio de 2010).

Diante dos trechos 1 e 2 podemos perceber como os dirigentes de CESP e CONTRACS acreditam na importância da qualificação profissional nos dias atuais. No trecho 2 notamos como o assunto abordado pelo dirigente se assemelha com o debate acadêmico feito acerca da qualificação profissional. Pois, com as alterações do mundo do trabalho, nas últimas décadas, a qualificação profissional se torna um aspecto, cada vez mais, cobrado pelo mercado de trabalho. Lembrando que está cobrança, realizada pelo mercado, não necessariamente quer dizer que o trabalhador por se qualificar irá ocupar empregos não precários (Almeida, 2005; Cruz, 2010). Ainda no relato 2, o dirigente da CONTRACS chama a atenção para o desenvolvimento tecnológico das últimas décadas e de como este afetou na condição da qualificação do trabalhador. Mostrando assim, como nos dias atuais a qualificação profissional se torna uma necessidade não apenas para ascender

profissionalmente, mas principalmente para se manter no mercado de trabalho, mesmo que esse seja precário (Almeida, 2005; Cruz, 2010).

Com relação ao relato do dirigente do CESP (trecho 1) percebemos também como o sindicato português compreende que a qualificação profissional só tende a favorecer o trabalhador, considerando que a qualificação é “sempre positiva”. Porém, no mesmo relato o entrevistado aborda uma temática importante para abordarmos aqui. É notório, no debate popular difundido pelos meios de comunicação de massa, que a qualificação profissional é de única responsabilidade do trabalhador. E que se este não procurar se qualificar, a culpa pela sua exclusão do mercado de trabalho será do próprio trabalhador (Cruz, 2010). No relato 1 o entrevistado aborda essa questão ao colocar as empresas como, além do próprio trabalhador, responsáveis pela qualificação deste. Com relação a esse assunto retornaremos mais adiante, onde analisaremos mais materiais sobre a questão.

Contudo, o que notamos desses dois relatos serve para desmistificar a ideia de que os sindicatos, como um todo, não dão importância para a questão da qualificação profissional dos seus sindicalizados. Percebemos como tanto CESP, como CONTRACS consideram importante e positivo a qualificação profissional dos trabalhadores.

Porém é necessário observar como CESP e CONTRACS analisam o papel das empresas com relação à qualificação profissional. Já adiantamos uma parte desse debate, mas iremos observar agora, como esses sindicatos compreendem o papel das empresas nesse processo de qualificação. A partir dos seguintes relatos analisaremos melhor esse aspecto:

3 - Agora uma coisa que eu não compreendo, porque essas empresas que tem na lei 35 horas por semana não só não dão como dificultam quem quer ter. Velar por aqueles horários, e os teus colegas não tem tempo pra estudar [...]. E quando o trabalhador impõe a sua qualificação profissional, lá vai a retaliação [...]. Se já não dão a formação, quanto mais para mim a par de precariedade. São um dos fatores, aliás, tem de igual importância a precariedade e a falta de formação e estabilidade de horário. Ou seja, falta de conciliação entre a vida pessoal e social, é que faz com que as pessoas não tenham perspectivas, que potenciam o seu querer fazer mais, evoluir numa carreira (Entrevista com o dirigente F – CESP, em 18 de Maio de 2011).

4 - Mas ainda vou te dizer, sinceramente não tem essa consciência dos nossos diretores dos sindicatos. Dos sindicatos em si. Acho que a qualificação tem que ser no horário do trabalho. Tem que ser garantida. É um direito dentro da convenção coletiva, estamos tentando avançar. Mas é muito pequena ainda a parcela de sindicatos de que comprou essa ideia e que está buscando formalizar (Entrevista com o dirigente D – CONTRACS, em 20 de Setembro de 2011).

5 - Mesmo os que estão já no local de trabalho, a medida de que a empresa vai avançando em novas tecnologias em novos espaços. Eles não abrem um espaço pra qualificar, e quando qualificam, qualificam na visão da empresa. O que vem de



contraponto, vem combater o processo organizativo, que na maioria das vezes quando a empresa qualifica e qualifica com a visão dele, ela exclui o sindicato desse processo né. Exclui a organização, exclui a luta de classe desse processo. Vira aquela história de cada um por si e Deus contra todos, e é uma barreira muito dura de se ultrapassar (Entrevista com o dirigente D – CONTRACS, em 20 de Setembro de 2011).

Nos trechos acima (3, 4 e 5) observamos que, tanto na visão do CESP como na da CONTRACS, as empresas não cumprem o seu papel, no que diz respeito à qualificação profissional. Ambas as estruturas sindicais afirmam que as empresas têm uma parcela de obrigação nesse processo de formação, porém não só não assumem tal papel, como também dificultam tal qualificação. No trecho 3, referente a um dirigente do CESP, existem dois aspectos que necessitam ser analisados, que também encontramos em relatos de dirigentes da CONTRACS, que abordaremos mais adiante: 1º) a não participação das empresas no processo de qualificação profissional, como também, a retaliação desses com relação aos trabalhadores que buscam tal formação; 2º) a falta de qualificação e a ligação com a precarização do trabalho.

O primeiro aspeto, descrito no parágrafo anterior, nos faz perceber como as empresas do setor de serviços, tanto em Portugal, como no Brasil, acabam por dificultar a realização da qualificação profissional dos seus funcionários. E nesse ponto de certa forma existe uma contradição, uma vez que são essas mesmas empresas que dificultam a formação profissional, que depois exigem trabalhadores com experiência e qualificações. Se de um lado o trabalhador é cobrado para a obtenção de qualificações, do outro não encontra uma flexibilização desta empresa para que este busque tal qualificação (Almeida, 2005). Outro ponto importante para abordarmos aqui é a retaliação que os trabalhadores sofrem ao tentar realizar tal qualificação. Pelos relatos dos dirigentes sindicais do CESP é comum a retaliação das empresas, quando seus funcionários buscam realizar cursos de qualificação dentro dos horários de trabalho, o que é garantido por lei. O que observamos aqui é que mesmo a empresa sendo beneficiada com a qualificação dos seus funcionários, esta não flexibiliza horários para este trabalhador buscar tal qualificação. Sendo assim, o trabalhador tem que buscar horários, fora do seu horário de trabalho, para realizar tal formação. E esse fato acaba por gerar o 2º aspecto abordado no trecho 3, que é o da precarização laboral. Segundo o entrevistado, tal relação entre qualificação e precariedade se estabelece no momento em que o trabalhador tem que alterar sua vida pessoal e social, em detrimento de uma qualificação profissional, que por lei deveria ser feita dentro do seu horário laboral. Sobre tal relação

entre qualificação e precariedade falaremos mais adiante.

Seguindo para o relato 4, notamos como os dirigentes da CONTRACS também consideram a qualificação profissional como sendo uma responsabilidade partilhada entre trabalhador e empresa. Assim como no CESP, a CONTRACS avalia que tal formação deve ser uma obrigação por parte da empresa, a partir da facilitação de horários para que seus funcionários possam realizar determinada qualificação.

No trecho 5 percebemos que o debate sobre a importância da qualificação profissional e a dificuldade imposta pelas empresas continua. Porém um novo aspecto nos chama a atenção nesse relato que diz respeito ao tipo de qualificação dada pelas empresas. O entrevistado aborda que tal formação dada pelas empresas tem como intuito qualificar o trabalhador “na visão da empresa”. O dirigente da CONTRACS expõe que tais qualificações, dadas por determinadas empresas, visam passar apenas a lógica da empresa e enfraquecer sistematicamente o discurso da importância do sindicato. Dentro dessa visão do entrevistado, seria uma prática das empresas, que através da qualificação profissional tentam aprofundar o quadro de fragmentação da classe trabalhadora. Como vimos anteriormente, a lógica das transformações subjetivas do mundo do trabalho nas últimas décadas, tem por princípio desenvolver nos trabalhadores uma visão individualista de mundo, enfraquecendo o discurso da importância do coletivo e do movimento sindical (Antunes, 2003a). Diante disso, tais práticas de tentar passar a ideia de que os sindicatos não são importantes para os trabalhadores, podem ser encaradas como tentativas de fragmentação da classe trabalhadora, com o intuito de aplicar práticas precárias de trabalho.

E é justamente essa relação entre precarização e qualificação que iremos debater agora. Iremos observar os discursos de CESP e CONTRACS para analisarmos até que ponto existe essa relação entre formação profissional e precariedade laboral. Como já foi abordado em momentos anteriores, no setor de serviços podemos encontrar desde trabalhadores qualificados com empregos não precários, passando por trabalhadores qualificados que possuem empregos precários, até chegarmos em indivíduos que não possuem qualificação profissional e estão, na sua maioria, exercendo empregos precários (Almeida, 2005). Diante disso notamos como o setor dos serviços é heterogêneo, no que diz respeito à qualificação profissional e precarização laboral. Sendo assim através dos seguintes relatos dos dirigentes sindicais de CESP e CONTRACS perceberemos essa relação:

6 - Por um lado deixa de ter pessoas mais remuneradas no setor de comércio que normalmente são os trabalhadores que podem não ter uma formação superior e que muitas vezes partem para aquele trabalho como uma coisa temporária, pra acabar os estudos. Ou um setor de serviços tem muita gente nova que está a acabar os estudos e não encontra no mercado de trabalho nada que corresponda e que acaba por desistir e acaba por ter a relação direta também com o vínculo (Entrevista com o dirigente E – CESP, em 09 de Junho de 2011).

7 - Uma pessoa com formação profissional sente com mais intensidade os problemas no local de trabalho, é uma pessoa consciente, mais culta, tem outras preocupações, tem outras referências. No fundo trazem essas referências não só por seus estudos, mas por livros que lêem, outras formas de ver as mesmas coisas que não, que os colegas que não tem formação profissional [...]. Quem não tem formação profissional, é mais resignado, ele pensa eu não tenho capacidade para estudar, não fui capaz de fazer mais por mim do que isto então pelo menos vou tentar o meu melhor possível, a pessoa é resignada e isso também reflete no seu lado familiar, são pessoas depois que acham que direitos básicos, se um colega tentar lutar por eles, mas assim, são capazes de dizer assim “olha já agora vê lá se não crias aqui uma confusão”, essas pessoas elas não tem formação, chegam a um tal ponto que atentam contra seus próprios direitos (Entrevista com o dirigente F – CESP, em 18 de Maio de 2011).

8 - Os acidentes de trabalho normalmente vem de pessoas com muita fraca. Os mais graves, os maiores incidentes vem com pessoas de pouca formação profissional. Ora, isto atenta contra a produtividade. Isto é falta de formação, isto atenta contra a segurança, mas duas ou três empresas tem interesse (Entrevista com o dirigente F – CESP, em 18 de Maio de 2011).

9 - A formação não é sinónimo de precariedade nem vice-versa. Até porque a precariedade é transversal como eu dizia. Quer aos licenciados, quer aos trabalhadores não licenciados. Quer aqueles que agora passam por uma situação de desemprego e que agora aos 40 anos querem entrar no mercado de trabalho. Eles também entram em uma situação de precariedade, uma coisa é transversal a outra. A formação tem que estar sempre, a formação continua é obrigatória e não é fator para impedir. Mas também não sinto que seja fator para impedir a precariedade (Entrevista com o dirigente G – CESP, em 21 de Julho de 2011).

10 - A gente precisa avançar principalmente nesse sistema de qualificação dos trabalhadores porque a gente ouviu infelizmente o noticiário dizendo assim: tem vagas mas tem falta de trabalhadores qualificados. Ora, se nós temos no Brasil um sistema que é patronal, que é o sistema “S”. Que tem recurso público nele e não dá conta de capacitar os trabalhadores que o mercado precisa. Então tem alguma coisa errada. Então significa que nós não temos que ir pela lógica do mercado. Nossa defesa é de fazer não a qualificação do trabalhador pela lógica do mercado mas pela lógica da realização pessoal e da condição de trabalho (Entrevista com o dirigente C – CONTRACS, em 18 de Maio de 2010).

11 - A partir do momento que ele se insere no mercado de trabalho com uma jornada extensa, com baixos salários e com as dificuldades inclusive de horários e de transportes, principalmente nos grandes centros, isso faz com que o trabalhador fique fora do espaço de qualificação [...]. Pega São Paulo, uma grande metrópole né, aonde o trabalhador sai de casa às 4h da manhã, pra iniciar seu trabalho 7h da manhã, 8h. O retorno dele também são duas, três horas depois do término do horário de trabalho. Chega em casa de noite já, a maioria desses trabalhadores mora no subúrbio, mora afastado. Depende de transporte. Depende de uma série de questões e que não consegue conciliar o horário de trabalho com a qualificação e com a vida pessoal [...]. A gente tem a noção de que se um trabalhador é bem qualificado e tal ele também é mais valorizado. Agora como se dá esse processo de qualificação é que é muito difícil, porque não tem tempo. Não tem condição

financeira, o próprio sistema esse que desqualifica, ele cobra a qualificação (Entrevista com o dirigente D – CONTRACS, em 20 de Setembro de 2011).

Os relatos acima (6, 7, 8, 9, 10, 11) representam, dentro do material analisado, as várias relações existentes entre qualificação profissional e precarização do trabalho. Elencamos aqui os trechos de entrevistas que acreditamos que melhor representam tais relações. Como podemos perceber, as entrevistas expostas mostram diferentes aspectos sobre essa relação. Diante disso, a partir dos relatos acima iremos analisar cada um desses aspectos desta relação. É importante salientar que tais aspectos foram encontrados tanto nos discursos do CESP, como nos da CONTRACS. Porém, para não ficar repetitivo optamos por expor aqueles que melhor representam tais aspectos independente da estrutura sindical que representam.

O primeiro aspecto que encontramos nessa relação, que fica clara no trecho 6, é referente a falta de qualificação profissional dos trabalhadores do setor de serviço e sua relação com o tipo de vínculo. Encontramos no setor de serviços, tanto em Portugal, como no Brasil, uma parcela considerável de trabalhadores que iniciam o trabalho no setor de serviços, como uma forma de complementar renda, para acabar os estudos. Isso é muito comum na área de telemarketing (tanto em Portugal, como no Brasil). Essa área é composta por uma quantidade grande de jovens que precisam de dinheiro para complementar os estudos. Porém, como não têm qualificação profissional para trabalhar em outras áreas acabam se submetendo a vínculos e relações laborais precárias. É no setor de telemarketing que encontramos, desde contratos flexíveis, precarizados, onde os direitos laborais não são respeitados, até práticas laborais precárias, como ritmo de trabalho intenso, falta de material apropriado para a realização do trabalho (Almeida, 2005; Braga, 2014). Nesse contexto é que encontramos trabalhadores que vêm no setor de serviço algo temporário, até que possam se qualificar e partir para empregos não precários e mais estáveis.

Junto com esses trabalhadores que não possuem qualificação, mas que estão à procura dela para partirem para um mercado de trabalho mesmo precário e mais estável, se encontram também aqueles trabalhadores que não possuem qualificação, e que não encontram possibilidade de realizá-la. Para observarmos este fator utilizaremos o relato 11, onde o entrevistado expõe a rotina de uma grande parte de trabalhadores do setor de serviços. Nesse trecho encontramos uma das razões que impossibilitam o trabalhador de realizar uma qualificação profissional. A rotina de trabalhadores portugueses e brasileiros em muitos

casos acabam impossibilitando a realização de qualificações, uma vez que, os trabalhadores saem cedo para cumprir a carga horária e não conseguem conciliar o trabalho, a vida pessoal e a qualificação profissional. Sendo assim, sem conseguir se estruturar para a realização de qualificações acabam por ficar reféns dos vínculos e condições precárias de trabalho, uma vez que não possuem formação profissional para almejar um emprego estável e não precário. Lembrando aqui, que já debatemos esse assunto anteriormente, onde compreendemos que tal qualificação profissional tem que ser uma responsabilidade partilhada entre trabalhador e empresa, uma vez que a empresa lucrará também com tal formação. Dessa maneira, segundo o discurso do CESP e da CONTRACS, as empresas devem flexibilizar os horários de seus funcionários no intuito de possibilitarem a estes a realização de uma determinada qualificação profissional (Almeida, 2005).

O segundo aspecto a ser levado em consideração diz respeito às transformações subjetivas impostas aos trabalhadores durante as últimas décadas. Ao observarmos o trecho 7 notamos como tais transformações subjetivas, que acabam por aprofundar a precarização do trabalho, também estão ligadas à qualificação profissional. Nas últimas décadas foi criado, pelo discurso da globalização hegemônica, uma lógica individualista no mundo do trabalho, onde o trabalhador passou a ser responsável também pela sua própria qualificação. Diante disso encontramos um quadro social que, de certa forma, condena os trabalhadores que não se qualificam, independentemente das condições que estes trabalhadores tenham ou não para se qualificar. O relato 7 expõe essa questão de forma clara. Num determinado quadro temos trabalhadores mais qualificados, que ocupam empregos precários no setor de serviço apenas de forma temporária para acabarem suas qualificações e encontrarem empregos em outras áreas mais estáveis e menos precárias. Segundo o entrevistado, esses trabalhadores tendem a identificar condições precárias e encaram tais problemas laborais de outra forma, uma vez que vêem naquela emprego algo temporário. No outro quadro temos os trabalhadores não qualificados e que, segundo o entrevistado, são mais resignados com relação a situação laboral precária, uma vez que não enxergam perspectivas para além daquele emprego que ocupam no momento. E diante dessa não perspectiva para além do emprego que ocupa, esse trabalhador acaba se submetendo a condições laborais precárias, que vão desde vínculos flexíveis até relações laborais precárias no seu dia a dia, e não procuram seus direitos laborais por receio de acabar perdendo seu emprego (Almeida, 2005; Antunes, 2003a).

Outro aspecto a ser abordado nessa relação entre qualificação e precarização foi relatado na entrevista com um dirigente do CESP (trecho 8), onde observamos a falta de formação profissional e sua relação com a segurança no ambiente laboral. O relato deixa muito claro que os acidentes de trabalho ocorrem em maior número com aqueles trabalhadores que possuem pouca formação profissional. Este fato está diretamente ligado à empresa e as condições que esta dá para seus funcionários realizarem suas atividades. Condições que vão desde formação profissional, para que o trabalhador possa exercer sua função de forma segura, até o próprio ambiente de trabalho seguro. O que acompanhamos, pelos relatos das lideranças sindicais, são empresas que não dão a devida qualificação profissional para seus funcionários exercerem suas funções, e também ambientes e práticas laborais que atentam contra a saúde do trabalhador. Tais práticas encontramos-las nas mais variadas áreas do setor de serviço: a) trabalhadores que são obrigados a trabalhar em lojas sem intervalo estabelecido; b) funcionários de lojas que têm que carregar volumes para além de suas capacidades; c) empresas de telemarketing que não dão a devida atenção à higienização dos materiais de trabalho dos seus funcionários; d) um alto ritmo de trabalho, principalmente na área de telemarketing, para que os funcionários cumpram metas que muitas vezes prejudicam a saúde do trabalhador; e) funcionários de coleta de lixo que trabalham sem material de proteção e segurança, pelo fato da empresa não fornecer, como pudemos acompanhar no litoral santista em São Paulo. Temos no setor de serviços inúmeras situações precárias de trabalho que atentam contra a saúde e segurança do trabalhador, além da falta de formação deste para exercer sua função, que é obrigação de ser garantida pelas empresas.

Mais um aspecto para ser abordado é o que ficou exposto no relato 9 é a transversalidade da precarização do trabalho, independente de qualificação profissional. O entrevistado salientou que a precariedade laboral está presente no mundo do trabalho português, independente dos trabalhadores serem ou não qualificados. Segundo ele, tanto faz o trabalhador ser qualificado ou não, pois a precariedade é transversal. Acreditamos que tal relato seja bem específico ao contexto português, que passa por uma grave crise social econômica, com altos índices de desemprego. No cenário atual português, encontramos situações em que o trabalhador é altamente qualificado, mas que devido ao aumento do desemprego, acaba por aceitar empregos onde sua qualificação não é devidamente valorizada, e ainda são vítimas de condições laborais precárias. Acabam por aditar esses

empregos devido a falta de perspectiva de conseguir algo melhor, diante desse quadro de crise português. Diferentemente, o discurso da CONTRACS vai no sentido de que, quanto maior a qualificação profissional, mais chances esses trabalhadores têm de encontrar empregos estáveis e não precários.

Porém, o relato 10 vai debater sobre qual tipo de qualificação é essa dada para os trabalhadores. O entrevistado da CONTRACS aborda nesse ponto qual o tipo de qualificação dada para os trabalhadores. Exemplifica sua opinião utilizando o sistema nacional de aprendizagem do Brasil, conhecido como “sistema S”. Segundo o entrevistado, tal sistema é baseado na lógica do mercado, porém é necessário repensar tal sistema de qualificação profissional, para que este vá além da lógica do mercado e atenda também o lado pessoal do trabalhador e que coloque em questão as condições de trabalho desse trabalhador. Tal relato nos leva a abordar a formação profissional em outro panorama, que é o da visão que o CESP e a CONTRACS têm sobre o papel da formação profissional e qual deve ser seu caráter e sua função. E para realizar tal análise utilizaremos os seguinte relatos:

12 - Existe outra forma de conhecimento que advém da consciência e da reflexão do trabalhador. Aí ele pode não ter estudos mas é uma pessoa consciente porque reflete, porque lê, porque se interessa pelos outros (Entrevista com o dirigente F – CESP, em 18 de Maio de 2011).

13 - Então é nesse sentido, claro, nós temos que ter nosso compromisso com os trabalhadores defendendo, nos capacitando, nos qualificando pro mercado de trabalho. Mas não podemos ter essa visão de que o mercado tem que reger a gente [...]. Tem uma concepção equivocada do que é a qualificação profissional. É um processo voltado para o mercado de trabalho e pelo desenvolver do dia a dia desses trabalhadores (Entrevista com o dirigente D – CONTRACS, em 20 de Setembro de 2011).

14 - E a nossa luta é justamente pra que, uma das iniciativas é trabalharmos com os nossos diretores. Com as direções dos nossos sindicatos, debatendo a importância da qualificação, o tipo de qualificação e qual a metodologia dessa qualificação e conscientizando nossos trabalhadores. Que isso tem que ser um direito garantido em convenção coletiva de trabalho. Que a qualificação sócio-profissional do trabalhador seja garantida no período de trabalho (Entrevista com o dirigente D – CONTRACS, em 20 de Setembro de 2011).

No início desse ponto, acompanhamos relatos do CESP e da CONTRACS sobre a importância da qualificação profissional para os trabalhadores. Nesses relatos acima (12, 13 e 14) percebemos também que os discursos, tanto do CESP, quanto da CONTRACS sobre o caráter dessa qualificação vai além do que apenas atender a demanda e a lógica do mercado. Tanto os dirigentes do CESP quanto os da CONTRACS tecerão críticas aos modelos de qualificação profissional utilizados atualmente. Entre as principais críticas está a de que a

maioria desses processos de qualificação prepara o trabalhador apenas com a visão da empresa e do mercado. Segundo os sindicatos analisados, tal formação acaba por individualizar o trabalhador capacitando-o apenas para a lógica do mercado. Com isso o trabalhador acaba perdendo sua noção de coletivo e conseqüentemente a ideia de que o sindicato pode ser uma caminho para esse trabalhador se organizar e lutar por seus direitos. As ideias trazidas pelos sindicatos se assemelham, no sentido de que essa qualificação profissional tem que ir além da lógica apenas do mercado e das empresas. Essas formações, segundo CESP e CONTRACS, têm que ajudar a desenvolver o trabalhador como um todo. Desde sua qualificação para o ambiente de trabalho, assim como formar o trabalhador como indivíduo integrante de uma sociedade, desenvolvendo assim uma consciência de qual o papel desse sujeito na sociedade que o cerca. E diante dessa visão diferenciada sobre o modelo de formação trazido por CESP e CONTRACS, iremos analisar agora quais são as propostas e práticas que esses sindicatos estão construindo para colocar esse modelo de qualificação, defendido por eles, em prática. Para isso utilizaremos alguns relatos de entrevistas:

15 - Nós temos um programa de formação anual ao qual nos candidatamos e que está descentralizado por todo o país, e que vamos proporcionando aos trabalhadores a formações específicas em áreas de trabalho. Isso é o que nós fazemos, embora acaba por ser mais difícil arranjar financeiramente. Mas tem uma coisa que temos mantido em nossos planos, apesar das nossas dificuldades, de qualificação profissional (Entrevista com o dirigente E – CESP, em 09 de Junho de 2011).

16 - Uma das grandes qualidades do CESP, nós temos, podemos dizer que temos formação sindical constante (Entrevista com o dirigente F – CESP, em 18 de Maio de 2011).

17 - Formação, tentam dar, neste caso estou a falar em equação a elaborados sindicais e dirigentes sindicais, tentam dar formação em relação a atividade sindical, formação sindical (Entrevista com o dirigente H – CESP, em 25 de Maio de 2011).

18 - A CONTRACS ela tem tratado, ela tem, assim, não só mobilizar o conjunto né, que hoje no setor de serviços ele tem essa diversidade mesmo né. Mas também na orientação da escolaridade né. Por exemplo, a doméstica tem um projeto do governo federal que trata da questão da escolaridade da doméstica. A qualificação profissional da doméstica, que é um setor que tem mais baixa escolaridade (Entrevista com o dirigente A – CONTRACS, em 17 de Maio de 2010).

19 - A CONTRACS acaba fomentado esse debate dentro da própria organização, no sentido de melhorar a questão da escolaridade e a capacitação desses trabalhadores (Entrevista com o dirigente A – CONTRACS, em 17 de Maio de 2010).

20 - Tem inclusive o debate, a gente está fazendo com a central, é de trabalhar um processo casado com o processo do seguro desemprego. Você ficou desempregado, você vai buscar seu seguro desemprego durante, a nossa proposta é que durante



esse período que você receba o seguro desemprego exista uma qualificação pra esse trabalhador. Pra ele procurar a reinserção no mercado de trabalho com mais condições de ser valorizado (Entrevista com o dirigente D – CONTRACS, em 20 de Setembro de 2011)

21 - Primeiro é o convencimento dos próprios trabalhadores de que tem que haver a luta de classe. De que eles tem que buscar essa qualificação, segundo é processo de como que você garante isso. Uma das nossas saídas é qualificação coletiva de trabalho e o terceiro é a aceitação pelo lado do empresariado...” (Entrevista com o dirigente D – CONTRACS, em 20 de Setembro de 2011).

Como podemos perceber, tanto o CESP, como a CONTRACS possuem cursos de formação profissional a partir da própria estrutura sindical, e ainda existem projetos e planos para a elaboração de mais cursos de qualificação. Ao analisar o material dos sindicatos com relação a esse tema, percebemos que tanto CESP, como CONTRACS buscam realizar formações com seus sindicalizados utilizando as mais diversas formas possíveis. Encontramos nas duas estruturas sindicais cursos de qualificação profissional, apenas com intuito de formação técnica, para que o trabalhador busque melhores condições de trabalho. Esses cursos, em ambos os sindicatos, contam com o apoio de verbas dos seus respectivos governos. No caso de Portugal, devido à crise é perceptível a redução de verbas para estes cursos, como afirma o entrevistado do relato 15. Além de observarmos essa preocupação em dinamizar cursos de qualificação profissional com o intuito apenas técnico, encontramos a perspectiva dos sindicatos trabalharem a formação dos trabalhadores também para além da lógica apenas do mercado. No caso da CONTRACS percebemos uma preocupação com a formação escolar dos seus sindicalizados, principalmente daqueles que possuem um baixa escolaridade e ocupam empregos mais precários, como no caso das trabalhadoras domésticas (trecho 18). Assim como debatemos em pontos anteriores, encontramos também uma preocupação dos sindicatos com a formação, do trabalhador não apenas como funcionário, mas como um cidadão coletivo. Diante disso, é também uma realidade do CESP e CONTRACS a formação sindical (como já foi debatido em pontos anteriores), uma vez que tentam buscar um equilíbrio entre a formação mais técnica, voltada para o mercado, e uma formação mais humanista, voltada para a criação de trabalhadores críticos do contexto em que estão inseridos, para que daí possam surgir novas lideranças sindicais.

## 5.6 - RELAÇÕES DO CESP E CONTRACS COM SEUS RESPECTIVOS GOVERNOS.

Neste ponto abordaremos a relação de CESP e CONTRACS com os seus respectivos governos federais. Através do material coletado, analisaremos como essas relações afetam, ou podem afetar as políticas sindicais de CESP e CONTRACS. Para aprofundar esse debate será necessário também explicar sobre a ligação, ou não das suas respectivas centrais sindicais (CGTP e CUT) com seus governos. Assim como levantaremos aqui as filiações partidárias presentes nessas estruturas sindicais, e o que tais filiações podem influenciar na dinâmica sindical.

Tanto na CGTP, como na CUT, seus dirigentes na grande maioria, quando não a totalidade, como é o caso da CUT, são filiados a um determinado partido político. No caso da CGTP é o Partido Comunista Português (PCP), e no caso da CUT é o Partido dos Trabalhadores (PT). O mesmo ocorre com o CESP e com a CONTRACS, onde suas direções são diretamente ligados, respectivamente, aos partidos políticos citados acima. É importante observarmos esta filiação partidária dos dirigentes sindicais, pois isso influenciará diretamente a relação dessas estruturas sindicais com os governos nacionais.

Uma diferença que notamos é que no CESP essa ligação com o PCP não é externalizada. Para sabermos dessa ligação é necessário perguntar de forma direta para o dirigente sobre sua filiação partidária. O que notamos é que aparentemente, pelo menos no discurso, os dirigentes do CESP fazem questão de manter a ligação partidária longe do ambiente sindical, pelo menos no ambiente público de atuação sindical. Diferentemente da CONTRACS, onde essa relação é diretamente publicizada, inclusive em espaços de formação, como podemos acompanhar no seguinte relato:

1 - Dia 1º agora nós vamos ter um ato da luta da classe trabalhadora que vai ser lá no Pacaembu às 10h da manhã. E não só os diretórios do PT, mas também as sub-sedes da CUT e alguns sindicatos já está organizando a caravana pra poder ir até o Pacaembu. A CUT já disponibilizou ônibus pra Franca. Pra todas as cidades já foi disponibilizado né. Só a região do ABC pra vocês terem uma idéia são 60 ônibus, de Prudente vem 3 ônibus, de Campinas eles solicitaram 3 ônibus e daqui a pouquinho eles solicitaram mais dois ônibus, então já encheu 5. A gente sabe da dificuldade, que nesse dia nós vamos entregar uma carta de pauta de reivindicação pra Dilma. [...] nós vamos tá entregando lá também um kit por pessoal, as camisetas já vai vim tudo dentro dos ônibus. Eu vou sair pra rodar o estado de SP, já pra poder tá entregando esses kits aí pro PT e também para as sub-sedes da CUT. [...] dia 1º do seis que vai ser lá no Pacaembu, nós vamos tá levando para o diretório do PT e para as sub sedes, e ai vocês vão lá, aderem a esse movimento. E vai ser muito importante vocês lá no dia primeiro lá. Dia da luta da classe

trabalhadora, que nós vamos entregar a pauta para nossa companheira Dilma Rousseff...” (Gravação do Seminário de Formação das Domésticas de São Paulo, em 19 de Maio de 2010).

Como o trecho 1 nos revela, não existe problema para a CONTRACS em realizar essa ligação direta entre PT e sindicato. Inclusive nesse seminário que participamos, tinha muita gente que não era filiada ao PT, mas sim ao sindicato. Percebemos no trecho acima como a relação é tão próxima, chegando ao ponto das estruturas sindicais e partidárias se confundirem uma com a outra. Não queremos fazer aqui um debate que coloque em questão a filiação à uma sigla partidária A ou B. Ação esta que é e deve ser garantida por uma Estado democrático de direito. O que levantamos para o debate aqui, é um sindicato, utilizar de espaços de formação política e de mobilização social, para aproximar sua base filiada com partidos A ou B.

Em outro momento, no mesmo seminário de formação, foi feita uma fala sobre o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva:

2 - O Lula foi um presidente muito próximo das cidades. Com todos os projetos que vocês tem certamente acompanhado. Mas eu vou, alguém aqui viu o filme Lula, Presidente do Brasil? Viu. Quem não viu é bom que vocês vejam. Já tem em DVD, porque vocês vão ver como o Lula dá importância à mãe, à mulher. Todos os programas sociais: ‘Minha Casa, Minha Vida’, ‘Bolsa Família’ ele privilegia a mulher. [...] Vocês vejam a sabedoria do Lula né verdade? Que mostrou que quando você tem compromisso com essa realidade, porque todo mundo acha que o presidente faz tudo, mas ele dá um norte. Agora ele tem que ser cercado por uma equipe dinâmica, né. E faça cumprir aquelas orientações básicas que porventura, que o plano de governo estabelece (Gravação do Seminário de Formação das Domésticas de São Paulo, em 19 de Maio de 2010).

O relato 2, além de mostrar uma linha discursiva personalista, exaltando a história de vida e os “feitos” do ex-presidente, ainda mostra a tônica do que foi este seminário de formação de uma categoria (trabalhadoras domésticas) importante para a CONTRACS. Neste seminário de formação política para as trabalhadoras domésticas de São Paulo, notamos como o discurso da CONTRACS com relação ao governo federal é um discurso de apoio e parceria. Voltaremos ao debate sobre este seminário mais adiante, quando debatermos o CESP e a CONTRACS e suas relações com seus respectivos governos. Mas antes disso gostaríamos ainda de relatar, baseado no trecho 2, como o debate realizado nesse seminário foi, em diversas vezes, personificado na figura do ex-presidente Lula. Em vários momentos, quando o debate se encaminhava para assuntos delicados para o governo federal, como o assunto referente ao orçamento público federal, logo o discurso mudava. Passava-se a personificar o governos federal na figura do ex-presidente Lula, exaltando sua história de

vida, e justificando as políticas federais através da história de Lula e posteriormente a atual presidente Dilma.

Ao analisarmos o material coletado, percebemos que a relação das estruturas sindicais (CESP e CONTRACS) com seus respectivos governos são completamente opostas. De um lado o CESP apresenta um discurso e práticas que revelam uma oposição constante ao governos nos período temporal aqui pesquisado. Esta oposição não varia de acordo com os partidos políticos que estejam à frente do governo. No período analisado o governo português foi dirigido por dois partidos políticos: 1º - O Partido Socialista (PS), que governou entre 2005 e 2011; 2º - O Partido Social Democrata (PSD), que governa de 2011 até os dias atuais, com uma coligação com o CDS - Partido Popular (CDS-PP). Tanto no governo do PS, com no governo do PSD/CDS-PP, o CESP manteve uma posição de constante oposição aos governos e suas políticas, que segundo o CESP aumentaram o cenário de precariedade do trabalho em Portugal. Do outro lado temos a CONTRACS, apoiou e apoia o atual governo federal. No caso do Brasil, durante o período analisado aqui, o governo federal foi dirigido apenas por um único partido, o PT. O que variou foram os presidente: 1º - Luiz Inácio Lula da Silva 2003 - 2010; 2º - Dilma Rousseff 2011 - até os dias atuais. A CONTRACS, juntamente com a CUT apoiaram os candidatos do PT nas eleições desse período (2002, 2006, 2010). E no período analisado aqui, a relação entre CONTRACS e governos federal foi harmoniosa e de parceria.

Como as posturas do CESP e da CGTP, com relação a este ponto, são extremamente antagônicas, optamos por fazer uma análise separada das estruturas sindicais. Primeiramente analisarem a postura do CESP, para depois observarmos a CONTRACS.

Como relatamos anteriormente, a relação do CESP com o governo português, foi e é de constante oposição e atrito. Não faltaram relatos de entrevistas, matérias na imprensa, material impresso, no site e nas redes sociais para comprovar isso. Além disso durante os anos aqui pesquisados, foram inúmeras mobilizações feitas pelo CESP contra as diversas medidas políticas do governo. Optamos por trabalhar aqui os relatos de entrevistas, uma vez que buscamos analisar os discursos, e acreditamos que estes relatos representam bem a posição do CESP com relação ao governo português. Diante disso vamos observar alguns relatos feitos por dirigentes do CESP à respeito do governo:

3 - No nosso país pelo menos desde 2003, sempre houve um grande atentado e os atentados a legislação laboral vêm desde 25 de abril em que houve de fato

conquistas grandes no nosso país e o mundo do trabalho muito para melhor. E desde aí, nesses últimos 37 anos tem sido só a perder. [...] Nos últimos anos tem tido um ataque muito grande às contratações coletivas, aos contratos de trabalho que regulam essencialmente matérias de horários, matérias de atribuições, promoções profissionais, e salários (entrevista realizada com o dirigente G – CESP, em 21 de Julho de 2011)

4 - A legislação em termos de contrato de precariedade no emprego tem a agravar-se depois de perdido o trabalho temporário. Da criação do trabalho temporário, por via do ordenamento dos próprios contratos a prazo e, inclusive, com a criação de uma figura que é completamente, se a lei independentemente poder generalizar diz que só pode estar um trabalhador precário num posto de trabalho que é de fato temporário. [...] vários governos continuam a entender isso como uma medida positiva de emprego para possibilitar a entrada de jovens no mercado de trabalho e como tal não altera a lei. Não é medida positiva de emprego, mas essa taxa de precariedade nos jovens e vejo essa taxa de desemprego nos jovens. Há jovens, há taxa de precariedade nos jovens talvez até os 25 anos é de 52%. Por isso não é uma medida positiva de emprego, muito pelo contrário. Os jovens podem chegar aos 40 anos e ainda procurando o primeiro emprego. [...] Sem dúvida, cada vez mais, e é visível o que estar a gerar é um retrocesso e uma retirada de direitos (entrevista realizada com o dirigente G – CESP, em 21 de Julho de 2011)

5 - O estado a luz da constituição portuguesa devia garantir o bem estar social dos seus cidadãos. E aí deveria trabalhar em prol da sua sociedade. Nós vemos um estado, cada vez mais a fazer com que a sociedade viva em função de uma economia. Causa tudo isto e não só vamos falar porque foi exportado do exterior não, tem a ver com ciências estruturais e económicas também de nosso próprio país, e o estado em vez de potenciar formação profissional, uma maior responsabilidade social das empresas que tem sucesso já não falamos todas, falamos das maiores que contribuam, que tiveram sucesso aqui com estes trabalhadores então tem que contribuir pra esta sociedade, não, pra onde que vão esse dinheiro? Pra negócios ilícitos, o estado preocupa-se em empregar e notar com isso tem privando os trabalhadores não é, de direitos básicos como a contratação coletivas que estar a ser fortemente hipotecada, queremos dividir a contratação em acordos feitos nas varias empresas, tende a fazer isso com maior flexibilidade dos trabalhadores para aumentar a produtividade, para aumentar o rendimento, a possibilidade das empresas vingarem mas, aumentar também a possibilidade das empresas vingarem impondo bancos de horas, trabalho desregulamentado isso, é mais adoecer mais a engrenagem que fazer funcionar não é. Depois vemos grandes empresas com lucros enormes darem recados a outras que estando mais abaixo e jogando mais limpo não conseguem fazer falsa concorrência e o estado a garantir-lhes e fazer o jogo de interesses às grande empresas de distribuição, por exemplo, como vemos o caso dos domingos, em que por exemplo o CESP, o domingo numa sociedade, se uma pessoa evoluir mais e passar dos aspectos religiosos que também tem alguns, é um dia de reflexão e de descanso, é um dia de retoma de energia, é um dia de possibilitar cultura, o relacionamento entre as pessoas, acabou-se com o domingo, o estado avalia de ter alguns parceiros sociais indo em encontro aos interesses do povo, impôs o domingo, ou seja, infelizmente no governo tem enveredado por um caminho neoliberal puro. (entrevista realizada com o dirigente F – CESP, em 18 de Maio de 2011)

6 - Agora que temos o FMI e seus amigos aqui a tomar conta do país, são trabalhadores que sofrem acá à beça tudo aquilo que são os impactos da política do país. [...] nós temos vindo desde a revolução de abril que tem sido, que vem abrindo brechas na legislação cada vez maiores pra permitir cada vez mais a precariedade e a tentar fazer ouvidos mocos e a tapar os olhos ao flagelo social. Nós chegamos a um flagelo social. Não se tem crise pra ajudar este buraco (entrevista

realizada com o dirigente E – CESP, em 09 de Junho de 2011)

Ao observar os relatos 3 e 6, notamos como esta crítica ao governo, por parte do CESP, vem de muitos anos. O dirigente entrevistado expõe que, basicamente, desde 1974 os direitos laborais portugueses vêm sendo atacados. É importante ressaltar aqui que, desde o momento que se estabelece os governos constitucionais em Portugal (1976), a grande maioria dos governos formados ficaram variando entre o PS e o PSD. Porém o entrevistado refere que foi a partir de 2003 que os ataques aos direitos laborais se agravou. Em sua fala o entrevistado “G” elenca diversos fatores que têm contribuído para o aumento da precarização do trabalho em Portugal. Entre eles as questões relativas às contratações coletivas e salários, que vêm, ao longo desses anos, tomando conta dos debates sobre precariedade laboral em Portugal. Nos últimos anos, tentando cumprir a agenda de reformas estabelecida pela Troika, o governo português vem tentando aprovar medidas que geram, cada vez mais, um aumento da flexibilização laboral, e a diminuição sistemática dos salários dos trabalhadores portugueses (Costa, 2012; Leite *et al.* 2013).

Diante de tal ataque à legislação trabalhista, feita tanto pelo governo do PS, quanto PSD, o discurso dos dirigentes do CESP são de uma oposição direta e ferrenha aos governos portugueses dos últimos anos. Inclusive na campanha mais recente, uma parcela importante da sociedade portuguesa, e o CESP faz parte dessa parcela, vem pedindo a “demissão do governo” e a realização de novas eleições.

Percebemos que a crítica do CESP aos governos portugueses dos últimos anos são pontuados através das diversas políticas implementadas por esses governos visando uma maior flexibilização laboral. Segundo o CESP, políticas essas que visam colocar os trabalhadores em situações, cada vez mais precarizadas, em detrimento de dar ao empregador possibilidades de criar e desenvolver vínculos trabalhistas que lhe deem, cada vez mais, vantagens com relação ao trabalhador. Vantagens essas que vão desde o estabelecimento de contratos de trabalho precários, como uma maior facilidade para despedir trabalhadores, sem ter que pagar todos os encargos previstos na legislação laboral. Uma dessas flexibilizações é o trabalho temporário (abordado no trecho - 4, e que já debatemos no ponto referente à precarização), onde muitas vezes os trabalhadores portugueses passam anos, literalmente pulando, de trabalho temporário, para trabalho temporário, sem nunca ter conseguido estabelecer um vínculo empregatício longo, estável e não precário.

Ao longo dos relatos expostos acima (3, 4, 5 e 6), assim como o material analisado,

observamos que como o CESP, durante todo o período analisado aqui, sempre manteve essa postura de oposição aos governos portugueses. Sempre denunciando as políticas que geram precariedade laboral, sempre participando dos momentos de mobilização contra tais políticas, sejam organizadas pela CGTP, ou pela própria sociedade civil. É importante lembrar aqui que o PCP, partido em que a maioria dos dirigentes do CESP é filiada, também sempre se manteve esses anos na oposição aos governos portugueses. Dessa forma, assumir tal discurso de oposição também foi facilitado, pelo fato do PCP nunca ter composto o governo com a maioria, seja PS, ou seja PSD/CDS-PP, e sempre ter feito, assim como o CESP, uma oposição direta e firme no parlamento português aos sucessivos governos.

No transcorrer dos anos, e com a crise financeira se aprofundando em Portugal, notamos também uma mudança no discurso do CESP com relação ao governo. Não que este discurso tenha deixado de ser de oposição e combativo ao governo. O que ocorreu foi um acréscimo de um novo ator nesse discurso: “a troika”. Com a chegada da troika em 2011, e todas as medidas estabelecidas à Portugal, o discurso do CESP com relação ao governo se viu acrescido desse novo ator. Em diversas entrevistas, o fato da troika ter chegado à Portugal e estabelecer a necessidade de reformas no campo laboral, para que pudessem socorrer a economia portuguesa, foi tida pelo CESP como uma perda da autonomia nacional, e “entrega” do país nas mãos do “FMI e seus amigos”, como coloca o entrevistado “G”.

Como já foi descrito em capítulos anteriores, a troika chegou em Portugal com um plano de austeridade, que para a sua execução, era necessário a realização de algumas reformas. Reformas essas, que abrangia alterações na legislação laboral, no sentido de flexibilizar direitos e relações laborais, com o intuito de precarizar ainda mais o mercado de trabalho português, que já se encontrava em um situação preocupante devido à crise financeira que assolava Portugal, desde 2007 até os dias atuais. Com essas exigências, o governo português vem nos últimos anos tentando aplicar a pauta da troika, flexibilizando e precarizando, cada vez mais, o mercado de trabalho. Diante desse quadro, o CESP, em seu discurso e prática vem divulgando e combatendo tais reformas. O CESP faz uma ligação direta entre a pauta da troika e as ações do governo português. Aborda a perda de autonomia do governo português diante da troika, mas sem tirar a responsabilidade dessa perda das costas do governo português, uma vez que considera isso como uma escolha política do governo e não como uma imposição da troika.

Nas mobilizações que o CESP participa, em sua grande maioria organizada pela CGTP,

esse discurso de oposição ao governo português e suas políticas de austeridade, que acabam por gerar um quadro de precarização do trabalho, fica muito claro. Podemos observar como esse discurso é trabalhado e publicizado pelo CESP nos seus meios de comunicação, através das seguintes charges:

### **GOVERNO PROPÕE NOVAS LEIS PARA DESTRUIR A CONTRATAÇÃO COLECTIVA DE TRABALHO E EMPOBRECER OS PORTUGUESES**

A Assembleia da República colocou à discussão pública, até 25 de Junho, as propostas de lei do governo N.º 230/ XII (3º), que visa apressar a caducidade das Convenções Colectivas de Trabalho (CCT's) e os direitos dos trabalhadores que elas garantem, e 231/XII (3º), que visa repor, até 31 de Dezembro, os cortes de 50% no valor do trabalho suplementar e em feriado, empobrecendo os trabalhadores, a segurança social e o fisco, deixando milhões no bolso das grandes empresas.



Imagem retirada de <http://www.cesp1.net/not%C3%ADcias/>. De junho de 2014



**TRAVAR A DESTRUIÇÃO DOS DIREITOS,  
A REDUÇÃO DOS SALÁRIOS, O CORTE DOS  
SUBSÍDIOS E DEFENDER A CONTRATAÇÃO  
COLECTIVA DE TRABALHO**



O governo, do Passos e Portas, quer acabar com os nossos Contratos Colectivos de Trabalho (CCT's) e com os direitos que eles consagram, para aumentar o poder das empresas para imporem unilateralmente ainda piores condições de trabalho e mais baixos salários e cortar os subsídios.

Imagem retirada de <http://www.cesp1.net/not%C3%ADcias/>. De Junho de 2014.

As duas charges acima expressam, de uma forma mais lúdica, qual a visão do CESP com relação às reformas laborais que estão ocorrendo. E sobretudo demonstram sua posição com relação ao governo PSD/CDS-PP. A primeira imagem é uma denúncia contra as reformas que o governo português está tentando estabelecer. Reformas estas que, como a própria imagem aborda, visam flexibilizar direitos, precarizar relações e condições de trabalho. Lembramos que tais reformas fazem parte do pacote de austeridade trazido pela troika, para ser colocado em prática em Portugal. A segunda imagem é relacionada a uma mobilização que ocorreu no dia 10 de julho de 2014. Mais uma vez a imagem mostra um posicionamento de combate ao governos português e suas reformas laborais. Durante os últimos anos foram inúmeras manifestações em que o CESP participou. Na sua imensa maioria apontou os pontos críticos das alterações laborais do governo e da troika.

Com relação a crise financeira pela qual Portugal passa, a postura dos dirigentes do CESP entrevistados é interessante. Uma parte considerável dos entrevistados consideram que a crise econômica portuguesa afeta apenas a classe trabalhadora, uma vez que, segundo os entrevistados, as empresas e os bancos não pararam de lucrar e os ricos de enriquecer. Podemos notar isso nos seguintes relatos:

7 - A crise é só pra alguns. A crise acaba sendo pros trabalhadores. Não tem mais  
204

crise nenhuma. Nós vemos os lucros dos grandes grupos econômicos e eles são escandalosos né. E nós vemos a grande quantidade de dinheiro que rola pra tudo aquilo que é pra o grande capital, ou os patrões. E sabemos que a crise acaba por não ser bem uma crise do país, ou crise da Europa, ou uma crise do mundo. [...] A crise tem sido um pretexto. Não estou dizendo que ela não seja real, que ela não exista. Isto é uma crise do sistema capitalista que chegou até um ponto de estrangulamento básico e agora está a tentar uma fase de sobrevivência voltar a sobreviver. Mas durante este processo que pode até ser chamado de crise, há aproveitamento gigantesco. Os grandes grupos econômicos e os grandes patronatos que vão e conseguem os lucros de hoje em dia (entrevista realizada com o dirigente E – CESP, em 09 de Junho de 2011).

8 - Nunca houve tantas ferraris na rua, tantos carros de alta cilindrada na rua como agora e nunca houve uma pior distribuição da riqueza como há agora. Por isso, o país não está mais pobre, o país continua a insistir e o governo a promover, continua a insistir que quem tem que pagar a crise são os trabalhadores. Porque o dinheiro que se desembolsa continua a não ser tributado, o dinheiro que se gera com as mais valias, com os lucros das empresas continuar a ser tributado e bastava isso. (...) Tem mais um imposto extraordinário, e prevê-se ainda hoje, subiram percentualmente, a media de 15% mas há transportes públicos que subiram 25%, quem é que utiliza os transportes públicos? São os trabalhadores, são as classes mais baixas, e este governo não pode dizer que está a ajudar a classe trabalhadora ou que está a ajudar a classe mais baixa, antes pelo contrário, tá a agravar a situação destes. Sendo que associado a isto, esta classe trabalhadora pagam, além do agravamento dos impostos, além do aumento dos transportes públicos, tem também o agravamento das prestações de casa porque parte deles tem casa comprada e os juros ao crédito de habitação já estão a subir por via do Banco Central, que decidiu e quem tem decidido aumentar as várias taxas de referência (entrevista realizada com o dirigente G – CESP, em 21 de Julho de 2011)

Nos Relatos acima (7 e 8) podemos observar como os dirigentes do CESP conseguem diferenciar a crise econômica pela qual Portugal passa, das reformas e políticas aplicadas pelo governo e pautadas pela troika. O CESP em seu discurso reconhece que existe uma crise no sistema no próprio sistema capitalista, que não atingiu apenas Portugal, mas um conjunto de países da União Europeia e do resto do mundo (Mészáros, 2009). Porém o CESP faz uma diferença de que parcela da população realmente está a ser atingida por essa crise. Nos relatos em questão notamos que para o sindicato, a crise está afetando, em sua grande parte, os trabalhadores e as classes mais pobres da população portuguesa. Isso se deve ao fato das medidas aplicadas, ou em via de serem aplicadas, pelo governo terem como objetivo proteger mais as empresas e bancos do país, do que a própria população. No momento em que o governo busca flexibilizar relações laborais, no sentido de reduzir salários, reduzir direitos, facilitar demissões, flexibilizar contratos, estas medidas acabam por fragilizar os trabalhadores em detrimento do fortalecimento das empresas. O material produzido pelo CESP deixa essa visão muito clara.

Diante disso percebemos um sindicato que reconhece a crise econômica pela qual

Portugal passa, mas tem uma forte crítica sobre as ações implementadas pelo governo, que segundo este, tem por objetivo combater tal crise. Porém o CESP ratifica que tais medidas visam, em primeiro plano precarizar ainda mais o mundo laboral português, do que propriamente combater a crise.

Com relação à CONTRACS e sua ligação com o governo brasileiro, esta se contrapõe radicalmente a postura do CESP com seu respectivo governo. É lógico que sabemos diferenciar os contextos de cada um. O CESP, como já foi falado, é dirigido por lideranças ligadas ao PCP, o que facilita ter um discurso e práticas de oposição ao governo, uma vez que, o PCP nunca participou do governo. Por sua vez, a CONTRACS possui sua maioria de dirigentes ligados ao PT. Partido esse que governa o Brasil desde 2003. Diante disso, logicamente, percebemos como a proximidade entre governo e movimento sindical deve ser difícil, inclusive para separar os papéis de cada um, uma vez que o próprio PT, tem entre os setores que ajuntaram na sua fundação, a própria CUT. Porém o que queremos analisar aqui é justamente até que ponto essa relação entre governo e movimento sindical pode ser considerada “sadia” para a CONTRACS? Até que ponto o apoio da CONTRACS ao governo pode ser prejudicial para a categoria que ela representa? São essas perguntas que buscaremos avaliar a partir dos seguintes relatos:

9 - Com o governo a gente já tem esse projeto tramitando. Nós temos tido dificuldades no Congresso porque ainda não temos 100% dos trabalhadores lá então ainda temos essa dificuldade. O projeto, da mesma forma que estamos apresentando o projeto de regulamentação, os empresários apresentam projeto de fracionar mais, aumentar mais a terceirização. [...] Eu acho, particularmente, que a crise ela trouxe para alguns locais uma precarização maior. Algumas partes do mundo, e outras a gente conseguiu superar a crise como é o caso aqui do Brasil (Entrevista realizada com o dirigente A – CONTRACS, em 17 de Maio de 2010)

10 - Na nossa avaliação, teve um crescimento, um atraso até os últimos com FHC. Teve uma linha, que é o governo do PSDB que teve uma linha atrasada com os trabalhadores. Não tendo crescimento de salário mínimo, não tendo reajuste de salário mínimo. Você teve uma diminuição de emprego, precarização muito maior dos trabalhadores, e nos últimos dez anos nós tivemos já um crescimento, tanto com a luta da centrais e a CONTRACS estava junto. Que é do crescimento do salário mínimo e também automaticamente cresce nesses últimos dez anos. Cresce as condições sociais dos trabalhadores, que é as condições de aumento de salário; nós tivemos no últimos anos maiores aumentos salariais, nós tivemos né, acima da inflação, todos nossos acordos coletivos foram acima da inflação. Não tivemos quase nenhum, quando foi acima, foi empatada com a inflação, não tivemos nenhum a menos. Então dentro do conceito econômico nós tivemos um crescimento no Brasil considerável (Entrevista realizada com o dirigente B – CONTRACS, em 04 de Maio de 2010)

11 - O governo Lula tem um processo de construção de consenso, que às vezes é bom, mas às vezes também tarda muito pra você ter um retorno. Então nós temos tido muitos avanços do lado da questão social, o governo apostou muito e que pra

nossa categoria, para as categorias que nós representamos teve uma relação muito forte, uma, por exemplo, a recuperação do salário mínimo e tendo como diretriz na nossa carta magna de que nenhum trabalhador pode receber menos que um salário mínimo; essa recuperação do salário mínimo para os setores comércio e serviços ela foi muito positiva. [...] Nesse processo do governo, da conjuntura, teve um avanço fundamental que foi a abertura de novos postos de trabalho formal, diminuindo o desemprego, porque é obvio que se você diminui o desemprego diminui essa pressão de não poder se mobilizar porque tem uma fila grande pra entrar no seu lugar, então é um reflexo que vem automaticamente pro nosso setor, pro nosso ramo (Entrevista realizada com o dirigente D – CONTRACS, em 20 de Setembro de 2011)

12 - Em relação a pergunta que você me faz é assim, é uma relação boa, não houve nada maior que chamasse atenção (Entrevista realizada com o dirigente C – CONTRACS, em 18 de Maio de 2010)

Um dos aspectos que nos chama a atenção nessa relação entre o governo do PT e os movimentos sociais, incluindo o sindical, é a ideia de que o governo está em disputa política. Desde 2003, quando o PT assumiu a presidência do PT até os dias atuais a ideia de disputa do governo ainda é passada pelo PT e por alguns movimentos sociais, incluindo o sindical. Esse discurso começou ainda em 2002 quando no processo eleitoral o PT se coligou com setores sociais historicamente contrários aos ideais defendidos pelo próprio PT e pelos representantes dos dois maiores movimentos sociais brasileiros (CUT e MST). Entre esses setores conservadores se encontrava o Partido Liberal (PL), na figura de José Alencar, empresário do setor têxtil, que assumiu a vice presidência da República durante os dois mandatos do ex-presidente Lula.

Diante do fato do PT, para ganhar as eleições de 2002 ter se coligado com setores conservadores, e depois assumido o governo com estes setores na sua gestão, foi construído o discurso da disputa do espaço governamental entre os movimentos sociais e setores progressistas contra os setores conservadores brasileiros. E a CUT dentre esses movimentos sociais era um dos que mais defendia essa tese da disputa do governo federal.

Porém, essa teoria de disputa cai por terra ainda em 2003, quando o governo federal aprovou a reforma da previdência, que entre outras medidas atacava diretamente os direitos dos aposentados e aumentava o tempo de trabalho e idade para que os trabalhadores pudessem se aposentar. A reforma da previdência foi analisada, por alguns setores da sociedade brasileira, como sendo um ataque frontal aos direitos laborais. Diante desse ataque a CUT e sua base, defendendo a teoria da disputa do governo, pouco fez e pouco mobilizou para pressionar o governo para a não aprovação de tal reforma.

Ao longo dos anos esse debate sobre o ambiente de disputa do governo descrito acima,

diminuiu, pois foi ficando claro que desde 2003 o PT, quando assumiu o governo, já tinha feito uma escolha política, e não se encontrava em disputa. Essa escolha foi a de seguir a agenda política e econômica trazida com a globalização hegemônica. É notório que o governo do PT, ao longo dos anos investiu mais recursos em áreas sociais do que governos anteriores, notadamente o governo de Fernando Henrique Cardoso do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Porém ao observarmos o orçamento público federal, concluimos que o governo brasileiro segue a agenda política e econômica traçada pelas instituições financeiras internacionais como FMI e banco Mundial. Em 2014 o orçamento público federal deverá fechar em R\$ 2,300 trilhões de reais, dos quais aproximadamente 43%, ou seja, R\$ 1,000 trilhão de reais irá para juros e amortização da dívida pública. Com isso, percebemos que o governo brasileiro repassa para o sistema financeiro nacional e internacional quase metade do seu orçamento público, reduzindo consideravelmente os investimentos em serviços sociais básicos. Para avaliarmos a política econômica do governo do PT ao longo desses anos, preferimos utilizar uma colocação de Boaventura de Sousa Santos, ao colocar o governo do PT como sendo um “governo neoliberal com pinceladas de assistencialismo”. Ou seja, um governo que investe mais em áreas sociais, porém segue a lógica neoliberal estabelecida pela globalização hegemônica.

Fizemos esta exposição no parágrafo anterior para demonstrar que o governo do PT ao longo dos seus 12 anos não esteve em disputa, e sim seguiu uma agenda neoliberal. Sendo assim esse discurso trazido pelo governo e assimilado pela CUT e sua base de sindicatos não se enquadra na realidade dada.

Porém, ao analisarmos os relatos citados anteriormente (9, 10 e 11), como os dirigentes da CONTRACS assimilaram o debate realizado pelo governo. Ao serem indagados sobre a relação entre a CONTRACS e o governo, a primeira medida é colocar a ideia de que o governo está em disputa. No trecho 9, o dirigente sindical faz menção de que uma lei favorável para CONTRACS ainda não foi aprovada pelo fato de que os “trabalhadores” ainda não são 100% representados no Congresso. A culpa pelo fato da lei que beneficiará os trabalhadores não ter sido aprovada não é do governo, que detém maioria parlamentar, mais sim pelo fato dos trabalhadores não terem a maioria dos parlamentares. Isso demonstra a teoria de que o governo do PT na verdade é “refém” do parlamento. Porém, só observamos tal postura de “refém” do governo, com relação ao parlamento, na hora de aprovar leis que visem mais direitos e benefícios aos trabalhadores. No momento em que se põe em votação

uma medida que beneficie o agronegócio, as grandes corporações, o governo deixa de ser refém e utiliza todas as formas possíveis para a aprovação de tal medida. Seguindo essa lógica, aprova medidas hegemônicas porque o parlamento é de maioria conservadora.

O que observamos na maioria dos dirigentes da CONTRACS, ao serem perguntados sobre essa relação com o governo, foi a assimilação de um discurso governamental. Eles deixam de lado o discurso sindical, e suas pautas, para assumir o discurso do governo com relação à economia. Um exemplo disso é que indagado sobre o governo e a crise financeira, o entrevistado do trecho 9 assume o lugar do governo ao dizer que “nós conseguimos superar a crise”. Essa linha discursiva de superação da crise financeira foi e ainda é bastante utilizada pelo próprio governo federal. Ao analisarmos os relatos 10 e 11, notamos também como os dirigentes sindicais ao falarem sobre esta relação como o governo, utilizam mais uma vez o discurso do governo. Não que não seja importante a recuperação do salário mínimo, que de fato existiu nesses 12 anos de governo do PT. Porém a análise das lideranças com relação ao governo pára por aí. Analisam o crescimento do salário com relação à inflação e ao poder de compra deste, utilizando o mesmo discurso disseminado pelo governo. No trecho 11, percebemos que há também a exposição do aumento dos postos de trabalho formal (que também consideramos importante). Porém a análise, mais uma vez, pára pela parte de propaganda das políticas do governo, e não se aprofunda na sua análise. A geração de empregos formais, por exemplo, tende a combater a precarização laboral, uma vez que se tira trabalhadores do setor informal. Porém, dentro da própria relação formal de trabalho existem práticas e condições precárias, que devem ser combatidas por políticas governamentais. Por exemplo, temos nos últimos anos um aumento nas contratações consideradas flexíveis, e um aumento também na rotatividade laboral (Alves, 2012), causando assim, uma insegurança por parte do trabalhador.

Porém, nem todos os dirigentes da CONTRACS comungam dessa visão com relação ao envolvimento do sindicato com o governo. O relato 12, foi um dos mais interessantes de ser analisado, com relação a este ponto específico. Importante não pelo que o entrevistado falou, mas pelo seu silêncio (Fairclough, 2001). No momento em que realizamos a pergunta sobre a relação da CONTRACS com o governo, o entrevistado deu a resposta transcrita no relato 12, e instantaneamente pediu para que desligássemos o gravador. Quando desligamos o gravador, o dirigente assumiu que esta ligação entre movimento sindical e governo federal é negativa para o movimento, uma vez que, trava a pauta de reivindicações e mobilizações

da CUT e dos sindicatos, em detrimento de manter uma boa relação com o governo e não gerar um situação incômoda ao governo. No momento em que a entrevista acabou perguntei se o mesmo era filiado ao PT e a afirmação foi positiva.

Tal postura descrita no parágrafo anterior nos mostra que tal apoio ao governo da forma que está sendo feito não é um consenso dentro da CONTRACS. Sabemos que o PT é formado por várias tendências de diferentes cunhos teóricos e políticos, o que pode levar a diferentes compreensões sobre o tema debatido aqui. Porém o que chamou a nossa atenção para este fato foi o entrevistado não se sentir confortável para responder essa pergunta sendo a entrevista gravada. O que nos demonstra, minimamente, que as posições contrárias ao tipo de apoio dado, da CONTRACS ao governo, não devem ser bem aceitas dentro da direção da CONTRACS.

Outra questão que nos remete a entrevista do trecho 12, é a questão da mobilização da CONTRACS. O próprio entrevistado nos revelou a diminuição da mobilização social em detrimento do diálogo com o governo, mesmo que em alguns instantes tal mobilização se faça necessária. Isso não é uma exclusividade da CONTRACS. Ao observarmos a CUT, percebemos como esta diminuiu, nos últimos anos sua mobilização social, para partir para o diálogo com o governo. Porém existiram momentos em que era necessário uma grande mobilização social, como no caso da reforma da previdência, e a CUT não apostou na sua mobilização para pressionar o governo, preferindo continuar num diálogo que não gerou ganhos para a classe trabalhadora.

Destacamos aqui mais dois aspectos sobre essa relação entre a CONTRACS com o governo federal. O primeiro diz respeito a da disputa de cargos institucionais no governo federal, como podemos perceber nos seguintes relatos:

13 - Então tem várias conjunturas nacionais que o governo Lula abriu espaços, conselhos tripartites que nós podemos avançar na discussão, tem coisas que a gente poderia melhorar. Um equívoco que a gente avalia de nosso governo foi o fato de ter passado nesse governo o Ministério do Trabalho para o PDT, é uma avaliação que a gente faz que não é positiva porque tem interesses de centrais, então pra CUT isso foi prejudicial, pros trabalhadores em geral; as ratificações das convenções elas tem sido fundamental (entrevista realizada com o dirigente D – CONTRACS, em 20 de Setembro de 2011)

14 - Então foi reaberto lá esse escritório de São Paulo, onde nós com todo nosso campo jurídico e ainda mais com os parlamentares aonde a gente possa ir resolvendo os problemas jurídicos aí de todos os sindicatos que tá pendente. Porque hoje um sindicato da Força Sindical, principalmente, que vai lá entregar seu registro no Ministério do Trabalho quando é amanhã ele já tá com a carta sindical na mão. Enquanto os nossos da CUT, que foi um erro nosso que nós

não pegamos lá aquela pasta do Ministério que botaram lá á frente o Medeiros. E o Medeiros agora largou por causa da campanha dele, mas tá lá uma funcionária de carreira, esperamos que agora já saia uns processos nossos que tá parado lá em Brasília (entrevista realizada no Seminário de Formação das Domésticas de São Paulo, em 19 de Maio de 2010).

Em ambos os relatos (13 e 14) percebemos que existe uma disputa pelo preenchimento de cargos institucionais, notadamente, ministérios. E que para a CONTRACS, assim como para a CUT, o Ministério do Trabalho tem uma maior importância. Nos relatos, os dirigentes da CONTRACS colocam que a não realização de políticas em prol dos trabalhadores é culpa do Partido Democrático Trabalhista (PDT), que tinha assumido a pasta. Porém salientamos que a reforma que mais atacou os direitos laborais, no governo do PT, foi a reforma da previdência, e que na época (2003) a pasta ministerial do trabalho estava sob o controle do PT, na figura do então ministro Jaques Wagner. Mas voltando ao tema percebemos como essa disputa pela estrutura governamental se tornou uma constante no discurso do movimento sindical, e com a CONTRACS não foi diferente. Ainda nesse assunto, observamos como a própria disputa sindical, que ocorre entre a CUT e a Força Sindical (FS), também foi trazida para dentro do ambiente governamental (o relato 14 expõe essa disputa). Existe uma disputa por espaço institucional entre as duas centrais, para que, através da burocracia governamental, determinada central possa ter mais vantagens do que as outras, como por exemplo na rapidez com que se registra um sindicato.

O segundo aspecto que é importante destacarmos é o discurso de dirigentes da CONTRACS, com relação à justiça brasileira. E para isso, observaremos os seguintes relatos:

15 - A gente vê o processo do judiciário no nosso país também. Então dentro desse processo você vê o que é uma conquista para os trabalhadores avançar. A justiça não julga, agora o que é de interesse do patronal pra derrubar a conquista dos trabalhadores tem um julgamento meio que de imediato, então infelizmente a justiça no nosso país tem lado e não é o lado dos trabalhadores, a gente pode ver isso com toda clareza, alguns juristas, alguns juízes e promotores e procuradores tem uma visão um pouco mais voltada aos trabalhadores, mas na sua grande maioria eles são de pensamento de extrema direita trabalhando assim num processo de precarização mesmo do trabalho e fazendo com que as sentenças reforcem isso de... O sindicato não faz o que tem que fazer, o sindicato não é competente, jogando inclusive os trabalhadores contra o movimento sindical (entrevista realizada com o dirigente D – CONTRACS, em 20 de Setembro de 2011)

16 - "O casuísmo do STF.

A Executiva Nacional da CUT, reunida em São Paulo com representantes das CUT's Estaduais das 27 unidades da Federação, repudia o comportamento do Supremo Tribunal Federal (STF), que se colocou a serviço dos conservadores, da



imprensa neoliberal e de todos que querem criminalizar os movimentos sociais e seus representantes no parlamento, usando, inclusive, o processo eleitoral a serviço dos reacionários. A CUT, que sempre defendeu e sempre defenderá o combate à corrupção e aos corruptores, não admite, no entanto, que os juízes julguem por "inferência", pela intenção premeditada. Exigimos que todos os brasileiros sejam julgados e condenados a partir de provas concretas e que a lei tenha o mesmo rigor independentemente de partido, ideias ou concepções políticas. Ou seja, que o comportamento recente do STF não abra caminho para a "flexibilização" da lei brasileira, conforme conveniências políticas. Para que tenhamos um Brasil mais democrático, mais honesto, mais inclusivo e competitivo internacionalmente, defendemos que seja feita uma ampla reforma do Sistema Judiciário Brasileiro, para que as regras legais sejam adequadas à realidade, diminuindo as subjetividades e aumentando a transparência e controle social na gestão, evitando manipulações e casuísmos na Justiça. Reiteramos a importância de realizarmos a reforma política, com financiamento público de campanhas. Democracia se conquista praticando e quem deve governar são os eleitos pelo povo. A CUT é solidária com LULA e com o Partido dos Trabalhadores, responsáveis pelas profundas transformações recentes no País. Como sempre, a CUT vai defender o legado de transformações sociais que conquistamos nos últimos anos, debatendo este tema em todo o Brasil e nas instâncias internacionais.

São Paulo, 10 de Outubro de 2012.

CUT – Central Única dos Trabalhadores"

Os dois trechos acima (15 e 16) são bem enfáticos, de qual o discurso atual da estrutura sindical cutista e da CONTRACS. Essa construção discursiva contra o judiciário brasileiro ganhou intensidade a partir de 2005 com a descoberta de uma esquema de compra de voto de parlamentares, com o intuito desses votarem nas medidas do governo. Esse esquema ficou conhecido como “mensalão”. Diante da descoberta do mensalão e do envolvimento de importantes dirigentes do PT, os movimentos sociais e o PT começaram a construção de um discurso no sentido de pressionar a justiça brasileira sobre o julgamento do mensalão.

No primeiro trecho (15), notamos uma crítica dos dirigentes da CONTRACS com relação à justiça trabalhista brasileira e sua suposta tendenciosidade em julgar casos com uma maior celeridade quando os interesses são patronais. Existe também a acusação da justiça trabalhista brasileira ter uma maior tendência em julgar casos a favor dos patrões, em detrimento da classe trabalhadora. Porém, o que observamos da justiça brasileira é que a justiça do trabalho é uma das que atua com maior celeridade dentre as demais varas judiciais brasileiras. A justiça do trabalho é também vista por dar mais ganhos de causa aos trabalhadores em detrimento dos patrões. Diante disso, compreendemos as colocações deste trecho como sendo uma forma de pressionar a justiça brasileira, no sentido de colocá-la como parcial e tendendo para as “forças” conservadoras da sociedade brasileira.

O segundo relato (16) refere-se a uma nota da CUT com relação ao julgamento do mensalão. A CUT assume aqui o papel de defensor dos dirigentes petistas que foram

condenados pelo Superior Tribunal Federal (STF) no caso do mensalão. Temos que salientar que o esquema de compras de votos, conhecido como mensalão, foi comprovado, pelo STF, juntamente com os seus envolvidos, inclusive com o envolvimento das lideranças petistas. Esse discurso da CUT e de sua base (CONTRACS), com relação à tendenciosidade do judiciário brasileiro, continua até os dias atuais. Porém é necessário lembrar que, no caso do STF, a maioria dos ministros, acusados de serem comprometidos com os “conservadores e imprensa neoliberal”, foram indicados pelos presidentes petistas, Lula e Dilma.

Acreditamos que o ponto principal dessa relação se dá no equilíbrio e em saber trabalhar separadamente os papéis das instituições que representam. É lógico que é difícil para a CONTRACS estabelecer essa relação, uma vez que a maioria das suas lideranças é ligada ao PT. Além disso, ajudaram e deram boa parte de seu tempo de vida para eleger os sucessíveis governos do PT. Porém, percebemos que nessa relação com o governo a instituição CONTRACS deve ser mais do que mera disseminadora de políticas e medidas governamentais. Deve, sim, fazer uma análise aprofundada sobre o impacto de tais políticas governamentais para a sua base de trabalhadores. Apoiar as medidas, quando estas trouxerem ganhos reais para a categoria, e mobilizar sua base, quando surgirem políticas que visam aumentar a precariedade laboral.

Diante do exposto, percebemos como os discursos e práticas do CESP e da CONTRACS, no que diz respeito à relação desses sindicatos com seus respectivos governos, são consideravelmente díspares. De uma lado temos o CESP, com discursos e práticas que visam constantemente fazer um embate direto com o governo português, denunciando e mobilizando sua base contra reformas políticas que visam precarizar as relações e condições laborais. Do outro temos a CONTRACS, assumindo o discurso do governo brasileiro, apostando, cada vez mais, no diálogo com as estruturas governamentais, e investindo cada vez menos, na mobilização de sua base.

## 5.7 - POLÍTICAS DE AÇÕES TRANSNACIONAIS.

Com o modelo de globalização hegemônico se tornando, cada vez mais, uma constante no contexto atual, o debate sobre ações transnacionais do movimento sindical, também se faz necessário. Como foi colocado por Chesnais, entre outros, o capital nas últimas décadas se tornou global. O sistema capitalista, através da globalização hegemônica se organiza e atua globalmente. As multinacionais, que cada vez mais passam pelo processo de oligopolização, traçam seus planos de ação e políticas laborais levando em consideração o contexto global (Chesnais, 1996).

Sendo assim, o movimento sindical necessita encontrar caminhos que consigam dar resposta para essa forma global de organização do capital. Diante disso, os movimentos sociais críticos ao modelo empregado por essa globalização hegemônica, precisam criar redes de comunicação e ações de caráter transnacionais (Webster & Lambert, 2005). Com essa perspectiva, o movimento sindical tem esse desafio de alargar suas áreas de atuação e buscar o desenvolvimento e aprofundamento de ligações transnacionais (Costa, 2008).

A partir desta perspectiva, analisaremos os discursos e práticas empregados pelo CESP e pela CONTRACS com relação à temática.

Um primeiro ponto que observamos na documentação coletada é que a maioria dos dirigentes entrevistados, tanto do CESP, como da CONTRACS, entendem e partilham da visão da importância do tema e a necessidade do movimento sindical se organizar internacionalmente. A partir dos seguintes trechos, de diferentes dirigentes sindicais do CESP e da CONTRACS poderemos visualizar melhor essa questão:

1 - Tem sempre a partilha de experiência e a consultação de organização. É muito importante porque as empresas, a muito que deixaram de ser empresas nacionais e regionais. Elas são ibéricas, elas são européias, elas são internacionais (Entrevista com o dirigente F – CESP, em 18 de Maio de 2011)

2 - É uma força a partir de experiências e, até por cá, quando querem alterar as coisas, por exemplo as leis ou, por exemplo os portugueses fazem muita comparação, e os países estrangeiros que nem sequer sabem que se passa realmente. É ver um relacionamento entre sindicatos, estes sindicatos estrangeiros faz com que a força seja maior, o conhecimento, a troca de experiências (Entrevista com dirigente H – CESP, em 25 de Maio de 2011)

3 - O capital ou as grandes indústrias, as multinacionais ela tá percorrendo o Brasil inteiro, então os trabalhadores precisam ter essa mesma integração e ter dessa mesma liberdade de trabalhar lá fora ou de trabalhar aqui que as multinacionais tem, né? Então por isso nós precisamos organizar também pra ter uma condição melhor no mundo inteiro, e condições iguais, o tratamento ser igual, não ser um

tratamento diferenciado dos trabalhadores, esse é o nosso objetivo e pra nós é uma grande importância que nós temos aí de ver a organização dos trabalhadores a nível mundial (Entrevista com dirigente B – CONTRACS, em 04 de Maio de 2010).

4 - Essa integração ela faz com que a gente organize o trabalhador no mundo inteiro no mesmo objetivo: contra a precarização, contra, pelo melhor serviço público no mundo né, uma condição melhor de trabalho e de vida pros trabalhadores, então assim pra nós é muito importante essa integração internacional (Entrevista com dirigente A – CONTRACS, em 17 de Maio de 2010).

5 - Sem dúvida é um fator que a gente reforça sempre nos nossos debates. É que o mercado e a economia, ela já tá atuando, e cada vez mais fortemente, no espaço global. E que existe uma necessidade imediata do movimento sindical, dos trabalhadores, de também ter uma estratégia global. Então dentro dessa perspectiva, é que a CONTRACS tem hoje participação em entidades internacionais como a UNI (Entrevista com dirigente D – CONTRACS, em 20 de Setembro de 2011).

Nesses trechos notamos que tanto os dirigentes do CESP, como os dirigentes da CONTRACS afirmam a importância desse tema para o movimento sindical. É uma constante no discurso das duas estruturas sindicais o reconhecimento de que as empresas, notadamente as multinacionais, estão se organizando e levando em consideração o cenário internacional. E que diante desse cenário o movimento sindical deve procurar se relacionar com estruturas sindicais internacionais, no intuito de minimamente trocar informações sobre as mais diversas situações laborais encontradas hoje em dia (Webster & Lambert, 2005).

Porém, nos trechos apresentados acima, podemos notar uma tênue diferença discursiva entre o CESP e a CONTRACS, que no transcorrer da nossa análise irá demonstrar uma diferença de concepção e ação sobre a temática em questão. Nos trechos referentes à CONTRACS (3, 4 e 5), notamos que os entrevistados consideram a temática importante, uma vez que as empresas se organizam, cada vez mais, de forma internacional. O interessante é observarmos que, ao reconhecerem a necessidade e importância do tema, apontam para políticas que visam, de alguma forma, construir estratégias de organização de ações internacionais entre estruturas sindicais, com a intenção de combater a precariedade laboral no setor de serviços.

Já nos trechos referentes ao CESP (1 e 2), observamos que a validade do tema é abordado pelos entrevistados, onde colocam a sua importância. Porém, diferentemente da CONTRACS, que visa, a partir desse tema buscar ações de caráter transnacional, os dirigentes do CESP apontam, tais relações transnacionais como importantes para trocas de informação e experiências entre realidades distintas. Temos que salientar que tais trocas de

experiências são importantes para que os sindicatos tenham informação de como o mundo do trabalho está se organizando e das práticas laborais que acabam gerando e aprofundando um quadro de precarização laboral (Costa, 2008). Porém, o discurso das lideranças do CESP não aponta para ações práticas além da busca de troca de experiências e informações. Podemos aprofundar essa nossa análise ao analisarmos os seguintes trechos de entrevistas de outras lideranças do CESP:

6 - Nós achamos que o mais importante de tudo é a ação no próprio país. Ou seja, há tudo aquilo que é uma troca de informação e um processo global que existe, que é importante analisar pra saber pra onde é que o mundo avança e como evolui ou não. E uma troca de experiências é muito importante. Mas o mais importante para nós é a intervenção no próprio país. Porque todos nós temos características muito específicas. E sem essa intervenção de base, no próprio país, dificilmente nós conseguiríamos refletir. Seja a nível mundial, movimentação sindical. Então esse reflexo, a nível global, dar-se quando nos próprios países, nós podemos perceber a intervenção do próprio movimento sindical naquilo que é a sociedade de cada país (Entrevista com dirigente E – CESP, em 09 de Junho de 2011)

7 - Só as trocas de experiência e organização entre as várias estruturas sindicais. Porque as necessidades dos trabalhadores portugueses são diferentes das dos franceses, dos alemães, dos espanhóis, dos gregos, dos brasileiros, argentinos. São especificidades muito específicas e diferentes. Embora o espírito é sempre o mesmo, são todos trabalhadores. (Entrevista com dirigente F – CESP, em 18 de Maio de 2011)

8 - Eu não sou daquelas que acha que a luta é global. Acho que a luta é local. Pode haver partilha de informação que é global. Pode ajudar pra saber como as coisas influem num determinado país, a perceber a real incursão. Até porque, há países que estão mais avançados que outros, que rotativamente a própria precariedade do mercado de trabalho e isso pode ajudar. [...] Agora, eu continuo a defender, eu sou daquelas que defende que ou a luta se faz no local de trabalho ou se nós pensarmos que se faz por cima, perdemos tudo. Porque se não mobilizarmos os trabalhadores não conseguimos nada...” (Entrevista com dirigente G – CESP, em 21 de Julho de 2011)

Acreditamos que esses trechos aprofundam a nossa análise anterior. Os dirigentes do CESP consideram importante tais relações transnacionais como forma de troca de informações e experiências internacionais. Porém, não vislumbram uma política de ações de carácter transnacional. Elencamos dois fatores como sendo os principais para tal postura da direção do CESP: 1º) pelo fato de Portugal estar inserido na União Européia, essa questão transnacional acaba sendo diluída dentro da dinâmica da União Européia; 2º) o outro fator se deve ao momento social, político e econômico pelo qual Portugal está passando, que faz com que o debate nacional se torne muito mais importante e imediato, do que questões internacionais sobre a precariedade laboral. Esses dois aspectos serão trabalhados ao longo deste ponto.

Analisando os trechos acima notamos que os dirigentes do CESP quase que abdicam

da possibilidade de organização de ações transnacionais, em detrimento da organização sindical no âmbito nacional. No trecho 7 o entrevistado relata as diferentes necessidades de trabalhadores das mais variadas partes do mundo, o que na visão dele dificultaria a organização de ações transnacionais. Isso não deixa de ser uma verdade. Porém, temos que salientar que as empresas com atuação internacional, possuem também uma lógica de política interna, que em muitas vezes, coloca os trabalhadores dessas empresas, de diferentes partes do mundo, num cenário de precariedade laboral semelhante (Santos & Costa, 2005).

Na análise do material do CESP sobre políticas transnacionais, bem com nos trechos acima, notamos um discurso que, ao mesmo tempo em que via o tema como importante, colocava a questão nacional como mais importante. É importante apontar que a organização de políticas de ações transnacionais não deve ser colocada em linha de choque com a política nacional dos sindicatos. Essas duas áreas de atuação (nacional e internacional) devem andar paralelamente, para que possam, em conjunto, trilhar ações políticas que atendam não apenas as demandas nacionais, mas também apontem para ações de combate à precarização laboral num âmbito transnacional.

Ao contrário do CESP, os dirigentes da CONTRACS apontam para a construção de ações que vislumbram uma organização de políticas transnacionais, para o movimento sindical, que vão além de troca de experiências entre estruturas sindicais de diferentes países. Um aspecto que pode explicar essa diferença entre as concepções e finalidades do CESP e da CONTRACS sobre políticas de ações transnacionais, pode ser a forma como as respectivas estruturas sindicais buscam participar e interagir com estruturas sindicais fora dos seus respectivos países. Através da análise dos seguintes trechos de entrevistas, podemos observar melhor este argumento:

9 - A esse nível o CESP, por intermédio da CGTP que é filiado a CES, a confederação dos sindicatos, onde depois existem encontros internacionais, onde a pouco tempo aconteceu um dos jovens em África, onde por exemplo, a gente foi partilhar a nível, até porque isso é muito importante de estar em sintonia com o resto do mundo e termos ponto de referência (Entrevista com dirigente F – CESP, em 18 de Maio de 2011)

10 - Sempre que somos convidados, participamos. Quando entendemos que o assunto que vai ser debatido é do nosso interesse e apóia a luta dos trabalhadores. No plano dos locais de trabalho, participamos com regularidade sempre que nos é permitido nos comitês europeus das empresas, mas por opção não somos filiados a nenhuma estrutura internacional [...] Normalmente, aquelas em que existem são as realizadas com a confederação europeia de sindicatos e são aquelas que são motivadas por políticas gerais de emprego, e nessas o CESP solidariza-se da mesma forma que a GGTP solidariza-se enquanto filiada na federação europeia de

sindicatos [...] Não há outras porque, em termos de lutas de massas não há; depois o que há são aquelas participações esporádicas, em ações de luta que são descentralizadas por via dos comitês europeu de empresas (Entrevista com dirigente G – CESP, em 21 de Julho de 2011)

11 - Nós temos os comitês né, que é o Carrefour, o comitê internacional que a gente reúne a integração dos trabalhadores não só daqui do Brasil, mas de outros países. Nós participamos também da “ISP”, que é, deixa eu me lembrar aqui da sigla, Internacional de Serviços Públicos, que eu também faço parte, que aí é mais a parte de limpeza urbana, serviços públicos, que também integra nos outros países. Nós temos uma integração com o sindicato de asseio, que é dos EUA, que também fizemos intercâmbio lá (Entrevista com dirigente A – CONTRACS, em 17 de Maio de 2010)

12 - Pra nós, uma grande oportunidade, essa integração internacional e a gente precisa é cada vez que passa aprimorar ela melhor. Nós temos aí empresas que hoje faz limpeza em outros países e faz limpeza aqui, terceirizando. A exemplo da ISS, a exemplo da Sodecos. Então assim, não tem como um trabalhador do outro país ser tratado diferente, ou ser precarizado e a gente fazer uma luta num só país. A CONTRACS sempre vai valorizar essa questão da integração e do intercâmbio a nível mundial da organização dos trabalhadores. Porque hoje o capital, ele tá atravessando fronteira. Você vê o Carrefour. Ele tá num país, ele tá aqui no Brasil, então a exploração é a mesma. A prática sindical é a mesma. Então pra gente combater, só tem a fórmula da gente se organizar que é a gente organizar os trabalhadores a nível mundial. É ter os intercâmbios pra combater, não adianta nada um país fazer um combate e a gente tá fora desse combate. Então por isso que a CONTRACS, hoje, ela tem a prática de fazer o intercâmbio internacional pra organização dos trabalhadores. Isso para um futuro mundial principalmente na América do Sul, que estamos muito próximos aqui. Nós precisamos de ter uma integração muito forte dos trabalhadores (Entrevista com dirigente A – CONTRACS, em 17 de Maio de 2010).

13 - Existem alguns pontos que são importantes. Que é necessário esse tipo de relacionamento pra que, nem que for aos pouquinhos, pra que se melhore aqui também. Tendo em vista a participação de uma diretora do “SEIU”, que é o sindicato nacional acho que dos Estados Unidos, teve uma passagem aqui no Sindlimpeza. Ficou aqui mais ou menos uns 30 dias, uns 40 dias, conhecendo a nossa categoria e nossa realidade, ela também pode vivenciar (Entrevista com dirigente C – CONTRACS, em 18 de Maio de 2010).

14 - Agora um grande desafio também, a possível construção de uma convenção específica pro trabalho doméstico que vai ser em junho agora desse ano em Genebra. Então vai ter essa conferência internacional do trabalho então vai tá discutindo a oportunidade de ter um. Estamos nos mobilizando junto ao governo federal pra que garanta a participação de pelo menos 20 trabalhadoras domésticas nessa convenção, pra fazer pressão pra dialogar (Entrevista com dirigente D – CONTRACS, em 20 de Setembro de 2011).

15 - Uma outra estratégia que a gente tem trabalhado é essa proposta dos comitês de redes das multinacionais. Especialmente, onde nós trabalhamos intercâmbios com trabalhadores de onde a empresa matriz, por exemplo o Carrefour, a rede Acor, e o grupo Cassinou que são todos franceses (Entrevista com dirigente D – CONTRACS, em 20 de Setembro de 2011).

Ao observarmos o material coletado, percebemos através dos trechos acima que as políticas de relações internacionais (PRI's) do CESP e da CONTRACS são tratadas de formas diferentes nas respectivas estruturas sindicais. No CESP, constatamos uma ligação,

e de certa forma uma dependência, com a CGTP para a realização de tais políticas internacionais. Nos trechos acima (9 e 10) notamos que o CESP utiliza a sua central sindical como intermediário para colocar em prática suas PRI's. Dessa maneira, constatamos através dos materiais coletados, que o CESP, na maioria das vezes, busca construir PRI's a partir de sua central sindical. Destacamos mais uma vez aqui que a PRI do CESP se concentra mais nas trocas de informações e experiências com outras estruturas sindicais internacionais. É interessante observarmos, no trecho 12, que a perspectiva de organização de PRI's do CESP é a de trocas de informações e experiências (que já destacamos que são importantes) e participação em espaços formais de diálogo sobre a questão laboral, quando são convidados. Isso nos remete ao debate realizado anteriormente, onde o CESP, através de seus dirigentes, passam a ideia de que preferem trabalhar na organização do movimento sindical nacionalmente, em detrimento da construção de PRI's, como se o sucesso de uma organização nacional dependesse do insucesso da organização de ações transnacionais. Acreditamos que tal postura está muito ligada ao contexto por qual Portugal está passando, que exige uma maior dedicação do CESP às questões nacionais do que as internacionais. Outro aspecto se deve também ao próprio tamanho do CESP e sua capacidade financeira e humana de dar maior atenção para PRI's, em detrimento da organização nacional, em uma época que a mobilização nacional está sendo extremamente necessária para combater os ataques aos direitos laborais portugueses.

Diferentemente, a CONTRACS tem outra posição discursiva sobre as formas de atuação internacional. Primeiramente ela é mais independente da CUT, do que o CESP é da CGTP. Percebemos que a CONTRACS busca construir PRI's de forma mais independente de sua central sindical, além de buscar relações internacionais com sindicatos do próprio setor de serviços. A partir do material analisado, notamos diferentes formas de atuação da CONTRACS com relação às PRI's. Primeiramente assim como no CESP, a CONTRACS busca se informar e trocar experiências sobre as situações laborais com diferentes países. Assim como o CESP, a CONTRACS participa em locais formais de diálogo sobre a questão laboral. Porém, diferentemente do CESP, que faz questão de assumir sua não filiação internacional em nenhuma estrutura sindical (ler trecho 10), a CONTRACS, faz questão de assumir sua filiação internacional (ISP - Internacional de Serviços Públicos), e de assumir isso como importante para a criação de ações transnacionais (trecho - 11).

É interessante percebermos que a CONTRACS busca diferentes formas de integração



internacional. Além da busca de filiação em organizações internacionais, existe também o intercâmbio de dirigentes (trecho - 13) como forma de troca de experiências de realidades de atuação sindical diferentes. Outra forma de intervenção é a participação em fóruns internacionais específicos que visam debater a precariedade laboral no setor de serviços (trecho - 14). Nesse trecho, o dirigente da CONTRACS faz a menção da participação do sindicato em uma conferência em Genebra, para tratar da precariedade laboral que afeta o trabalho doméstico. O importante de ser analisado nesse trecho é que além da participação do sindicato, este ainda tenta levar uma representação de trabalhadoras domésticas para participar do evento. Dessa maneira, percebemos que além da disposição de participar de eventos ligados ao setor de serviços, a CONTRACS tenta fazer com que trabalhadores sindicalizados da base participem, para se inteirarem dos debates que estão ocorrendo internacionalmente sobre a sua respectiva categoria. Esse aspecto nos faz refletir sobre o maior empenho da CONTRACS em detrimento do CESP, com relação à participação em espaços geradores de PRI's, inclusive envolvendo sua base sindicalizada para participar desses espaços. Porém essa é a nossa análise realizada em um determinado tempo, período histórico, que pode revelar também que nesse determinado período, as demandas, realidades e possibilidades de organização dos sindicatos analisados limitavam, no caso do CESP, ou possibilitavam, no caso da CONTRACS a elaboração de PRI's, com uma maior ênfase.

Outra forma de criação de ações transnacionais colocadas em prática na CONTRACS são os comitês de rede nas multinacionais (trecho - 15). No CESP essa prática é tida, pelos seus próprios dirigentes (trecho - 10), como esporádica. Na CONTRACS, a maioria dos dirigentes tem em seus discursos (exemplificado pelo trecho - 15) a ideia de que tais ações devem ser difundidas pelo sindicato. Temos que salientar que tal forma de tração sindical tem por intuito criar uma rede de comunicação, informação e ação entre trabalhadores de uma mesma empresa, localizados em países diferentes (Santos e Costa, 2005; Costa e Costa, 2014). Essa tática de ação transnacional busca coletar informações sobre as relações laborais dentro de uma mesma empresa, como o Carrefour (pegando o exemplo do trecho 15), que possui filiais espalhadas por diversos países. A partir da coleta dessas informações, sobre a relação laboral da empresa com seus funcionários em diferentes países, os sindicatos podem traçar planos de ação em conjunto, visando combater relações de precariedade laboral, ou lutar por direitos que os funcionários da empresa possuem no país A, mas que no país B não existe.

Podemos encontrar esta forma de ação sindical transnacional nos mais variados setores. Tanto no setor de serviços, pegando a CONTRACS como exemplo, como no setor industrial, onde temos como exemplo os trabalhadores ligados à Volkswagen da América Latina e da Europa, se organizando em conjunto para combater relações de precariedade laboral no seio desta multinacional (Costa, 2005; Costa e Costa, 2014).

Vale lembrar aqui a importância das estruturas sindicais dominarem as novas tecnologias de informação. Sem dúvida, um dos aspectos positivos trazidos com a globalização foi o desenvolvimento de tecnologias de comunicação, que colocaram o termo “comunicação” em um novo patamar (Castells, 2004). Por sinal, um patamar em que a comunicação global passou por uma revolução tecnológica, possibilitando a comunicação ser realizada, não importando a distância, em tempo real, instantâneo.

O domínio dessas ferramentas de comunicação por parte do CESP e da CONTRACS acaba por propiciar aos sindicatos um novo ambiente de comunicação, informação, troca de experiências e organização de ações políticas. Ambiente este propício não apenas aos dirigentes, mas na relação entre sindicato e sindicalizados, entre sindicato e sociedade. Abre a possibilidade de trocar experiências e formular ações não apenas em caráter nacional, mas transnacional também (Webster & Lambert, 2005). Vale salientar também o baixo custo dessas tecnologias, uma vez que, uma parte considerável do sindicalismo português e brasileiro apresentam problemas de arrecadação financeira, para colocar suas políticas em prática.

No que diz respeito à utilização de tecnologias de comunicação ao serviço de PRI's, tanto CESP como CONTRACS utilizam pouco essa ferramenta. Ambas estruturas sindicais fazem uso das ferramentas de comunicação virtual (site, facebook, twitter), porém questões internacionais são pouquíssimo abordadas e debatidas. Como não tivemos acesso às possíveis informações trocadas entre dirigentes do CESP e da CONTRACS com estruturas sindicais internacionais, analisamos apenas a comunicação pública das duas estruturas sindicais em questão, com sua base sindicalizada e com a sociedade de um modo geral. Nessa análise de material, que trata a questão de PRI's, são pouquíssimas as vezes que CESP e CONTRACS abordam a temática, tanto nos respectivos sites, como nos seus perfis nas redes sociais. Diante disso o público geral, seja sindicalizado ou não, não consegue se informar sobre a importância da temática em questão, nem sabe se existe alguma ação sendo feita pelos sindicatos em caráter internacional.

Algo que nos chamou a atenção, notadamente no discurso da CONTRACS, foi que a disputa entre as estruturas sindicais brasileiras acontece até mesmo no debate sobre PRI's. Conforme o trecho abaixo, podemos melhor observar esta informação:

16 - As entidades do nosso país que participam desses mesmos espaços levam uma realidade diferente pro debate do que é aqui vivido. Às vezes por ter uma proximidade com a empresa, ou com essas situações, aí vai um representante de outra central sindical que não seja a CUT. Aí vai lá e fala maravilhas do Carrefour, por exemplo. Que não tem problema, que o Carrefour respeita e tal. Aí vamos nós, entidades filiadas da CUT e dizemos 'não, o Carrefour tem práticas anti sindical, demite dirigente tem isso, isso e isso'. Isso cria um fator que também é contraditório (Entrevista com dirigente D – CONTRACS, em 20 de Setembro de 2011)

O trecho 16 deixa muito claro como a disputa entre as centrais sindicais brasileiras chega também aos sindicatos de base. Mesmo em espaços internacionais essa disputa de modelos de movimento e atuação sindical aparece. No caso em questão, a disputa se deu com a Força Sindical (central sindical mais ligada ao patronato) e a CUT. Isso mostra também a necessidade da CONTRACS em participar desses espaços internacionais, uma vez que eles acabam por se tornar também espaços de disputa entre os próprios sindicatos brasileiros.

Após falarmos sobre as formas com que tanto CESP como CONTRACS buscam criar PRI's, observaremos aqui as limitações existentes por ambos os sindicatos com relação ao tema. Limitação essa que os próprios dirigentes enxergam, como o seguinte trecho expõe:

17 - Infelizmente nós ainda estamos aquém do que deveríamos ter nesse processo. Então estamos avançando a passinho de tartaruga. Mas buscando discutir com essas entidades internacionais acordos macros, globais. Onde minimamente estejam garantidas algumas questões que todos países podem aplicar. Que é o processo da livre organização sindical, autônoma e livre. Sem as práticas anti sindicais. Então são demandas que a gente tem levado. A questão do trabalho decente, a gente tem buscado trabalhar internacionalmente (Entrevista com dirigente D – CONTRACS, em 20 de Setembro de 2011).

As limitações do CESP e da CONTRACS, no que diz respeito a formulações de PRI's, partem dos mais variados aspectos. Primeiramente existe o aspecto da própria fragmentação da classe trabalhadora, e da crise de representatividade do movimento sindical (tema que já debatemos no ponto referente à fragmentação). Isso faz com que as estruturas sindicais, do CESP e da CONTRACS não fujam à regra, passem também por dificuldades de se organizarem internacionalmente. Em segundo lugar podemos destacar a limitação financeira do CESP e CONTRACS em estabelecer PRI's que garantam um intercâmbio de dirigentes em outros países, a participação de uma delegação em encontros internacionais. Essa

limitação pode se dar por fatores diferentes entre CESP e CONTRACS. No primeiro acreditamos que se deve ao contexto social, político e econômico pelo qual Portugal está passando. Isso faz com que o CESP tenha que concentrar não só suas finanças, como também seus dirigentes na atuação nacional do sindicato, deixando a atuação transnacional em segundo plano. Com relação à CONTRACS temos que levar em consideração que este sindicato atua em um país de dimensões continentais. Sendo assim, para conseguir atuar no Brasil, a CONTRACS acaba por ter um gasto não apenas financeiro, como de material humano também. Pelo que podemos observar ao manter contato com a CONTRACS, eles possuíam poucos dirigentes nacionais para atender a demanda do sindicato. Sendo assim, mesmo tentando participar dos espaços e construir ações transnacionais, os próprios dirigentes da CONTRACS acreditam que ainda existe um espaço muito grande para avançar, no que diz respeito à PRI.

Outro fator para a limitação de políticas de ações transnacionais, este notadamente encontrado no CESP, se deve ao pouco convencimento da importância do desenvolvimento de tais políticas transnacionais. A maioria dos seus dirigentes concordaram sobre a importância de tal tema, mas durante o transcorrer desse ponto observamos que esta importância se concentra mais no discurso e pouco em ações práticas. Dessa maneira, se os próprios dirigentes não se convencerem da importância do movimento sindical buscar articulações internacionais, este tema nunca ganhará a devida força no debate sindical. Essa observação nos leva a outra caracterização dessa fragilidade do tema, que se refere ao pouco acúmulo acadêmico que temos com relação ao tema de transnacionalização do movimento sindical (Costa, 2005). A maioria dos estudos sobre a temática se concentra na análise de centrais sindicais e suas posturas com relação ao assunto. São poucos os estudos sobre o assunto referente a um determinado setor produtivo e sua representação sindical.

Acreditamos que a construção de PRI's entre essas estruturas sindicais seria extremamente salutar para o sindicalismo português e brasileiro. Notadamente, no dois países encontramos aspectos que nos faz pensar que tais relações transnacionais iriam ser positivas. Além de Portugal e Brasil terem vários pontos em comum, principalmente a língua, nas questões laborais no setor de serviços possuem também aspectos semelhantes. Existem multinacionais que atuam em Portugal e no Brasil e que praticam, em ambos os países, ações geradoras de precariedade laboral e desrespeito a direitos laborais. Temos o setor de telemarketing, que cresce amplamente nos dois países, e que é palco,

constantemente, de situações precarizantes e completo desrespeito às leis laborais (Braga, 2014).

Existe um vasto campo que tanto CESP como CONTRACS poderiam aproveitar, para começarem a criar PRI's, que visem combater as relações laborais precárias existentes no setor de serviços em ambos os países. Porém, cada sindicato analisado aqui passa por um contexto específico, que pode levar a não possibilidade de criação de tais relações transnacionais. Contudo, acreditamos que a diminuição da precariedade laboral no setor de serviços, na contemporaneidade, passa também pela construção de Políticas de Relações Internacionais, entre o movimento sindical do setor de serviços, e com atores sociais que tem como pauta o combate a precariedade laboral.

Para que possamos observar de uma forma mais objetiva as semelhanças e diferenças entre CESP e CONTRACS, segue um quadro analítico com os principais aspectos analisados:

Quadro 2: Semelhanças e diferenças nos discursos e práticas de CESP e CONTRACS

	<b>CESP</b>	<b>CONTRACS</b>
<b>Precarização do trabalho</b>	<p>- Os dois sindicatos apresentam semelhanças no entendimento sobre a precarização do trabalho. Observam como a precarização do trabalho evoluiu durante o processo de globalização hegemônica. O tema precarização é central no debate dos dois sindicatos, tanto no aspecto discursivo, como na elaboração de ações que visem combater esse quadro de precariedade. Tratam o tema precarização desde os aspectos internacionais, passando por sua aplicabilidade nos seus respectivos países, através das políticas neoliberais dos seus governos e práticas das multinacionais.</p>	
<b>Fragmentação</b>	<p>- O tema fragmentação é abordado por CESP e CONTRACS como sendo um problema para a atuação sindical. Os dois sindicatos observam que a fragmentação tanto ajuda no aumento da precarização, como é fortalecida pela própria precariedade laboral. Tratam a terceirização como uma forma de trabalho que acaba por aumentar a fragmentação.</p>	
<b>Estruturas de rede</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O CESP busca uma maior aproximação com sua base a partir de uma estrutura de rede mais horizontalizada.</li> <li>- Busca tomar decisões debatidas em ambientes mais horizontais, com a participação das entidades locais.</li> <li>- Através dessa prática o CESP tenta uma maior proximidade entre sindicato e trabalhadores.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A CONTRACS visa um alargamento do elo com sua base através de uma estrutura de rede mais verticalizada, respeitando as estruturas nacional, regionais, estaduais e locais.</li> <li>- Essa postura se deve a própria geografia do Brasil, assim como a disputa sindical entre as centrais sindicais brasileiras.</li> </ul>
<b>Instrumentos e práticas de intervenção</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- CESP e CONTRACS colocam a sindicalização como um dos principais instrumentos de intervenção para combater a precarização laboral. A busca por uma maior sindicalização se deve também às disputas que existem entre suas respectivas centrais sindicais com outras centrais em seus respectivos países.</li> <li>- Organizar a juventude e realizar formação política para seus dirigentes também são ações encontradas no CESP e CONTRACS. A CONTRACS possui inclusive uma secretaria de juventude na sua estrutura sindical</li> <li>- As ações dos dois sindicatos estão muito ligadas as pautas das suas respectivas centrais sindicais (CGTP e CUT). O CESP busca também ações com outros movimentos sociais que possuem pautas semelhantes.</li> <li>- A formação de quadros político no CESP é realizada pelo sindicato e em alguns momentos em parceria com a CGTP.</li> <li>- Na CONTRACS a formação dos quadros políticos é realizada a partir da estrutura de formação sindical da CUT.</li> </ul>	

Continuação do Quadro 2: Semelhanças e diferenças nos discursos e práticas de CESP e CONTRACS

	CESP	CONTRACS
<b>Qualificação profissional</b>	<p>- Os dois sindicatos observam a importância da qualificação profissional para os trabalhadores do setor de serviços. Mas salientam que a qualificação por si só não reduz a precarização, uma vez que existem trabalhadores qualificados em empregos precarizados. Observam também a responsabilidade do empregador em possibilitar, conjuntamente com o trabalhador, a realização desta qualificação.</p>	
<b>Relações com seus respectivos governos</b>	<p>- Tem uma relação de oposição ao governo português. Critica constantemente as políticas implementadas pelo governo no ambiente laboral. Realiza ações em conjunto com a CGTP e outras instituições, denunciando e cobrando políticas governamentais de combate a precarização laboral.</p> <p>- No atual cenário de crise, o CESP cobra constantemente do governo português políticas anti-austeridade implementadas pela Troika.</p>	<p>- Tem uma ligação com o PT, que lidera o governo federal desde 2003. Assim como a CUT, a CONTRACS aposta numa relação mais voltada ao diálogo com o governo federal. Mesmo quando o governo aplica medidas que confrontam os direitos laborais, a CONTRACS prefere o diálogo à mobilização social contra as medidas do governo federal.</p> <p>- No atual cenário de crise no Brasil, a CONTRACS cobra, a partir do diálogo, que o governo brasileiro não retire direitos laborais, como forma de sair da crise.</p>
<b>Políticas de relações internacionais</b>	<p>- CESP e CONTRACS acreditam na importância da organização internacional de ações de combate a precariedade laboral. Defendem o diálogo e a formulação de ações em conjunto com estruturas sindicais de outros países.</p> <p>- Na prática não desempenham muitas ações de caráter internacional. Essa falta de ações internacionais se deve as realidades financeiras dos sindicatos e aos contextos nacionais, que acabam por demandar um maior atenção de CES e CONTRACS.</p> <p>- É um tema que necessita uma maior atenção por parte dos sindicatos analisados. Como falamos anteriormente, em um contexto onde o mercado laboral está cada vez mais globalizado, é importante que o movimento sindical pense e construa ações de caráter transnacional para combater a precariedade laboral.</p>	

## **6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao longo dessa tese observamos como o mundo do trabalho se transformou nas últimas décadas, e como o modelo de globalização hegemônico contribuiu para essas alterações. No transcorrer desse trabalho acompanhamos como a precarização laboral é colocada em prática em diversos processos e setores produtivos. Certamente o tema principal desta tese é o da precarização laboral, notadamente no setor de serviços. Porém, acreditamos que se faz necessário nessa conclusão, para além de uma reflexão sobre a precariedade laboral encontrada no setor de serviços, e combatida por CONTRACS e CESP, voltar as temáticas analisadas sobre os sindicatos no capítulo 5. Para isso relembramos os sete eixos temáticos, nos quais baseamos nossas análises, para que assim possamos reavivar as semelhanças e diferenças entre os discursos e práticas de CESP e CONTRACS.

Revisitamos o tema da precarização do trabalho e as leituras que CESP e CONTRACS fazem da temática, baseados nas análises realizadas no capítulo anterior. Vamos debater os pontos de interseção e de divergência dos discursos da CONTRACS e do CESP sobre as mais variadas categorias que analisamos no capítulo anterior. Tratamos nessa conclusão também de uma pauta que encontramos presente nos dois sindicatos, que é a pauta do trabalho digno desenvolvida pela OIT.

### **6.1 - PRECARIZAÇÃO: SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS NOS DISCURSOS E PRÁTICAS DA CONTRACS E DO CESP**

Ao longo da tese dialogamos sobre a precarização do trabalho no setor de serviços no Brasil e em Portugal. Apresentamos dados sobre a situação laboral nos dois países ao longo desses últimos anos, e analisamos os discursos e práticas da CONTRACS e CESP sobre essa temática. Iremos agora observar quais as diferenças e semelhanças nos discursos das duas estruturas sindicais em questão, e como estas apontam para um maior combate às formas de precariedade laboral no setor de serviços.

Sendo assim, para melhor sistematizar essa conclusão, construímos nossas observações a partir da disposição de como o tema da precarização foi apresentado no quinto



capítulo, para que assim possamos observar, nos mais variados aspectos, como CONTRACS e CESP constroem seus discursos e práticas sobre a temática em questão.

Antes de mais nada é necessário observar qual o entendimento que CONTRACS e CESP fazem sobre precarização. E nesse aspecto as entidades sindicais apresentam uma indiscutível semelhança em seus discursos. Compreendemos que de forma correta tanto CONTRACS como CESP analisam o tema precarização laboral desde o cenário internacional, passando por sua aplicação nos respectivos países, até chegar no dia a dia do trabalhador. Os dois sindicatos coerentemente compreendem que a precarização laboral possui uma ligação com o modelo de globalização hegemônico debatido anteriormente. Nas suas construções discursivas, os sindicatos consideram que as regras e normas econômicas e políticas apresentadas no Consenso de Washington e desenvolvidas e aprofundadas ao longo das últimas duas décadas ajudaram a aprofundar um quadro de precarização do trabalho no setor de serviços. E nesse cenário internacional tanto CONTRACS como CESP identificam a importância de se observar o papel das multinacionais e suas relações com os governos nacionais e locais. Assim como foi debatido aqui nos capítulos teóricos, os sindicatos também avaliam que o nível de poder adquirido pelas multinacionais no contexto da globalização hegemônica fez com que estas tomassem um importante papel no atual cenário de precariedade laboral.

De forma correta CONTRACS e CESP avaliam que a transição dessas políticas internacionais, estabelecidas pela globalização, para as políticas aplicadas nos mais variados países passa pela lógica neoliberal de implementação de normas e regulações econômicas e políticas que acabam por gerar uma maior precarização laboral. E nesse instante as multinacionais voltam ao debate. Na constante relação entre as multinacionais e os governos nacionais e locais, estes visam, através de redução de impostos, taxas e direitos laborais, atrair os investimentos internacionais das multinacionais. Diante disso temos um aumento considerável das formas precárias de trabalho, principalmente no setor de serviço. Através das políticas neoliberais podemos acompanhar o estabelecimento de uma lógica precária de trabalho, uma vez que para atrair investimentos internacionais estes governos acabam por flexibilizar suas relações laborais.

Após realizarem essa análise que parte do cenário internacional, passando pelo estabelecimento de políticas neoliberais como fatores que explicam e conceituam o quadro de precarização do trabalho contemporâneo, CONTRACS e CESP elencam como essa

precarização chega até o trabalhador através de formas de trabalho precários. E tanto CESP como CONTRACS analisam, assim como o debate teórico realizado em capítulos anteriores, que a terceirização é uma das formas que acabam por gerar relações laborais precárias. Tanto no discurso como nas práticas, os sindicatos analisados apontam para um mesmo caminho. O de identificar a terceirização como uma estratégia empresarial que, na maioria dos casos, estabelece condições laborais precárias. Como foi citado anteriormente, algumas empresas que se utilizam da terceirização utilizam trabalhadores extremamente qualificados, em vínculos laborais não precários. Porém na maioria das relações laborais que se utilizam da terceirização, os vínculos laborais e as condições de trabalho são precarizadas. E é com essa realidade precária que CONTRACS e CESP avaliam que a terceirização é uma forma de se estabelecer vínculos e condições laborais precarizantes.

É interessante, agora que acompanhamos os discursos dos sindicatos sobre o conceito de precarização e como esta chega até o trabalhador, observar quais são os trabalhadores mais precarizados<sup>25</sup> representados por CONTRACS e CESP. Levando em consideração o caráter cada vez mais globalizado dos mercados de trabalho, e que para as multinacionais já não existem mais fronteiras, para estas se estabelecerem nos mais variados lugares uma das categorias mais precarizadas comum aos sindicatos são os trabalhadores de *call center* e *telemarketing*. Como foi falado no capítulo anterior, essa categoria de trabalhador é uma das mais precarizadas dentro do setor de serviços, uma vez que não contam, na sua maioria, com vínculos de trabalho estáveis e as condições de trabalho também não são apropriadas. Isso demonstra que mesmo em contextos sociais, históricos e econômicos distintos, essa categoria de trabalhador é considerada precarizada pelos seus respectivos sindicatos. Este dado nos faz afirmar que os trabalhadores de *call center* e *telemarketing* são uma categoria, na grande maioria dos casos e independentemente do país, precarizada (Braga, 2014).

Outro aspecto trazido pelos sindicatos ao debater precarização do trabalho, foi a questão da formação profissional. Nesse ponto CONTRACS e CESP possuem discursos e ações semelhantes. Ambos observam que com o avanço da acumulação flexível o debate sobre qualificação profissional ganhou força. E que a falta de qualificação também é um

---

<sup>25</sup> Logicamente essa análise tem um caráter mais informativo, uma vez que cada uma dessas categorias merecem um estudo futuro mais aprofundado sobre suas realidades laborais e expectativas sindicais. Assim como as trabalhadoras domésticas, representadas pela CONTRACS, merecem um estudo mais aprofundado aliado também ao debate de gênero.

gerador de precariedade. Os dois sindicatos acreditam que a formação profissional é de grande utilidade para o trabalhador do setor de serviços, mas ambos condenam a forma como ela é cobrada ao trabalhador. Condenam a ideia, trazida pela lógica da acumulação flexível, de que o trabalhador é o único responsável por buscar essa qualificação, e caso não consiga realizá-la este é o único culpado pelo seu insucesso. Os sindicatos acreditam que a busca por qualificação profissional é uma obrigação tanto do próprio trabalhador, como também das empresas, uma vez que estas acabarão por lucrar com tal qualificação. Defendem que as empresas têm que dar condições para que o trabalhador possa realizar sua formação, como por exemplo organizar o horário de trabalho do funcionário, para que este tenha tempo para realizar sua formação. Além da semelhança na análise da importância da qualificação profissional e da necessidade de que seja algo em conjunto (trabalhador e empresa), os sindicatos também se assemelham nas ações praticadas sobre esse tema. CONTRACS e CESP oferecem cursos de formação profissional. Esses cursos são oferecidos pelos sindicatos em parceria com seus respectivos governos (no caso do CESP as verbas governamentais têm diminuído constantemente, devido a crise financeira pela qual Portugal passa). Esse fato demonstra que, para além do discurso da importância da qualificação profissional, CESP e CONTRACS também buscam oferecer ao trabalhador do setor de serviços cursos para que estes possam ocupar postos de trabalho menos precários. Os sindicatos deixam claro que a qualificação profissional ajuda a combater a precariedade. Porém, isso não quer dizer que um trabalhador qualificado no setor de serviços está longe da precariedade laboral. Como foi relatado anteriormente pelos sindicatos, existem trabalhadores qualificados que estão inseridos em trabalhos precários. Podemos acompanhar a afirmação anterior no mercado de trabalho português, que passa por uma crise, onde encontramos trabalhadores qualificados ocupando funções precarizadas (Costa, 2012).

Um aspecto importante de ser analisado, principalmente depois da revolução tecnológica que passamos nas últimas décadas, é a implementação de novas tecnologias e sua relação com a precarização do trabalho. Mais uma vez CONTRACS e CESP se assemelham quando debatem este tema. Para os sindicatos o problema não está na introdução de novas tecnologias no setor de serviços. O problema está no momento em que essas novas tecnologias acabam gerando uma precariedade laboral. Como vimos, a partir dos discursos dos sindicatos, a precarização do trabalho advinda da introdução de novas tecnologias pode ser encontrada de diversas formas: a) com a simples troca de postos de trabalho por novas

tecnologias de automação; b) com a automação de alguns serviços, trabalhadores passam a ser responsáveis por serviços que vão além das funções para os quais foram contratados; c) fazendo uma ligação com o parágrafo anterior, a falta de qualificação profissional para lidar com essas novas tecnologias também pode gerar uma precariedade, uma vez que acaba por limitar o trabalhador nas funções que pode desenvolver.

Outro aspecto que CONTRACS e CESP se assemelham é na análise sobre os vínculos empregatícios. Com a flexibilização laboral, os vínculos laborais também se flexibilizaram e os sindicatos em questão avaliam que tais vínculos criam relações laborais precárias. Principalmente os vínculos baseados nos contratos temporários, que acabam por colocar uma data na qual o trabalhador pode ser desempregado. Outra precariedade vinda dos vínculos e abordada pelo sindicatos é de que são os trabalhadores com vínculos mais frágeis que estão sujeitos a uma precariedade maior. Isso ocorre devido ao fato de estes trabalhadores acabarem por assumir funções mais precárias e ritmos de trabalho mais intensos.

Ao relatar sobre vínculos laborais precários, vale salientar que existe uma parcela da população, tanto do Brasil como de Portugal, que sofre com relações precárias de trabalho, que vão desde o vínculo até as condições laborais: trata-se da população jovem. Mais uma vez CONTRACS e CESP se assemelham nas suas avaliações sobre a relação entre juventude e precarização. Os dois sindicatos consideram como grave a situação laboral da juventude nos respectivos países. Os jovens por vários motivos acabam por adentrar em relações laborais precárias, entre eles estão: 1º) mais circunscrito a Portugal, o desemprego estrutural acaba por gerar também uma maior precariedade na juventude, uma vez que estes jovens, diante da crise, acabam por aceitar empregos precários para não caírem no desemprego. Além também dos altos índices de desemprego na juventude, como por exemplo os 35,4% dos jovens até 25 anos que estão desempregados em Portugal (Eurostat, 2014); 2º) a falta de qualificação e experiência profissional também fazem com que os jovens acabem aceitando empregos e condições laborais precárias. E nesse tema de juventude, CONTRACS e CESP possuem ações bem similares. Ambos os sindicatos têm ações específicas para dialogar com a juventude e combater a precarização relacionada a essa parcela da sociedade. Além das ações que visam combater a precarização, os sindicatos adotam uma política de trazer a juventude para dentro da estrutura sindical. Com o intuito de renovar seus quadros CESP e CONTRACS partem de ações diferentes para atrair a juventude para o debate sindical. Seja o CESP com a mobilização dos jovens nos locais de trabalho, seja a CONTRACS com a

formação de uma secretaria de juventude, ambos os sindicatos estão tentando trazer a juventude para o dia a dia dos seus sindicatos, para que assim possam renovar seus quadros, e também possam atender uma parcela da sociedade extremamente precarizada laboralmente.

Outro aspecto referente a precarização do trabalho, que CONTRACS e CESP se assemelham nas suas posições é no que diz respeito a saúde do trabalhador. Os sindicatos acreditam que para além dos próprios acidentes de trabalho, que qualquer trabalhador está sujeito, a flexibilização laboral também contribuiu para um aumento dos problemas de saúde do trabalhador. No momento que o trabalhador não possui estabilidade laboral, possui vínculos precários, suas horas de trabalho e de descanso não são respeitadas, e trabalham sob um ritmo laboral intenso, este pode apresentar problemas de saúde referentes ao seu trabalho precarizado. Sendo assim, os sindicatos em questão avaliam que a flexibilização e precarização laboral contemporânea acabam por inserir novas realidades laborais, que acabam por aumentar as possibilidades do trabalhador apresentar problemas de saúde por causa do seu emprego.

Um aspecto desse quadro de precarização do trabalho no Brasil e em Portugal são os sentimentos de insegurança e medo pelos quais passam o trabalhador do setor de serviço. Ambos os sindicatos analisados aqui chamam a atenção para o agravamento dos sentimentos descritos acima e os colocam como uma das consequências das alterações do mundo do trabalho nas últimas décadas. O que podemos perceber é que esses sentimento de insegurança e medo não é algo recente nem exclusivo dos trabalhadores do setor de serviços. O que CONTRACS e CESP abordam é que com a flexibilização laboral os trabalhadores do setor de serviços acabaram por estar inseridos em ambientes laborais cada vez mais inseguros. Inseguros no sentido de manutenção dos empregos, assim como dos direitos laborais. Os sindicatos observam que com a flexibilização das relações e vínculos laborais, os trabalhadores estão cada vez mais inseguros e com medo pela manutenção dos seus empregos. Isso faz com que estes trabalhadores acabem por aceitar condições de trabalho precárias, por medo de caírem nas estatísticas do desemprego. Dessa forma, os trabalhadores acabam por ficarem reféns de um medo causado pela insegurança dos mercados de trabalhos flexíveis, gerando assim uma realidade laboral precária.

Observando os últimos anos, percebemos que o sistema capitalista passa por uma grave crise, que foi debatida em capítulos anteriores, que abala não só as economias

mundiais, mas o próprio mercado de trabalho. CONTRACS e CESP acreditam que não é apenas uma crise financeira, mas sim uma crise estrutural do capitalismo. Porém não acreditam que tal crise seja responsável por aumentar a precariedade laboral. Para os sindicatos essa crise serviu para as empresas pressionarem os governos, para que estes apliquem medidas que aumentem a flexibilização e a precarização do trabalho. Nesse aspecto podem estar corretos, mas essa crise também acabou por aumentar consideravelmente a taxa de desemprego em Portugal de 8,1% em 2007 (ano inicial da crise) para 16,4% em 2013 (Eurostat, 2014). Acreditamos que as empresas se utilizaram dessa crise para pressionar os governos para a implementação de políticas que visassem uma maior flexibilidade laboral, como colocam os sindicatos. Porém, temos que observar também que a crise acaba por gerar (principalmente em Portugal, uma vez que o Brasil não passou por esta alta expressiva do desemprego devido a essa crise) um quadro de precariedade. Pois uma vez que as taxas do desemprego se encontram elevadas, os trabalhadores acabam por se sentirem inseguros, como foi citado no parágrafo anterior, e por medo de perder o emprego aceitam condições mais precárias além daquelas que já são submetidos.

Outro ponto importante para compreendermos a precarização do trabalho é compreendermos a fragmentação pela qual a classe trabalhadora está submetida. Nesse aspecto, como percebemos no capítulo cinco, CONTRACS e CESP comungam da mesma visão. Para os sindicatos tanto a fragmentação contribui para um aumento da precarização laboral, como a precarização também contribui para um fortalecimento da fragmentação da classe trabalhadora. Para os sindicatos, a fragmentação contribui para um aumento da precarização no momento em que incentiva a perda do sentido coletivo do trabalhador, em detrimento do individual. Isso faz com que o movimento sindical se enfraqueça, perdendo força nas mobilizações e negociações coletivas, deixando assim um cenário mais favorável para práticas laborais precárias. E a precarização acaba contribuindo para o aumento da fragmentação na medida em que as formas laborais flexíveis geram vínculos instáveis, ocorrendo assim uma grande rotatividade da mão de obra no setor de serviços, dificultando a organização sindical. Outro fator, relatado pelos sindicatos, é que os trabalhadores precários do setor de serviços acabam tendo receio de se organizarem em sindicatos e acabarem sofrendo alguma represália por isso. Observando estes dois vetores, o que podemos observar é que os mais prejudicados, para além do trabalhador precário, são os

sindicatos que contam com uma base, além de precária, de difícil organização por causa da fragmentação à que estão sujeitos.

Após observarmos os vários fatores que geram uma maior precarização laboral no setor de serviços, é interessante relembrarmos os discursos e relações de CESP e CONTRACS com seus respectivos governos. Sem dúvida esse é um dos temas no qual encontramos mais diferenças discursivas e práticas entre os dois sindicatos. Assim como foi analisado no capítulo cinco, antes de mais nada, é bom salientar que temos que levar em consideração as diferenças conjunturais existentes entre CESP e CONTRACS com relação a este tema. Temos que levar em consideração além das diferenças entre os governos de Portugal e Brasil, suas composições partidárias e contextos sociais, políticos e econômicos. Vale lembrar que devemos observar também as composições partidárias que compõem tanto CESP como CONTRACS, para que assim possamos ter uma dimensão dessas relações.

O que acompanhamos do CESP e da sua relação com o governo português ao longo desses anos foi uma constante oposição aos governos e partidos que passaram pelo poder entre 2007 e 2014. Como foi citado no capítulo cinco, Portugal passou nesse período por governos liderados ora pelo PS ora pelo PSD. Durante esse período o CESP esteve, tanto discursivamente como na prática, fazendo oposição ao governo. Com a crise financeira e a implementação da *troika* em Portugal acompanhamos uma série de regulações laborais que aumentaram o quadro de precarização, assim como observamos os altos índices de desemprego. Nesse cenário, o CESP manteve sua posição de denunciar e combater as medidas precarizantes implementadas pelo governo. Nos mais variados espaços de atuação, seja virtual ou manifestações, o CESP demonstrava um teor crítico e propositivo sobre o cenário laboral português. É importante observarmos que tanto o CESP como a confederação sindical na qual é filiado (CGTP) são dirigidas majoritariamente pelo PCP, partido que também faz uma oposição sistemáticos aos respectivos governos que passaram durante o período dessa pesquisa. Sendo assim compreendemos que tal postura do CESP acaba sendo menos atribulada do que a da CONTRACS.

O contexto no qual a CONTRACS se encontra é bem diferente do CESP, assim como sua postura com o governo brasileiro. Antes de relembrarmos essa postura, lembremos também que a CONTRACS, assim como a sua central sindical (CUT) são dirigidas majoritariamente pelo PT. Paralelo a isso o governo brasileiro é dirigido formalmente pelo PT desde janeiro de 2003 até os dias atuais. Diante disso, compreendemos como é difícil

dissociar o que é o governo, o que é o partido político, e o que é o sindicato. Durante nossa análise percebemos como a CONTRACS possui dificuldades em tecer críticas ao governo federal e aos governos estaduais ligados de alguma forma ao PT. Postura que muda completamente ao criticar medidas de governos estaduais que são dirigidos por partidos de oposição ao governo federal, como é o caso de São Paulo por exemplo, governado pelo PSDB. Pelo fato do Brasil ter proporções continentais, fica mais fácil para a CONTRACS tentar trazer o debate de precarização para o patamar estadual, deixando o plano nacional em segundo plano. Porém, quando perguntados especificamente dessa relação entre a CONTRACS e o governo federal, percebemos que o discurso e práticas são de apoio ao governo. Inclusive em alguns momentos de propaganda de políticas e ações governamentais. Não queremos dizer que tal apoio é correto ou incorreto. O que chamamos a atenção é para a falta de autonomia política do movimento sindical brasileiro, notadamente dos sindicatos filiados à CUT, com relação ao governo federal. Durante o governo liderado pelo PT observamos que em alguns momentos em que foram aplicadas medidas que atacavam direitos laborais (como a reforma da previdência em 2003), os sindicatos ligados a CUT, incluindo a CONTRACS, recuaram suas mobilizações sociais, apostando apenas nas negociações. O problema não está no fato do sindicato apoiar o governo federal. O fator problemático está na não crítica ao governo em momentos que a CONTRACS deve se colocar contrária à posturas governamentais que abrem brecha para um aumento da precariedade laboral.

Diante desse quadro de precarização apresentado durante a tese, é interessante também lembrarmos como CESP e CONTRACS se estruturam para combater este cenário. E nesse aspecto vale observar que a geografia de Brasil e Portugal são bem diferentes entre si, o que vai acabar por ditar um pouco a noção de estruturação de rede dos sindicatos. A semelhança entre CESP e CONTRACS nesse aspecto se dá no entendimento que, diante do quadro de precarização e fragmentação apresentados, essa estrutura de rede deve ser desenvolvida no sentido de aproximar ao máximo a direção sindical dos trabalhadores no local de trabalho. Para proporcionar essa aproximação, CESP e CONTRACS partem de princípios diferentes. Princípios estes que se baseiam também no contexto geográfico de cada sindicato e da disputa existente tanto dentro dos sindicatos, como entre centrais sindicais.

O CESP busca essa maior proximidade da direção nacional com os trabalhadores nos seus locais de trabalho, através de uma aproximação entre a direção nacional e as estruturas



locais do sindicato. A direção nacional do CESP tenta, a partir dessa estrutura de rede, fazer com que as organizações locais do sindicato participem do dia a dia do sindicato e das tomadas de decisão. Essa postura acaba por deixar a estrutura do CESP mais horizontalizada. Em muitos relatos percebemos como as demandas e ações, trazidas pelas organizações locais do CESP, acabam sendo absorvidas para a agenda de ações da direção nacional. Acreditamos que tais medidas adotadas pelo CESP acabam sendo favorecidas pelo fato de que geograficamente essas constantes reuniões e ações em conjunto, entre direção nacional e estruturas locais, acabam sendo facilitadas. Porém, salientamos de que nada adiantaria proximidade geográfica se a direção nacional do CESP não estivesse disposta a estabelecer essa maior proximidade.

Já no caso da CONTRACS a realidade geográfica do Brasil acaba por influenciar a forma como a direção nacional vai buscar a proximidade com os trabalhadores nos locais de trabalho. Devido ao fato do Brasil ter dimensões continentais, a realização de atividades constantes entre a direção nacional e as estruturas locais do sindicato acabam sendo limitadas, tanto pela questão geográfica, como pela questão financeira. Dessa forma, essa aproximação da direção nacional para com os trabalhadores se dá mais pela própria estrutura oficial do sindicato (direção nacional, direções estaduais, e direções locais). Acreditamos que essa postura se deve também as disputas existentes no movimento sindical brasileiro. O aumento quantitativo dessa estrutura de rede é uma realidade para a CONTRACS, uma vez que existe uma disputa constante, pela filiação dos trabalhadores, entre os sindicatos ligados a CUT e os sindicatos ligados as demais centrais sindicais. Esse respeito a estrutura verticalizada da CONTRACS se dá também pela disputa existente dentro da própria CONTRACS. Como descrito anteriormente, a CONTRACS é majoritariamente controlada pelo PT e o próprio PT é formado por correntes políticas que disputam também as estruturas sindicais da CUT e de seus sindicatos. Esses fatores acabam por fazer com que a CONTRACS acabe por procurar organizar sua estrutura de rede a partir de sua organização oficial e verticalizada.

Para colocar em prática não somente a aplicação dessa estrutura de rede observada no parágrafo anterior, mas também o combate a precariedade laboral, CESP e CONTRACS desenvolvem instrumentos e práticas de intervenção social. Ao longo do capítulo cinco discorreremos sobre as principais formas de intervenção observadas nos sindicatos, suas semelhanças e diferenças. A primeira forma de intervenção que debatemos foi a

mobilização. Nesse aspecto fizemos uma divisão entre dois tipos de mobilização; a mobilização de caráter nacional e a mobilização de caráter local. Na primeira forma de mobilização encontramos mais diferenças do que semelhanças entre CESP e CONTRACS. Uma semelhança é de que uma parte considerável de suas pautas de reivindicações nacionais são pautas trazidas das suas respectivas centrais sindicais. Isso demonstra a forte ligação entre esses sindicatos com as suas centrais sindicais. Porém, são as diferenças nesse ponto entre CESP e CONTRACS que mais se manifestam. O CESP, como citado anteriormente, utiliza esse instrumento de intervenção constantemente. Durante os anos analisados nessa pesquisa foram várias as manifestações organizadas pelo CESP em parceria com outras organizações. Isso se deve também ao contexto de crise financeira e de emprego pela qual Portugal vem passando nos últimos anos, assim como a própria oposição que o CESP faz sistematicamente ao governo português. Esses fatores levaram o CESP a colocar constantemente em prática a mobilização social. Vale lembrar que essas mobilizações de caráter nacional acontecem para contestar tanto as políticas implementadas pelo governo português, como também para denunciar e cobrar empresas que praticam relações laborais precárias.

Quando observamos a CONTRACS notamos algumas diferenças na forma como essa mobilização é realizada. Como debatemos anteriormente, a ligação entre a CUT e seus sindicatos com o governo federal é muito grande, pelo fato de serem compostos pelo Partido dos Trabalhadores, tanto na direção governo, como nas estruturas sindicais da CUT. Isso faz com que as mobilizações de caráter nacional sejam enfraquecidas, quando o foco são as políticas do governo federal. Porém, pelo fato do Brasil ser um país geograficamente extenso, uma parte dessa pauta nacional acaba sendo trazida para os estados. E dessa maneira, o grau de intensidade de mobilização nos estados vai depender se o governo daquele estado é ligado ou não a partidos aliados ao governo federal. Já no que diz respeito a mobilização da CONTRACS contra empresas que praticam relações laborais precárias, esta é de um alto grau de intensidade. É constante a mobilização da CONTRACS para denunciar e cobrar medidas dessas empresas descritas acima.

No que diz respeito a mobilização local, CESP e CONTRACS se assemelham. Diante do desejo de desenvolver uma estrutura de rede mais próxima entre a direção nacional e as estruturas locais do sindicato, CESP e CONTRACS acreditam que esta forma de mobilização é importante. Pois para além de combater a precarização do trabalho no setor

de serviços, ainda contribui para o fortalecimento dos sindicatos para com a sua base sindical. Dessa forma, cada sindicato, a partir do seu entendimento de estrutura de rede, buscam construir mobilizações com um caráter mais local. No CESP essas mobilizações são construídas e colocadas em prática a partir de uma visão mais horizontalizada. Como debatemos anteriormente, o CESP busca uma relação mais horizontal entre a direção nacional e as estruturas locais. A CONTRACS busca essa mobilização local a partir do desenvolvimento de uma estrutura de rede mais centrada na estrutura oficial do sindicato (direções nacional, estaduais e locais). Tal postura, como foi relatado anteriormente, se deve a vários aspectos referentes a realidade geográfica e as disputas que existem entre sindicatos e dentro da mesma estrutura sindical. Nesse contexto de disputa é importante que as estruturas oficiais dos sindicatos e suas funções sejam respeitados. Porém, salientamos que mesmo partindo de princípios diferentes, CESP e CONTRACS acreditam que a mobilização local é essencial para o combate à precarização, assim como para o crescimento dos sindicatos e proximidade das direções para com suas respectivas bases sindicais.

Ao falarmos de base sindical, outro instrumento de intervenção vem a tona. Este instrumento é o da sindicalização. Nesse aspecto CESP e CONTRACS comungam da mesma visão. Concordam tanto no diagnóstico como na forma como superar essa realidade dada. Primeiramente, como foi debatido anteriormente, os sindicatos observam que neste quadro de precarização e fragmentação a sindicalização, principalmente no setor de serviços, está cada vez mais complicada. A confiança do trabalhador do setor de serviços nos sindicatos está abalada pelos diversos fatores que mencionamos ao analisar a fragmentação do trabalhador contemporâneo. Sendo assim, o diagnóstico de CESP e CONTRACS para o problema da sindicalização é o mesmo. Assim como também se assemelha a medida para reverter esse quadro. CESP e CONTRACS acreditam que a sindicalização é fundamental para se combater a precarização laboral e a fragmentação. Para isso elencam como principal ação a maior proximidade da estrutura sindical e os trabalhadores. Acreditam que só com essa proximidade entre sindicato e trabalhador, o trabalhador constatará que a sindicalização acaba por garantir melhores condições deste trabalhador defender seus direitos e combater a sua precariedade laboral. Mais uma vez CESP e CONTRACS apontam para uma maior proximidade entre estrutura sindical e trabalhador como uma das principais formas de combater a precarização do trabalho.

Outra forma de se combater a precariedade laboral, segundo CESP e CONTRACS, é ter uma política de intervenção específica para a juventude. Como foi debatido nesta conclusão e no capítulo cinco, a juventude, tanto em Portugal como no Brasil, é uma das parcelas que mais sofrem com o quadro de precarização no setor de serviços. Conhecedores dessa realidade, CESP e CONTRACS traçam planos específicos para atender e dialogar com essa parcela de trabalhadores. Como foi debatido anteriormente, os sindicatos tentam trazer esses jovens para o dia a dia do sindicato e das pautas defendidas, para que assim possam além de se sindicalizarem e se mobilizarem para combater a precarização, fazerem parte também do processo de renovação dos quadros políticos dos sindicatos.

Observamos que a formação de novos quadro políticos nos sindicatos está diretamente atrelado a formação política de CESP e CONTRACS com suas lideranças. No que diz respeito a este instrumento, identificamos que ambos os sindicatos possuem espaços de formação sindical. O CESP em parceria com governo e CGTP possui espaços próprios para a formação sindical. A formação sindical da CONTRACS está mais atrelada aos cursos de formação implementados pela CUT. Como foi abordado no capítulo cinco, mesmo apresentando estruturas diferentes no que concerne a formação sindical, CESP e CONTRACS compreendem a importância da formação sindical. Compreensão esta que não passa apenas pela formação e renovação das lideranças sindicais, passa também por capacitar seus quadros políticos para intervir numa conjuntura política, social e econômica, onde a precarização do trabalho afeta duramente os trabalhadores do setor de serviços.

Outra forma de intervenção aplicada de forma semelhante pelo CESP e CONTRACS é a participação dos sindicatos em negociações com as empresas. Tanto para CESP como para a CONTRACS tal instrumento é importante por dois motivos: 1º) A partir da negociação com as empresas, existe a possibilidade do sindicato atender pautas e demandas locais, que provavelmente não entrariam na agenda nacional dos sindicatos; 2º) Uma vez que a negociação com as empresas visam a atender reivindicações e pautas locais, esse instrumento se torna importante para fazer a aproximação entre os trabalhadores no local de trabalho e suas organizações sindicais.

Para que os instrumentos de intervenção, elencados no capítulo cinco e lembrados aqui, consigam ser colocados em prática, é necessário que a comunicação dos sindicatos funcione em todos os seus níveis. Nessa importância da comunicação para os sindicatos, CESP e CONTRACS possuem discursos e práticas semelhantes. Observam a necessidade

de desenvolver ao máximo a comunicação em vários níveis. Primeiramente a comunicação entre as direções nacionais e suas respectivas estruturas sindicais locais. Assim como a comunicação entre as próprias lideranças, uma vez que a limitação de algumas lideranças ao uso de ferramentas como a internet é uma realidade apontada tanto por CESP como por CONTRACS. O segundo nível é o referente a comunicação entre os sindicatos e suas estruturas regionais para com o filiados e a sociedade. E nesse segundo aspecto CESP e CONTRACS têm avançado na forma como se comunicam com seus filiados e com a sociedade. Ambos os sindicatos se utilizam tanto de publicações impressas regulares, como de ferramentas virtuais (facebook e twitter) para tornar público suas pautas, demandas e ações contra a precarização do trabalho. Sendo assim, CESP e CONTRACS tentam a partir dessa comunicação diminuir a distância existente entre sindicato e trabalhador, para que assim possa fazer com que esse trabalhador veja no seu sindicato algo útil para combater a situação laboral precária em que se encontra.

Observamos como a precarização é entendida por CESP e CONTRACS, assim como as semelhanças e diferenças nos discursos dos sindicatos em questão. Relembramos também quais são as posturas de CESP e CONTRACS com relação a precarização do trabalho, assim como quais as formas de ação que os sindicatos compreendem como necessárias para combater tal precarização. Ao longo do capítulo cinco e nessa conclusão vimos CESP e CONTRACS defenderem e discordarem em diversos pontos em seus discursos e práticas. Notamos que uma parte considerável das diferenças discursivas se deve a questões como os contextos diferentes nos quais CESP e CONTRACS estão inseridos. As realidades brasileira e portuguesa em muitos pontos se assemelham, porém em outros são muito diferentes. Porém a necessidade de se combater a precariedade laboral no setor de serviços está presente nos discursos e práticas de CESP e CONTRACS, assim como fazer com que o trabalhador veja no seu sindicato um instrumento de organizam para garantir direitos e combater precariedades.

Ao longo dessa tese observamos e analisamos várias realidades referentes ao mundo laboral e ao movimento sindical do setor de serviços português e brasileiro. Compreendemos que esta tese impõe mais desafios do que verdades. Desafios estes não apenas acadêmicos, mas também sociais. É necessário que continuemos desenvolvendo estudos sobre o mundo do trabalho, uma vez que tal realidade se transforma constantemente. É importante apoiarmos mais estudos que tratem mais a temática da precarização, não somente num

quadro geral, mas que propiciem uma visão de como essa precariedade está presente nos mais variados setores produtivos. Trazendo para o setor de serviços, é importante desenvolvermos estudos que tratem da questão de gênero nessa debate laboral. No ambiente acadêmico esperamos que tal pesquisa tenha contribuído para mostrar que o debate e estudos sobre precarização no setor de serviços e sindicalismo são necessárias, tanto no Brasil como em Portugal, e que o campo para o desenvolvimento dessas pesquisas possuem uma grande gama de possibilidades e temáticas.

No âmbito social esperamos que essa pesquisa tenha contribuído para observarmos que a precarização laboral está presente na vida do trabalhador do setor do serviços e que é necessário compreender, analisar e combater tal realidade. Para isso é preciso repensar o movimento sindical. Acreditamos que o movimento sindical ainda possui sua relevância política e social, num contexto onde as questões laborais estão assumindo contornos cada vez mais importantes e preocupantes. Acreditamos que o fortalecimento do sindicalismo faz-se necessário para atender as grandes alterações que o mundo do trabalho vem sofrendo. Esse fortalecimento deve ser baseado numa reforma das estruturas sindicais para que essas tornem-se cada vez mais próximas da sua base e para que esta base se identifique com os seus órgãos representativos, para que dessa forma o movimento sindical possa tanto elaborar ações de combate a precarização, como também participar em ambientes de diálogo social e negociações coletivas fortalecidos e respaldados pela sua base. Acreditamos que esta reestruturação sindical deve ser realizada levando em consideração as novas demandas sociais e as alterações pelas quais a classe trabalhadora passou, tornando-se cada vez mais heterogênea. É preciso que o movimento sindical, assim com os demais movimentos sociais, saibam interagir, sem perder suas respectivas identidades, para que assim possam construir, tanto ações locais, como ações transnacionais de combate à globalização hegemônica e à precarização do trabalho.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Allen, J. e Henry, N. (1995) "Fragments of industry and employment", in R. Crompton e D. Gallie (eds.), *Changing Forms of Employment: organization, skills and gender*. Londres: Routledge, 65-82.
- Almeida, Paulo Pereira (2005) *Trabalho, serviço e serviços*. Porto: Edições Afrontamento.
- Almeida, Paulo Pereira (2012) *Variações sobre o trabalho moderno*. Lisboa: Mundos Sociais
- Alves, Giovanni (1999) *Trabalho e Mundialização do Capital: A Nova Degradação do Trabalho na Era da Globalização*. 2ª Edição. Londrina: Praxis.
- Alves, Giovanni (2007) *Dimensões da Reestruturação Produtiva: ensaios de sociologia do trabalho* Londrina: Praxis.
- Alves, Giovanni (2008) "Dimensões da reestruturação produtiva do capital: notas teórico-metodológicas", *O público e o privado*, nº 11, janeiro/junho 2008, p 9 -20.
- Alves, Giovanni (2012) "Trabalho e nova precariedade salarial no Brasil: A morfologia social do trabalho na década de 2000". *Oficina do Centro de Estudos Sociais*, Universidade de Coimbra, Março de 2012.
- Anderson, K. e Norheim, H. (1993) "Is word trade becoming more regionalized?", *Review of International Economics*, 1.
- Antunes, Ricardo (2003.a) *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 9ªed. São Paulo: Cortez.
- Antunes, Ricardo (2003.b) *Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 6ªed. São Paulo: Boitempo.
- Antunes, Ricardo (2004.a) "Anotações sobre o capitalismo recente e a reestruturação produtiva no Brasil". in Antunes, Ricardo & Silva, Maria A. M. (orgs.), *O avesso do trabalho*. São Paulo: Expressão popular.
- Antunes, Ricardo (2004.b) *A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula*. 1ª. ed. Campinas: Autores Associados.
- Antunes, Ricardo (2008) "Desenhando a nova morfologia do trabalho: As múltiplas formas de degradação do trabalho", *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 83 | 2008, <http://rccs.revues.org/431>, acessado em Janeiro de 2013.
- Beck, Ulrich (2000) *The brave new world of work*. Oxford: Polity Press.
- Bell, Daniel (1973) *The Coming of Post-Industrial Society: A Venture in Social Forecasting*. New York: Basic Books.



Boltanski & Chiapello (2001) *Le Nouvel Esprit du Capitalisme et les nouvelles formes de la critique*. (Retirado da WOC da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra).

Bottomore, Tom (org). (2001) *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Braga, Ruy (2012) *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo.

Braga, Ruy (2014) “Precariado e sindicalismo no Brasil contemporâneo: Um olhar a partir da indústria do *call center*” *Revista Crítica de ciências sociais* n° 103. Trabalho, precariedade e rebeliões sociais. Organização: Elísio Estanque e Hermes Costa (2014) CES. Coimbra.

Braudel, Fernand (1967) *Civilisation mat (1967), har Editor.nomXVe-XVII siècle*, Paris: Armand Colin.

Braverman, Harry (1974) *Labor and monopoly capital: the degradation of work in the twentieth century*. Nova Iorque: Monthly Review Press.

Braverman, Harry (1977) *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Burawoy, Michael (2000) “Grounding globalization” in M. Burawoy et al., *Global Ethnography*. London: University of California.

Campos, Alfredo (2011) *O Trabalho Qualificado Escapa à Precariedade? Um Estudo de Caso da Profissão Científica* Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Carvalho, Fernanda Forte (2013) *Os dilemas da CUT no início do século XXI : rumo a uma nova institucionalização sindical?* Coimbra : [s.n.], 2013. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.  
<http://hdl.handle.net/10316/23932>

Casaca, Sara Falcão (2005) *Flexibilidade de emprego, novas temporalidades de trabalho e relações de gênero: a reconfiguração da desigualdade nos novos sectores dos serviços*. Dissertação de doutoramento: ISEG-UTL.

Casaca, Sara Falcão (2010) “A (des)igualdade de género e a precarização do emprego” in Virgínia Ferreira (org.) *A Igualdade de Mulheres e Homens no Trabalho e no Emprego em Portugal: Políticas e Circunstâncias*. Lisboa: CITE.

Casaca, Sara Falcão (2013) “As novas dinâmicas laborais e os desafios da articulação com a vida familiar” in *Sociologia, problemas e práticas*, n.º 72, 2013, pp. 31-52

Castells, Manuel (2002) *The Information Society and the Welfare State: The Finnish Model*. Oxford: Oxford UP.

Castells, Manuel (2004) *A Galáxia Internet: Reflexões sobre Internet, Negócios e Sociedade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Castells, Manuel (2009) *A sociedade em rede* Volume 1 de *A era da informação : economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra.

Chesnais, François (1996) *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã.

Conceição, Jefferson José da & Lima, Claudia Rejane de (2009) “Empresários e Trabalhadores diante da regulamentação da terceirização; é possível um acordo mínimo?” in Denise Motta Dau, Iram Jácome Rodrigues e Jefferson José da Conceição, *Terceirização no Brasil: do discurso da inovação à precarização do trabalho (atualização do debate e perspectivas)*. São Paulo: Annablume. p. 187 – 213.

Costa, Hermes A. (2005) “A política internacional da CGTP e da CUT: Etapas, temas e desafios” *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 71, 141-161.

Costa, Hermes A. (2008) *Sindicalismo global ou metáfora adiada? Discursos e práticas transnacionais da CGTP e da CUT*. Porto: Edições Afrontamento.

Costa, Hermes A. (2011) “Do enquadramento teórico do sindicalismo às respostas pragmáticas” in Elísio Estanque e Hermes Augusto Costa (orgs.) *O sindicalismo português e a nova questão social: crise ou renovação*. Coimbra: Almedina, CES. p. 13 – 48.

Costa, Hermes Augusto (1994), “A construção do pacto social em Portugal”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 39, 119-146.

Costa, Hermes Augusto (2012) “From Europe as a model to Europe as austerity: the impact of the crisis on Portuguese trade unions”, *Transfer – European Review of Labour and Research*, 18 (4) (2012): 397-410.

Costa, Hermes Augusto (2013), “European works councils between formal requirements and good practices: the potential for further development based on evidence from Portugal”, *Transfer – European Review of Labour and Research*, 19 (4), 553-567.

Costa, Hermes Augusto; Costa, Paula Reis (2014), *Conselhos de Empresa Europeus: um estudo dos setores metalúrgico, químico e financeiro em Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 298 pp.

Costa, Hermes Augusto; Dias, Hugo; Soeiro, José (2014) “As greves e a austeridade em Portugal: Olhares, expressões e recomposições” *Revista Crítica de ciências sociais* nº 103. Trabalho, precariedade e rebeliões sociais. Organização: Elísio Estanque e Hermes Costa (2014) CES. Coimbra 173-202.

Coutrot, Thomas (1998) *L'entreprise néo-libérale, nouvelle utopie capitaliste?* Paris: La Découverte.

Cruz, Sofia Alexandra (2010) *O trabalho nos centros comerciais*. Porto: Edições Afrontamento.

Dau, Denise Motta (2009) “A expansão da terceirização no Brasil ea estratégia da CUT de enfrentamento à precarização do trabalho” in Denise Motta Dau, Iram Jácome Rodrigues e Jefferson José da Conceição, *Terceirização no Brasil: do discurso da inovação à precarização do trabalho (atualização do debate e perspectivas)*. São Paulo: Annablume.

- Dowbor, Ladislau (2001) “Da globalização ao poder local: a nova hierarquia dos espaços” *in* Roberto Vêras (org.) *Rede Estadual de formação da CUT – SP: ação sindical no espaço local*. Nº. 2, São Paulo: CUT.
- Estanque, Elísio (2005.a) “Trabalho, desigualdades sociais e sindicalismo”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 71. Coimbra: Centro de Estudos Sociais.
- Estanque, Elísio (co-Org). (2005.b) *Mudanças no Trabalho e Ação Sindical: Portugal, Brasil e o contexto transnacional*. São Paulo, Cortez.
- Fairclough, Norman. (2001) *Discurso e mudança social*. Brasília: UnB.
- Farto, Manuel e Morais, Henrique (2008) “Indicadores da Economia Mundial”, *Janus*, 2008. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa. p.34-36.
- Ferreira, Antonio Casimiro (2004) “Diálogo social: notas de reflexão a partir da experiência europeia e portuguesa” *in* Elísio Estanque et al. *Relações laborais e sindicalismo em mudança: Portugal, Brasil e o contexto transnacional*. Coimbra: Quarteto, p.75 – 97.
- Ferreira, Antonio Casimiro (2008) “Trabalho digno e flexisegurança” *Janus*, 2008. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa.p. 200 – 203.
- Fitoussi, J. P. & Rosanvallon P. (1997) “*A nova era das desigualdades*”. Oeiras: Celta.
- Freire, João (1992) *Anarquistas e operários: ideologia, ofício e práticas sociais: o anarquismo e o operariado em Portugal, 1900-1940*. Porto: Edições Afrontamento.
- Freire, João (1997) *Verificações sobre o tema trabalho*. Porto: Afrontamento.
- Freire, João (2001) *Sociologia do Trabalho: uma introdução*. Porto: Afrontamento.
- Gadrey, Jean; Zarifian, Philippe (2002) *L’Emergence d’un modele du service: enjeux et réalités*. Paris: Éditions Liaisons.
- Giannotti, Vito; Neto, Lopes Sebastião (1991) *CUT: Por dentro e por fora*. Petrópolis: Vozes.
- Gianotti, Vito (2007) *Historia das lutas dos trabalhadores no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad Editora Ltda.
- Gramsci, Antony (1985) *Selections from the prison notebooks*. Londres: Lawrence and Wishart.
- Harvey, David (1989) *Condição pós-moderna*. Rio de Janeiro: Edições Loyola.
- Held, David et. al. (1999) *Global transformations: politics, economics and culture*, Cambridge: Polity Press.
- Held, David (2009) *Globalização: os perigos e as respostas*. Mangualde: Edições Pedagogo.
- Hirata, Helena (2002) *Nova divisão sexual do trabalho?* São Paulo: Boitempo.

Holzmann, Lorena (2002) “Sociologia do Trabalho” in A. D. Cattani (org.). *Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia*. 4ªed. Petrópolis: Vozes.

Hutton, Will; Giddens, Antony (orgs.) (2000) *On the Edge*, Londres: Jonathan Cape.

ILO, *Trendseconometricmodels*, Outubro, 2012; ILO, *Global employmenttrends, 2014*

Khoury, Sarkis; Ghosh, Alo (1987) *Recent Developments in International Banking and Finance*, Lexington: D. C. Heath.

Kim, Jong-Cheol (1998) “Asian financial crisis and the state”, Berkeley: University of California, Department of Sociology.

Kloosterboer, D. (2008) *Estratégias Sindicais Inovadoras*. Lisboa: Instituto Ruben Rolo ed..

Kon, Anita (1999) "Sobre as atividades de serviço: revendo conceitos e tipologias". *Revista de Economia Política*, São Paulo: vol. 19, nº 2 (74), abril-junho/1999, 64-83.

Kovács, Ilona (2005) “Emprego flexível em Portugal: alguns resultados de um projeto de investigação” in I. Kovács (org.). *Flexibilidade de emprego: riscos e oportunidades*. Oeiras: Celta.

Kovács, Ilona (2006) “Empresa flexível: problemas sociasi do pós-taylorismo” in A.A.V.V. *Globalizações: novos rumos no mundo do trabalho*, Florianópolis: Editora UFSC/SOCIUS, 2001. p. 43-68.

Kovács, Ilona; Lopes, Margarida Chagas (2012) “A juventude e o emprego: entre a flexibilidade e a precariedade”, in S. F. Casaca (org.), *Mudanças laborais e relações de género: novos vetores de (des)igualdade*. Coimbra: Almedina,

Krein, José Dari (2007) “A tendência de flexibilização do tempo de trabalho” in Revista ABET vol. VI — n. 2/2007

Krein, José Dari; Proni, Marcelo Weishaupt (2010), *Economia informal: aspectos conceituais e teóricos*. Brasília: Escritório da OIT no Brasil. -: OIT, 2010.

Krein, José Dari; Santos, Anselmo Luis dos; Moretto, Amilton (2013) “Trabalho no Brasil: evolução recente e desafios” in *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, v.34, n.124, p.27-53, jan./jun. 2013

Kristoff, Nicholas; Wyatt, Edward (1999) “Who went under in the world’s sea of cash”, *The New York Times*, 15 de fevereiro: 1 e 10-11.

Krugman, Paul (1995) “Growing world trade: causes and consequences”, *Brookings Papers on Economic Activity*: 327-62.

Leitão, Maria Manuel (1992) *Subcontratação e autonomia empresarial – um estudo sobre o caso português*. Porto:Afrontamento.

Leite, Jorge; Costa, Hermes Augusto; Silva, Manuel Carvalho da Silva; Ramos de Almeida, João (2013) “Austeridade, reformas laborais e desvalorização do trabalho”, in *Observatório*

sobre Crises e Alternativas (org.), *A anatomia da crise: identificar os problemas para construir alternativas* (1º relatório/preliminar). Coimbra: Observatório sobre Crises e Alternativas, 108-160.

Liedke, Elida Rubini (2002) “Trabalho” in A. D. Cattani (org.). *Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia*. 4 ico sobre trabalho es.

Lima, Maria da Paz Campos; Artilles, Antonio Martin (2014) “Descontentamento na Europa em tempos de austeridade: Da ação coletiva à participação individual no protesto social” *Revista Crítica de ciências sociais* nº 103. Trabalho, precariedade e rebeliões sociais. Organização: Elísio Estanque e Hermes Costa (2014) CES. Coimbra. p. 173-202.

Marshall, J. N; Wood, P.A (1995) *Services & Space: Key Aspects of Urban and Regional Development*. Longman Scientific & Technical Publishers.

Marx, Karl & Engels, Friederich (1980) *Sindicalismo*. São Paulo: Ched editorial.

Marx, Karl & Engels, Friederich (1977) *A Ideologia Alemã* São Paulo: Grijalbo. Parte 1.

Marx, Karl (1867) *O Capital*. S Publishers. & Nova Cultural, 1985.

Meirelles, Dimária Silva (2006) “O conceito de serviço”. *Rev. Econ. Polit.*, São Paulo, v. 26, n. 1, março 2006. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-31572006000100007&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572006000100007&lng=es&nrm=iso)>. acessado em 26 jul. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-31572006000100007>.

Mészáros, István (2002) *Para além do capital*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo.

Mészáros, István (2008) *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo.

Mészáros, István (2009) *Crise estrutural do capitalismo*. São Paulo: Boitempo.

Offe, Clauss (1989) *Trabalho e Sociedade: Problemas Estruturais e Perspectivas para o Futuro da Sociedade do Trabalho*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

OIT - Comissão Mundial sobre a Dimensão Social da Globalização (2005) “A globalização: natureza e impacto”. In *Por uma globalização justa: criar oportunidades para todos*. Oeiras: Celta.

OIT (2006) *Global Employment Trends*. Geneva: ILO, disponível em <http://www.ilo.org/public/english/employment/strat/global.htm> acessado em agosto de 2009.

OIT (2008) *Global Employment Trends*. Geneva: ILO, disponível em <http://www.ilo.org/public/english/employment/strat/global.htm> acessado em agosto de 2009.

OIT (2009) *Global Employment Trends*. Geneva: ILO, disponível em <http://www.ilo.org/public/english/employment/strat/global.htm> acessado em dezembro de 2009.

- OIT (2011) *Global Employment Trends*. Geneva: ILO, disponível em <http://www.ilo.org/public/english/employment/strat/global.htm> acessado em dezembro de 2011.
- OIT (2014) *Global Employment Trends*. Geneva: ILO, disponível em <http://www.ilo.org/public/english/employment/strat/global.htm> acessado em junho de 2014.
- Outhwaite, William; Bottomore, Tom (orgs.) (1996) *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Pinheiro, Paulo Sérgio; Hall, Michael M. (1979) *A classe operária no Brasil (1889 – 1930)*. 1ª ed. São Paulo: Editora Alfa Omega.
- Pochmann, Márcio (2001) *O emprego na Globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo: Ed. Boitempo
- Rebelo, Glória (2002) *Emprego e formas de precariedade laboral* (tese doutorado). Lisboa: ISEG-UTL.
- Rego, Raquel; Alves, Paulo Marques; Silva, Jorge; Naumann, Reinhard (2013) “The websites of Portuguese trade unions; surfing for rights?” In *Revista Sociologia Problemas e Práticas*, ISCTE, Lisboa.
- Rifkin, Jeremy (1995), *The end of work: The decline of the global labor force and the dawn of the post-market era*. New York: Putnam.
- Rodrigues, M. J. et. al. (1993) *Política de reestruturação, emprego e desenvolvimento regional*. Lisboa: IEFP.
- Rosso, Sadi Dal (2008) *Mais trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea*. São Paulo: Boitempo.
- Sá, Victor de (1981) “Movimento Operário e Sindicalismo em Portugal”. *Cadernos da Revista Técnica do Trabalho*, Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios e Vestuário de Portugal, Porto.
- Sallum, Brasílio Jr. (1996) *Labirintos: dos generais à nova república*. 1ª ed. São Paulo: Hucitec.
- Santana, Marco Aurélio & Ramalho, José Ricardo (orgs.). (2003) *Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*. 1ª ed., São Paulo: Boitempo editorial.
- Santos, Boaventura de Sousa & Costa, Hermes Augusto (2005) “Para ampliar o cânone do internacionalismo operário”. in Boaventura de Sousa Santos (org.) (2005), *Trabalhar o mundo: os caminhos do novo internacionalismo operário*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Santos, Boaventura de Sousa (2005.a) “Os processos da globalização”. in Boaventura de Sousa Santos, (org.). *Globalização: fatalidade ou utopia?* Porto: Afrontamento.

Santos, Boaventura de Sousa. (org).(2005.b), *Trabalhar o mundo: os caminhos do novo internacionalismo operário*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Say, Jean-Baptiste (1803) *Tratado de Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

Silva, Leonardo Mello e (2004) “Mudanças na organização do trabalho em empresas brasileiras nas duas últimas décadas: uma visão geral” in Elísio Estanque et al. *Relações laborais e sindicalismo em mudança: Portugal, Brasil e o contexto transnacional*. Coimbra: Quarteto, p.133 – 160.

Silva, Manuel Carvalho da (2007) *Trabalho e sindicalismo em tempo de globalização: reflexões e propostas*. Mafra: Círculo de Leitores, Temas e Debates.

Silva, Manuel Carvalho da (2012), *Vencer o Medo - Ideias Para Portugal*. Lisboa: Temas e Debates.

Simões, Vitor Corado (2008) “Globalização: novos actores e novos desafios”, *Janus*, 2008. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa. p. 98-101.

Smith, Adam (1776)*Riqueza das Nações*. Lisboa: Edição da Fundação Calouste Gulbenkian, 1999.

Standing, Guy (2013) *O precariado: a nova classe perigosa*. Belo Horizonte: Autentica.

Standing, Guy (2014) “O precariado e a luta de classes”. *Revista Crítica de ciências sociais* nº 103. Trabalho, precariedade e rebeliões sociais. Organização: Elísio Estanque e Hermes Costa (2014) CES. Coimbra.

Stoleroff, Alan (2013) “A crise e as crises do sindicalismo: há uma revitalização possível?” In R. Varela (org.) *A Segurança Social é Sustentável. Trabalho, Estado e Segurança Social em Portugal*. Lisboa: Bertrand, 207–239.

Teixeira, Marilane; Pelatieri, Patrícia (2009) “Terceirização e precarização do mercado de trabalho brasileiro” in Denise Motta Dau, Iram Jácome Rodrigues e Jefferson José da Conceição, *Terceirização no Brasil: do discurso da inovação à precarização do trabalho (atualização do debate e perspectivas)*. São Paulo: Annablume. p. 19 – 28.

Toni, Mirian de (2003) “Visões sobre o trabalho em transformação”, *Sociologias*, 9. Porto Alegre.

Touraine, Alain (1998) “Os movimentos sociais”, in Alain Touraine, *Iguais e diferentes : poderemos viver juntos ?* Lisboa: Instituto Piaget, 127-172.

Tumolo, Paulo Sérgio (2002) *Da contestação à conformação: A formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista*. Campinas: Unicamp.

Tyson, Laura D’Andrea (1992)*Who’s bashing whom? Trade conflict in High-technology industries*, Washington: Institute of International Economics.

Valente, Mônica (2009) “A terceirização nos serviços públicos: trabalho decente e serviço público de qualidade” in Denise Motta Dau, Iram Jácome Rodrigues e Jefferson José da

Conceição, *Terceirização no Brasil: do discurso da inovação à precarização do trabalho (atualização do debate e perspectivas)*. S rceirização no Brasil: do discu

Wallerstein, Immanuel (1974) *The modern world System*, Nova York: Academic Press.

Wallerstein, Immanuel (2005) *La crisis estructural del capitalisismo*. México: Los Libros de Contrahistorias.

Walras, L. (1874) *Elementos de Economia Política Pura*. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1996.

Webster, Edward & Lambert, Rob (2005) “Emancipação social e novo internacionalismo operário: uma perspectiva do Sul” *in* Boaventura de Sousa Santos. (org.) *Trabalhar o mundo: os caminhos do novo internacionalismo operário*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Wright, Erik Olin (1994) “Análise de classes, história e emancipação”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 40. Coimbra: Centro de Estudos Sociais.

Zanetti, Lorenzo (1995) *O novo no novo sindicalismo brasileiro: características, impasses e desafios*. Rio de Janeiro: FASE.

### Sites

CESP - Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritório e Serviços de Portugal (CESP) (2006). “*História do CESP*”. <http://www.cesp.pt> , acessido em 16 de Dezembro de 2008.

CONTRACS - Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços, “*Uma história de luta pelo trabalhador*”. <http://www.contracs.org.br>, acessido em 17 de Janeiro de 2009.

CONTRACS, <http://www.contracs.org.br/destaques/111/trabalhadores-pressionarao-governo-por-conferencias-do-setor-financeiro-e-de-qualificacao-profissional> , acessido em Janeiro de 2014

CONTRACS, <http://www.contracs.org.br/destaques/178/contracs-realiza-reuniao-do-coletivo-de-juventude>, acessido em Dezembro de 2013

CONTRACS, <http://www.contracs.org.br/ponto-de-vista/artigos/34/juventude-em-luta-por-mais-direitos> , acessido em Dezembro de 2013

EUROSTAT – [epp.eurostat.ec.europa.eu](http://epp.eurostat.ec.europa.eu) , acessido em junho de 2014.



IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (1998), “*O setor serviços no Brasil: Uma visão global — 1985/95*”. <http://www.ipea.gov.br/pub/td/td0549.pdf>. (Consultado na Internet em 22 de Janeiro de 2009).

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (1998), [http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=21552](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=21552), acessado em junho de 2014.

OIT – [www.oit.org.br](http://www.oit.org.br)

### Documentos consultados

Banco Mundial, 1998 – [www.worldbank.org/pt/country/brazil](http://www.worldbank.org/pt/country/brazil)

CGTP (2009) – [www.cgtp.pt/historia](http://www.cgtp.pt/historia) acessado em maio de 2009.

CGTP (2010) – [www.cgtp.pt/informação/comunicacaosocial/comunicados](http://www.cgtp.pt/informação/comunicacaosocial/comunicados) acessado em setembro de 2010

CGTP (2012) - [www.cgtp.pt/informação/comunicacaosocial/comunicados](http://www.cgtp.pt/informação/comunicacaosocial/comunicados) acessado em janeiro de 2013.

CONCLAT (1983) – [www.cut.org.br](http://www.cut.org.br) acessado em 2008.

INE (2014) – [www.ine.pt](http://www.ine.pt) acessado em julho de 2014.

PNAD (2007) – [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br) acessado em setembro de 2009.

PNAD (2009) - [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br) acessado em setembro de 2010.

PNAD 2011– [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br) acessado em maio de 2010.

PNAD 2012 – [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br) acessado em setembro de 2013.

PNAD 2014– [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br) acessado em junho de 2014.

PNUD, 1999 – [www.pnud.org.br](http://www.pnud.org.br) acessado em setembro de 2009.

UNCTAD, 1998 – [www.oecd.org](http://www.oecd.org) acessado em fevereiro de 2014.

## Entrevistas

### BRASIL

Dirigente A CONTRACS (2010) São Paulo: 17 de Maio.

Dirigente B CONTRACS (2010) São Paulo: 04 de Maio.

Dirigente C CONTRACS (2010) São Paulo: 18 de Maio.

Dirigente D CONTRACS (2011) São Paulo: 20 de Setembro.

Seminário de Formação das Domésticas de São Paulo (2010) São Paulo: 19 de Maio.

Trabalhador 1 CONTRACS (2010) São Paulo: 18 de Maio.

Trabalhador 2 CONTRACS (2010) São Paulo: 18 de Maio.

Trabalhador 3 CONTRACS (2010) São Paulo: 19 de Maio.

Trabalhador 4 CONTRACS (2010) São Paulo: 19 de Maio.

Trabalhador 5 CONTRACS (2010) São Paulo: 20 de Maio.

Trabalhador 6 CONTRACS (2010) São Paulo: 20 de Maio.

Trabalhador 7 CONTRACS (2010) São Paulo: 21 de Maio.

Trabalhador 8 CONTRACS (2010) São Paulo: 21 de Maio.

### PORTUGAL

Dirigente E CESP (2011) Lisboa: 09 de Junho.

Dirigente F CESP (2011) Lisboa: 18 de Maio.

Dirigente G CESP (2011) Lisboa: 21 de Julho.

Dirigente H CESP (2011) Aveiro: 25 de Maio.

Dirigente I CESP (2011) Lisboa: 16 de Março.

Trabalhador 1 CESP (2011) Lisboa: 28 de Julho.

Trabalhador 2 CESP (2011) Lisboa: 29 de Julho.

Trabalhador 3 CESP (2012) Albufeira: 11 de Janeiro.

Trabalhador 4 CESP (2012) Albufeira: 12 de Janeiro.

Trabalhador 5 CESP (2012) Albufeira: 13 de Janeiro.



## ANEXO 1

### ROTEIRO DE ENTREVISTA COM DIRIGENTES SINDICAIS

- 1 – O senhor poderia dar uma visão geral do contexto social, político e econômico em que o sindicato se encontra nos últimos anos?
- 2 - Qual a expressão sectorial do sindicato no plano nacional (% de sindicalizados, nº de trabalhadores que representa?
- 3 – Quais são as áreas de intervenção/contratação colectiva e qual o peso de cada uma delas?
- 4 – Como é que o sindicato se posiciona perante a precarização do trabalho no setor de serviços?
- 5 – Quais são as áreas e categorias de trabalhadores mais precarizados dentro do setor de serviços e que estão filiados ao sindicato?
- 6 – Quais são as políticas de ação e mobilização que o sindicato tem para os setores mais precarizados da sua base sindicalizada? Ou seja, onde é preciso sindicalizar mais pessoas e fazer mais mobilização?
- 7 – Quais são os setores mais problemáticos para o sindicato, no que diz respeito à organização sindical e mobilização contra a precariedade laboral? Ou seja, onde é difícil recrutar e mobilizar mais? É mais difícil no contexto actual fazer esse recrutamento sindical do que no passado?
- 8 – Nos últimos anos quais são as lutas mais emblemáticas do sindicato contra o processo de precariedade laboral?
- 9 – Quais foram as principais conquistas do sindicato, nos últimos anos, no que diz respeito a luta contra a precarização do trabalho?
- 10 – Com relação à estrutura do sindicato, como se dá a relação entre a direção nacional e as entidades locais?
- 11 – Quais os aspectos positivos e o que pode ser melhorado na estrutura sindical do sindicato? Ou melhor, qual o contributo de uma estrutura descentralizada do sindicato para “medir” a eficácia de actuação do sindicato no seu conjunto? Essa estrutura ajuda a estar mais perto das lutas?
- 12 - A questão das qualificações profissionais de quem trabalha constitui um factor que dita uma relação laboral precária?

13 - Isso é mais evidente hoje do que no passado?

14 - É sabido que o setor do serviços é pautado por grandes assimetrias do ponto de vista das qualificações. Como o sindicato se posiciona perante isto?

15 - Para o sindicato, quais são os pontos positivos e negativos da qualificação profissional a qual os trabalhadores do setor de serviços são defrontados quotidianamente?

16 - Quais são as principais políticas de ação do sindicato, no que diz respeito à qualificação profissional?

17 - O sindicato participa em acções ou ajuda a dinamizar ações de formação de trabalhadores, nomeadamente de formação sindical?

18 - Até que ponto os avanços tecnológicos no setor de serviços contribuíram, ou não, para uma maior precarização laboral?

19 - A precarização laboral nos serviços é um reflexo (efeito) da fragmentação da classe trabalhadora em geral ou, pelo contrário, é a própria precarização laboral nos serviços que contribui (causa) para fragmentação da classe trabalhadora?

20 - E o Estado tem aqui algum papel neste processo (da fragmentação da classe trabalhadora e da precarização)? Ou a intervenção do sindicato é mais junto de trabalhadores do setor privado?

21 - No que se refere a precarização laboral, como o sindicato analisa a relação da instituição com o governo nos últimos anos?

22 - E quanto à crise financeira atual, como esta contribuiu, ou não, para um aumento da precariedade laboral no setor de serviços?

23 - Qual a interpretação e importância que o sindicato dá ao tema da transnacionalização do movimento sindical?

24 - Para o sindicato qual a importância dessa transnacionalização para o movimento sindical do setor de serviços?

25 - Existe atualmente alguma política de ação e mobilização transnacional na qual o sindicato esteja participando?

## ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM TRABALHADORES DO SETOR DE SERVIÇOS

1) Qual o setor que a Sra. trabalha e a quanto tempo?

- 2) Com relação ao trabalho, a Sra. poderia especificar as condições laborais que atua?  
Se existe algum tipo de precariedade?
- 3) A Sra. observa uma grande rotatividade de funcionários no seu trabalho? Para a Sra. quais são os principais motivos dessa rotatividade?
- 4) A empresa em que a Sra. trabalha, respeita as leis trabalhistas? Ou tem práticas que acabam levando a um vínculo trabalhista precário?
- 5) A Sra. sente segurança no seu atual emprego?
- 6) A Sra. pretende continuar nesse emprego e nesse setor por muito tempo?
- 7) Quais são as qualificações que são exigidas no seu trabalho? A alguma cobrança para a realização de qualificações?
- 8) Sua ligação com o sindicato. É filiada? Se sim, a quanto tempo e o motivo? Se não, o motivo da não filiação?
- 9) Para a Sra., qual a importância do sindicato, para os trabalhadores e para o combate da precariedade laboral?
- 10) O que a Sra. acha da comunicação que o sindicato tem com os trabalhadores?
- 11) Com relação a atuação do sindicato, quais são os pontos positivos e quais o que poderia ser melhorado?